



Ana Maria  
Fernandes  
A construção  
da ciência  
no Brasil  
e a SBPC

CNPq

EDITORA



UnB

ANPOCS

A tese de Ana Maria Fernandes é muito minuciosa e bem documentada, abordando em seu texto temas de grande relevância, como a mudança na "qualidade orgânica" dos cientistas no Brasil, a concepção da SBPC sobre a ciência, as relações entre ciência e Estado, mudanças no Estado e na sociedade no Brasil após 1964, a transição de 1973 a 1976 — com referência especial às reuniões anuais desse período —, as alterações entre 1977 e 1980 e a definição do "novo caminho" — independência da SBPC e participação dos cientistas no processo de tomada de decisão...

A autora analisa a formação, os objetivos, o papel e as tendências da SBPC, salientando que sua primeira campanha consistiu na defesa do cientista e da ciência, assim como no combate ao poder político ilimitado e intervencionista. Conseguiu a sociedade estabelecer sua autonomia perante a sociedade civil e o Estado, apesar de ser amplamente amparada financeiramente por este.

A seguir, Ana Maria examina dois casos extremos de intervenção militar em instituições acadêmicas (a crise da Universidade de Brasília e o chamado "massacre de Manguinhos") e a condenação da SBPC ao regime repressivo, ao mesmo tempo que registra o entusiasmo desta pelo aumento do orçamento federal para a ciência e pela instituição da política científica. Salienta ainda que a entrada das ciências humanas na sociedade lhe trouxe mais amplo público e a levou a adotar papel mais crítico.

A terceira seção trata da quebra do que a autora chama de "período de colaboração" e do papel da SBPC no processo de democratização nacional, quando ela se transforma em "importante fórum de debate". Nesse período a organização realçou sua independência em relação ao Estado e robusteceu suas ligações com a sociedade civil. Ao mesmo tempo, surgiram tentativas para definir um novo papel para a SBPC como associação profissional e política.

Como conclusão geral, a autora afirma que o fortalecimento do papel da SBPC não assegurou, todavia, a solução dos pro-

# **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Antonio Ibañez Ruiz

Vice-Reitor: Eduardo Flávio Oliveira Queiroz

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

Antônio Agenor Briquet de Lemos (Presidente)

Cristovam Buarque

José Caruso Moresco Danni

Luiz Humberto Miranda Martins Pereira

Paulo Espírito Santo Saraiva

Vanize de Oliveira Macêdo

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

Ana Maria  
Fernandes  
A construção  
da ciência  
no Brasil  
e a SBPC

Traduzido por Marcos Bagno

*CNPq*

EDITORA  
  
UnB

**ANPOCS**

Este livro ou parte dele não pode  
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização  
escrita da Editora

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília  
Caixa Postal 15.3001  
Campus Universitário  
70910 – Brasília, DF

*Título original:*

The Scientific Community and the State in Brazil – The  
Role of the Brazilian Society for the Advancement of  
Science, 1948 – 1980

© Copyright 1989 by Ana Maria Fernandes

*Direitos exclusivos para esta edição:*  
Editora Universidade de Brasília

*Editor de Texto:*

Thelma Rosane Pereira de Souza

*Revisão de texto e elaboração do Índice Onomástico:*

Amabile Pierroti

Thelma Rosane Pereira de Souza

*Supervisão gráfica:*

Antonio Batista Filho

Elmano Rodrigues Pinheiro

*Capa:*

Elmano Rodrigues Pinheiro

ISBN

85-230-0291-X

Ficha catalográfica

elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Fernandes, Ana Maria  
F363      A construção da ciência no Brasil e a SBPC / Ana Maria  
Fernandes. – Brasília: Editora Universidade de Brasília:  
ANPOCS: CNPq, 1990.  
292 p.

CDU 5/6(81)(09)

Cara Ana Maria

Li e reli atentamente seu livro, com entusiasmo crescente.

Você deu versos a nossas histórias!

O que estava apenas registrado em jornais, documentos, ou na memória dos próprios protagonistas, ganhou formas, revelou sua coerência.

As partes, justapondo-se, traçaram o perfil de uma SBPC viva e participante. O idealismo de seus fundadores não apenas criou uma sociedade de cientistas ativos, mas também, uma instituição da sociedade civil – como você gosta de qualificar.

Reis ficará orgulhoso. É pena que Rocha e Silva não esteja mais conosco para reler estas páginas. Mas Kerr, Beraldo, Haity estão aí e não deixarão escapar nada! Prepare-se para escrever um novo livro: “Alguns comentários sobre a SBPC”, em três volumes.

Manter o equilíbrio entre o compromisso com a ciência e com a sociedade, a construção de um país educado, justo e democrático é a proposta da SBPC.

Nisso, de fato, se deferencia da Academia Brasileira de Ciências como você observou. A ABC é uma instituição da ciência, a SBPC é da ciência e da sociedade.

A chave de seu sucesso foi sua abertura aos amigos da ciência, sua obstinada atenção aos jovens que expõem seus trabalhos nas Reuniões Anuais, e foi a insistente preocupação com a formação de pesquisadores, com a pesquisa na universidade, a pós-graduação e o aperfeiçoamento dos professores (a CAPES de Anísio Teixeira). Daí sua politização, natural, dentro da comunidade científica e fora dela, em relação ao governo.

Politização necessária para que a ciência cresça sem gerar monstros – você lembrou do Galileu, de 1976, de Brasília – Politização é também organização e participação.

Quantas sociedades científicas nasceram na SBPC e hoje caminham por trilhas próprias? Mas a SBPC continua sendo um ponto de referência. Um guarda-chuva? As chuvas são fortes, tropicais. Devastadoras.

A multidisciplinaridade é sua marca. O encontro de físicos, biólogos, antropólogos e tantos outros gera respostas múltiplas, perguntas intrigantes, exige do pesquisador um olhar sempre novo, vivo, não apenas atento a sua ciência, mas aos princípios éticos, a uma sociedade complexa, localizada às margens do mundo perturbado pelo progresso tecnológico.

A participação, para nós, significa, ser ouvidos, decidir juntos. Nossas instituições científicas, culturais, são instáveis como nossa sociedade – questionadas e reformadas a cada mudança de governo (ou ministro). Participação, para nós, significa também continuidade, avaliação.

Nos anos 70, que você retrata, a participação foi resistência. E nela surgiram as primeiras alianças entre geólogos, químicos, físicos e cientistas sociais.

A aventura da ciência não é solitária, não pode ser. A multidisciplinaridade de seus encontros, atos e manifestações manteve-se atenta ao país real. Preparou a SBPC para os desafios '80 e agora dos '90. As alianças, necessárias, marcaram a resistência ao governo autocrático e contribuíram para a formação de uma comunidade que em '85 sustentou a criação do ministério de Ciência e Tecnologia. As políticas científicas, tecnológicas, industriais e sociais devem ser examinadas conjuntamente. Esse ministério durou pouco. Em menos de dois anos o desencontro marcaria as relações entre governo e MCT.

Ficou claro, porém, que uma política consistente pressupõe ações coordenadas de governo em diferentes áreas. Para onde vamos? Para onde queremos ir? Que país é esse? Ciência e conhecimentos, soluções e informações existem, e são muitas, mas raramente utilizadas. Quais as razões? A pergunta é uma constante nos encontros da SBPC. A necessidade de conhecer mais e melhor o país, também.

A discussão da informática, do nuclear, da biotecnologia, das políticas sociais, dos produtos naturais, do meio ambiente, da pesquisa científica marcaram os anos 80. Alianças foram necessárias para conhecer o país, em sua diversidade, e definir o papel da ciência e os rumos do desenvolvimento tecnológico.

As queimadas e a devastação das terras, em nossos dias, não são números ou km<sup>2</sup> nas imagens dos satélites; são terras onde vivem homens, ou onde deverão viver.

A SBPC é uma sociedade para um país sem fronteiras, a conhecer. Um laboratório aberto.

Divulgar, dar a conhecer, informar não é apenas parte do fazer ciência, é instrumento de ação.

A SBPC foi ouvida em '88 na Constituinte, e aprovou-se um capítulo exemplar sobre meio ambiente, contribuiu no de educação, influiu naquele da ciência e tecnologia onde se fala, ao mesmo tempo, do papel da ciência básica e da política industrial.

Você tem razão: a política de alianças nasceu nos anos 70 e deu seus primeiros frutos em '80. É também desta época o início de intensa difusão da SBPC nos estados.



A reforma dos estatutos e o regimento de '78 deram novo impulso às regionais da sociedade. Hoje a criação das Fundações de Amparo à Pesquisa em muitos estados é fato importante na institucionalização da pesquisa científica e tecnológica. E a SBPC teve um papel decisivo nestes acontecimentos.

A ciência ganhou as Assembléias Legislativas, o Congresso. Avanço? Saberemos preservá-lo?

Hoje, maio de '90, vivemos novo vendaval. O governo, suas intenções e ações são motivos de preocupação. O fio que parecia formar um novelo está novamente emaranhado. A ciência e a cultura novamente ameaçadas. Fala-se muito em modernidade. Qual delas?

A SBPC sempre procurou na educação, na ciência, na ética, na cultura a resposta aos que desejam construir um país mais justo.

Aproximam-se tempos de nova resistência, seu livro, se não existisse, teria que ser escrito. Precisamos reler nossa história. Chega em momento oportuno. Parabéns com muita cordialidade.

Ennio Candotti  
Rio de Janeiro, maio 1990



*Dedico este livro à memória de meus pais e a  
Karla e Mariana, minhas filhas e companheiras.*



## SUMÁRIO

Apresentação.....	15
Introdução.....	19
<b>Parte I: A formação da Sociedade Brasileira para o Progresso da . . . .</b>	
Ciência.....	23
Capítulo 1: Os cientistas e o Estado no Brasil.....	25
1.1 Os intelectuais segundo Gramsci.....	25
1.2 A Academia Brasileira de Ciências.....	27
1.3 A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência . . .	30
1.4 A cooptação de cientistas pelo regime militar: preenchendo um vazio ideológico.....	32
1.5 A 'qualidade orgânica' mutável dos cientistas brasileiros....	34
1.6 Conclusão.....	41
1.7 Notas.....	43
Capítulo 2: A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.....	
(SBPC).....	47
2.1 Origens.....	47
2.2 As reuniões anuais.....	50
2.3 A revista <i>Ciência e Cultura</i> .....	62
2.4 A SBPC e a comunidade científica.....	64
2.5 A SBPC e suas reivindicações pela melhoria das condições de trabalho dos cientistas.....	67
2.6 Conclusão.....	73
2.7 Notas.....	73
Capítulo 3: A 'qualidade orgânica' da SBPC antes de 1964.....	79
3.1 A concepção de ciência da SBPC.....	79
3.1.1 A dimensão internacionalista da ciência.....	79
3.1.2 A concepção nacionalista da ciência.....	82
3.2 O relacionamento da SBPC com outros grupos sociais....	88
3.3 Problemas da legitimidade da SBPC.....	89

3.4 A ciência e o Estado .....	94
3.5 O relacionamento da SBPC com o Estado: a 'qualidade. . . orgânica' .....	97
3.6 Conclusão.....	109
3.7 Notas.....	110
<b>Parte II: A transição da SBPC de 1964 para 1976 .....</b>	<b>115</b>
<b>Capítulo 4: A 'qualidade orgânica' da SPC após 1964: mudanças na SBPC entre 1965 e 1972 .....</b>	<b>117</b>
4.1 As mudanças no Estado e na sociedade civil após 1964 ...	117
4.2 A crise da Universidade de Brasília.....	118
4.3 O 'massacre' de Manguinhos .....	124
4.4 A reforma universitária .....	129
4.5 Em louvor do cientista brasileiro .....	132
4.6 Conclusão.....	133
4.7 Notas.....	135
<b>Capítulo 5: A SBPC e o Estado no período 1964-1972 .....</b>	<b>141</b>
5.1 A questão do êxodo de cérebros .....	141
5.2 A condenação da SBPC à repressão do Estado.....	148
5.3 Apoio aos estudantes .....	150
5.4 A Crítica ao acordo MEC-USAID .....	153
5.5 Crítica ao orçamento de pesquisa, salários e ênfase na . . . tecnologia .....	155
5.6 A demanda por participação.....	158
5.7 Reação à política científica .....	160
5.8 Conclusão.....	165
5.9 Notas.....	166
<b>Capítulo 6: A transição da SBPC: 1973-1976 .....</b>	<b>173</b>
6.1 Mudanças no Estado e na Sociedade: uma discussão da 'abertura' e da legitimidade do regime militar .....	173
6.2 As ciências humanas na SBPC.....	179
6.3 Uma ciência e uma cultura .....	183
6.4 Uma sociedade mais crítica.....	185
6.5 A reunião anual de 1973 .....	186
6.6 A reunião anual de 1974 .....	192
6.7 A reunião anual de 1975 .....	199
6.8 O acordo nuclear Brasil-Alemanha .....	201
6.9 A reunião anual de 1976 .....	202
6.10 SBPC: o único foro para o debate político.....	205
6.11 Conclusão.....	209
6.12 Notas .....	210
<b>Parte III: O novo papel da SBPC e suas novas tendências (1980)....</b>	<b>217</b>
<b>Capítulo 7: As transformações de 1977: o ápice do confronto com o Estado.....</b>	<b>219</b>

7.1 O confronto: a crítica da SBPC, um desafio à legitimidade do Estado.....	220
7.2 A campanha de solidariedade: de uma reunião científica a uma 'reunião do povo' .....	227
7.3 A assembléia-geral e os limites da SBPC .....	230
7.4 Os novos rumos da SBPC .....	236
7.4.1 A independência da SBPC.....	236
7.4.2 A participação dos cientistas no processo de tomada de decisão .....	240
7.5 Conclusão.....	242
7.6 Notas.....	243
 Capítulo 8: O debate de uma nova tendência: da manutenção dos mesmos objetivos ao 'retorno às origens' .....	249
8.1 A reunião anual de 1978.....	250
8.2 A reunião anual de 1979.....	255
8.3 A reunião anual de 1980.....	259
8.4 Conclusão.....	263
8.5 Notas.....	264
 Conclusão .....	269
A SBPC e outras associações: uma breve comparação .....	274
NOTAS.....	278
Apêndice .....	281
Índice Onomástico .....	285





## APRESENTAÇÃO

Este livro analisa o surgimento e a evolução da principal associação de cientistas do Brasil, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no período de 1948 a 1980. Nele se descrevem as relações da SBPC com o Estado e a sociedade civil, com particular referência ao regime militar pós-1964.

A primeira parte trata da formação, objetivos, papel e tendências da SBPC. Sua primeira campanha foi em defesa da ciência e dos cientistas e contra um poder político ilimitado e intervencionista. A SBPC estabeleceu sua autonomia perante a sociedade civil e o Estado, ainda que totalmente financiada por este.

A segunda parte examina dois casos extremos de intervenção militar em instituições acadêmicas e a condenação por parte da SBPC da repressão praticada pelo regime, bem como seu entusiasmo pelo incremento do orçamento destinado a ciência e pela política científica do governo. A participação das ciências humanas na SBPC trouxe-lhe um público maior e levou-a a adotar um papel crítico mais acentuado.

A terceira parte analisa o fim do 'período de colaboração' e o papel da SBPC como um importante foro de debates no processo de democratização do Brasil. A SBPC acentua sua independência em relação ao Estado e estreita suas ligações com a sociedade civil. São analisadas as tentativas de definição de um novo papel para a SBPC como associação política e profissional.

A análise mostra que o fortalecimento do papel da SBPC não garantiu a solução dos problemas da ciência e dos cientistas no Brasil, dadas as características do país e a exclusão dos cientistas do processo de tomada de decisão.

A pesquisa foi realizada em várias fontes. As mais importantes são a revista *Ciência e Cultura*, os quatro maiores jornais do país e duas revistas de atualidades, além de longas entrevistas com cientistas que participaram da fundação e da evolução da Sociedade, onde ocuparam cargos importantes da diretoria. Foram também consultados os arquivos da própria SBPC.

Este texto foi originalmente apresentado como tese de doutorado no St. Antony's College, da Universidade de Oxford. Para isso contei com o apoio financeiro de uma bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e uma licença remunerada da Universidade de Brasília.

Os cientistas que entrevistei, em São Paulo e no Rio de Janeiro, forneceram-me, com pormenores de sua vida acadêmica, a história da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências (ABC), bem como a de sua participação nessas duas instituições. Graças a Simon Schwartzman, tive livre acesso às entrevistas que realizou para escrever seu livro *Formação da comunidade científica no Brasil*, e que atualmente se encontram depositadas no Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. René Barreira forneceu-me precioso material, e pude contar com os originais de jornais e revistas coletados pelo Centro de Documentação e Pesquisa da Informação Coletiva, de Fortaleza, dirigido pelo professor Térciso Santiago, que completou a coleta para o período abrangido por este trabalho.

Gostaria de agradecer aos secretários-executivos e aos presidentes da SBPC e da ABC, que me permitiram consultar seus arquivos e me ajudaram com documentos e informações durante a minha pesquisa.

Agradeço a meu orientador, Hermínio Martins, por seu interesse, sugestões e respeito pelas pessoas e pela sua criatividade. Isso me possibilitou escrever meu trabalho.

Devo meus agradecimentos a Malcolm Deas, então diretor do Latin American Centre, e a Robert McNeil, da Bodleian Library, que providenciaram a aquisição de microfimes de *Ciência e Cultura*, de 1948 a 1980.

Alan Angell e Lawrence Whitehead fizeram sugestões valiosas sobre parte de meus primeiros rascunhos.

Vários amigos, ajudando-me de diferentes formas, contribuíram para que levasse a tese a bom termo. Max e Judy, com muito carinho, deixaram-na em muito bom inglês, acompanhando o trabalho da primeira à última linha. Agradeço especialmente a Jeremy, Mourad, Eileen, John, Andy, Lúcio, David, Antônio, Circe e a todos os meus amigos brasileiros, tanto aqui quanto em Oxford. Minha sobrinha Lúcia resolveu meus problemas no Brasil e me deu seu apoio caloroso. Celina Roitman, gentilmente, respondeu a todas as minhas solicitações de material documental. Flávio T. de Araújo apresentou-me aos ex-presidentes da SBPC e Glaucione Barros apoiou-me em diferentes etapas do trabalho.

Agradeço especialmente a minha mestra, colega e amiga, Vilma Figueiredo, que me apoiou intelectualmente quando regresssei ao Brasil, e também por seu exemplo de como pensar e construir uma instituição.

Selma Soler, minha aluna, conferiu as citações com os originais e Marcos Bagno fez uma excelente tradução.

A transformação da tese em livro só foi possível graças ao prêmio de melhor tese de doutorado de ciências sociais em 1988, que me foi concedido pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Agradeço a Eduardo Viola, meu 'grande leitor' e à ANPOCS, desejando que esse prêmio continue a ser conferido, pois os cientistas precisam, sobretudo, de reconhecimento e de leitores. Submeti minha tese ao concurso à cata de três leitores, para que apreciassem meu trabalho 'solitário' e paciente de vários anos. Espero agora, contar com muitos outros leitores.

Brasília, 29 de janeiro de 1990



## INTRODUÇÃO

O golpe militar de 1964 no Brasil mudou as características econômicas e políticas da sociedade brasileira, inclusive as relacionadas à ciência e à educação. Estudantes e professores universitários sofreram repressão, tal como todo grupo social que representasse qualquer oposição ao regime militar. Todas as instituições da sociedade civil, tal como a imprensa, os sindicatos, os partidos políticos e as universidades, ficaram sob o controle militar. O Estado ocupou e controlou ao máximo os espaços da sociedade civil. A Igreja Católica tornou-se uma das poucas instituições com algum espaço dentro da sociedade civil, o mesmo ocorrendo com uma associação de cientistas, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Nos anos 70, a luta contra o regime militar na sociedade brasileira era considerada em termos de sociedade civil contra Estado e da necessidade de fortalecer aquela. Nas ciências sociais diversos estudos foram publicados sobre as instituições da sociedade civil, sugerindo uma mudança de paradigma em seu interior: se anteriormente o foco da sociologia no Brasil tinha sido a burguesia, acompanhando a industrialização, agora ele se voltava para a classe operária e todos os grupos e movimentos que estavam desafiando o regime autoritário.

O estudo da SBPC pode ser situado dentro da estruturação de uma associação que foi fundada em 1948 para lutar pela afirmação da ciência e dos cientistas no Brasil, e que não só guardou estes objetivos como também tornou-se uma importante entidade da sociedade civil em sua contestação ao Estado autoritário. Este livro pretende seguir a história desta associação, mostrando os objetivos de sua fundação, sua expansão, suas mudanças internas e sua importância para a comunidade científica.

A hipótese deste trabalho sobre o papel da ciência e dos cientistas em sociedades periféricas quando comparadas com países centrais é a de que sua autonomia é menor no Terceiro Mundo. Na América Latina, as mudanças políticas conduzem à interferência nas instituições científicas – habitualmente de maneira muito negativa. Assim, as universidades e instituições de pesquisa estão ligadas à política, e a afirmação da ciência e o papel dos cientistas tornam-se uma afirmação política. No Brasil, a

educação e a ciência são, em termos financeiros, largamente patrocinadas e sustentadas pelo Estado, e a luta em defesa da ciência e dos cientistas frequentemente se torna uma luta contra o Estado. Ser reconhecido significa ser reconhecido pelo Estado, ou pelos diferentes governos. Este é um aspecto que será analisado neste trabalho. Como a SBPC é uma das duas associações nacionais de cientistas do Brasil, assume-se que o relacionamento entre a comunidade científica e o Estado no Brasil pode ser traçado através da história da SBPC.

A outra associação nacional foi fundada em 1916, e em 1922 recebeu o nome de Academia Brasileira de Ciências (ABC). Esta associação será analisada em suas origens e usada como parâmetro ao longo do capítulo I.

O ano de 1964 é tomado como um ponto crucial na análise porque, se o regime militar, como conseqüência de sua própria natureza, coagiu a comunidade científica, também apoiou financeiramente a ciência e a tecnologia como nunca antes no Brasil. Este apoio financeiro pode-se explicar pelas políticas do regime autoritário brasileiro que se baseavam no planejamento, nos tecnocratas e numa economia fortemente estatizada. Tal como foi usualmente caracterizado, o Estado militar brasileiro baseava-se numa aliança entre burguesia nacional e internacional, os militares como grupo dirigente, e os tecnocratas.

Desde que os militares derrubaram um regime civil e democrático com forte apelo populista, eles tentaram obter legitimidade tanto pela divulgação dos fracassos do regime anterior quanto, positivamente, num nível mais sofisticado, promulgando uma ideologia baseada na ciência, na racionalidade e no planejamento, dirigida à classe média e à burguesia. Portanto, tecnologia, técnicos e, conseqüentemente, ciência e cientistas eram elementos importantes para a legitimação do regime militar. A ciência recebeu um orçamento maior do que em qualquer época e foi até mesmo planejada. A forma como a SBPC e diferentes grupos de cientistas se conduziram dentro desta situação contraditória será aqui analisada.

O regime militar expulsou centenas de cientistas das universidades e dos institutos de pesquisa, especialmente entre 1969 e 1974, e, ao mesmo tempo, apoiou grandemente a ciência e buscou uma acomodação com a comunidade científica e suas associações. Os cientistas eram um grupo importante que podia dar alguma legitimidade ao regime militar. Este processo de acomodação será analisado como a 'qualidade orgânica' da SBPC que se transformará conjuntamente.

A SBPC representou a luta da comunidade científica por participação no processo de tomada de decisão do Estado em questões relacionadas com a ciência, a educação e a tecnologia. Este processo será analisado e o balanço é de certa forma negativo para a comunidade científica.

No capítulo I, os conceitos de Gramsci sobre sociedade civil, hegemonia e intelectuais serão sumarizados. Eles serão usados neste

trabalho por três motivos principais. Primeiro, Gramsci foi o autor que deu explicações específicas sobre o papel dos intelectuais. Segundo, tais conceitos são muito freqüentemente utilizados em análises sobre o Brasil, especialmente durante o regime autoritário. Finalmente, estavam em voga durante o período militar, e se refletiam em artigos de jornais, discursos políticos e nos comentários do público em geral, especialmente o conceito de sociedade civil.

As grandes mudanças no papel da SBPC serão descritas e explicadas não somente em relação a mudanças na natureza do regime militar, mas também com referência às características internas da Sociedade e mudanças em seu interior. Por tal razão, a SBPC será comparada à outra associação nacional de cientistas do Brasil, a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a fim de traçar um paralelo entre as duas associações. À guisa de intróito, as origens da ABC e suas tendências gerais de 1916 a 1980 serão analisadas sucintamente. Serão examinadas as características do regime militar brasileiro e seu apelo ao planejamento, à ciência e, conseqüentemente, sua necessidade de técnicos e cientistas. Finalmente, serão discutidos o relacionamento deste regime com as duas associações e a mutável 'qualidade orgânica' das mesmas diante das transformações no interior do próprio regime militar.

O capítulo 2 descreve a fundação da SBPC e seus objetivos e papel dentro da comunidade científica e da sociedade em geral. Os principais instrumentos da SBPC, as reuniões anuais e a revista *Ciência e Cultura*, serão analisados em termos de sua significação para a Sociedade e seus membros, e em particular como canais utilizados pela SBPC para expressar suas reivindicações e exercer pressão a favor delas.

No capítulo 3, o conceito e ciência que guiou a SBPC, no período 1948-1964, será analisado em termos de duas categorias abrangentes, internacionalista e nacionalista. De acordo com elas, o conflito entre ciência pura e ciência aplicada será considerado, já que foi a maior causa de confronto com o governo durante os anos 50 e posteriormente nos anos 70. A comunidade científica representada pela SBPC é basicamente composta de cientistas das universidades que trabalham com ciência pura, e equipes de pesquisa de instituições governamentais que trabalham com ciência aplicada. A política do governo quanto à ciência aplicada avançada devia realizar-se pela criação de instituições paralelas e, em ambos os períodos, as propostas respectivas foram desenvolvidas sem a consulta e sem o envolvimento da comunidade científica. Como será mostrado pela análise, o governo não implementou com êxito sua política na década de 50, mas teve sucesso nos anos 70. Talvez isso se possa explicar pela natureza contraditória dos regimes que estiveram no poder em ambos os períodos, um mais democrático nos anos 50 e um regime militar nos anos 70. Finalmente, o capítulo analisará a legitimidade da Sociedade dentro da

comunidade científica e seu relacionamento com outros grupos sociais e com o Estado.

O capítulo 4 analisará o período entre 1965 e 1972. As mudanças dentro da SBPC e dois casos extremos de intervenção militar em instituições acadêmicas serão analisados pormenorizadamente. Trata-se da intervenção na Universidade de Brasília e no Instituto Oswaldo Cruz. A questão da reforma universitária e a participação da SBPC na mesma serão abordadas, bem como a nova tendência adotada por *Ciência e Cultura* de enfatizar a importância da ciência e dos cientistas brasileiros.

As contradições nas práticas do Estado, no período 1965-1972, que podem ser descritas como tendo sido uma política científica com repressão, e a reação da SBPC a essas práticas, serão analisadas no capítulo 5. Esta reação pode ser resumida na condenação da repressão praticada pelo regime e no entusiasmo pelo incremento do orçamento científico e pela política científica do governo.

Uma transformação significativa que ocorreu na SBPC, no começo dos anos 70, foi a maior participação das ciências humanas. Era o período do processo de 'abertura', e suas implicações para a Sociedade serão analisadas no capítulo 6. Também será considerado o impacto das ciências humanas no crescimento e na transformação da SBPC, durante o período de 1973 a 1976.

O ano de 1977 representou o ápice da contestação da SBPC ao regime. Isso se manifestou na reafirmação por parte da Sociedade de sua independência e na consolidação de seu papel como um dos mais importantes canais de debate da sociedade civil. No capítulo final, serão examinadas a tentativa do governo de proibir a reunião anual da SBPC e o apoio dado por outros grupos à Sociedade. Seguir-se-á uma discussão do posterior e intenso debate no interior da SBPC a respeito dos limites de seu papel enquanto associação profissional. Finalmente, serão apontadas as tendências recentemente emergentes na SBPC.



**PARTE I: A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE  
BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA**



## CAPÍTULO 1

### OS CIENTISTAS E O ESTADO NO BRASIL

#### 1.1 OS INTELLECTUAIS SEGUNDO GRAMSCI

A teoria de Gramsci sobre os intelectuais deu ensejo a grande número de exegeses e a vários comentários interpretativos. James Joll, por exemplo, em sua introdução ao pensamento de Gramsci, apontou a “natureza fragmentária e freqüentemente difícil de seus escritos”<sup>(1)</sup>, enquanto Perry Anderson chamou a atenção para os ‘numerosos enigmas’ que existem nos *Cadernos do Cárcere*, de Gramsci – “muitos dos quais ainda não resolvidos pela erudição acadêmica contemporânea”<sup>(2)</sup>. Seria descabido neste livro investigar detalhadamente essas questões, mas na exposição que se segue são esboçados os conceitos básicos da teoria gramsciana, tal como empregados nesta análise. Os principais conceitos envolvidos são os de sociedade civil, hegemonia e intelectuais.

Para Gramsci, a superestrutura é composta de ‘sociedade civil’ e ‘sociedade política’. A sociedade civil é o “conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’ ”<sup>(3)</sup> e no qual a ideologia dominante está difundida. Tais organismos incluem a família, a igreja, as escolas, os sindicatos e os órgãos de comunicação de massa, em suma, as instituições que existem para criar consenso na sociedade como um todo e, nas classes subalternas, consentimento para a dominação.

É na sociedade civil onde se trava a luta de classes, nos planos político e ideológico, e onde camadas rivais de intelectuais tentam ganhar apoio espontâneo para as classes fundamentais às quais estão ligados. É aqui que a dominação aparece como *hegemonia*. A sociedade política (ou ‘o Estado’) é composta das instituições repressivas e coercitivas da classe dirigente – isto é, o poder judiciário, a polícia e outros órgãos de governo. É onde, segundo Gramsci, aqueles “que não ‘consentem’,nem ativa nem passivamente”<sup>(4)</sup> na dominação das classes dirigentes, são disciplinados e forçados a fazê-lo. É aqui, na sociedade política, que a dominação aparece como ditadura.

O conceito de hegemonia<sup>(5)</sup>, que Gramsci vê basicamente como uma “relação pedagógica”<sup>(6)</sup>, está crucialmente ligado ao conceito de sociedade

civil e, de fato, a sua concepção de intelectuais. A hegemonia diz respeito ao processo pelo qual os valores da classe dominante são inculcados nas classes dominadas nas esferas política, ideológica, moral e religiosa, garantindo assim o consenso de ‘grandes massas’ da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante fundamental<sup>(7)</sup>. São os intelectuais que desempenham um papel vital neste processo de inculcação, “organizando” – como disse Gramsci – “a hegemonia social”<sup>(8)</sup>. É aqui que podemos discernir a real significação da teoria gramsciana e, mais particularmente, seu decisivo avanço dentro da concepção marxista-leninista do Estado como lugar da violência organizada da classe dirigente.

Este livro não se ocupará dos processos e mecanismos pelos quais ‘as grandes massas da população’ são socializadas aos ideais da classe dominante. O estudo, antes, trata de algumas das formas como os grupos dominantes na sociedade brasileira usaram símbolos (racionalidade, ciência, planejamento) para legitimarem sua dominação e como tentaram incorporar a elite científica em seu sistema de dominação ou, ao menos, para neutralizarem potenciais antagonismos.

Por outro lado, Gramsci freqüentemente usou o conceito de hegemonia para caracterizar regimes relativamente estáveis durante longos períodos históricos. Nossa análise se ocupa de um período relativamente curto – menos de quarenta anos – e discute oscilações consideráveis em políticas governamentais e em padrões de dominação. Daí estar o foco da análise voltado mais amplamente para conjunturas de hegemonia do que para estruturas de dominação hegemônica a longo prazo em sociedades nacionais.

Para Gramsci, todas as pessoas são intelectuais, mas somente algumas delas “desempenham na sociedade a função de intelectuais”<sup>(9)</sup>. Os que têm tal função – ou seja, a “função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal”<sup>(10)</sup> – são intelectuais ‘orgânicos’. Gramsci descreveu sua formação numa passagem memorável de *Os intelectuais e a organização da cultura*:

“Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”<sup>(11)</sup>.

E Gramsci forneceu outros critérios para diferenciar os intelectuais e determinar-lhes as funções exatas. Na organização da hegemonia social e da dominação do Estado, por exemplo, há uma divisão de trabalho e uma hierarquia de qualificação entre os intelectuais, e isto fornece coordenadas que indicam suas posições exatas. Outro critério distintivo muito útil é o de ‘características intrínsecas’ da ‘atividade intelectual’: “No mais alto grau”

estariam “os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte etc.; no mais baixo, os ‘administradores’ e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada”<sup>(12)</sup>.

“Poder-se-ia medir a ‘organicidade’ dos diversos extratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima)”<sup>(13)</sup>.

O conceito gramsciano de ‘intelectuais’ é amplo. Inclui aqueles que exercem uma função organizacional no campo da produção, cultura e administração pública, seja dentro da sociedade civil (professores primários, jornalistas, professores universitários), seja na sociedade política (do mais baixo servidor estatal ao mais alto funcionário público)<sup>(14)</sup>. Certamente, sua ‘qualidade orgânica’ e suas funções são muito diferentes. Nesta análise, consideramos que aqueles que trabalham como professores universitários ou cientistas atuam como intelectuais porque organizam as condições para a produção e a reprodução das relações capitalistas. Neste sentido, têm uma função *especializada* ou *técnica*, mas podem também participar na organização da ideologia, da hegemonia e da dominação do Estado. Assim, têm uma função *diretiva*, que é tanto *especializada* quanto *política*. O termo *cientistas*, ao longo deste trabalho, refere-se aos cientistas das ciências naturais e humanas<sup>(15)</sup> empregados pelas universidades, institutos de pesquisa ou instituições estatais, que têm ligações com a comunidade científica.

Neste capítulo, as propostas de Gramsci serão aplicadas a um estudo das maiores associações científicas do Brasil contemporâneo. Tais associações não são de forma alguma homogêneas. Muitos dos cientistas que são membros delas sustentam opiniões contraditórias e desempenham diferentes papéis técnicos, sociais e políticos. Apesar disso, é possível discernir a tendência geral estabelecida pelos grupos dominantes ou mais ativos no interior de cada associação. Ademais, é também possível verificar o grau em que as associações estão e têm estado ligadas ao grupo social fundamental, ou melhor, ao bloco dirigente do Brasil. Em suma, será analisada sua ‘qualidade orgânica’ que, como se mostrará, tem mudado conjunturalmente.

## 1.2 A ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

A associação científica, como um tipo de instituição, fez sua primeira aparição significativa no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial, quando dez professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro fundaram a Sociedade Brasileira de Ciências. O período da grande guerra até a Revolução de 1930 foi de grandes mudanças: a classe rural dirigente, dominante no Estado desde a proclamação da República em 1889, estava

perdendo sua hegemonia e, conseqüentemente, abrindo oportunidades para uma intensa mobilização das ideologias e organizações da sociedade urbana brasileira. Eram os anos das gigantescas manifestações operárias, as greves de 1917 e 1920, e da fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922. Anos durante os quais o anarquismo, o socialismo e o nacionalismo, entre outras ideologias, iam suplantando a visão do mundo da classe rural dominante, preparando o terreno para a tomada do poder pela burguesia urbana em 1930. Nos campos da literatura e das artes, foram os anos do movimento modernista. Em todos os níveis da sociedade, a velha ordem estava em confronto com a nova, e os contramovimentos que compunham esta última lutavam entre si pelo domínio<sup>(16)</sup>. Na educação, as teorias de John Dewey tiveram grande influência e ganharam efeito prático no trabalho da Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924, no Rio de Janeiro, com o objetivo de estudar e transformar o sistema educacional nacional em todos os níveis<sup>(17)</sup>.

É nesse contexto geral que o estabelecimento da Sociedade Brasileira de Ciências, em 1916, deve ser situado; de fato, era uma das primeiras manifestações organizacionais da nova época<sup>(18)</sup>. Em 1922, ela elevou seu *status* e mudou de nome para Academia Brasileira de Ciências. A Academia estava, de fato, organicamente ligada ao mais alto extrato da sociedade urbana brasileira; indicadores de tal fato são o notável grau em que seus membros financiavam suas próprias pesquisas<sup>(19)</sup> e as taxas de inscrição extremamente elevadas que inicialmente eram cobradas. As taxas eram tão altas que, em 1917, a Academia decidiu reduzi-las em 75%, embora ainda permanecessem muito mais elevadas do que, por exemplo, as da Sociedade Brasileira de Química, fundada cinco anos depois<sup>(20)</sup>.

A princípio, a ABC pretendia representar apenas as ciências biológicas e médicas, e somente depois de algum debate foi que decidiu admitir físicos, químicos, matemáticos e astrônomos. O número de membros era estritamente limitado a apenas cem, exigindo-se de cada um que fosse “um brasileiro de notável saber científico” e que publicasse ao menos um trabalho científico original por ano<sup>(21)</sup>. Ao longo das décadas, as regras da filiação à ABC foram reformuladas várias vezes, mas seu caráter altamente elitista permaneceu inalterado. Aristides Pacheco Leão, presidente da Academia de 1967 a 1981, observou que as atuais regras de ingresso na instituição estão entre as mais complicadas de qualquer associação científica do mundo<sup>(22)</sup>. Erno Paulinyi, que escreveu a história da ABC, afirma que as rigorosas regras de admissão e o constante debate a seu respeito originavam-se da necessidade de os membros manterem controle sobre a política da Academia e, de fato, controlarem a própria Academia diante de uma comunidade científica crescente, a qual, em 1980, contava com quase 30 mil pessoas<sup>(23)</sup>. Significativamente, em 1979, a ABC só tinha 248 membros regulares, nenhum deles oriundo das ciências humanas<sup>(24)</sup>.

A ABC tem sido sempre marcada por um intenso conservadorismo, no sentido de resistência à mudança, e de fato, até muito recentemente, ela tem se recusado a participar em qualquer atividade que esteja fora de seu papel autodefinido e limitado. Nos anos 20, por exemplo, alguns de seus fundadores buscaram difundir o que chamavam a 'nova ciência', reivindicando a criação de faculdades de ciências e programas de treinamento científico. Era uma legítima tarefa para uma associação científica, mas o grupo preferiu fazê-lo não *dentro* da Academia, mas, alternativamente, usando a Associação Brasileira de Educação para tal propósito<sup>(25)</sup>.

Outro indicador do conservadorismo da ABC é a composição de sua diretoria. De 1916 a 1926, ela teve um só presidente, Henrique Morise; entre 1929 e 1965 Artur Moses dominou a Academia, controlando a presidência por vinte anos e a vice-presidência por outros quatro; enquanto Pacheco Leão ocupou o cargo de presidente durante quatorze anos (1967 a 1981). Uma análise da composição da diretoria mostra que ela sempre esteve dominada por um pequeno grupo de homens que circulam entre os cargos, às vezes durante vinte anos<sup>(26)</sup>. Devido à natureza altamente conservadora da ABC, não é de surpreender que se estabelecessem ligações entre ela e os militares pouco depois que estes tomaram o poder em 1964. Apenas um ano depois do golpe de Estado, o presidente do novo regime, marechal Castelo Branco, decretou que os dividendos de um fundo considerável, controlado pelo Tesouro Nacional, seriam destinados à ABC por vinte anos<sup>(27)</sup>.

O presidente da ABC faz parte do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde quando este foi criado, em 1951, como um organismo da Presidência da República. Os militares, em 1974, transformaram esta instituição, reduzindo sua autonomia e colocando-a sob o controle da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), que se tornou responsável pela política científica e que só permitia ao Conselho deter o controle dos recursos destinados à pesquisa nas universidades e institutos de pesquisa – meros 7% do crescente orçamento destinado à ciência e à tecnologia<sup>(28)</sup>. O presidente da ABC, entretanto, manteve sua posição no Conselho Deliberativo desse órgão bem menos poderoso.

O regime militar e a ABC muito rapidamente estabeleceram uma excelente relação de trabalho. Em seu I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1973-1974), o regime afirmou suas intenções de expandir "a capacidade da Academia como assessora do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia". Também elogiou os "resultados promissores" da coordenação pela ABC de alguns projetos de pesquisa<sup>(29)</sup>. O II Plano Básico (1975-1979) reafirmou tais papéis para a ABC, pôs alguns programas de pesquisa sob o controle exclusivo dela e deu-lhe poderes para negociar e assinar acordos científicos entre o Brasil e outros países<sup>(30)</sup>. Não

pode, portanto, haver dúvidas de que, desde 1964 e mais especificamente a partir de 1967, quando o regime começou a estabelecer, pela primeira vez na história do Brasil, uma política científica explícita, a Academia Brasileira de Ciências revelou um considerável grau de conexão com o bloco dirigente. O primeiro presidente militar, marechal Castelo Branco, assistiu à celebração dos 50 anos da Academia em 1966 e declarou a

“necessidade de promovermos e acelerarmos a preparação de técnicos e cientistas que serão necessariamente responsáveis pelo desenvolvimento nacional com nossos próprios meios, em nossas próprias universidades, institutos, academias e laboratórios. Não necessito, pois, invocar outros motivos para vos dar a segurança do empenho do governo, que tem a retomada do desenvolvimento como um de seus objetivos fundamentais, em apoiar os que se voltam para as atividades científicas. Por isso, além da ajuda que pretendo dar a esta ilustre Academia, estuda o governo a instituição de um fundo de cultura que possa propiciar recursos para o acelerado desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil”<sup>(31)</sup>.

Esta cooperação ao longo do período de regime militar levou o vice-presidente da República a declarar em 1981 à Academia:

“Alegra-me, portanto, participar desta cerimônia [...] na certeza de que este ato singelo de mudança de direção de uma instituição de tão relevantes serviços prestados a nosso país, marca mais uma etapa no desenvolvimento de nossa vida científica e *uma caminhada a mais que devemos dar, no sentido de nos aproximarmos uns dos outros, particularmente a comunidade científica e o governo*. Estou certo, pois ouvi com extrema atenção as palavras que foram aqui pronunciadas, de que haveremos de exercitar cada vez mais, homem de governo e homem de ciência, uma ação solidária em benefício do desenvolvimento da Pátria comum”<sup>(32)</sup>.

Ou, nas palavras de um cientista, falando sobre a ABC e seus membros: “[...] mas hoje eles praticamente pertencem ao governo”<sup>(33)</sup>. Baseados nessa evidência, podemos dizer que a ABC foi chamada e funcionou como um agrupamento de intelectuais orgânicos<sup>(34)</sup>. No entanto, um dos paradoxos que demonstraremos é que a ‘qualidade orgânica’ da ABC não permaneceu constante. No III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1980-1985), a Academia sequer foi mencionada. Esta circunstância e outros acontecimentos sugerem que, de fato, estavam-se desenvolvendo conflitos entre a ABC e o regime militar. As mudanças na ‘qualidade orgânica’ da ABC e da SBPC são discutidas mais adiante neste capítulo.

### 1.3 A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

Se a ABC se definia como uma associação de elite, destinada a



preservar os altos padrões da ciência brasileira, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) definia-se como uma organização ativista, destinada a defender os interesses gerais da comunidade científica como um todo. Essa autodefinição tão diferente pode se explicar parcialmente pelas circunstâncias em que a SBPC foi criada, em 1948. O governador de São Paulo na época, Ademar de Barros, tinha decidido reduzir as atividades de pesquisa em química orgânica e endocrinologia do Instituto Butantã, que ele esperava converter num instituto dedicado tão-somente à pesquisa relacionada aos soros antiofídicos. A resposta da comunidade científica da capital paulista foi imediata: cerca de uma centena de cientistas reuniram-se na sede da Associação Médica de São Paulo e fundaram a SBPC<sup>(35)</sup>.

A razão de ser da Sociedade era a necessidade de defender a independência do cientista brasileiro, como está expresso nos itens a e d de seus estatutos:

“a) justificação da ciência, mostrando ao público seus progressos, seus métodos de trabalho, suas aplicações e até mesmo suas limitações, buscando criar em todas as classes, e conseqüentemente na administração pública, atitude de compreensão, apoio e respeito para as atividades de pesquisa [...]; d) assumir atitude definida e ativa de combate no sentido de assegurar [...] a liberdade de pesquisa, o direito do pesquisador aos meios indispensáveis de trabalho, à estabilidade para realização de seus programas de investigação, ao ambiente favorável à pesquisa desinteressada<sup>(36)</sup>.”

Em sua declaração de princípios, a SBPC visava a “reunir todas as instituições e indivíduos interessados no progresso e na promoção da ciência”<sup>(37)</sup>. Isso implicava que para ser membro da SBPC não era necessário ser um cientista profissional. Apesar disso, a maioria esmagadora dos membros se constituía de cientistas, professores universitários e estudantes, enquanto somente cientistas eminentes foram eleitos para os postos-chave da diretoria da SBPC e constituíram a espinha dorsal da Sociedade.

Diferentemente da ABC, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência abriu suas portas a um grande número de cientistas e não-cientistas, desde que estivessem interessados na ciência e em seu progresso. Um ano depois de sua criação, embora a composição de membros estivesse quase inteiramente restrita a pesquisadores de ciências exatas e naturais, a SBPC já tinha 352 membros e começava a publicar a revista *Ciência e Cultura*<sup>(38)</sup>. Começou também a promover um congresso anual em diferentes cidades do país. Longe de ser organicamente ligada ao bloco dirigente brasileiro, como o era a ABC, a Sociedade logo estava pressionando o governo de São Paulo para que desse efeito à Constituição de 1946, que previa a criação de uma fundação para o apoio à pesquisa científica – a

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – finalmente criada em 1960<sup>(39)</sup>.

Infelizmente, nenhuma pesquisa foi publicada a respeito das atividades da SBPC em suas primeiras duas décadas. Mas, nos anos 70, a Sociedade emergiu como uma instituição importante, criando um foro para a liberdade de expressão não apenas de cientistas e estudantes, mas para o movimento feminista, dos negros e o movimento pelos direitos dos homossexuais<sup>(40)</sup>. Alguns membros da organização afirmam que o papel progressista da SBPC, na sociedade civil, data de antes deste período<sup>(41)</sup>, embora fosse menos significativo do que viria a se tornar mais tarde<sup>(42)</sup>. No entanto, parecer ter sido o contrário. Embora haja evidências concretas das críticas da SBPC ao regime militar – por exemplo, o editorial de *Ciência e Cultura* contra o ‘massacre de Manguinhos’<sup>(43)</sup> em 1970, e a publicação do memorial da Sociedade Brasileira de Física (SBF) defendendo os cientistas compulsoriamente aposentados por razões políticas<sup>(44)</sup> –, no princípio dos anos 70 a organização, pode-se argumentar, contribuiu para criar um suporte às políticas do bloco dirigente para a ciência e a tecnologia. Antes de considerarmos como e por quê, é necessário explicar historicamente por que os cientistas brasileiros foram chamados a desempenhar aquele papel.

#### 1.4 A COOPTAÇÃO DE CIENTISTAS PELO REGIME MILITAR: PREENCHENDO UM VAZIO IDEOLÓGICO

A principal razão reside na maneira como as forças armadas chegaram ao governo. Para tomarem o poder, os militares destruíram não apenas o velho regime, mas os símbolos e a ideologia da democracia representativa que lhe dava legitimidade. Em suma, destruíram os mecanismos de hegemonia preexistentes e precisavam preencher este vazio. A nova ideologia legitimadora era a dos militares – a ‘segurança nacional’ – uma ideologia que poucos grupos sociais tinham formulado e com muito pequeno apelo de massa. Nos primeiros anos do governo militar, era evidente que o novo regime carecia de legitimidade. Carlos Lessa, analisando a economia durante o governo de Castelo Branco, salientou que uma avaliação dos resultados das políticas governamentais em 1967 estava apta

“a gerar melancolia e perplexidade aos novos gestores da política econômica [...]. Em resumo, crescimento mediocre e manutenção da inflação foram os resultados visíveis de uma política de estabilização rigorosamente aplicada para cortar o ‘mal pela raiz’ [combate à inflação]”<sup>(45)</sup>.

A interpretação de Lessa sobre a política econômica nesse período é a de que, embora o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED)

(1968-1970) contivesse o objetivo de ‘humanização do desenvolvimento’, ele poderia ser identificado com o período pré-1964. Necessitava-se de algo diferente e então foi descoberta ‘a prioridade estratégica do desenvolvimento científico e tecnológico’ que assumiu um papel nuclear no PED, algo jamais considerado antes:

“A garantia a longo prazo de viabilidade da Nação – crescimento rápido e auto-sustentado – depende de algo até agora desconsiderado: a produção interna de tecnologia”<sup>(46)</sup>.

Isso tinha também duas vantagens adicionais ou, segundo Lessa, resolvia dois problemas ideológicos:

“De um lado, mostra uma ‘falha’ fundamental da industrialização pré-64 – desconsideração pelo problema de substituição de tecnologia – diferenciando a nova proposta de um passado comprometedor. De outro, incorporava um componente que confere nova ‘qualidade’ a política industrial. Ademais, este componente tem a vantagem adicional de não permitir cobranças a curto prazo”<sup>(47)</sup>.

É opinião corrente entre os analistas do regime militar brasileiro que este se legitimou ao criticar o regime anterior, por meio do desempenho econômico e pelos critérios de uma administração eficiente, racional e de planejamento. As análises de Carlos Lessa e James Rowe acrescentaram o aspecto interessante de como a ciência e a tecnologia foram incorporadas ao planejamento econômico como um elemento completamente novo e com o objetivo de legitimar o regime. Nas palavras de Lessa, “para renovar a fé – este era o principal significado, a meu ver, da descoberta da tecnologia pela retórica oficial”.

James Rowe observou que o segundo presidente militar, Costa e Silva (1967-1969), tinha particular consciência do fato de o regime militar carecer de legitimidade, e sua administração tentou encontrá-la em ‘ciência e tecnologia’

“mesmo antes de assumir a Presidência, Costa e Silva e seus assessores tinham buscado um tema e um símbolo com que caracterizar a nova administração [...] com uma aparência distintiva que pudesse ser dissociada da impopularidade do regime Castelo Branco. A palavra-de-ordem geral era ‘humanização da Revolução’, mas algo de concreto era necessário. O motivo ‘ciência e tecnologia’ estava especialmente carregado de conotações prestigiosas, e era um tema intimamente associado ao desenvolvimento, também um dos poucos que não estavam associados (e, portanto, não ‘embaçado’ aos olhos dos militares) ao período inflacionário de Kubitschek ou aos regimes populistas de Vargas-Goulart dos quinze anos anteriores, quando o ‘desenvolvimentismo’ atingiu *status* místico. No dia da posse em Brasília, o novo compromisso de impulsionar a tecnologia, a ciência e a educação estava relevantemente inserido no discurso presidencial”<sup>(48)</sup>.

De fato, em 1967, o regime já tinha começado a estabelecer uma política científica nacional, pela primeira vez na história do Brasil, e, em 1973, inaugurou o primeiro de seus planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico; planos básicos posteriores foram anunciados em 1975 a 1980.

O grau em que ‘ciência e tecnologia’ foram usadas como símbolos hegemônicos, ligados às ideologias centrais dos militares de ‘nacionalismo’ e ‘desenvolvimento’, está bem ilustrado no ‘principal objetivo’ do I Plano Básico, que era pôr “a ciência e a tecnologia modernas a serviço da sociedade brasileira” e a serviço dos objetivos desta sociedade “de desenvolvimento e grandeza”<sup>(49)</sup>.

Os militares, sem dúvida, forneceram as condições materiais para que os cientistas comesçassem a agir como ideólogos. Os fundos para pesquisa foram consideravelmente aumentados e melhoradas as condições do trabalho científico. O regime militar também salientou a importância da ciência em vários discursos e tomou medidas práticas de apoio à comunidade científica. O Conselho Nacional de Pesquisas implementou uma ‘operação-retorno’, destinada a trazer de volta ao Brasil cientistas empregados no exterior. Na reunião anual da SBPC, em julho de 1970, o presidente do Conselho Nacional de Pesquisas anunciou que, nos doze meses precedentes, duzentos cientistas tinham regressado ao Brasil. Receberam postos em bem equipados laboratórios e melhores salários e condições do que podiam exigir antes de deixarem o país. O presidente acrescentou que o Conselho pretendia formar 10 mil mestres e doutores até 1974<sup>(50)</sup>.

Entre 1964 e 1975, porém, enquanto generosamente financiava a pesquisa científica, o Estado agiu contra aqueles cientistas e institutos de pesquisa que lhe moviam críticas. É, talvez, uma evidência *circunstancial* da necessidade dos militares de terem uma comunidade homogênea de cientistas em apoio à nova aliança militar-tecnocrática, isto é, sua necessidade de um extrato de intelectuais orgânicos.

### 1.5. A ‘QUALIDADE ORGÂNICA’ MUTÁVEL DOS CIENTISTAS BRASILEIROS

Como já se afirmou, o fato de os militares lisonjarem a ABC levou-a a elogiar o novo regime. Além disso, há pouca dúvida de que os crescentes financiamentos destinados à ciência e à tecnologia também tenderam a fazer com que a SBPC *em geral* apoiasse o regime. Na reunião anual de 1970, na mesma época em que o regime militar compulsoriamente aposentara uma série de cientistas por razões políticas<sup>(51)</sup>, o presidente da SBPC pôde, apesar disso, elogiar o orçamento do regime, comparando-o ao

orçamento oferecido pelo regime civil no ano anterior ao do golpe militar. (O orçamento do regime militar para a educação em 1970 constituía 5% do produto interno bruto; em 1963 a percentagem era de 2,1%)(52). A comparação deliberada entre os regimes civil e militar, com vantagem para o último, pode ter tido seguramente apenas um objetivo: legitimar o domínio militar. Este domínio, além disso, foi sancionado por discursos oficiais pronunciados em outros congressos da SBPC que se referiam aos militares em tons eufóricos, assim como nos editoriais de *Ciência e Cultura* em 1971 e 1972 os quais, como mostrou Antônio Botelho, refletem a ‘lua-de-mel’ entre o regime militar e a comunidade científica(53).

Importantes jornais, como por exemplo a *Folha de S. Paulo*, cobriram as sessões da reunião da SBPC de 1968 e sugeriram que a Sociedade era pioneira, ao ver a necessidade de promoção da pesquisa científica no desenvolvimento nacional(54). Mas a ideologia do regime militar começou a ser partilhada também por outras autoridades governamentais: o discurso de abertura do governador da Bahia na reunião anual da SBPC em 1970 ressaltou que a aplicação da ‘ciência e tecnologia’ era “a *única* forma de progresso e desenvolvimento no Brasil”(55); e o secretário de Ciência e Tecnologia da Bahia aludiu ao “despertar da consciência científica”(56).

No início dos anos 70 a SBPC parecia, num sentido amplo, ter aceito o lugar que o regime militar queria que a ciência (e a comunidade científica) ocupasse na formação social brasileira. Na reunião de 1972, por exemplo, seu presidente declarou: “Acreditamos que o caminho está aberto para a colaboração entre nossa associação e o Estado no desenvolvimento científico do país”(57). Parecia que os militares estavam finalmente começando a desenvolver uma ideologia potencialmente hegemônica, com mais apelo que a da ‘segurança nacional’ e – de maneira importante – uma ideologia com o selo da ciência. Deleitados com o fluxo de dinheiro estatal jorrando pelos estabelecimentos de pesquisa(58), e aparentemente surdos e cegos à repressão política a vários de seus colegas, os cientistas pareciam não ter objeções ao fato de sua maior associação estar desempenhando um papel ativo na disseminação dos novos símbolos de legitimidade do regime militar. Se as condições tivessem permanecido constantes, esta tendência teria continuado e a nova ideologia poderia ter-se tornado hegemônica. Mas as condições não permaneceram constantes.

Foi 1974 o último ano do assim chamado milagre econômico brasileiro. Era o *boom* econômico que, acima de todas as coisas, estava dando alguma legitimidade aos militares. Mas nos últimos meses de 1973 o *boom* terminou, e a economia começou a cair. Para os cientistas, significou o fim de seu *status* favorecido dentro do regime – fato que constataram imediatamente. Em 1974 a reunião anual da SBPC criticou o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico anunciado naquele ano, e expressou dúvidas sobre se o governo manteria seu nível de apoio à

pesquisa científica básica<sup>(59)</sup>. As dúvidas eram inteiramente justificadas. Em 1975 a percentagem do orçamento do Estado gasta com financiamento de pesquisa atingiu seu ápice; em 1980 ela era quase a metade da percentagem de 1975; e em 1984, quase um sexto<sup>(60)</sup>. Os frutos do regime militar afluíam cada vez menos para os cientistas que, até então, tinham sido uma clientela privilegiada. Em 1983 o efeito do Decreto-lei nº 2 065 sobre os salários, imposto ao governo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), teve o efeito de reduzir os salários reais de muitos cientistas em cerca de um terço<sup>(61)</sup>.

Os fatos acima sugerem, se seguirmos a teoria de Gramsci sobre os intelectuais, que deve ter havido uma diminuição da qualidade orgânica da comunidade científica brasileira em face do bloco dirigente. Um momento decisivo na história da SBPC ocorreu em 1974, quando ela admitiu em suas fileiras pesquisadores vindos das ciências humanas. Isso a transformou numa organização de massa e, em 1983, a SBPC pôde ostentar 15 mil membros e, em 1984, 17 mil<sup>(62)</sup>. Suas reuniões anuais começavam agora a congregar milhares de cientistas e estudantes. Em 1976, nove mil pessoas compareceram à reunião anual de Brasília, enquanto a de 1980, no Rio de Janeiro, agrupou não menos de 15 mil participantes<sup>(63)</sup>.

A admissão das ciências humanas na Sociedade foi crucial para o delineamento de um novo papel para a SBPC como uma instituição de protesto dentro da sociedade civil. Mas não foi decisiva. As origens da transformação do papel da Sociedade devem ser buscadas não apenas na mudança de sua estrutura interna, mas na natureza mutável do regime militar brasileiro a partir de 1964.

Em dezembro de 1968 o Ato Institucional nº 5<sup>(64)</sup> foi decretado, o Congresso Nacional foi fechado e, em 1969, o controle do regime passou para um grupo militar linha-dura, cujo representante, o general Garrastazu Médici tornou-se presidente. Ele inaugurou uma fase ainda mais repressiva do período militar. Todos os canais de livre expressão dentro da sociedade civil foram bloqueados. Houve uma repressão implacável aos movimentos estudantis e de guerrilha urbana e uma tentativa de conter o descontentamento da classe operária que emergia da exploração do período batizado de ‘milagre econômico’. Mas quando o ‘milagre econômico’ terminou abruptamente, em 1974, iniciou-se um intenso debate dentro do bloco dirigente sobre como a crise tinha de ser resolvida<sup>(65)</sup>. A dissolução do consenso deu ensejo à *abertura* ou “processo de participação política nos negócios do país”<sup>(66)</sup>, que foi inaugurada pelo general Ernesto Geisel, ao tomar posse na Presidência da República, em 1974. O debate sobre qual o modelo político que o país devia adotar tornou-se público<sup>(67)</sup>, e é neste contexto que deve ser situada a vigorosa atividade política da SBPC a partir de 1974.

A partir de 1975, portanto, a SBPC adotou o que foi descrito como sua 'função crítica' e iniciou o debate sobre uma série de temas econômicos, sociais e políticos. Estes incluíam discussões sobre o papel político da ciência; a política nuclear do regime; a defesa; o meio ambiente; a estatização da economia; a anistia; a reintegração dos professores universitários compulsoriamente aposentados; e um apelo pela abolição do Decreto nº 477, de 1968, que restringia severamente a liberdade política nas universidades. Através desses debates, a SBPC criou um foro para a exposição de ideologias que se contrapunham à do bloco dirigente. Ademais, num país como o Brasil, onde o bloco governante dominou 'mais pela força que pela fraude', a SBPC de fato contribuiu para o fortalecimento da sociedade civil, que tinha sido severamente debilitada pelos longos anos de ditadura militar. Os membros da SBPC consideravam sua atividade política uma experiência extremamente importante, que os fez sentir que fortaleceu a comunidade científica brasileira e que contribuiu para a relativa liberalização da década de 70. O físico Oscar Sala, três vezes presidente da SBPC, entre 1971 e 1977, aludiu recentemente a estes fatos<sup>(68)</sup>.

Iniciamos esta seção demonstrando os laços orgânicos entre a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e o bloco dirigente e sugerimos que tais laços mudaram conjuntamente. Começamos então por demonstrar que a SBPC tinha uma 'qualidade orgânica' muito menor que a da ABC. De fato, talvez seja verdadeiro afirmar que, embora os sócios individuais da SBPC sejam intelectuais orgânicos do bloco dirigente brasileiro, nele desempenhando função crucial ao planejarem e manterem as técnicas de produção, a SBPC, *enquanto organização*, não preencheu consistentemente este papel. Pelo contrário, por alguns anos, ela de fato fez circular internamente e disseminou externamente uma visão de mundo antitética à do regime. Mas, nos princípios da década de 70, durante o período do *boom*, a SBPC comportou-se, mais ou menos, como um extrato de intelectuais orgânicos que fortaleceu a tentativa do governo de construir uma ideologia baseada na ciência e na tecnologia. Ficou claro, então, que a qualidade orgânica das associações científicas que estudamos mudou conjuntamente.

Todavia, um desenvolvimento relevante dentro da comunidade científica brasileira, no passado imediato, foi o grau em que a conservadora Academia de Ciências juntou-se à SBPC em oposição à política científica do governo. A oposição da SBPC era certamente a mais aberta, embora ela amiúde sustentasse sua linha nas categorias de um discurso idealista tradicional no Brasil, que via a ciência e a educação, *isoladamente*, como a panacéia socioeconômica definitiva. A presente crise econômica parece ter fortalecido esse discurso tradicional e, ainda recentemente, em 1983, o presidente da SBPC mostrava sua filiação a ele<sup>(69)</sup>. No mesmo ano, argumentava-se geralmente na Sociedade que a devastação da Amazônia poderia ter sido evitada se o governo tivesse ouvido os conselhos científicos

– uma visão que parece não ter conhecimento dos reais determinantes da implacável exploração que o regime fazia da floresta equatorial. Contudo, é evidente que a SBPC acreditava não somente que o governo ignorava os cientistas, mas que privava muitos deles de financiamento, e que a pesquisa científica era de fato ‘desprezada’ pelo regime. Um destacado membro da SBPC, o Professor H. Moisés Nussenzveig, reiterou o sentido de alienação que aflige a comunidade científica brasileira. Ele se queixou de que “o orçamento para a pesquisa é uma migalha comparado aos contínuos gastos supérfluos” e que o governo vê o financiamento da pesquisa como uma “questão de patrocinador”. Atribuiu a crise no seio das ciências à “indiferença” do todo-poderoso ministro do Planejamento, cuja política revelou um “profundo descaso” pelo trabalho científico, que estava provocando “um novo êxodo maciço de cientistas brasileiros para o exterior”(70).

Uma explicação para a alienação da comunidade científica em relação ao regime, foi sua falta de qualquer sentimento de participação na formulação da política científica(71). Antes do golpe militar, tinha ela – ao menos – um papel no CNPq. Como já mostramos, porém, depois do golpe de Estado, o secretário do Planejamento rebaixou o *status* e o poder do CNPq, e assumiu o controle absoluto da política científica. Uma entidade favorecida como a ABC pode ter recebido alguns privilégios, mas a autoridade última ficava com o secretário do Planejamento e seu ministério. Não é, pois, de surpreender que os cientistas brasileiros tenham acabado por se sentirem “à mercê dos tecnocratas”(72). O desastre do programa nuclear, por exemplo, que custou ao Brasil mais do que os fundos destinados à pesquisa científica em toda sua história, logo veio a ser visto como o resultado lógico da completa exclusão dos cientistas do processo de tomada de decisão(73).

Durante os anos do ‘milagre econômico’, quando a pesquisa científica era financiada como nunca o fora antes, a alienação da comunidade científica estava destinada a diminuir em algum grau. Quando o ‘milagre’ se tornou um desastre, em meados da década de 70, porém, os benefícios financeiros concedidos à ciência brasileira pelo regime militar começaram a se evaporar. Conseqüentemente, os cientistas começaram a sentir sua alienação mais agudamente. E é, portanto, significativo que seja precisamente da metade da década de 70 em diante que a SBPC comece a assumir uma visão mais crítica do governo.

O crescente antagonismo entre cientistas e Estado no Brasil contemporâneo é facilmente ilustrado pelo conflito que resultou da decisão arbitrária do governo, em 1982, de reestruturar dois de seus órgãos científicos: o CNPq e a agência Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A comunidade científica, que não fora consultada sobre o assunto, exigiu veementemente que lhe fosse permitido participar na reestruturação



daquelas instituições. Como medida conciliadora, o governo nomeou uma comissão para estudar o problema e pediu à ABC e à SBPC que indicassem seis dos membros da comissão (o governo indicou três). Uma análise das notícias da imprensa relacionadas à questão, revela que não apenas a SBPC, mas também a ABC, criticaram a política científica do governo. E o próprio relatório da comissão denunciou o grau em que ambas as associações científicas se sentiam alijadas em relação ao regime. Um documento escrito pelos seis membros não-governamentais da comissão, e divulgado entre os cientistas brasileiros, afirmou seu “cansaço, impaciência e desconfiança em relação ao governo” e seu desejo de estarem representados nos órgãos governamentais que formulavam a política científica e tecnológica<sup>(74)</sup>.

A ABC decidiu abrir a discussão e incorporar sugestões dos presidentes das associações especializadas, sobre a reestruturação das instituições; a Academia retirou seu nome do segundo documento<sup>(75)</sup>. Antes que este conflito se resolvesse, um novo era introduzido com a implementação de um programa de financiamento para algumas áreas de pesquisa, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), que reafirmava a alienação da comunidade científica em relação ao governo. Parece que a ABC não teve nenhuma participação nesta segunda questão. Assim, o objetivo da Academia não era defender a ciência e os cientistas ou influenciar abertamente o governo, como declarou um de seus ex-presidentes, Carlos Chagas Filho:

“O que estou dando a vocês como minha opinião sobre a Academia é o consenso da Academia, quer dizer, quem quer discutir, quem quer criticar, quem quer combater, quem quer influenciar, vai para a Sociedade Brasileira, vai para o *Jornal do Brasil* ou para a *Ciência e Cultura*. Na Academia a discussão fica muito limitada [...]”<sup>(76)</sup>.

Ou como o atual presidente da Academia definiu o mandato do presidente anterior:

“Durante sua presidência, (A. Pacheco Leão) enfrentou anos particularmente difíceis para nossa comunidade científica. Olhando retrospectivamente foi um grande presidente desta Academia Brasileira de Ciências, pelo muito que fez e também pelo muito que evitou que fosse feito”<sup>(77)</sup>.

Assim, a ABC pode ser caracterizada mais pela sua omissão<sup>(78)</sup> que por suas ações para fortalecer a ciência brasileira e a comunidade científica.

Contudo, a razão fundamental para a crescente alienação da comunidade científica parece residir fundamentalmente nas contradições do próprio regime militar. A conexão entre o influxo de capital estrangeiro e a militarização do Brasil é hoje geralmente aceita. Depois da tomada do

poder pelos militares em 1964, o capital estrangeiro, sobretudo das empresas dos EUA, Alemanha Federal, Japão e Suíça, penetrou no país em quantidades enormes. Em 1969, por exemplo, mais de um bilhão de dólares foram diretamente investidos na economia. Apenas uma década depois, essa soma cresceu mais de dez vezes, já que quase 12 bilhões de dólares foram investidos no país em 1980. Entre estas duas datas, as somas diretamente investidas na economia brasileira pelas corporações transnacionais elevaram-se constantemente: em 1975, por exemplo, foram investidos cinco bilhões de dólares<sup>(79)</sup>.

Em 1964, fortaleceu-se a aliança entre capital internacional, capital local e capital estatal, chamada por Peter Evans 'a triplice aliança'<sup>(80)</sup>. Os tecnocratas partilharam o poder com os militares, numa aliança militar-tecnocrática, e, além da doutrina da segurança nacional, foi criada uma ideologia tecnocrática<sup>(81)</sup> para legitimar o governo. Essa ideologia era necessária por causa da forma como o novo regime chegara ao poder em 1964. Para tomarem o poder, os militares destruíram os mecanismos preexistentes de hegemonia e controlaram o país pela força. Luciano Martins tem uma explicação esclarecedora para o golpe de 1964, no que diz respeito a esta questão:

“O regime autoritário brasileiro foi certamente útil na obtenção de um certo tipo de expansão capitalista e, mais importante a meu ver, ao reforçar a hegemonia social do capitalismo no Brasil. [...] Se a 'revolução' de 1964 pode ser vista como tendo desempenhado uma tarefa histórica, seu êxito deve ter sido a liquidação de uma anterior estrutura de dominação e sua expressão (populista) política. Isto porque o populismo mostrara-se incapaz tanto de gerar uma ordem social competitiva e um *ethos* capitalista, quanto de expandir o sistema produtivo estatal-oligopolístico internacionalizado, cujas fundações foram lançadas nos anos 1950. [...] Nesta fase a manutenção da hegemonia social do capitalismo [...] precede a legitimação política como uma prioridade das classes dominantes locais e de seus parceiros estrangeiros”<sup>(82)</sup>.

No primeiro Ato Institucional, cinco dias depois do golpe, dizia-se que “a revolução se legitima”<sup>(83)</sup> sem a necessidade de se legitimar através do Congresso. No entanto, os militares deixaram o Congresso funcionando a maior parte do tempo, e como se mostrou antes, vários outros elementos foram usados para lhe conferir legitimidade: a crítica do regime populista anterior; os critérios de racionalidade<sup>(84)</sup>; a ‘descoberta’, pela administração do segundo presidente militar, da ciência e da tecnologia como símbolo de legitimação; e, posteriormente, o próprio desempenho econômico, através do qual se legitimou<sup>(85)</sup>. Para elaborar e tornar hegemônica uma ideologia tecnocrática, o regime militar buscou auxílio em algumas instituições da sociedade civil. As associações científicas existentes, especialmente a ABC, eram ideais para preencher a tarefa de confirmar a “eficiência, competência e racionalidade”<sup>(86)</sup> dos militares – palavras-

chave durante este período. Embora sejam necessárias mais pesquisas para se confirmar isso, parece verdade que o fato de o regime militar lisonjear a ABC foi uma tentativa de ganhar a aprovação daquela que era uma importante e prestigiada entidade científica, mas que não era muito representativa da comunidade científica como um todo<sup>(87)</sup>.

Mas, enquanto estrategistas ideológicos do regime militar viam claramente a necessidade de fazer aquilo, e, de fato, começaram a fazê-lo imediatamente, a verdadeira natureza do regime estava fadada a criar antagonismo mesmo com uma entidade conservadora como a ABC. Porque o extrato de tecnocratas dos quais o regime militar dependia para sua existência era autoritário<sup>(88)</sup> e tinha um considerável grau de liberdade e margem de manobra na elaboração de políticas<sup>(89)</sup>. E se por um lado ele podia certamente conceder uma subvenção generosa à ABC por vinte anos em 1965, a atribuição a ela de projetos de pesquisa, a adulação nos planos básicos e até a participação em acordos científicos com países estrangeiros, aquele extrato não podia tolerar nenhuma parceira em seus planos. A comunidade científica brasileira era, assim, sistematicamente excluída da formulação da política científica.

É este confuso relacionamento de atração e repulsa que explica o grande paradoxo da ciência brasileira contemporânea: a despeito da inauguração do planejamento científico nacional a partir dos anos 70 e do generoso financiamento da pesquisa científica, a comunidade científica brasileira tornou-se profundamente alienada em relação ao regime militar. Mas a análise aqui apresentada pode ter alguma significação geral além do restrito universo de Estado e cientistas no Brasil. Pois a análise revela claramente a 'qualidade orgânica' mutável da comunidade científica ao longo das últimas duas décadas. Isto, em si mesmo, sugere valores e atitudes que mudam em relação ao bloco dirigente.

## 1.6. CONCLUSÃO

Este capítulo pretendeu ser um sumário ou uma síntese do assunto deste livro. A análise detalhada das tendências gerais que foram discutidas será apresentada nos capítulos seguintes.

Discutiram-se as principais características da ABC e da SBPC, na época de sua fundação, e se apresentou uma descrição das mudanças por que passaram durante o regime militar. A análise mostrou que o regime militar agiu de duas maneiras diferentes em relação à comunidade científica, embora, talvez, com um só objetivo. Primeiro, reprimiu e expulsou da comunidade científica alguns dos mais eminentes cientistas em seus campos, especialmente os que podiam ser rotulados de esquerdistas. Em seguida, apoiou e promoveu a ciência e a tecnologia. O objetivo era, por um lado, ter cientistas e ciência integrados ao projeto do Brasil como uma

'grande potência', criando as condições internas para atrair o investimento do capital estrangeiro ou mesmo, como se afirmou nos planos, para criar tecnologia. Por outro lado, servia para incorporar a ciência e os cientistas como parte da essência do regime, ao incluir a ciência e a tecnologia como um dos programas principais, que organizariam a 'hegemonia social' para o regime militar e lhe daria alguma legitimidade.

Stepan mostrou que as forças armadas no Brasil entre 1945 e antes de 1964 achavam que tinham "uma baixa legitimidade para governar em comparação aos civis"<sup>(90)</sup>. Os militares brasileiros se prepararam, através da Escola Superior de Guerra (ESG), para dirigir o país, elaborando a ideologia da segurança nacional e, mais significativamente para a presente análise, também treinando pessoal civil e militar no exame dos problemas brasileiros e na elaboração de planos para resolvê-los. Além de terem sua própria escola, técnicos e intelectuais, as forças armadas necessitavam de uma aliança com intelectuais civis, objetivo que seu bloco dirigente buscou. Estabeleceram estreitas ligações com a ABC como uma entidade apta a legitimar pelo menos seus planos para ciência e tecnologia. Também tentaram obter o aval da SBPC.

Este capítulo mostrou que essas duas associações reagiram de maneira diferente durante o período militar e que suas qualidades orgânicas mudaram. É importante ressaltar que a ciência e os cientistas não tinham sido contemplados de maneira tão ostensiva, nem em discursos nem em termos de provisão orçamentária, pelos governos brasileiros anteriores. Decerto, os cientistas e suas associações viram neste período uma oportunidade para afirmarem sua posição e o papel da ciência. A ABC não somente aceitou seu papel dentro da política do novo governo como também buscou apoio financeiro mais estável e laços mais estreitos com ele. A ABC também, seguindo os princípios que a nortearam desde sua criação, não expressou nenhuma crítica às ações do regime militar contra a ciência e a comunidade científica do Brasil. O comportamento da ABC pode ser caracterizado como a reação de uma associação com o propósito de defender altos padrões na ciência brasileira, mas não a ciência em geral, nem os cientistas.

A resposta da SBPC foi mais coerente em termos dos objetivos com que foi criada e do papel crítico que desenvolveu durante este período. A mudança em sua qualidade orgânica pode ser observada no princípio dos anos 70, quando o dinheiro e as promessas do governo estavam afluindo de maneira sem precedentes à ciência e à tecnologia. Mas a comunidade científica finalmente descobriu que o dinheiro estava fluindo mais para a tecnologia que para a ciência – esta ficava com as promessas. Neste momento os cientistas sociais e os estudantes começaram a participar mais das reuniões da SBPC e o nível de crítica à política científica do governo, e ao modelo econômico em geral, se elevou. A SBPC tornou-se um dos

poucos foros onde essas críticas podiam ser expressas. Para a imprensa, sob censura, as reuniões da SBPC tornaram-se uma fonte de crítica original para ser noticiada, e cresceu também a cobertura da imprensa a tais reuniões. Em 1977 o governo tentou primeiro adiar a reunião anual da SBPC e depois interrompê-la. A SBPC reagiu argumentando com sua proclamada independência e organizou a reunião na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Pela primeira vez, a SBPC recebeu o apoio de outros grupos sociais e uma maior cobertura da imprensa. Também estabeleceu a independência financeira na organização de suas reuniões anuais. Aquele ano foi o ápice do período no qual a SBPC era um dos poucos foros de debate sob o regime autoritário brasileiro. Contudo, a importância da SBPC não declinou dramaticamente dentro de uma sociedade democrática, como esperavam alguns grupos, e a associação se fortaleceu em outras direções, como será explicado no capítulo final.

## 1.7. NOTAS

- (1) J. Joll, *Gramsci*, Fontana, 1983, p. 14.
- (2) P. Anderson, *Considerations on Western Marxism*, Verso, 1979, p. 54. Para maiores referências a natureza complexa dos escritos de Gramsci, ver também as observações de seus tradutores ingleses, Q. Hoare e G. Nowel Smith, em *Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci*, London, 1971, p. xciv.
- (3) A. Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3 ed. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 10-11.
- (4) *Ibid.*, p. 11
- (5) A. Gramsci, *Selections from the prison notebooks*, London, Lawrence and Wishart, 1971, p. 104 e 258.
- (6) P. Anderson, *op. cit.*, p. 79.
- (7) A. Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*, p. 11
- (8) *Ibid.*, p. 11.
- (9) *Ibid.*, p. 7.
- (10) *Ibid.*, p. 11.
- (11) *Ibid.*, p. 3.
- (12) *Ibid.*, p. 11-12.
- (13) *Ibid.*, p. 10
- (14) Ver A. S. Sassoon, *A. Gramsci's politics*, London, 1980, p. 136 e 141.
- (15) Definiremos ciências humanas aqui, num sentido bastante abrangente, como todos os campos não incluídos nas ciências naturais, mais do que as humanidades.
- (16) Para este período da história do Brasil, ver E. Carone, *A república velha*, São Paulo, 1976; B. Fausto, *A revolução de 30 - historiografia e história*, Brasiliense, São Paulo, 1970; J. Nagle, *Educação e sociedade na primeira república*, São Paulo, 1974.
- (17) Sobre este período e a respeito desta associação existe uma vasta bibliografia. Ver, por exemplo: A Teixeira *et al.*, *A reconstrução educacional no Brasil* (manifesto dos pioneiros da educação nova), São Paulo, 1932; M. Berger, *Educação e dependência*, Porto Alegre, 1976; O. de O. Romanelli, *História da educação no Brasil - 1930/1973*, Petrópolis, 1978; J. Abreu *et al.*, *Anísio Teixeira, estadista da educação*, Rio de Janeiro, 1978.
- (18) E. I. Paulinyi, *Esboço histórico da Academia Brasileira de Ciências*, Brasília, 1981, p. 9.
- (19) Um fato que é geralmente conhecido, mas que ainda está para ser pesquisado. Ver evidência disto em S. Schwartzman, *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, São

Paulo, p. 135, 153, 217-8, 229 e 242.

(20) E. I. Paulinyi, *op. cit.*, p. 14-15.

(21) *Ibid.*, p. 14.

(22) *Ibid.*, p. 25.

(23) *Ibid.*, p. 25. Para as estatísticas, ver Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), “Seriado estatístico – indicadores de ciência e tecnologia: comparações”, in *Revista Brasileira de Tecnologia*, nº 13, abril 1982, p. 63.

(24) Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), *Relatório de acompanhamento do II PBDCT (1975-1979) – desenvolvimento científico e formação de recursos humanos para a pesquisa*, Brasília, 1982, p. 54 (mimeo.).

(25) E. I. Paulinyi, *op. cit.*, p. 18

(26) Ver *Ibid.*, p. 35-40.

(27) *Ibid.*, p. 31.

(28) *O Globo*, 11 de março de 1983, “Comunidade científica quer influir no CNPq e FINEP”, in *Literatura de Cordel*, MEC/CAPES, v. 4, nº 6, junho 1983, p. 6.

(29) *I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – 1973-1974 (I PBDCT)*, Brasília, 1973, p. 12.

(30) *II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – 1975-1979 (II PBDCT)*, Brasília, 1976, p. 183.

(31) Pronunciamento do marechal H. A. Castelo Branco, in “Ata da sessão solene comemorativa do cinquentenário da Academia Brasileira de Ciências”, em 3 de maio de 1966, *ABC, Livro de Atas*, p. 88.

(32) Pronunciamento de A. Aureliano Chaves de Mendonça, *ABC*: “Sessão solene realizada em 28 de maio de 1981, presidida por Sua Excelência o Sr. Dr. A. A. Chaves de Mendonça”, Rio de Janeiro, 1981, p. 6; grifo meu.

(33) José Reis, Entrevista, CPDOC-FGV-RJ, jan. 1977, p. 44.

(34) “[...] *Somos uma academia subvencionada pelo governo para achar certo tudo o que o governo faz, ou discordar num nível muito assessoral, assim de amigos [...]*”, nas palavras de Paulo Vanzolini, Entrevista, CPDOC-FGV-RJ, fev./maio de 1977, p. 62; grifo meu. Veja-se o mesmo argumento de que a ABC nunca criticou o governo nas seguintes entrevistas, *op. cit.*, M. Damy de S. Santos, p. 74, R. Salmeron, p. 22-23 e no documento enviado pela Academia ao CNPq durante uma crise no Instituto Oswaldo Cruz: “[...] *A diretoria da Academia deseja acentuar que não deve esta asserção ser considerada como de crítica ao atual governo, mesmo porque [...]*” consideravam que a pesquisa estava se desenvolvendo no país e que os problemas vinham de antes do regime militar. In *ABC, Livro XXII de atas – 1965 a 1967*, “Ata da sessão ordinária em 26 de outubro de 1965”, p. 47.

(35) *O Globo*, 6 de junho de 1983, “SBPC, 35 anos: dos conflitos à convivência pacífica com o governo”, in *Literatura de Cordel*, MEC/CAPES, v. 4, nº 6, junho de 1983, p. 6.

(36) *Ciência e Cultura*, v. 1, nº 1, São Paulo, 1949, p. 1-2.

(37) Em cada número de *Ciência e Cultura* os objetivos da Sociedade são publicados. O primeiro número, *Ciência e Cultura*, v. 1, nº 1-2, jan./abr. 1949, afirma: “A SBPC não é uma associação aberta apenas a cientistas, mas a qualquer um que se interesse pela ciência, por suas aplicações e suas consequências.”

(38) R. L. de M. Morel, *Ciência e Estado – a política científica no Brasil*, São Paulo, 1979, p. 42.

(39) R. L. de M. Morel, *op. cit.*, p. 42, e S. Schwartzman, *op. cit.*, p. 288.

(40) *O Globo*, 6 de junho de 1983, “SBPC, 35 anos: dos conflitos à convivência pacífica com o governo”, in *Literatura de Cordel*, MEC/CAPES, v. 4, nº 6, junho de 1983, p. 6-7.

(41) Um dos fundadores da Sociedade, José Reis, observou recentemente que “a política esteve nas nossas discussões”, e que isso era uma “contribuição para o desenvolvimento do país”, em *O Globo*, 6 de junho de 1983, *op. cit.*, p. 6.

(42) Pelos anos 70, segundo um membro da diretoria da SBPC, Darci Fontoura de Almeida, a Sociedade fornecia “uma espécie de dose anual de oxigênio para a liberdade de expressão de

estudantes e intelectuais", *ibid.*, p. 6.

(43) Ver capítulo 4, seção 4.3.

(44) *Ciência e Cultura*, v. 21, nº 3, 1969, p. 617, editorial: "Prossegue a crise na ciência", e p. 81-83, o memorial da SBF.

(45) C. Lessa, "A nação-potência como um projeto do Estado e para o Estado", *Caderno de Opinião*, nº 15, dez. 1979 - ago. 1980, p. 126.

(46) *Idem*, p. 127.

(47) *Idem*, p. 128.

(48) J. W. Rowe, "Science and politics in Brazil: background of the 1967 debate on nuclear energy policy", in K. H. Silvert (ed.), *The social reality of scientific myth*, New York, 1969, p. 116.

(49) *I PBDCT*, *op. cit.*, p. VII.

(50) *Jornal do Brasil*, 5 de julho de 1970, "Sociedade para o Progresso da Ciência inicia hoje em Salvador a sua 22ª reunião", p. 5. Sobre a 'operação-regresso', ver Góes, Paulo de, "Emigração de talentos": o caso brasileiro", Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Ciências/UNESCO (mimeo.); Berlink, Manoel T. e Sant'Anna, V. M., "A evasão de cérebros brasileiros para os Estados Unidos", *Revista Brasileira de Administração de Empresas*, 13, 13 de junho.

(51) De acordo com os dados de Marcus Figueiredo, entre 1968, data do Ato Institucional nº 5 e 1973, 168 professores universitários e intelectuais foram punidos. Entre 1964 e 1973, 257 foram expulsos da burocracia pública. In: R. L. de M. Morel, *op. cit.*, p. 62.

(52) *Correio da Manhã*, 7 de julho de 1970, "Ciência se reúne na Bahia", p. 5, e in *Ciência e Cultura*, v. 22, nº 3, 1970, p. 173-5; W. Kerr, "A década dos 70 e perspectivas brasileiras".

(53) Ver A. J. J. Botelho, "Les scientifiques et le pouvoir au Brésil: le cas de la Société brésilienne pour le progrès de la science (SBPC), 1948-1980", Paris, 1983 (mimeo.), p. 103.

(54) *Folha de S. Paulo*, 7 de julho de 1968, "Progresso da ciência", p. 4.

(55) *O Estado de S. Paulo*, 12 de julho de 1970, "SBPC faz um balanço da nossa produção científica: progresso da ciência", p. 51; grifo meu.

(56) *Jornal do Brasil*, 12 de julho de 1970, "Reunião para o progresso da ciência levou a Salvador cerca de 2 mil cientistas", p. 18.

(57) *Folha de S. Paulo*, 9 de julho de 1972, "Cientistas escolheram a Guanabara", p. 20.

(58) Em 1970 o orçamento do Estado para a ciência e a tecnologia (C&T) era 0,84% do orçamento total, tendo aumentado para 1,53% em 1975. Ver R. P. Dagnino, "A pesquisa científica e tecnológica na universidade brasileira: balanço e perspectivas", in *Ciência, tecnologia e desenvolvimento* 2, UNESCO/CNPq, Brasília, 1983, p. 77.

(59) Ver *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 de julho de 1974, p. 5, "Cientistas preparam manifesto ao presidente", ou *O Estado de S. Paulo*, 16 de julho de 1974, p. 25, "Cientistas pedem apoio a Geisel", e *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1974, p. 34, "Reunião de cientistas no Recife mostra preocupação com os problemas nacionais".

(60) H. M. Nussenzveig, "O PADCT e a sobrevivência da pesquisa", in *Ciência Hoje*, v. 3, nº 13, jul./ago. 1984, p. 101.

(61) M. H. M. Alves, "The Brazilian foreign debt: a view from the other side", conferência apresentada no Seminário Internacional New Hampshire, out. 1984, p. 23.

(62) *Ciência e Cultura*, v. 36, nº 12, dez. 1984, p. 2304.

(63) *O Globo*, 6 de junho de 1983, p. 7.

(64) O AI-5 deu ao presidente poderes ditatoriais para suspender direitos civis, censurar a imprensa e fechar o Congresso. Foi o primeiro Ato Institucional sem um prazo de vigência limitado.

(65) C. E. Martins, *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*, Rio de Janeiro, 1977, p. 184.

(66) D. Fig. na introdução a *Brazil - state and struggle*, L. A. B., London, 1982, p. I.

(67) C. E. Martins, *op. cit.*, p. 177.

- (68) Comentários em *O Globo*, 6 de junho de 1983, p. 6.
- (69) *O Globo*, 14 de julho de 1973. "SBPC deseja participar das decisões do Governo". in *Literatura de Cordel*, MEC/CAPES, v. 4, nº 7, julho 1983, p. 12.
- (70) *Folha de S. Paulo*, 13 de julho de 1983. "Hora decisiva para a ciência", in *Literatura de Cordel*, MEC/CAPES, v. 4, nº 7, julho 1983, p. 5.
- (71) Ver, por exemplo, as observações do Prof. Nussenzveig in *ibid*.
- (72) *Ibid*.
- (73) *Ibid*.
- (74) *O Estado de S. Paulo*, 1º de junho de 1983. "Os cientistas e o governo", in *Literatura de Cordel*, MEC/CAPES, v. 4, nº 6, junho de 1983, p. 1.
- (75) Segundo Carolina Bori. Entrevista com a autora. São paulo, julho de 1984, p. 17-9.
- (76) C. Chagas Filho. Entrevista. CPDOC-FGV-RJ, dez. 1976 e jan. 1977, p. 5.
- (77) Pronunciamento de M. M. Peixoto in Sessão Solene, 28 de maio de 1981, ABC: "Posse dos novos membros 1980 e posse da Diretoria Executiva para o biênio 1981-1983": grifo meu.
- (78) Ver Entrevistas. CPDOC-FGV-RJ, R. Salmeron, p. 22-3. e M. Damy de S. Santos, p. 74.
- (79) Latin America Bureau. *Brazil – state and struggle*, *op. cit.*, p. 105.
- (80) P. Evans, *A triplice aliança; as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*, Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 27.
- (81) Ver referências à ideologia tecnocrática e a seus elementos de eficiência e racionalidade em R. de M. Morel. *Ciência e Estado – a política científica no Brasil*, T. A. Queiroz, 1979, p. 67 e M. L. B. Pereira. *Development and crisis in Brazil, 1930-1983*, Westview Press, 1984, p. 205.
- (82) Ver L. Martins, "The 'liberalization' of authoritarian rule in Brazil", in O'Donnell, G. e outros (ed.), *Transitions from authoritarian Rule: Latin America*, John Hopkins University Press, 1986, p. 93.
- (83) Ver A. Stepan, *The military in politics – changing patterns in Brazil*, Princeton University Press, 1974, p. 123.
- (84) Segundo Stepan pode-se traçar assim a ideologia da ESG: "De 1950 até a revolução de 1964, a ideologia emergente da ESG deu corpo e formalizou várias das idéias associadas à FEB. [...] essas idéias contribuíram para que os militares acreditassem em sua própria competência para lidar com questões do desenvolvimento nacional. [...] mas a ESG acrescentou a isso a crença de que os órgãos centrais de governo e planejamento deviam ser fortalecidos e tornados racionais". A. Stepan, *op. cit.*, p. 245.
- (85) Ver L. Martins, *op. cit.*, p. 81.
- (86) Carlos Lessa considerou este um dos critérios para a legitimação do regime autoritário e deu como exemplo a maneira como o problema da renda é tratado no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Ver C. Lessa, *op. cit.*, 135-6.
- (87) Ver Entrevistas, CPDOC-FGV-RJ, Leite Lopes, p. 243-4, Oscar Sala, p. 116, Paulo e Jorge F. Leal, p. 40, S. Matias, p. 142-3 e W. Kerr, p. 1-2.
- (88) Fernando Henrique Cardoso referiu-se a estes dois grupos como conquistando influência no novo regime: "[...] os setores das forças armadas e da tecnocracia que – por serem antipopulistas – estavam excluídos do sistema anterior, mas que em função de suas afinidades ideológicas e programáticas com o novo eixo de ordenação política e econômica constituíram-se em peça importante do regime atual: assumiram tanto funções repressivas no plano social, como modernizadoras, no plano administrativo". Ver F. H. Cardoso, *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, Difel, 1979, p. 55.
- (89) Ver L. Martins, *op. cit.*, p. 79.
- (90) A. Stepan, *op. cit.*, p. 120, ou "[...] reduzida crença dos oficiais militares em suas qualificações para governar". Ver também em Stepan as condições que levaram os militares a assumirem o poder político.



## CAPÍTULO 2

### A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)

Este capítulo descreverá pormenorizadamente as origens da SBPC e sua estrutura organizacional. Será feita uma exposição detalhada das atividades da Sociedade durante o período de 1948 a 1964, tendo como pano de fundo os problemas da atividade científica no mesmo período.

Será examinada a importância das reuniões anuais para a associação e serão descritos os aspectos mais significativos de cada uma delas, de 1948 a 1964. É importante dar conta detalhadamente de como as reuniões foram organizadas, dos temas discutidos e dos problemas gerais que disseram respeito à Sociedade, a fim de compararmos este primeiro período da SBPC, antes do golpe militar, com o último período.

O segundo instrumento da SBPC, e tão importante quanto as reuniões anuais, é a revista *Ciência e Cultura*. Ela será discutida em termos de sua significação para a associação e para a comunidade científica. As mudanças e as tendências desta publicação serão enfocadas e suas características comparadas às da nova revista da SBPC, *Ciência Hoje*.

Serão examinados o relacionamento da SBPC com a comunidade científica e seus diferentes grupos, o crescimento e a diferenciação da SBPC e o potencial de conflitos internos. A última questão a ser considerada neste capítulo serão as reivindicações da SBPC no que tange a melhorias nas condições de trabalho, que vão desde os contratos de tempo integral até a intervenção política.

#### 2.1. AS ORIGENS

A SBPC foi criada em 1948, quatorze anos depois da fundação da Universidade de São Paulo (USP) e sob um regime democrático. O governador populista de São Paulo, Ademar de Barros, decidiu transformar um instituto de pesquisa num instituto de produção de soros antiofídicos. A reação da comunidade científica de São Paulo foi convocar uma reunião e criar uma associação para defender seus direitos.

O caráter nacional e regional da Sociedade e seu controle por biólogos têm sido sempre características relevantes da SBPC e assim permanecem até hoje, mesmo depois de todas as mudanças que a SBPC atravessou. No princípio, havia uma contradição interna, já que ela seria simultaneamente uma associação nacional, ampla e aberta, e uma associação regional. O caráter nacional veio dos modelos em que a associação se baseava: a British Association for the Advancement of Science (BAAS), [Associação Britânica para o Progresso da Ciência] e a American Association for the Advancement of Science (AAAS), [Associação Americana para o Progresso da Ciência].

O aspecto regional talvez tenha sua origem na mesma ideologia de *supremacia* cultural e econômica que estava presente na criação da USP<sup>(1)</sup>, ou na noção do “benéfico imperialismo de São Paulo”<sup>(2)</sup>. A esta ideologia pode-se acrescentar o fato de que com a SBPC situada em São Paulo, esta era a associação a que a comunidade científica paulista recorreria em busca de proteção. Era este especialmente o caso, porque a Academia Brasileira de Ciências (ABC), fundada em 1916, situava-se no Rio de Janeiro, e era controlada, muito rigidamente, pela comunidade científica carioca. Mas, a despeito da tradição científica do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, São Paulo possuía vários institutos de pesquisa e a Universidade de São Paulo era muito mais prestigiada, em todos os aspectos, do que a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, tendo projeção não só no Brasil, mas também na América Latina. Com a criação da SBPC, a comunidade científica paulista teria a oportunidade de controlar uma associação nacional, maior, mais aberta e mais expressiva do que a ABC.

A terceira característica da SBPC foi ter sido fundada por biólogos, tendo o setor de biologia controlado a associação ao longo de quase toda a sua existência.

Em contraste com a ABC, os objetivos declarados da SBPC eram ser uma associação aberta tanto a cientistas quanto a não-cientistas, e mais especificamente:

“Não é a SBPC sociedade de especialistas. Destes já existem várias, às quais a nova agremiação não fará concorrência, mas apoiará em todas as formas possíveis”<sup>(3)</sup>.

Esta declaração mostra que a SBPC visava claramente diferenciar-se da Academia. Primeiro, porque, na prática, havia poucas associações de cientistas no Brasil à época. Segundo, a Academia era de fato uma associação não simplesmente para especialistas, mas supostamente para os melhores e para poucos. Terceiro, em nível nacional, a SBPC estava buscando uma posição forte, pública, que a afirmasse como uma associação independente em relação à ABC. Finalmente, exceto no caso da ABC, a

SBPC não buscava competir com as outras associações, mas tentava trazê-las para dentro da organização da SBPC, ao mesmo tempo em que encorajava a formação de novas sociedades.

Analisando-se a história de ambas as associações, elas não parecem ter colaborado estreitamente entre si. Isso ocorria, apesar de os mesmos cientistas pertencerem tanto à ABC quanto à SBPC, e a despeito das relações entre as comunidades científicas do Rio e de São Paulo.

Uma vez que pouco tem sido escrito sobre a história da comunidade científica de São Paulo antes da SBPC, é difícil falar sobre os antecedentes da SBPC dentro da comunidade. No princípio, a educação e a ciência no Brasil estavam estreitamente ligados à Europa e, em seguida, aos Estados Unidos também. Quando a ciência foi institucionalizada nas universidades, nos anos 30, equipes de cientistas europeus, tanto de ciências naturais quanto de ciências humanas, vieram ensinar e pesquisar no Brasil.

Rocha e Silva, que se tornaria um dos principais fundadores da SBPC e seu líder durante muito tempo, passou três anos nos Estados Unidos, de 1940 a 1943, e um ano em Cambridge, Inglaterra, em 1946, onde manteve contatos com cientistas europeus e observou a forma como se organizavam. Este contato com a ciência européia ocasionou um conhecimento das formas de organização dos cientistas na Europa.

Para a comunidade científica paulista, o momento em que o governador de São Paulo interferiu em um dos institutos de pesquisa era a hora apropriada para criar uma associação “para lutar pelo progresso da ciência em nosso país”<sup>(4)</sup>. Os objetivos da Sociedade incluíam a defesa de cientistas e o ‘inimigo’ era claramente o governo, federal ou estadual, muitas vezes incapaz de avaliar a importância da ciência. A idéia de atrair o interesse para a ciência e de exigir um orçamento para ela parece estar nas origens da maioria das associações internacionais. Orange referiu-se à criação da BAAS como “a formação de uma organização para resgatar a ciência e seus praticantes de uma suposta negligência [...]”<sup>(5)</sup>, e Frank M. Turner usou os conceitos de “ciência e cientistas públicos” quando analisou o “relacionamento dialético de mútua influência e interação” entre cientistas e a escala social mais ampla:

“Como resultado desta situação, os cientistas crêem poder justificar suas atividades aos poderes políticos e outras instituições sociais de cuja boa vontade, patrocínio e cooperação dependem. O conjunto de retórica, argumento e polêmica produzido neste processo pode ser denominado *ciência pública*, e os que realizam esta empresa podem ser vistos como *cientistas públicos*. [...] A busca de uma ciência pública tem implicado pressionar diversas elites não-científicas, persuadir o público ou o governo de que a ciência pode desempenhar almeçadas funções sociais e econômicas, definir como importantes estas questões públicas a que os cientistas podem se consagrar graças a seu conhecimento e a sua experiência específicos, elevar os

padrões profissionais entre os cientistas e definir a posição dos mesmos em face de outras elites intelectuais ou sociais rivais, tal como o clero. Ao mesmo tempo, o cientista público continua a ser tanto um cientista quanto um cidadão, e suas declarações podem honestamente refletir, e geralmente refletem, uma firme opinião cívica tanto quanto opiniões que auxiliam a posição da ciência na comunidade”(6).

Esse era exatamente o papel que os membros da SBPC se atribuíram e têm desempenhado: cientistas públicos, promotores de uma ciência pública. A *Deutscher Naturforscher Versammlung*, fundada em Leipzig, em 1822, tinha como objetivo primeiro de suas reuniões

“promover maior conhecimento entre os homens de ciência; mas elas possuíam vantagens adicionais, talvez até mais importantes: Chamam a atenção do público para a ciência e os homens de ciência e fazem as pessoas se indagarem tanto a respeito deles quanto a respeito de suas investigações. Enaltecem a ciência na consideração geral, e com ela aqueles que se consagram a seu progresso; e sobretudo incitam os governos dos diferentes Estados a examinarem e melhorarem as condições de suas instituições”(7).

Para os fundadores da SBPC, a Sociedade alcançaria todos estes objetivos e iria até mais longe ao promover o progresso do país, porque, para eles, ciência e progresso iam de mãos dadas – talvez substituindo a ‘ordem’ do lema nacional brasileiro:

“*Ordem e progresso* com ciência: [...] os cientistas se irmanarão com os não-cientistas, porém amantes da Ciência, buscando o prestígio crescente desta última e o progresso do País através do próprio progresso da Ciência”(8).

## 2.2. AS REUNIÕES ANUAIS

Os dois instrumentos mais efetivos para a realização dos objetivos da SBPC foram as reuniões anuais e a revista *Ciência e Cultura*. Uma avaliação dos três primeiros anos da Sociedade, publicada em 1951, reconheceu que os objetivos da SBPC eram muito abrangentes, mas ressaltava também que os problemas da ciência e da tecnologia eram universais, ocorrendo até mesmo nos países desenvolvidos, e que alguns deles tinham sido resolvido através dos esforços das sociedades para o progresso da ciência. A SBPC estava seguindo os passos de tais associações, através de publicações, reuniões de popularização da ciência, cursos intensivos, apresentação de documentos ao governo, mas, sobretudo, através de suas reuniões anuais em que se estabeleciam contatos entre cientistas de todas as disciplinas e também com o público em geral(9). A reunião anual era considerada o mais importante instrumento de uma tal sociedade, e a SBPC se congratulava de ter realizado em outubro de 1949 a

primeira reunião na América Latina integrando todos os campos científicos<sup>(10)</sup>.

As reuniões anuais também funcionavam como um elo entre a América Latina e as comunidades científicas internacionais, ao contarem com a presença de cientistas estrangeiros e porque sociedades para o progresso da ciência de outros países mandavam pelo menos telegramas de saudações formais.

Num país enorme como o Brasil, tal como nos Estados Unidos, estas reuniões anuais são muito importantes como uma ocasião para que os cientistas intercambiem experiências. Os fundadores da SBPC tinham pretendido realizar as reuniões fora do Rio de Janeiro e de São Paulo – as duas cidades onde a ciência já estava fortemente desenvolvida – para ajudar o progresso em outras capitais estaduais. Esta característica se assemelhava aos objetivos originais da associação britânica:

“Quando os ‘cultivadores de ciência’, como tinham sido originalmente chamados, dispersaram-se a partir de York em [...] 1831, era com a idéia de que a Associação Britânica para o Progresso da Ciência que eles tinham estabelecido tinha de ser uma entidade itinerante, sem sede fixa, mas reunindo-se anualmente numa das maiores cidades do reino. Londres, no entanto, não estava incluída em seu circuito [...] tinham de ser ‘sempre provincianos’ ”<sup>(11)</sup>.

No Brasil, esse objetivo tem se mantido, apesar de São Paulo (onde a SBPC está baseada), Rio de Janeiro e Minas Gerais serem os pontos de referência.

A primeira reunião foi em Campinas, em outubro de 1949, e teve 104 participantes. A tabela 2.1 mostra que, entre 1951 e 1961, o número de participantes esteve geralmente estável em torno dos 300. Em 1961, ele triplicou e cresceu lentamente até 1975, quando dobrou novamente.

A reunião anual sempre tem um tema geral, geralmente relacionado aos problemas da região onde é realizada ou contemporâneo à época em que se realiza. Para a primeira reunião, a UNESCO sugeriu o tema da alimentação<sup>(11)</sup> e as comunicações apresentadas abrangeram as disciplinas de física, matemática, estatística, geologia, mineralogia, botânica, genética, fisiologia, química, medicina e fitopatologia<sup>(13)</sup>.

Na segunda reunião, em Curitiba, o tema central era “A industrialização às margens da mata virgem”<sup>(14)</sup> e os títulos de alguns dos simpósios sugerem uma dimensão social e econômica para os problemas da ciência: reflorestamento; tecnologia e indústria; energia<sup>(15)</sup>. Este último tópico iria dominar os debates da SBPC na próxima década e meia, sob a forma das questões relativas à energia nuclear.

TABELA 2.1  
REUNIÕES ANUAIS DA SBPC

Ano	Data	Cidade	Participantes	Comunicações apresentadas
1949	1-15 out	Campinas	104	82
1950	5-12 nov	Curitiba	183	147
1951	5-10 nov	Belo Horizonte	337	182
1952	3-8 nov	Porto Alegre	358	85
1953	11-18 nov	Curitiba	258	136
1954	8-13 nov	Ribeirão Preto	318	198
1955	4-9 jul	Recife	203	154
1956	2-7 jul	Ouro Preto	344	198
1957	8-13 jul	Rio de Janeiro	349	270
1958	6-12 jul	São Paulo	331	270
1959	12-18 jul	Salvador	308	265
1960	3-10 jul	Piracicaba	331	276
1961	9-15 jul	Poços de Caldas	313	283
1962	8-14 jul	Curitiba	936	578
1963	7-13 jul	Campinas	949	493
1964	5-11 jul	Ribeirão Preto	961	348
1965	4-10 jul	Belo Horizonte	974	568
1966	10-16 jul	Blumenau	1 019	500
1967	9-15 jul	Rio de Janeiro	1 064	629
1968	7-13 jul	São Paulo	1 109	875
1969	29 jun-5 jul	Porto Alegre	1 154	847
1970	5-11 jul	Salvador	1 200	1 040
1971	4-10 jul	Curitiba	1 501	1 176
1972	2-8 jul	São Paulo	1 808	1 460
1973	8-14 jul	Rio de Janeiro	1 734	1 681
1974	10-17 jul	Recife	1 640	1 735
1975	9-16 jul	Belo Horizonte	3 150	1 997
1976	7-14 jul	Brasília	4 380	2 997
1977	6-13 jul	São Paulo	3 835	2 744
1978	9-15 jul	São Paulo	3 795	2 073
1979	11-18 jul	Fortaleza	3 763	2 341
1980	6-12 jul	Rio de Janeiro	4 464	2 747

FONTE: SBPC. *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: fundação, evolução e atividades, estatutos*. Publicação nº 5 da SBPC, São Paulo, 1962, p. 8, e José A. Rodrigues, "As atividades da SBPC em suas reuniões anuais", in *Ciência e Cultura*, v. 34, nº 6, p. 733.

A terceira reunião anual, em Belo Horizonte, teve temas ligados à região, tais como a doença de Chagas, a esquistossomose, a medicina preventiva e os materiais radiativos<sup>(16)</sup>. Essa reunião foi dominada pelos temas da física, por haver alguns eminentes físicos estrangeiros no Brasil naquele momento, que participaram da reunião<sup>(17)</sup>.

*Ciência e Cultura* noticiou que o número de participantes daquela reunião anual foi de 450 e que 250 comunicações tinham sido apresentadas em 28 sessões<sup>(18)</sup>. Um aspecto novo dessa reunião foi o interesse manifestado pelo governador Juscelino Kubitschek, um médico, e mais tarde presidente da República, que participou de um dos simpósios.

O futuro presidente recebeu todos os participantes da terceira reunião anual no Palácio da Liberdade, e o prefeito de Belo Horizonte, junto com o vice-governador, ofereceu um jantar formal para 350 convidados. Aquilo representava um reconhecimento oficial da SBPC por um governo estadual. Em nível nacional, esse mesmo comportamento seria seguido por Juscelino Kubitschek, quando, já como presidente populista do Brasil, fez questão de estar presente em diversas inaugurações de laboratórios.

Além disso, pela primeira vez, havia a participação na reunião anual de algumas instituições científicas, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a Sociedade Paulista de Biologia e a Sociedade Brasileira de Botânica. Nas palavras de Rocha e Silva:

“[...] pela primeira vez, a Sociedade recebeu o apoio integral do Governo do estado, o então governador Juscelino Kubitschek e o seu secretário de Saúde, Clóvis Salgado. A meu ver, foi a reunião de Belo Horizonte aquela que realmente consolidou a Sociedade, dado o grande interesse despertado no local, o número apreciável de participantes, em torno de 350, e a qualidade dos trabalhos apresentados [...]”<sup>(19)</sup>.

A quarta reunião teve lugar em Porto Alegre, e essa localização foi elogiada por estar próxima do Uruguai e da Argentina, tornando possível a participação de cientistas desses países. Tal foi a tônica da quarta reunião anual: a colaboração do Centro de Cooperação da UNESCO na capital uruguaia, Montevidéu, ao levar a Porto Alegre representantes das sociedades para o progresso da ciência já criadas na América Latina e daquelas que estavam para ser organizadas no ano seguinte. A idéia era criar em Porto Alegre, uma federação latino-americana para o progresso da ciência:

“A finalidade dessa federação em perspectiva será a de dar um cunho internacional às atividades de tais agremiações, imprimindo-lhes impulso mais eficiente, não só no campo da cooperação entre os cientistas latino-americanos, mas ainda no campo moral, de dar mais força às resoluções que visem à salvaguarda dos direitos e estabilidade dos cientistas latino-americanos”<sup>(20)</sup>.

O tema poderia ter sido melhor compreendido se a palavra 'moral' fosse substituída por 'político'. A federação teria dois objetivos, um científico e um político.

O tema principal da quarta reunião anual foi "A produção de alimento", e a reunião se encerrou com um simpósio intitulado "Ensino e instituições científicas"<sup>(21)</sup>. O professor Braun-Menéndez, fisiologista e secretário-geral da Sociedad Argentina para el Avance de la Ciencia, que estivera presente à primeira reunião, em Campinas, declarou-se surpreso: "Nunca pensei que o interesse pela ciência e pela produção científica brasileira pudesse ser tão grande"<sup>(22)</sup>.

A quinta reunião anual se realizou em Curitiba, a exemplo da segunda, sobre o tema geral "A contribuição da ciência à indústria"<sup>(23)</sup>. Nessa reunião houve uma sessão para discutir a forma de organização da SBPC, com o conselho da Sociedade e alguns participantes convidados. A questão da divisão regional foi longamente discutida, e H. Moussatché, biólogo, secretário da divisão do Rio de Janeiro, propôs os pontos seguintes: a definição do poder delegado pela diretoria da SBPC aos secretários regionais; a colaboração dos mesmos na organização da reunião anual; a informação sobre os mais importantes eventos científicos locais; e a organização das próprias secretarias regionais<sup>(24)</sup>. A sessão de encerramento tratou da questão dos contratos de tempo integral para os professores universitários, e foi apresentada por um representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa questão era frequentemente assunto de debate nas reuniões da SBPC e em *Ciência e Cultura*. Os contratos de tempo integral para professores eram muito importantes àquela época porque eram considerados fundamentais para a melhoria das condições de trabalho, tais como melhores bases salariais e provisão de meios favoráveis para a pesquisa.

Em 1954, a sexta reunião anual foi realizada em Ribeirão Preto, e com um alto grau de apoio oficial, mostrando que, ao menos naquele Estado, o governo estava realmente interessado no progresso da ciência. O governador, na sessão de encerramento, apresentou à SBPC o projeto de lei que regulamentaria o artigo 123 da Constituição estadual, segundo o qual 0,5% do orçamento do estado seriam gastos com pesquisa científica. Também falou nessa sessão sobre o apoio do governo de São Paulo à ciência<sup>(25)</sup>.

O editorial de *Ciência e Cultura*, no número em que noticiou a reunião, foi bastante irônico em relação às incríveis dificuldades para implantação dessa medida. Concluía salientando que, durante os sete anos desde a aprovação da Constituição estadual, aqueles 0,5% do orçamento tinham sido restituídos ao tesouro porque não seria possível gastá-los enquanto o dispositivo constitucional não se tornasse lei. O editorial considerava o prejuízo que isso estava causando à pesquisa e apelava, em nome da SBPC, para que o projeto fosse aprovado<sup>(26)</sup>. Isso ainda levaria seis anos.



A sétima reunião anual, no Recife, foi a primeira a se realizar em julho – o que passaria a ser um padrão para as futuras reuniões da SBPC. Notabilizou-se pelo apoio oficial da universidade local ao evento. Foi a universidade que convocou cientistas estrangeiros à reunião, e a presença de professores e estudantes universitários foi significativa. Embora o mesmo também tenha ocorrido em Ribeirão Preto, Paulo Sawaya queixava-se num editorial de *Ciência e Cultura* que a participação dos professores universitários não tinha sido tão expressiva quanto se esperava. A participação foi maior no Recife, nas sessões de psicologia e sobre “Ciência e humanismo”(27).

Para a oitava reunião anual, a SBPC introduziu algumas mudanças na esperança de atingir seus objetivos de reunir cientistas de diferentes especialidades e aumentar a compreensão dos não-especialistas sobre os resultados das pesquisas recentes. Essa reunião consistiu de dezenove sessões, cobrindo praticamente todos os campos da atividade científica humana. Dois debates gerais sobre “Problemas da era atômica” e “O problema do petróleo no Brasil”, foram programados. A direção da SBPC esperava criar, dessa forma, a atmosfera genuína de uma sociedade para o progresso da ciência(28). A SBPC promovera no mesmo ano, em março de 1955, um simpósio de físicos no Rio de Janeiro, depois de um escândalo ocorrido no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). O diretor-executivo do CBPF, nomeado pelo Almirante Álvaro Alberto, então presidente do CNPq, apropriou-se indevidamente do orçamento do Centro, e o fato foi explorado na imprensa pela oposição(29). O almirante deixou o CNPq, em março de 1955, por sugestão do Gabinete Militar da Presidência da República. Como presidente do CNPq, Álvaro Alberto era considerado o principal obstáculo para a conclusão de acordos de energia atômica com os Estados Unidos e, tão logo foi demitido, dois acordos foram assinados, em agosto, com aquele país. Tais acordos significavam que os princípios básicos que guiaram a política nuclear defendida pelo CNPq e por Álvaro Alberto tinham deixado de ter validade(30). Em meio a quatro documentos secretos dos Estados Unidos revelados na Câmara dos Deputados em 1956, criticou-se o comportamento de Álvaro Alberto como presidente do CNPq por oferecer resistência aos interesses norte-americanos.

A crise não foi diretamente mencionada no editorial de *Ciência e Cultura* de dezembro de 1955, onde só se afirmava que:

“Durante quatro dias, os nossos físicos e matemáticos discutiram e trocaram idéias, livremente, esquecendo e procurando vencer os obstáculos com o verdadeiro espírito de cientistas”(31).

O Rio de Janeiro, então capital federal, foi escolhido para sede da nona reunião anual, com o objetivo “de estabelecer contatos estreitos entre os

cientistas brasileiros e o Estado, que era a fonte de muitos financiamentos de pesquisa”(32). O Rio também foi escolhido porque era um importante centro universitário, mas a relação entre o governo e a pesquisa foi enfatizada ao longo da reunião. O debate de encerramento, “As instituições científicas no Brasil e sua significação para a vida do País”, concluiu com expressões de esperança de que os freqüentes problemas no relacionamento entre o governo e as instituições de pesquisa fossem superados(33).

Essa reunião teve o apoio de diferentes instituições, como a Academia Brasileira de Ciências, a secretaria regional do Rio de Janeiro e o Ministério da Educação, onde trabalhava o presidente da SBPC, Anísio Teixeira(34). O fato de a reunião ser no Rio, com sua grande comunidade científica e a proximidade de São Paulo, fez crescer o número de participantes. Mas o ponto mais relevante foi que, no último dia da reunião, os problemas políticos, econômicos e sociais da pesquisa no Brasil foram discutidos mais intensamente do que antes.

Para celebrar o décimo aniversário da SBPC, a reunião anual de 1958 se realizou em São Paulo, onde a associação tinha sido fundada. O jornal *O Estado de S. Paulo* cobriu a reunião, e seu diretor-proprietário, Júlio de Mesquita, participou da sessão de encerramento(35). O almirante Álvaro Alberto, que tinha sido demitido do CNPq em 1955, foi o presidente da reunião, e esse foi o primeiro reconhecimento público de seu papel no desenvolvimento da ciência no Brasil. O presidente da SBPC entre 1955 e 1959, Anísio Teixeira, que era também presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), do Ministério da Educação, era uma figura controversa, considerada ‘perigosamente esquerdista’ pelos círculos católicos conservadores nos anos 50 (e seria mais tarde cassado pelo regime militar). O papel de Anísio Teixeira talvez explique a apresentação àquela reunião de mais documentos sobre psicologia, antropologia e educação, com a participação do INEP. A SBPC promoveu algumas conferências oficiais, duas das quais tratavam de energia nuclear com o fim de “criar um debate público sobre esta questão”(36). Este aspecto das atividades da SBPC era muito importante num país do Terceiro Mundo, sem firme tradição de debate público sobre questões nacionais e com poucos lugares, instituições ou oportunidades em que esse debate pudesse acontecer. Nos anos 70, a SBPC viria a se transformar num dos poucos lugares privilegiados da sociedade civil onde, sob o regime militar, podiam circular ideologias antagônicas.

Outros assuntos importantes foram examinados por algumas figuras não menos significativas, tais como: “A história da educação e da ciência no Brasil” e “A relação entre ciências sociais e ciências naturais”, por Fernando de Azevedo (37); “O novo ensino médico”, por Zeferino Vaz(38), baseado em sua experiência na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; a questão da autonomia das universidades; e o financiamento dos projetos de pesquisa.

Outro aspecto inédito da décima reunião anual foi o envolvimento de várias outras instituições, companhias privadas e laboratórios em sua organização. A SBPC agradeceu as contribuições do CNPq e da CAPES, como de hábito, do governo do estado de São Paulo, Instituto Brasileiro do Café (IBC), da Petrobrás e de vários laboratórios farmacêuticos, como a Indústria Farmacêutica Fontoura Wyeth<sup>(39)</sup>.

Pela primeira vez os cientistas encaminharam documento ao presidente da República e a outras autoridades<sup>(40)</sup>. Isso se tornaria prática usual nas reuniões anuais sempre que se julgasse necessário. Uma segunda inovação nessa reunião foi a discussão, pela diretoria e pelo conselho da SBPC, da proposta de incluir uma sessão sobre história da ciência nas reuniões anuais subseqüentes.

A décima primeira reunião anual foi realizada em Salvador, com o apoio da Universidade Federal da Bahia, CNPq, CAPES, Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e da Câmara Municipal. O total compromisso da universidade com a reunião anual foi reconhecido num editorial de *Ciência e Cultura*, mas a participação da comunidade científica de Salvador, dos estudantes universitários e dos amigos da ciência não foi expressiva. Não obstante, um editorial expressou a esperança de que o comparecimento melhorasse gradualmente<sup>(41)</sup>.

É interessante observar que as ciências naturais dominaram a reunião. Muito poucos documentos de ciências humanas foram apresentados na décima primeira reunião: apenas duas comunicações tratando de psicologia e sete de educação. Destas últimas, muitas foram apresentadas por cientistas naturais e tratavam do ensino em seus campos específicos<sup>(42)</sup>.

Os anos de 1958 e 1959 foram difíceis para a SBPC, segundo o relatório da secretaria, publicado em *Ciência e Cultura*. O vice-presidente, Maurício Rocha e Silva, mudou-se de São Paulo para Ribeirão Preto, e o presidente e o secretário-geral estavam muito amiúde fora do país. Foi difícil organizar as reuniões anuais e publicar a revista e virtualmente impossível organizar quaisquer outras atividades<sup>(43)</sup>.

Depois dessa reunião, um editorial de *Ciência e Cultura* discutiu os critérios de escolha da sede da reunião anual. Tradicionalmente, a localização era selecionada na reunião do conselho e da diretoria da SBPC, durante a reunião anual, e logo anunciada aos participantes da mesma. Em Salvador, o anúncio foi procrastinado, e a escolha do local foi feita posteriormente apenas pela diretoria. A sugestão do editorial era que se definissem critérios para a escolha da sede da reunião anual<sup>(44)</sup>, mas isso parecia difícil e jamais foi feito.

Algo inteiramente surpreendente ocorreu na décima segunda reunião anual. Maurício Rocha e Silva, que ainda era considerado o líder da SBPC, fez um apaixonado discurso de abertura sobre a contribuição da SBPC à

ciência brasileira e sobre as opiniões da Sociedade quanto à questão de ciência pura *versus* ciência aplicada e a política de financiamento da pesquisa. Mesclando observações gerais com afirmações diretas, apresentou uma acirrada defesa contra críticas feitas pelo Ministério da Educação, que havia proposto a abolição da pesquisa científica nas universidades e sua substituição pelo ensino vocacional e pela criação de tecnologia.

Outra importante questão relacionada com esses pontos, nos fins dos anos 50 e princípios dos 60, foi a criação de uma comissão para supervisionar os institutos de pesquisa (Comissão Supervisora dos Institutos (COSUPI) ), subordinada ao Ministério da Educação. As críticas expressas pelos cientistas contra essa comissão eram: primeiro, a concepção muito difundida à época, pelo menos por trás dos pronunciamentos e ações do Ministério e da COSUPI, de ressaltar a importância da tecnologia e desprezar a ciência básica; segundo, o volume do orçamento atribuído à CONSUPI em comparação ao do CNPq ou a outras agências científicas mais antigas, como a CAPES; e terceiro, estreitamente ligado a isso, o fato de que à comunidade científica não tinha sido atribuído um papel de participação nessa comissão. Os membros da SBPC referiram-se ao presidente da COSUPI como “um homem sozinho com dinheiro demais”; Rocha e Silva disse que o governo federal dera

“[...] a um único homem, sem as necessárias credenciais, um plano de gastar três bilhões (dez vezes a dotação anual do CNPq) ao seu bel-prazer!”<sup>(45)</sup>.

Essa polêmica dominou os editoriais de *Ciência e Cultura* de março de 1959 até junho de 1961<sup>(46)</sup>, e foi o assunto de discursos e moções na assembléia-geral e de artigos na imprensa. Isto será analisado mais longamente no próximo capítulo.

Como conseqüência do discurso apaixonado de Rocha e Silva, um industrial paulista lhe ofereceu 250 mil cruzeiros para que a Sociedade concedesse um prêmio ao melhor trabalho apresentado na reunião anual. Um dos membros fundadores da Sociedade, o biólogo Erasmo G. Mendes, no editorial “Progresso da ciência e indústria nacional”, saudou a doação em vista da dificuldade de se obter dinheiro do governo federal para atividades para o progresso da ciência, como a reunião anual, enquanto o mesmo governo gastava largas somas com agências não inteiramente interessadas na promoção da ciência (clara referência à COSUPI). Estava-se certamente encorajando o recebimento de dinheiro da indústria privada<sup>(47)</sup>. Mendes esperava por um futuro melhor, no qual outros setores da economia começariam a contribuir com fundos para a ciência. Queria que se compreendesse que:

“Paralelamente ao surto desenvolvimentista que empolga a nação, deve ocorrer a preocupação de criar condições para o amplo desenvolvimento das

ciências de base, sem as quais qualquer planejamento tecnológico é inviável”(48).

A décima terceira reunião aconteceu em Poços de Caldas, porque foi impossível encontrar acomodação em Belo Horizonte, no mês de julho. O governo do estado deu um apoio financeiro substancial para a reunião e o governador assistiu à sessão de abertura e falou sobre sua intenção de formalizar o financiamento da pesquisa em Minas.

A Sociedade Brasileira de Genética (SBG) foi elogiada como um modelo para as associações que deviam integrar-se à organização da SBPC: “A SBG é uma sociedade especializada que, sem perder sua prerrogativa e sua completa autonomia, realiza seu congresso dentro das reuniões anuais da SBPC”(49). Esta idéia seria adotada posteriormente como o modelo para a estrutura organizacional da SBPC, que atuaria como um guarda-chuva para as associações especializadas.

Em 1961, o presidente Jânio Quadros criou por decreto uma assessoria técnico-científica para o governo federal. A reação da SBPC foi imediata: uma reunião foi organizada em abril para discutir o decreto. O secretário da SBPC, o físico nuclear José Goldemberg, declarou que o presidente deveria ter buscado as opiniões da Academia Brasileira de Ciências e da SBPC – “entidades representativas dos cientistas brasileiros” – e a Sociedade nomeou uma comissão para estudar essa assessoria e para elaborar uma lista de nomes, dentre os quais escolheriam “assessores qualificados”(50).

Essa comissão produziu um documento intitulado “Uma política para o desenvolvimento científico do Brasil”, que foi comentado no jornal *O Estado de S. Paulo* em junho(51), publicado em *Ciência e Cultura* em setembro(52) e distribuído a todos os participantes da décima terceira reunião anual(53). É importante observar que os cientistas brasileiros estavam se tornando cada vez mais conscientes de que a única solução para as esporádicas e quase sempre completamente equivocadas ações governamentais era a formulação de uma política científica. Isso seria feito pelo regime militar, em 1967. Mas parece que esse sentimento não era universalmente compartilhado dentro da comunidade científica: numa reportagem de *Ciência e Cultura* sobre a reunião anual, o autor concluía seus comentários sobre o referido documento dizendo que os problemas tinham sido resolvidos pela escolha, pelo presidente da República, do renomado biólogo Válder Osvaldo Cruz(54) como seu assessor. O fato de um cientista que escrevia em *Ciência e Cultura* pensar que a escolha de um eminente assessor era suficiente, sem considerar as propostas da comunidade científica, ilustrava que a idéia de uma política científica não estava madura. O documento será discutido detalhadamente no próximo capítulo.

A décima quarta reunião se realizou em Curitiba, para celebrar o quinquagésimo aniversário da Universidade Federal do Paraná, a primeira a ser fundada no Brasil. A SBPC pretendeu homenagear os fundadores da universidade, e entre os temas escolhidos para a reunião estavam a reforma universitária, a evolução do sistema universitário brasileiro e o financiamento das instituições de pesquisa<sup>(55)</sup>.

Foi a maior reunião da SBPC até então – o número de participantes triplicara desde 1951 – e estabeleceu um precedente para a dimensão das reuniões posteriores. Seis sociedades especializadas participaram dessa reunião: de genética, psicologia, fisiologia, biologia, microbiologia e patologia, o que foi louvado como um bom modelo para a transformação da SBPC numa confederação de sociedades científicas especializadas, como o presidente da SBPC, o biólogo José Baeta Viana, tinha proposto na reunião do conselho e da diretoria<sup>(56)</sup>. Segundo ele, tais sociedades deviam ser independentes da diretoria e ter seus próprios orçamentos<sup>(57)</sup>.

O secretário da SBPC sugeriu na assembléia-geral que a maneira como os membros tornavam conhecidas suas reivindicações ao governo e a outras entidades era inadequada e devia ser mudada. Ao invés de encaminhá-las através do secretário da SBPC, devia-se pedir à diretoria ou à assembléia-geral que nomeasse um grupo para atuar em nome da Sociedade<sup>(58)</sup>. A SBPC apresentou uma segunda moção, pedindo à Fundação Rockefeller que não fechasse seu escritório no Rio de Janeiro, que estivera aberto durante quarenta anos e desempenhara importante papel no desenvolvimento científico do Brasil<sup>(59)</sup>.

A décima quinta reunião se deu em 1963, em Campinas, e entre os temas dos simpósios e conferências havia muitos tópicos de ciências humanas, como ‘A situação atual da psicologia no Brasil’ e ‘Contratos de tempo integral e pesquisa científica’<sup>(60)</sup>. Na assembléia-geral, o presidente da SBPC, Maurício Rocha e Silva, apresentou uma moção sugerindo ao governo a expansão do Ministério da Educação e Cultura para um ministério da educação, ciência e cultura. O vice-presidente do CNPq apresentou uma moção alternativa solicitando a criação de um ministério da ciência e tecnologia. Após longos debates, sugeriu-se que todos os membros da SBPC deviam ser consultados sobre as três opções seguintes: a transformação do Ministério da Educação e Cultura num ministério de educação, ciência e cultura; a criação de um ministério da ciência e da pesquisa tecnológica; e a criação de um ministério da ciência. O resultado seria remetido ao governo federal, e dava-se assim um passo a mais rumo à institucionalização de uma política científica.

Uma moção adicional aprovada na assembléia-geral visava a incentivar a aceleração da regularização dos contratos de tempo integral nas instituições federais de pesquisa<sup>(61)</sup>. Apesar do grande número de participantes dessa reunião, ou talvez porque ela provara ser possível haver

reuniões maiores, foi sugerido que as secretarias regionais fizessem um esforço para aumentar o comparecimento, solicitando a cooperação de instituições e universidades no local das reuniões anuais.

A décima-sexta reunião ocorreu em Ribeirão Preto e foi a primeira reunião anual depois do golpe militar. Pouco foi noticiado sobre a própria reunião, mas no encontro da diretoria e do conselho propôs-se que a comunidade científica deveria apelar às autoridades brasileiras para que proporcionassem apoio e estímulo ao trabalho científico; uma melhor articulação da ciência com os interesses públicos; liberdade de pesquisa; e os meios essenciais para apoiar o trabalho científico<sup>(52)</sup>.

A assembléia-geral, habitualmente o mais politizado elemento das reuniões da SBPC, discutiu tanto as dotações recebidas para a reunião quanto para a revista *Ciência e Cultura*. No que diz respeito às dotações, é interessante notar a prodigalidade do novo regime militar: a dotação feita pelo Gabinete Civil da Presidência foi de cinco milhões de cruzeiros, respectivamente oito e seis vezes maior que as contribuições do CNPq e da CAPES, as duas instituições que sustentavam a SBPC. O esforço de se publicar os resumos das conferências antes da reunião foi elogiado dentro de um contexto latino-americano: “[...] foi possível, talvez pela primeira vez em toda a América do Sul, começar esta reunião com os resumos previamente publicados em *Ciência e Cultura*”<sup>(63)</sup>.

Na mesma reportagem sobre as ‘notícias da SBPC’, duas resoluções do primeiro presidente militar, marechal Castelo Branco, foram publicadas. A primeira era a dissolução da CAPES, da COSUPI (a dor de cabeça da comunidade científica nos anos anteriores) e do PROTEC (Programa de Extensão de Ensino Tecnológico) e a fusão dos três numa CAPES reestruturada. A segunda era o estabelecimento de contratos de tempo integral para os professores. Mas esses contratos só implicariam um aumento salarial de cinquenta por cento. O autor da reportagem se queixava da angústia da vida de um cientista com baixos salários e da dificuldade de se recrutarem novos cientistas. A reportagem concluía que:

“Há ainda uma falta de compreensão da necessidade de criar um maior corpo de cientistas, indispensável para o desenvolvimento cultural e econômico do país”<sup>(64)</sup>.

O golpe militar foi um marco decisivo na história econômica e política e mesmo na história da ciência brasileira. O golpe se deu em abril de 1964 e em julho ainda era provavelmente demasiado cedo para se esperar uma reação da SBPC. Esses meses podem ser considerados um período de transição, mas as primeiras medidas do regime militar em relação à ciência já estavam fazendo sua aparição. A análise precedente mostrou que nos anos anteriores ao golpe a comunidade científica tinha-se tornado mais politizada, ao menos nas questões que diziam respeito à ciência, e tinha-se

dado conta da necessidade de uma política científica e começou a reivindicá-la. Assim, a política científica do regime militar implementada em 1967 não era uma concepção 'dada' pelos militares à comunidade científica, mas algo que ela vinha reclamando desde 1971, e isso não tem sido notado nem salientado em análises anteriores sobre a ciência no Brasil.

### 2.3. A REVISTA *CIÊNCIA E CULTURA*

O primeiro número de *Ciência e Cultura* apareceu em 1949, como uma revista trimestral, graças à ajuda de um industrial brasileiro, Francisco Pignatari, que destinou à SBPC uma doação anual para os custos de edição<sup>(65)</sup>. A revista foi publicada durante três anos com essa doação privada<sup>(66)</sup>. Nas palavras de uma das figuras mais destacadas da SBPC: "A conferência anual e *Ciência e Cultura* representam as duas mais importantes atividades da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e são os instrumentos através dos quais a Sociedade tenta cumprir seus objetivos"<sup>(67)</sup>. A publicação da revista encontrou vários problemas, mas, embora freqüentemente atrasada, nunca foi interrompida<sup>(68)</sup>.

Em 1955, o tesoureiro da SBPC publicou o balanço de 1954, queixando-se dos problemas orçamentários da associação e especificamente do pagamento das anuidades: 60% dos associados não tinham pago regularmente suas quotas, o que foi dado como razão para o atraso na publicação de *Ciência e Cultura*. Ele viu uma possível solução no aumento do número de membros e na reorganização das divisões regionais, e fez essas sugestões à nova diretoria, mas o problema não seria solucionado por esse caminho<sup>(69)</sup>.

O relatório de 1959 do secretário da SBPC admitia a impossibilidade de publicar a revista regularmente. As três principais razões disso eram a falta de dinheiro, falta de pessoal de tempo integral e os atrasos da própria editora. A idéia de publicar a revista por meio de assinaturas foi abandonada e o problema foi solucionado com contribuições do CNPq<sup>(70)</sup>, da CAPES e, numa ocasião, da Fundação Ford<sup>(71)</sup>. Também surgiram recursos de outras agências governamentais e da iniciativa privada e, finalmente, através do aumento do número de associados. Mas era basicamente o CNPq que financiava a revista *Ciência e Cultura*. Apesar das queixas contidas no relatório de 1959, havia algum consolo no fato de o secretário da SBPC, em recente visita à Inglaterra, ter verificado que a BAAS tinha problemas semelhantes<sup>(72)</sup>.

A revista publica textos especializados, artigos sobre ciência e cultura no Brasil, e resenhas de textos científicos e de outras publicações especializadas. Também há seções sobre a própria SBPC, o CNPq, associações e conferências nacionais e internacionais. Em especial, os editoriais de *Ciência e Cultura* oferecem uma boa indicação do que tem acontecido à ciência no Brasil.



A revista tentou desempenhar dois papéis: ser uma revista especializada, mas que, apesar disso, cobrisse todos os campos científicos, e um instrumento de informação e coordenação da comunidade científica. O primeiro papel tem sido problemático, já que a revista cobre todas as áreas de conhecimento científico e deveria ser acessível a todos os associados da SBPC, dos quais nem todos são cientistas, ou são cientistas de áreas diversas.

A tendência atual da revista é abandonar seu papel especializado e concentrar-se mais no segundo objetivo. Mesmo assim, *Ciência e Cultura* ainda publica artigos especializados, o que tem sido importante para novos campos, antes da criação de revistas especializadas. Mas a importância maior de *Ciência e Cultura* é ser um documento da história da ciência no Brasil, e desde 1949 ela vem registrando as esperanças, as reivindicações e as conquistas da comunidade científica brasileira.

É claro que um papel vital de *Ciência e Cultura* era registrar e divulgar entre todos os membros da SBPC detalhes das causas em que a Sociedade estava envolvida. Tal era o caso em relação à implementação dos contratos de tempo integral do pessoal do ensino nas universidades e institutos de pesquisa e da definição legal da FAPESP. Se se leva em consideração o tamanho do país e as despesas necessárias para se comparecer às reuniões anuais, vê-se que *Ciência e Cultura* também ajudou a unir a comunidade científica, o que a revista tem feito mensalmente desde 1972.

Posteriormente, a composição do conselho editorial da revista mudou, e, em 1972, José Reis, um dos fundadores da SBPC, tomou para si a responsabilidade de publicar *Ciência e Cultura*, dando importantes contribuições a várias de suas seções. É um dos poucos cientistas no Brasil que se preocupam com a divulgação da ciência, e tem sido colaborador regular da *Folha de S. Paulo* desde 1947. Recebeu o prêmio Reitzeyer pela popularização da ciência na América Latina em 1971<sup>(73)</sup>, assim como o prêmio Kalinga da UNESCO.

Conflitos entre grupos ou indivíduos não são habitualmente revelados na revista. Mas podem ser detectados através dos editoriais, que, a princípio, não eram assinados, e simplesmente deixavam subentendido que refletiam as opiniões do conselho editorial. Mais tarde os editoriais passaram a ser assinados, e finalmente começaram a aparecer explicitamente como uma responsabilidade do conselho editorial.

Contribuições vindas de fora do conselho editorial tomam a forma de notícias das divisões regionais sobre suas comunidades científicas. Não há muitos dados ou comentários sobre as colaborações encaminhadas ao conselho editorial, mas o número de artigos enviados para publicação indubitavelmente continuou a crescer. Um ex-presidente da SBPC, Oscar Sala, afirmou que em 1977 havia uma centena de artigos esperando por publicação em *Ciência e Cultura*<sup>(74)</sup>.

A não-colaboração das divisões regionais, com poucas exceções, foi motivo de queixas do conselho editorial. A divisão do Rio de Janeiro foi elogiada como a maior colaboradora, e nos anos 50 ela se preocupava com a física e a tentativa de instalação de um programa nuclear no Brasil<sup>(75)</sup>. Todo número de *Ciência e Cultura* continha vários tópicos sobre física e energia nuclear enviados pelo Rio de Janeiro, enquanto notícias vindas das outras divisões regionais eram muito raras.

À procura de um formato apropriado para uma revista de uma sociedade para o progresso da ciência, os modelos freqüentemente citados eram as publicações da AAAS e da BAAS, respectivamente *Science* e *Nature*. Em dezembro de 1961 anunciava-se num editorial de *Ciência e Cultura* que no ano seguinte a revista publicaria artigos e ensaios curtos, a fim de se tornar mais parecida com aquelas publicações<sup>(76)</sup>. A mesma sugestão foi enviada por carta aos membros do conselho, acrescentando que havia um número significativo de leitores tanto no Brasil quanto no exterior, mas que para estes últimos havia a desvantagem da publicação em português. Pedia-se aos membros do conselho para votarem e decidirem se deveriam ser publicados artigos em inglês, francês e alemão<sup>(77)</sup>. É difícil saber até que ponto o conselho tentou seguir aqueles modelos, mas, em 1982, a divisão regional do Rio de Janeiro criou uma nova revista para a SBPC, *Ciência Hoje*, com que se pretendia preencher as lacunas deixadas por *Ciência e Cultura* e atrair o público em geral. *Ciência e Cultura* era considerada uma revista muito séria, enquanto *Ciência Hoje* tentava atrair pessoas jovens e particularmente os estudantes secundários interessados em ciência. Da mesma forma, *Ciência e Cultura* não contém publicidade e não é vendida comercialmente, ao contrário de *Ciência Hoje*.

## 2.4. A SBPC E A COMUNIDADE CIENTÍFICA

O crescimento da SBPC é significativo, tal como mostra a tabela 2.2.

Uma das razões para a legitimação da associação dentro da comunidade científica era a estima e a envergadura dos que a fundaram. Em maio de 1948, três biólogos, Maurício Rocha e Silva, Paulo Sawaya e José Reis se propuseram:

“[...] enviar uma circular às pessoas mais qualificadas no Brasil, propondo a fundação de uma sociedade nos moldes das associações para o progresso da ciência que floresciam na Inglaterra, nos Estados Unidos e, mais perto de nós, na Argentina”<sup>(78)</sup>.

Aqueles nomes se acrescentaram os do advogado Jorge Americano, dos biólogos José Ribeiro do Vale e F. J. Maffei, que compuseram a comissão para escrever os estatutos da SBPC. A primeira diretoria provisória teve Jorge Americano como presidente, Maurício Rocha e Silva

TABELA 2.2.  
MEMBROS DA SBPC

ANO	MEMBROS	ANO	MEMBROS
1948	265 (fundadores)	1963	3100
1949	576	1964	3500
1950	837	1965	4100
1951	1100	1966	4600
1952	1266	1967	5100
1953	1448	1968	5300
1954	1643	1969	6100
1955	1790	1970	6600
1956	1898	1971	7300
1957	1990	1972	7700
1958	2112	1973	8200
1959	2112	1974	9200
1960	2112	1975	9800
1961	2709	1976	10800
1962	2862	1977	12300
		1980	16700

FONTE: De 1948 a 1962. *SBPC, fundação, evolução e atividades, estatutos*, Publicação nº 5 da SBPC. São Paulo, 1962; demais anos, M. Rocha e Silva, *Crescimento da SBPC, Ciência e Cultura*, v. 30, nº 11, p. 1299. Os últimos são números aproximativos retirados de um gráfico.

como vice-presidente, Paulo Sawaya como tesoureiro e José Reis como secretário-geral. A primeira diretoria executiva eleita foi formada por essas pessoas, além de Gastão Rosenfeld como secretário.

Todos esses cientistas eram importantes dentro de suas especialidades, e seu compromisso com a associação era muito significativo para a consolidação e o desenvolvimento da SBPC. Esse grupo tem trabalhado para a SBPC desde sua fundação, alguns regularmente – como José Reis, editor de *Ciência e Cultura* –, embora outros mais tarde tenham interrompido sua colaboração por razões de saúde, por causa de seu próprio trabalho ou devido a conflitos internos. De todos estes nomes, fica bem claro para quem acompanhar o progresso da SBPC que Maurício Rocha e Silva foi uma figura dominante. Como declarou José Reis, um dos fundadores:

“Maurício Rocha e Silva tem uma capacidade de liderança, apesar de ser uma pessoa de um temperamento difícilimo. Ele fez a Sociedade, foi aglutinando gente e indo para todas as cidades – cada ano para uma cidade – e a Sociedade cresceu e se impôs por causa dele” (79).

Diferentes posicionamentos políticos podem ser detectados mesmo dentro desse pequeno grupo, e o mesmo é verdadeiro para a associação como um todo. Era um tema comum – a heterogeneidade dos membros da SBPC – e devia ser levado em conta sempre que uma decisão política tinha de ser tomada. Essa heterogeneidade era a fonte de um conflito potencial, porque revelava valores políticos conflitantes entre grupos diferentes dentro da associação, ou entre o grupo original de membros e os demais, ou mesmo entre os membros e os ‘objetivos’ da Sociedade. Por exemplo, em abril de 1950, o editorial de *Ciência e Cultura* salientava que:

“À medida que cresce a SBPC, que conta atualmente com cerca de 630 sócios de todas as categorias, em diferentes regiões do Brasil, tornam-se mais complexas suas finalidades pela solicitação de agrupamentos que sugerem ação mais intensa da sociedade e setores de atividade que constituiriam antes interesses tangenciais de seus primeiros associados”<sup>(80)</sup>.

Nesse caso, a questão era se a SBPC devia assumir uma posição quanto ao ensino do latim na escola secundária. Mas é interessante observar que, no mesmo número, *Ciência e Cultura* noticiava um seminário de dois dias sobre o ensino de química nas escolas secundárias. Essa reunião era organizada pela SBPC junto com a associação de estudantes secundaristas de química, e as recomendações finais da reunião seriam enviadas ao governo e a todos os responsáveis por aquele nível de ensino. Mais interessante até era o fato de que aquele seminário seguia o exemplo de um encontro anterior que tratava do ensino de história natural<sup>(81)</sup>. E um terceiro ponto importante era que a carta enviada pela SBPC ao ministro da Educação, em 1953, tratando dos currículos de história natural, aprovados em 1951, declarava:

“A SBPC, representada por sua diretoria, atendendo a um dos objetivos de seus estatutos que determinam deva ela concorrer por todos os modos para a melhoria do ensino das ciências no Brasil, pede vênica para manifestar-se sobre os novos programas”<sup>(82)</sup>.

Mas como o editorial tratava especificamente do ensino de latim, parece que os fundadores da SBPC estavam mais interessados no ensino de história natural e química que no de latim. Desse episódio se pode inferir que os fundadores se esforçaram por preservar a orientação original da associação, traindo, neste caso, seu viés de biólogos.

Uma segunda questão, embora mais complexa, gerou a mesma reação dentro da SBPC: era a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), com que se pretendia reestruturar todo o sistema educacional brasileiro. Esta lei levou treze anos para ser aprovada, de 1948 a 1961, e ao longo desse período dois grupos estiveram em confronto um com o outro, advogando duas diferentes concepções de educação, e de sociedade em geral, e, inevitavelmente,

articulando interesses diferentes. De um lado, estavam a Igreja, alguns intelectuais católicos e grupos privados que defendiam os direitos da educação católica e, sobretudo, privada, subsidiada pelo Estado. Do outro lado, estavam os educadores que sustentavam que o Estado devia oferecer educação apenas por meio de escolas públicas. Depois de dez anos, o Congresso aprovou a emenda à lei que decretava que o Estado devia não apenas subsidiar as escolas privadas como também permitir que seus proprietários participassem na esfera de tomada de decisão do Estado no que respeitava a educação e seu orçamento.

O editorial de março de 1960 de *Ciência e Cultura* argumentava:

“*Ciência e Cultura*, órgão oficial de uma sociedade que se propôs a incentivar o progresso científico do país, não pode ignorar a polêmica que ora se inicia em torno de Diretrizes e Bases, pois que o desfecho da contenda poderá afetar grandemente a produção e a formação das futuras gerações de cientistas brasileiros. Porta-voz, todavia, de um heterogêneo grupo de cientistas e intelectuais, talvez não lhe caiba senão alertá-los para a questão”<sup>(83)</sup>.

Referir-se aos problemas implicados numa tomada de posição e à heterogeneidade da SBPC era um meio de evitar, antes de tudo, um conflito interno, mas também um conflito político com outros grupos da sociedade. Deve-se lembrar também que a força da SBPC, ao menos no começo, foi construída com dificuldades, dia-a-dia, assim como o foi o esforço de definir um papel específico para a associação, mantendo ao mesmo tempo todos os membros unidos.

O conceito de uma associação voluntária apareceu várias vezes em *Ciência e Cultura* como um desafio ao ‘individualismo brasileiro’ e à conseqüente dificuldade de colaborar. Era uma queixa constante e também uma justificativa usada sempre que aspectos da SBPC, inclusive *Ciência e Cultura*, estavam em dificuldade.

## 2.5. A SBPC E SUAS REIVINDICAÇÕES PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CIENTISTAS

Falar sobre as condições do trabalho científico no Brasil neste período (1948-1964) é falar da falta de contratos de tempo integral, da deficiência do governo em reconhecer a importância da ciência e da interferência governamental em institutos de pesquisa e universidades. Contratos de tempo integral, com um salário razoável, eram vistos como essenciais pela comunidade científica para que um professor universitário ou pesquisador pudesse ser capaz de assegurar sua subsistência com um único emprego e assim concentrar-se na pesquisa. Mas várias dúvidas surgiram sobre como estabelecer tais contratos e para quem. O CNPq realizou uma reunião em São Paulo em 1951 sobre o assunto, distribuiu um questionário e marcou

uma reunião de seu Conselho Deliberativo com a participação dos responsáveis pela organização da pesquisa em institutos, laboratórios e universidades<sup>(84)</sup>. Em 1957, *Ciência e Cultura* anunciava em sua seção de notícias do CNPq: “Contratos de tempo integral foram aprovados”. Numa reunião entre o CNPq, reitores de universidades, representantes dos ministros de Estado e diretores de institutos de pesquisa, o projeto de lei estabelecendo contratos de tempo integral foi aprovado. O projeto também acrescentava alguns privilégios àquelas instituições com equipe científica de dedicação exclusiva: propunha facilidades especiais para a importação de material científico e de pesquisa para as universidades e institutos com pessoal de contrato integral. Estendia esse privilégio às universidades onde não houvesse esta categoria pessoal, mas que apresentasse um alto padrão de trabalho científico<sup>(85)</sup>.

Em janeiro de 1958, *Ciência e Cultura* publicou uma explicação dada pelo vice-presidente do CNPq para a solicitação que tinha feito ao presidente da República, no sentido de que enviasse ao Congresso um projeto de lei que estabelecesse contratos de tempo integral para cientistas e pesquisadores. Em suas palavras:

“Trata-se de possibilitar aos cientistas brasileiros a tranquilidade material necessária aos trabalhos de pesquisa, o que já foi adotado em outros países interessados em desenvolver sua tecnologia”<sup>(86)</sup>.

Mas parece que esta lei não foi votada pelo Congresso e foi somente em 1964 que o primeiro presidente militar assinou um decreto neste sentido.

Outro aspecto considerado importante para o progresso da ciência e para a formação de cientistas era a criação de bolsas de estudos. Como o treinamento do pesquisador é considerado básico para a formação da comunidade científica, o esforço de se oferecerem bolsas para estudantes de pós-graduação e de graduação era um passo essencial já naquela época. Como declarou em 1951 Heinrich Rheinboldt, um cientista alemão que instalou o departamento de química da USP, alguns estudantes eram obrigados a trabalhar a fim de poderem frequentar a universidade:

“Nossos alunos, em sua grande maioria, não se recrutam das camadas mais abastadas e parte deles precisa mesmo trabalhar ao fazer seus estudos para poder manter-se”<sup>(87)</sup>.

Talvez isso fosse mais característico dos estudantes de química do que dos de outra ciência, mas essa tendência de os estudantes de classe média e média-baixa constituírem a maioria nas universidades brasileiras seria o padrão dos anos 60 até o presente.

Essas bolsas permitiriam um melhor treinamento para um grande número de pesquisadores. O biólogo Carlos Chagas Filho viu as bolsas de

pesquisa como a melhor e talvez a única solução para o problema da escassez de cientistas no Brasil, considerando a quantidade e a qualidade de cientistas necessários. E antevia um segundo estágio no treinamento do pesquisador com uma bolsa no exterior, mas somente depois “que o candidato tivesse tirado proveito de todas as oportunidades e treinamentos que pudesse encontrar no Brasil”<sup>(88)</sup>. Vinte anos depois, um programa nacional para treinamento de pós-graduação foi estabelecido nestes termos. Ele continua a operar dentro desta linha até os dias de hoje.

É interessante notar que a Universidade de São Paulo (USP) estabeleceu um programa de bolsas para graduação de brasileiros e estrangeiros. *Ciência e Cultura* trouxe reportagens sobre essas bolsas de 1953 a 1955<sup>(89)</sup>. Embora a revista tenha assumido uma função de arquivo, ela de fato não operou como tal, sendo portado difícil saber se aquele programa terminou ou se simplesmente deixou de ser noticiado por *Ciência e Cultura*.

Em 1953 havia 46 candidatos com diplomas de diferentes universidades e países, e 14 bolsas foram concedidas<sup>(90)</sup>. O número de candidatos em 1954 subiu para 104 e o de bolsas caiu para 9<sup>(91)</sup>. Em 1955 o número de candidatos dobrou, chegando aos 219, e 17 bolsas foram concedidas<sup>(92)</sup>. Essas bolsas eram concedidas por um ano, mas se os agraciados não tivessem completado sua pesquisa, elas eram estendidas por mais alguns meses e até por mais um ano inteiro. Talvez isso explique a diminuição no número de bolsas concedidas em 1954. É interessante observar, na tabela 2.3, o aumento e a diferenciação dos candidatos entre 1953 e 1955 (deve-se notar que alguns talvez tenham se candidatado mais de uma vez).

Outro aspecto importante deste programa foi a dimensão internacionalista que está sempre presente na ciência brasileira – só ou em conjunção com a dimensão nacionalista – mas nunca ou raramente em oposição a ela. A orientação dos cientistas brasileiros era de que em assuntos científicos deve-se buscar conhecimento em qualquer fonte e trazer para o Brasil cientistas vindos de qualquer parte. Como foi dito a respeito da energia atômica: “Somente nações incivilizadas recusam buscar o que lhes falta entre aqueles que o possuem”<sup>(93)</sup>.

A USP estabeleceu outro programa com quinze bolsas, exclusivamente para graduação, em 1953. A CAPES sozinha concedeu no mesmo ano 32 bolsas para graduação, 51 bolsas de pesquisa para graduados trabalharem no Brasil e 128 para estudantes pesquisarem no exterior<sup>(94)</sup>. Era um número considerável para uma só agência dedicada à formação da comunidade científica no Brasil.

Mas esse estágio do desenvolvimento científico no Brasil estava repleto de dificuldades. Enquanto algumas agências governamentais adotavam uma atitude positiva, outros setores sequer compreendiam a

TABELA 2.3  
USP – BOLSAS DE GRADUAÇÃO

PAÍS DE ORIGEM	NÚMERO DE CANDIDATOS			BOLSAS CONCEDIDAS		
	1953	1954	1955	1953	1954	1955
Alemanha	7	15	15	2	2	2
Argentina	1	6	7	–	1	2
Áustria	1	4	5	–	–	–
Bélgica	–	–	11	–	–	–
Bolívia	–	–	1	–	–	–
Brasil	7	8	19	5	2	2
Bulgária	1	1	1	–	–	–
Canadá	–	1	4	–	–	–
Chile	–	1	–	–	–	–
Colômbia	1	1	2	–	–	–
Dinamarca	–	–	1	–	–	1
Egito	–	1	1	–	1	1
Equador	1	1	2	–	–	–
Espanha	4	5	49	2	–	2
Estados Unidos	1	5	6	–	1	1
Finlândia	–	–	5	–	–	–
França	–	6	8	–	1	1
Goa Portuguesa	–	–	6	–	–	–
Grécia	2	2	2	–	–	–
Holanda	–	–	1	–	–	–
Hungria	–	–	1	–	–	–
Índia	4	8	15	–	–	–
Inglaterra	1	2	3	–	–	–
Itália	3	9	16	1	–	1
Iugoslávia	–	2	–	–	–	–
Japão	2	2	6	2	–	2
Panamá	1	1	1	–	–	–
Paraguai	1	1	1	–	–	–
Peru	–	3	3	–	1	–
Portugal	5	8	6	1	–	1
Romênia	–	1	1	–	–	–
Suécia	2	4	3	1	–	–
Suíça	–	–	7	–	–	–
Turquia	2	5	–	–	–	–
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>104</b>	<b>219</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>17</b>

FONTE: *Ciência e Cultura*, v. 5, nº 1, jan. 1953, Notícias Diversas. "USP – Bolsas de estudo concedidas em 1953", p. 66-67; *Ciência e Cultura*, v. 6, nº 1, jan. 1954, "Bolsistas da Universidade de São Paulo", p. 51 e *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 1, jan. 1955, "Bolsas concedidas pela USP para 1955", p. 14.



importância da ciência ou mesmo tentavam destruir o que tinha sido conquistado com tanta dificuldade. Essa incompreensão era habitualmente atribuída ao próprio governo e ligada a outras características que tornavam muito difíceis as relações entre cientistas e governo. Quando José Reis escreveu sobre Rocha Lima – antigo diretor do Instituto Butantã e um dos pioneiros da ciência no Brasil – toda a amargura da comunidade científica contra os que não lhe ofereciam as necessárias condições para trabalhar veio à tona com veemência:

“Rocha Lima – escreve Reis – se encontrava enfrentando o indiferentismo, quando não a arrogância dos potentados em defesa de seus cientistas, de seus laboratórios, arriscando seu corpo em permanente desafio à dubiedade, à mentira, à incompreensão e à falta de respeito de maus políticos e administradores que apenas queriam ver no Instituto uma repartição técnica, destinada a produzir vacinas e soros ou uma rotina qualquer que se pudesse valorizar com o rótulo de ‘produção’ ”(95).

Reis foi mais longe quando mostrou que todo esse ambiente tinha sido responsável, por exemplo, pelo suicídio de Orville Derby(96):

“[...] o que mais revoltava Rocha Lima era a mentira, o despistamento, a falsa promessa destinada a não ser cumprida [...] que Oliveira Lima colocava sob a rubrica de ‘falta de caráter’, essa falta de caráter que tão duramente ofendeu o sábio Orville Derby a ponto de o levar ao suicídio” (97).

Reis via Rocha Lima como um exilado dentro de seu próprio país, onde a importância de seu trabalho não era reconhecida. Não recebeu uma cátedra e era mais respeitado na Alemanha, onde tinha trabalhado anteriormente(98).

Rocha Lima, num artigo publicado em *Ciência e Cultura* intitulado “Com Osvaldo Cruz em Manguinhos”, descreveu as dificuldades enfrentadas por Osvaldo Cruz em Manguinhos, e que eram muito semelhantes às que Reis relatava ter Rocha Lima enfrentado no Instituto Butantã:

“Mais de uma vez tive a oportunidade de [...] procurar amparar Osvaldo Cruz em seu desalento e profundo desgosto diante da oposição e obstáculos levantados à sua obra sanitária pelas contingências do ambiente político-administrativo de então, que o levaram à iminência de tudo abandonar para procurar na Europa alívio para a forte depressão que dele se apoderava”(99).

Osvaldo Cruz, numa certa época, teve financiamento e prestígio, mas o que talvez caracterize não apenas o começo da ciência institucionalizada no Brasil, mas também os últimos estágios de seu desenvolvimento era a instabilidade de financiamento e de reconhecimento. A crítica à falta de compreensão pode ser estendida à sociedade como um todo, e o governo

assim parece menos culpado. Essa idéia foi expressa pelo presidente do CNPq, que explicou que se o orçamento para a ciência e a tecnologia no Brasil era tão minúsculo, não era por culpa nem do governo nem dos políticos, mas por culpa da sociedade como um todo. Declarou:

“Quando a opinião pública está consolidada em torno de uma tese, esta tese está vitoriosa. E a opinião pública ainda não tem consciência da importância da ciência e da técnica, as quais constituem a base de todo o progresso”<sup>(100)</sup>.

Todos concordavam que a incompreensão existia, mas havia desacordo sobre que grupos não compreendiam a importância da ciência e em que grupos essa compreensão seria mais importante: o governo, a sociedade ou ambos. Enquanto o presidente do CNPq era membro do governo e tendia a culpar a sociedade, a comunidade científica em geral culpava o governo.

Mas, deixando de lado o campo dos valores e da ideologia, há na história da ciência no Brasil o fenômeno da intervenção direta do governo em institutos de pesquisa, universidades e programas científicos. A natureza dessa intervenção está ilustrada em relatos feitos por Rocha Lima e Osvaldo Cruz, diretores, respectivamente, dos Institutos Butantã e Manguinhos, em São Paulo e no Rio de Janeiro. A ameaça de intervenção e os passos necessários para preveni-la eram muito claros para a SBPC como associação, tal como aparece no segundo editorial de *Ciência e Cultura*:

“A ciência no Brasil, em especial, e na América Latina, em geral, ensaia ainda os seus primeiros passos e pode ser facilmente esmagada pela bota pesada de detentores de poderes ilimitados”<sup>(101)</sup>.

O editorial acrescentava que para a maioria dos administradores veteranos na América Latina, a ciência, tal como os carros, os refrigeradores e os rádios, devia ser importada de países mais intelectualmente avançados e industrializados. A SBPC chamou essa atitude de ‘colonial’ e profetizou que os problemas nacionais vitais não seriam resolvidos se a pesquisa científica não fosse levada a cabo dentro do país. O editorial afirmava que somente a união de todos os cientistas num objetivo comum poderia:

“[...] remover as montanhas que ainda se antepõem ao progresso da ciência na América Latina. A SBPC e a revista *Ciência e Cultura* poderão constituir um dos instrumentos dessa evolução, desde que a maioria dos cientistas e pessoas interessadas usem-no de maneira apropriada e com sabedoria”<sup>(102)</sup>.

Como e quando os cientistas usaram a SBPC será motivo de análise posterior.

## 2.6. CONCLUSÃO

Levando-se em conta os objetivos iniciais da SBPC e suas características, sua expansão foi gradual e coerente com as metas estabelecidas por seus fundadores. As reuniões anuais se expandiram, tanto em termos de número de participantes quanto de seções especializadas. O alcance das discussões abrangeu amplas questões sobre a ciência e as condições de pesquisa. Algumas características, que mais tarde se tornaram pontos regulares nas reuniões anuais, fizeram sua aparição neste período. Por exemplo, elas incluíam a organização de simpósios de campos especializados por suas sociedades respectivas e a tradição de uma assembléia-geral que debatesse moções com recomendações políticas ao governo. A revista *Ciência e Cultura* foi um elemento importante de unificação da comunidade científica e um reforço das reuniões anuais e da história da ciência no Brasil.

A SBPC foi fundada por um pequeno grupo de eminentes biólogos, muitos dos quais continuam ativos na Sociedade e controlam seu crescimento e sua esfera de ação. A SBPC esteve consciente da fragilidade das condições de trabalho dos cientistas e do desenvolvimento da ciência. O maior objetivo da SBPC era contribuir para a melhoria de tais condições e para o progresso da ciência no Brasil. Contudo, a SBPC estava consciente da particularidade da ciência num país do Terceiro Mundo, sua fragilidade diante do poder político, como algumas experiências no passado demonstraram e a experiência da ditadura militar brasileira viria reforçar.

## 2.7. NOTAS

(1) "E dentro destes pressupostos que o projeto da Universidade e o da Faculdade de Filosofia [...] em particular, ganham um significado especial dentro do projeto político e ideológico mais amplo da Comunhão: e o lugar da formação e reprodução do 'público novo', das elites dirigentes, e, ao mesmo tempo, a condição da conservação e reprodução do projeto de hegemonia cultural e política, de São Paulo e da Comunhão, dentro da nacionalidade". Ver I. R. Cardoso. *A universidade da Comunhão paulista*, São Paulo. Cortez Editores, 1982, p. 156.

(2) "Sabe o interventor paulista que a missão de São Paulo tem de ser cultural. Acima dos interesses materiais [...] pretende o Sr. Armando Sales colocar a Universidade de São Paulo [...] . [...] São Paulo pretende lançar as bases de sua grandeza em forças de inteligência e de cultura." *Idem*, p. 150.

(3) *Ciência e Cultura*, Editorial "Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência", v. 1, nº 1 e 2, jan.-abr., 1949, p. 1.

(4) *Idem, ibidem*, objetivo número 3.

(5) A. D. Orange, "The British Association for the Advancement of Science: the provincial background", in *Sciences Studies*, 1 (1971), p. 315.

(6) F. M. Turner, "Public Science in Britain, 1880-1919", in *Isis*, v. 71, nº 259, dez. 1980, p. 589-90.

(7) A. D. Orange. *op. cit.*, p. 317.

(8) *Ciência e Cultura*, Editorial "Sociedade Brasileira...", *op. cit.*, p. 2.

- (9) *Estatutos* (SBPC), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: Fundação, Evolução e Atividades. Publicação nº 3 da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, 1951, p. 4.
- (10) *Idem*, p. 7.
- (11) A. D. Orange, *op. cit.*, p. 315.
- (12) *O Estado de S. Paulo*, 21 de julho de 1949, "Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência debate sobre tema escolhido pela UNESCO – Reunião anual em Campinas – Entidades filiadas", p. 8.
- (13) *Idem, ibidem e Ciência e Cultura*, v. 2, nº 1, Noticiário da SBPC: "I Reunião Anual da SBPC, Campinas, 11/15 out. 1949", p. 71-3.
- (14) *Ciência e Cultura*, v. 2, nº 3, set. 1950, Noticiário da SBPC: "II Reunião Anual da SBPC, Curitiba, 5/12 nov. 1950", p. 236.
- (15) *Ciência e Cultura*, v. 2, nº 4, dez. 1950, Noticiário da SBPC: "II Reunião Anual da SBPC", p. 328-30.
- (16) *Ciência e Cultura*, v. 3, nº 1, mar. 1951, Noticiário da SBPC: "III Reunião Anual, Belo Horizonte, 4/11 nov. 1951", p. 72-3.
- (17) *Ciência e Cultura*, v. 3, nº 3, junho 1951, Noticiário da SBPC: "III Reunião Anual, Belo Horizonte, 5/10 nov.", p. 215.
- (18) *Ciência e Cultura*, v. 3, nº 4, dez. 1951, p. 323.
- (19) M. Rocha e Silva, "Dez anos pelo progresso da ciência", em *Ciência e Cultura*, v. 10, nº 4, 1958, p. 198.
- (20) *Ciência e Cultura*, v. 3, nº 4, dez. 1951, "Porto Alegre escolhida como sede da IV Reunião Anual", p. 324.
- (21) *Ciência e Cultura*, v. 4, nº 1-2, mar.-jun. 1952, Noticiário da SBPC: "IV Reunião Anual, Porto Alegre, 3/8 nov. 1952", p. 178.
- (22) *Ciência e Cultura*, v. 4, nº 3-4, set.-dez. 1952, Noticiário da SBPC: "IV Reunião Anual, Porto Alegre, 3/8 nov., 1952", p. 178.
- (23) *Ciência e Cultura*, v. 5, nº 1, mar. 1953, Noticiário da SBPC: "Em Curitiba a V Reunião Anual", p. 61.
- (24) *Ciência e Cultura*, v. 5, nº 4, dez. 1953, Noticiário da SBPC: "A V Reunião Anual em Curitiba", p. 259.
- (25) *Ciência e Cultura*, v. 6, nº 4, dez. 1954, "VI Reunião Anual, Ribeirão Preto", p. 212.
- (26) *Ciência e Cultura*, v. 6, nº 4, dez. 1954, Editorial, J. Reis, "Fundação de Amparo à Pesquisa", p. 157-158.
- (27) *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 3, set. 1955, Editorial, P. Sawaya, "A SBPC e as Universidades", p. 125-6.
- (28) *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 4, dez. 1955, Editorial "Atividades da SBPC e os seus sócios", p. 193-4.
- (29) Na interpretação de Leite Lopes: "Houve também o lado da exploração política. Em 54 era a crise contra Getúlio, o ataque da UDN e de Lacerda contra Getúlio [...] atacando violentamente Getúlio. O desfalque foi considerado, por Lacerda, como um problema de corrupção do regime de Getúlio. Isso envolveu o Conselho Nacional de Pesquisas e todo o mundo". Entrevista, FGV-CPDOC-RJ, Estrasburgo, julho de 1977, p. 73.
- (30) Ver. R. L. de M. Morel, *op. cit.*, p. 101-3.
- (31) *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 4, dez. 1955, Editorial "Atividades da SBPC e os seus sócios", p. 193.
- (32) *Ciência e Cultura*, v. 9, nº 1, mar. 1957, Noticiário da SBPC: "IX Reunião Anual, Rio de Janeiro, 8/13 julho, 1957", p. 44.
- (33) *Idem, ibidem*.
- (34) *Idem, ibidem*.
- (35) *Ciência e Cultura*, v. 10, nº 3, set. 1958, Noticiário da SBPC: "O Transcurso da X Reunião Anual", p. 187.
- (36) *Idem*, p. 189.

- (37) Fernando de Azevedo foi um destacado sociólogo, professor da USP, muito ativo na Associação Brasileira de Educação (ABE), e colaborador freqüente do jornal *O Estado de S. Paulo*. Também publicou um livro importante sobre as ciências no Brasil.
- (38) Zeferino Vaz foi um médico que se tornou famoso por sua postura radical na organização de uma faculdade de medicina em Ribeirão Preto e posteriormente na Universidade de Campinas, ambas no Estado de São Paulo. No intervalo dessas duas experiências, foi interventor na Universidade de Brasília, em 1965, quando decidiu colaborar com o regime militar, segundo sua entrevista no FINEP-CPDOC-FGV-RJ, p. 104-105.
- (39) *Ciência e Cultura*, v. 10, nº 3, 1958, Noticiário da SBPC, E. G. Mendes, "O transcurso da X Reunião Anual", p. 189.
- (40) A ser discutido no próximo capítulo.
- (41) *Ciência e Cultura*, v. 11, nº 3, set. 1959, Editorial, Paulo Sawaya, "A IX Reunião Anual", p. 101-2.
- (42) *Ciência e Cultura*, v. 11, nº 3, set. 1959, "Resumo das comunicações: seção F - Antropologia, psicologia e sociologia, e seção K - Educação", p. 131.
- (43) *Ciência e Cultura*, v. 11, nº 2, 1959, Noticiário da SBPC, Paulo Sawaya, "Relatório da Secretaria", p. 90-1.
- (44) *Ciência e Cultura*, v. 12, nº 2, junho 1960, Editorial, E. G. Mendes, "A escolha dos locais das reuniões anuais", p. 49-50.
- (45) M. Rocha e Silva, "Gênio científico e desenvolvimento tecnológico", Editorial de *Ciência e Cultura*, v. 13, nº 1, mar. 1961, p. 3
- (46) Ver *Ciência e Cultura*, v. 11, nº 1, mar. 1959, Editorial, P. Sawaya, "Ciência e tecnologia", p. 1-2, *Ciência e Cultura*, v. 11, nº 4, dez. 1959, Editorial, J. Goldemberg, "Por que ciência pura no Brasil", p. 183-4, *Ciência e Cultura*, v. 12, nº 3-4, 1960, Editorial, E. G. Mendes, "Progresso da ciência e indústria nacional", p. 129-30, e *Ciência e Cultura*, v. 13, nº 2, junho 1961, Editorial, J. Goldemberg, "Fundo de Amparo à Pesquisa", p. 63-4.
- (47) E. G. Mendes, "Progresso da ciência e indústria nacional", *op. cit.*
- (48) *Idem, ibidem.*
- (49) *Ciência e Cultura*, v. 13, nº 3, set. 1961, Noticiário da SBPC: "A XIII Reunião Anual", p. 207.
- (50) *O Estado de S. Paulo*, "Cientistas irão debater a criação de assessorias", 30 de março de 1961.
- (51) *O Estado de S. Paulo*, "SBPC sugerira uma política de maior auxílio à ciência ao Presidente da República", 21 de junho de 1961.
- (52) *Ciência e Cultura*, v. 13, nº 3, set. 1961, "Memorial", p. 129-30.
- (53) *Ciência e Cultura*, v. 13, nº 3, set. 1961, Noticiário da SBPC: "A XIII Reunião Anual", p. 208.
- (54) *Idem, ibidem.*
- (55) *Ciência e Cultura*, v. 14, nº 1, mar. 1962, Noticiário da SBPC, "XIV Reunião Anual da SBPC", p. 75, e *Ciência e Cultura*, v. 14, nº 2, junho 1962, Noticiário da SBPC, "A XIV Reunião Anual, Curitiba", p. 131.
- (56) *Ciência e Cultura*, v. 14, nº 3, set. 1962, Editorial, G. Rosenfeld: "XIV Reunião Anual da SBPC".
- (57) *Ciência e Cultura*, v. 15, nº 1, mar. 1963, Noticiário da SBPC, "Reunião do conselho e da diretoria", p. 66.
- (58) *Ciência e Cultura*, v. 15, nº 1, mar. 1963, Noticiário da SBPC, "Ata da Assembleia-Geral Ordinária realizada em 14 de julho de 1962 em Curitiba, Paraná, durante a 14ª Reunião Anual", p. 66-8.
- (59) *Idem*, p. 68.
- (60) *Ciência e Cultura*, v. 15, nº 2, junho de 1963, Noticiário da SBPC: "XV Reunião Anual", p. 146.
- (61) *Idem, ibidem.*
- (62) *Ciência e Cultura*, v. 16, nº 3, set. 1964, Noticiário da SBPC: "Resoluções do conselho

- da SBPC na Reunião de 8 de julho de 1964 realizada durante a XVI Reunião Anual em Ribeirão Preto, São Paulo”, p. 323.
- (63) *Ciência e Cultura*, v. 16, nº 3, set. 1964, Noticiário da SBPC, “Assembléia-Geral Ordinária, realizada em 9 de julho de 1964, em Ribeirão Preto, durante a XVI Reunião Anual da SBPC”, p. 323.
- (64) *Idem*, “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)”, p. 331-2 e “Regime de tempo integral no governo federal”, p. 332.
- (65) *Ciência e Cultura*, v. 1, nº 1 e 2, jan.-abr. 1949, Editorial, “Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência”, p. 2.
- (66) *Livro de Atas*, julho 1951 a out. 1969, “Atas das Reuniões do Conselho e da Diretoria da SBPC, São Paulo, 10 julho 1951, p. 22.
- (67) *Ciência e Cultura*, v. 9, nº 2, junho 1957, Editorial, M. Rocha e Silva, “A IX Reunião Anual da SBPC”, p. 55.
- (68) *O Globo*, 6 de junho de 1983, “SBPC, 35 anos: dos conflitos à convivência pacífica com o governo”, in *Literatura de Cordel*, MEC/CAPES, v. 4, nº 6, junho 1983, p. 6.
- (69) *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 2, 1955, Adolfo M. Penha, “Relatório da Tesouraria: balanço encerrado em 31 de março de 1955”, p. 117.
- (70) *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 1, 1955, “Auxílio do CNPq”, p. 58.
- (71) A Fundação Ford doou US\$ 900.000 para a edição da revista.
- (72) *Ciência e Cultura*, v. 11, nº 2, 1959, Noticiário da SBPC, P. Sawaya, “Relatório da Secretaria”, p. 90-1.
- (73) *Folha de S. Paulo*, “Cientistas preocupados: SBPC debateu a destruição do meio ambiente”, 11 de julho de 1971, p. 62.
- (74) Oscar Sala, Entrevista, CPDOC-FGV-RJ, 1977.
- (75) *Ciência e Cultura*, v. 11, nº 2, 1959, Noticiário da SBPC, P. Sawaya, “Relatório da Secretaria”, p. 90-1.
- (76) *Ciência e Cultura*, v. 13, nº 4, dez. 1961, Editorial, G. Rosenfeld, “O estado atual da SBPC. Suas realizações, obrigações e deficiências”, p. 211.
- (77) *Livro de Atas*, julho de 1951 a out. 1969, “Atas das Reuniões do Conselho e da Diretoria da SBPC”, São Paulo, 7 de março de 1962: Carta-circular aos membros do Conselho, p. 27.
- (78) M. Rocha e Silva. “Dez anos pelo progresso da ciência”, *Ciência e Cultura*, v. 10, nº 4, 1958.
- (79) J. Reis. Entrevista, FINEP. São Paulo, jan. 1977, p. 41.
- (80) *Ciência e Cultura*, v. 2, nº 2, abr. 1950, Editorial, “Ensino do latim no curso secundário”, p. 83-5.
- (81) *Idem*, “Sobre o ensino de química no curso secundário”, p. 150.
- (82) *Ciência e Cultura*, v. 5, nº 1, “Carta ao MEC protestando contra novos programas de ensino de história natural do curso colegial – Portaria 966 de 2/10/1951”, p. 47-8.
- (83) *Ciência e Cultura*, v. 12, nº 1, mar. 1960, Editorial, E. G. Mendes: “Diretrizes e bases da educação”, p. 2.
- (84) *Ciência e Cultura*, v. 3, nº 2, mar. 1951, “Regime de tempo integral”, p. 133.
- (85) *Ciência e Cultura*, v. 9, nº 4, dez. 1957, CNPq: “Aprovado o regime de dedicação exclusiva”, p. 253-4.
- (86) *Ciência e Cultura*, v. 10, nº 1, jan. 1958, “Horário integral aos cientistas”, p. 49.
- (87) *Ciência e Cultura*, v. 3, nº 2, mar. 1951, H. Rheinboldt. “O ensino superior da química”, p. 125-8.
- (88) *Ciência e Cultura*, v. 5, nº 4, dez. 1953, Noticiário da SBPC, Carlos C. Filho, “Bolsas de estudo e formação de pesquisadores”, p. 262-3.
- (89) *Ciência e Cultura*, v. 5, nº 1, jan. 1953, “Bolsas de estudo da Universidade de São Paulo”, p. 68.
- (90) *Ciência e Cultura*, v. 5, nº 1, jan. 1953, Notícias diversas: “USP – Bolsas de estudo concedidas em 1953”, p. 66-7.
- (91) *Ciência e Cultura*, v. 6, nº 1, jan. 1954, “Bolsista da Universidade de São Paulo”, p. 51.

- (92) *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 1, jan. 1955, "Bolsas concedidas pela USP para 1955", p. 14.
- (93) *Ciência e Cultura*, v. 8, nº 4, dez. 1956, CNPq, "Plano de Energia Atômica: física nuclear, formação de físicos nucleares", p. 258.
- (94) *Ciência e Cultura*, v. 6, nº 4, dez. 1954, Notícias diversas: "Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)", p. 214.
- (95) José Reis, "Henrique da Rocha Lima", *Ciência e Cultura*, v. 8, nº 4, dez. 1956, p. 251.
- (96) Derby veio dos Estados Unidos para o Brasil, em 1886, para dirigir a Comissão de Geologia e Geografia de São Paulo e, em 1906, foi convidado pelo governo federal para organizar o Serviço Nacional de Mineralogia, que foi criado em 1907, tendo Derby sido seu diretor até morrer em 1915. Ver Simon Schwartzman, *Formação da comunidade científica no Brasil*, *op. cit.* p. 83.
- (97) José Reis, "Henrique da Rocha Lima". *op. cit.*, p. 251.
- (98) *Idem, ibidem.*
- (99) H. da Rocha Lima, "Com Osvaldo Cruz em Manguinhos", *Ciência e Cultura*, v. 4, nº 1 e 2, jan.-mar. 1952, p. 18.
- (100) *Ciência e Cultura*, v. 13, nº 1, jan. 1961, CNPq, "Verbas insuficientes, principal entrave ao trabalho do CNPq", p. 49.
- (101) *Ciência e Cultura*, v. 1, nº 3, julho 1949, Editorial, "Problemas de todas as ciências", p. 74.
- (102) *Idem*, p. 75.





## CAPÍTULO 3

### A 'QUALIDADE ORGÂNICA' DA SBPC ANTES DE 1964

#### 3.1. A CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA DA SBPC

Para analisar a 'qualidade orgânica' da SBPC é necessário primeiramente analisar a concepção de ciência que motivou esta associação no período considerado. A concepção de ciência dos membros da SBPC seria a base de sua maneira de organizar as instituições e os projetos científicos. Também definiria seus objetivos e determinaria os compromissos e alianças que fariam.

A razão de ser da SBPC era defender a ciência e os cientistas. As questões que precisavam ser consideradas eram, primeiro, o papel social da ciência predominante na SBPC à época e, em segundo lugar, as características específicas dos cientistas que estavam representados na SBPC. A concepção de ciência que dominou a SBPC durante o período 1948-1964 será analisada aqui com base em duas categorias abrangentes: *internacionalista e nacionalista*. Finalmente, serão examinados os conflitos entre *ciência pura e aplicada*.

Esta análise estabelecerá uma retrospectiva para um exame da legitimidade da SBPC dentro da comunidade científica e seu relacionamento com outros grupos sociais e com o Estado. Isso também será uma diretriz para se compreender os conflitos dentro da SBPC e entre ela e outros grupos. As duas dimensões principais da análise serão a legitimidade da SBPC dentro da comunidade científica e a 'qualidade orgânica' da SBPC. A comunidade científica e a 'natureza' do Estado no Brasil sofreram mudanças naqueles dezesseis anos, e indubitavelmente a SBPC se transformou, malgrado a detenção de controle por seus fundadores. Conseqüentemente, as diversas relações eram complexas e serão descritas detalhadamente.

##### 3.1.1. *A dimensão internacionalista da ciência*

A ciência brasileira foi institucionalizada nos anos 30 com a criação da

Universidade de São Paulo e com a cooperação de cientistas estrangeiros. Em seu primeiro ano, a USP teve treze professores universitários europeus dos quais seis eram franceses, quatro eram italianos e três, alemães. Tinham contratos de curto prazo, mas alguns foram renovados, e, entre 1934 e 1942, quarenta e cinco professores estrangeiros trabalharam na USP, assim como alguns assistentes de laboratório. Em 1942, havia vinte e dois professores estrangeiros, seis dos quais ali trabalhavam desde a fundação. Segue-se uma lista incompleta dos professores universitários estrangeiros que ensinaram na USP, em seus primeiros anos, e suas respectivas disciplinas:

*Filosofia:* Etienne Borne e Jean Maugue (franceses)

*Sociologia:* P. Arbousse-Bastide, Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss (franceses)

*Geografia:* Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines (franceses)

*Zoologia:* Ernst Marcus e Ernst Breslau (alemães)

*Botânica:* Felix Rawitscher (alemão)

*Matemática:* Luigi Fantappie (italiano)

*Física:* Gleb Wataghin (russo naturalizado italiano)

*Língua e literatura francesas:* Robert Garric, Pierre Hourcade e Alfred Bonzon (franceses)

*Filologia portuguesa:* Francisco Rebelo Gonçalves e Fidelino Figueiredo (portugueses)

*História da civilização americana:* Paul Vanorden Shaw (norte-americano)<sup>(1)</sup>

Alguns destes professores implantaram departamentos em suas disciplinas no Brasil e trabalharam na USP por um tempo suficiente para fundarem uma escola. Tal foi o caso de Gleb Wataghin, em Física, Heinrich Rheinboldt, em química e Theodosius Dobzhansky em genética<sup>(2)</sup>. Esta descrição da influência estrangeira durante os anos de formação da USP pretende demonstrar que um conceito internacionalista da ciência esteve presente durante o desenvolvimento inicial da universidade e na preparação de novos estudantes, bem como na institucionalização da própria ciência. Num certo nível, é impossível praticar ciência sem uma perspectiva internacionalista de *como* o conhecimento é gerado e dos critérios para se estabelecer a verdade científica. O que se focalizará aqui são outras dimensões da perspectiva internacionalista, sua força entre os cientistas brasileiros e as razões desta força.

A perspectiva internacionalista pode ser observada na aquisição de conhecimento e em sua divulgação. A importância dada às ligações com o exterior manifestava-se não apenas no emprego de professores estrangeiros, mas também nas bolsas de pesquisa oferecidas a estudiosos estrangeiros e nos prêmios concedidos por fundações brasileiras.

O exemplo a seguir é dado como uma ilustração. André Dreyfus foi o organizador da secção de genética do Departamento de Biologia da USP. Foi co-fundador da escola Dobzhansky-Dreyfus de genética. Depois de sua morte, sua família criou o Prêmio André Dreyfus, que foi concedido, em 1954, a Hans Kalmus, do Galton Laboratory, University College, de Londres. Era uma maneira efetiva de gerar contatos estreitos entre cientistas brasileiros e estrangeiros, pois o Dr. Kalmus veio ao Brasil receber o prêmio e empreender uma pesquisa, de abril a setembro de 1955<sup>(3)</sup>.

O presidente do CNPq, na reunião do Conselho Deliberativo, rendeu homenagem à memória de Alexander Fleming na ocasião de sua morte. Olímpio Fonseca, em seu discurso sobre Fleming, mencionou como, em suas três visitas ao Brasil, aquele cientista tornara claro seu interesse pelo progresso científico do Brasil e também fizera vários amigos<sup>(4)</sup>. Isso era importante para a comunidade científica brasileira, não apenas para fazer contatos com cientistas estrangeiros, mas, tanto quanto possível, para manter vivas essas ligações. Isso garantiria que a comunidade científica brasileira fosse vista como pertencente à comunidade científica internacional.

Outro aspecto importante dessa perspectiva internacionalista era a publicidade que o contato com instituições estrangeiras recebia. Ela era particularmente importante quando implicava que a comunidade científica brasileira estava recebendo atenção especial, ou era reconhecida como uma comunidade científica significativa por aqueles países desenvolvidos, que eram intelectual e culturalmente mais estreitamente ligados ao Brasil, como a França e a Itália. Por exemplo, em 1955, o CNPq celebrou um acordo cultural com o conselho nacional de pesquisa da Itália, tendo um comentador observado que:

“Pelo referido acordo, técnicos e cientistas brasileiros poderão realizar estágios e cursos de aperfeiçoamento naquele país, em condições excepcionais e somente concedidos pelo governo de Roma à França”<sup>(5)</sup>.

*Ciência e Cultura* publicou, sob o título de “Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine”, uma carta desse instituto para a USP comunicando sua intenção de estabelecer maior cooperação e intercâmbio cultural, incluindo convites para professores universitários brasileiros darem cursos e seminários na França<sup>(6)</sup>. O fato de *Ciência e Cultura* publicar uma carta assim, mesmo que ela tivesse sido recebida pelas mais importantes universidades do país, demonstra quão significativo era para a comunidade científica brasileira gozar da estima de uma instituição estrangeira.

Em 1959, físicos brasileiros, com a ajuda de um físico japonês que ensinava na USP, tentaram montar um programa para trazer ao Brasil doze físicos japoneses especializados em energia nuclear. Isso era visto como:

“[...] começo de uma nova era na emigração japonesa. Há cerca de 400 mil emigrantes japoneses e seus filhos no Brasil. Em sua maioria camponeses que

vêm para o Brasil há 50 anos, mas até agora não emigrou nenhum grande cientista<sup>(7)</sup>.

A proposta de emigração de cientistas japoneses para o Brasil era vista como uma compensação pelo grande número de camponeses que haviam emigrado antes. Mas não há indícios de que tenha havido sucesso nesse programa, e apenas três físicos japoneses trabalharam na USP naquele período.

Para o desenvolvimento de uma perspectiva internacionalista, um fato muito importante foi o grau em que cientistas brasileiros puderam aperfeiçoar-se no exterior. Nenhum estudo sistemático foi feito enfocando a preparação da comunidade científica no exterior, mas, muito provavelmente, em todos os campos científicos, vários cientistas brasileiros passaram um ou dois anos fora do país, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, seja fazendo uma pós-graduação, seja trabalhando em projetos de pesquisa. Alguns deles trabalharam com os mais eminentes cientistas, nos mais prestigiados laboratórios da época e estavam aptos a manter-se a par dos mais recentes conhecimentos<sup>(8)</sup>.

Para uma idéia mais precisa da proporção de cientistas brasileiros que receberam formação no exterior, foram examinadas as biografias dos cientistas entrevistados originalmente para o livro de Simon Schwartzman, *A formação da comunidade científica no Brasil*. Os 66 nomes incluíam cientistas de várias gerações; alguns completaram sua graduação antes de 1920, outros antes da Segunda Guerra Mundial, e há os que se graduaram na década de cinqüenta. Schwartzman não especificou os critérios que usou para selecionar sua amostra de cientistas, mas mencionou que, assim como incluiu alguns dos fundadores de institutos de pesquisa e departamentos científicos<sup>(9)</sup> de universidades, também incluiu vários mais jovens que tinham participado da organização e do desenvolvimento daquelas instituições.

Os resultados revelam que dessa amostra, apenas dezesseis não receberam nenhum tipo de formação no exterior. Vários deles estiveram em mais de um país, freqüentemente os Estados Unidos e a Inglaterra, ou trabalharam em mais de uma universidade nos Estados Unidos. Cinco deles eram estrangeiros que vieram trabalhar no Brasil, e aqui permaneceram. Outros países que figuram predominantemente são a França, a Itália (para os físicos), a Alemanha e o Canadá. Tais dados dão uma idéia geral do padrão de formação da embrionária comunidade científica brasileira e levam a uma compreensão da base da perspectiva internacionalista.

### 3.1.2. *A concepção nacionalista de ciência*

A concepção nacionalista de ciência era a mais forte corrente de pensamento dentro da comunidade científica brasileira representada na SBPC e expressa através da revista *Ciência e Cultura*. Talvez a consciência do Brasil como um país subdesenvolvido e dependente, junto com o

sentimento de ter chegado tão tarde à ciência e, conseqüentemente, estar em atraso em relação aos países do primeiro mundo, explique a concepção nacionalista de ciência na SBPC. A concepção nacionalista de ciência é definida no presente trabalho como a concepção da ciência como uma atividade cujos fins devem estar orientados para as necessidades da 'Nação'. O trabalho científico era empreendido com o propósito de um dia ser transformado em tecnologia, que seria incorporada à indústria, e assim ser um fator de desenvolvimento e progresso do país.

Em tal concepção, os cientistas eram vistos como cidadãos, embora de um tipo especial, com uma maior responsabilidade social por serem cientistas num país com tão alto grau de analfabetismo. Um exemplo dessa consciência social que envolvia a SBPC nos anos 70 pode ser usado para ilustrar que o papel dos cientistas era uma questão dominante dentro da SBPC desde 1948. Oscar Sala, três vezes presidente da SBPC, de 1973 a 1979, disse:

“Eu confesso a vocês que na primeira vez que eu presidi uma reunião daquelas, eu pensei o que tem a ver um pesquisador, digamos, de geologia, querer dar palpite sobre problema econômico do país? Numa primeira reação, eu disse, eu, como cientista, só vou dar palpite naquilo de que eu realmente entendo. Mas percebi, à medida que a reunião começou a se desenvolver, me dei conta que eu estava errado. Aqueles homens de sociedade, que tinham o direito de estar preocupados com os problemas do país, que estavam procurando fazer umas sugestões... Às vezes são sugestões muito boas, às vezes são sugestões estúpidas. Mas eu acho que é um direito do homem da ciência, é um sentimento que ele está, hoje, tendo cada vez mais. A ciência é importante para a sociedade. Então ele quer também participar. Ele sente uma responsabilidade, como cientista, perante a sociedade moderna. Ele precisa participar de tudo o que se passa nessa sociedade. E é o que ele faz na SBPC”<sup>(10)</sup>.

Ou um outro físico, Leite Lopes, que assim se expressou ao analisar a necessidade da energia nuclear no Brasil e a falta de graduados brasileiros com a formação necessária.

“Um vazio foi criado agora entre o desenvolvimento econômico baseado em tecnologia e máquinas importadas e o meio social que surge dele e que não podemos resolver com líderes importados”<sup>(11)</sup>.

Conseqüentemente, o país precisava criar seus próprios intelectuais nacionais, bem como políticos e industriais.

Nos anos 50, as necessidades da nação estavam concentradas na palavra *desenvolvimento*, e uma importante questão que mobilizou a comunidade científica foi a da energia nuclear. A energia nuclear à época significava para eles apenas o conhecimento e o controle de uma nova fonte de energia. Para a comunidade científica brasileira, aquela era uma oportunidade de se envolver num campo da ciência num nível restrito, em seus últimos desenvolvimentos,

aos países do primeiro mundo. A energia nuclear surgiu, no Brasil dos anos 50, como a solução para o subdesenvolvimento. Pensava-se que o controle desse campo científico conduziria ao controle de todos os demais campos, e que isso traria industrialização, desenvolvimento e progresso. Finalmente, e de maneira mais importante, o controle da energia nuclear colocaria o Brasil no mesmo patamar dos países desenvolvidos, ou pelo menos, como um dos países envolvidos em decisões concernentes àquela tecnologia. Isso levaria, quase que como uma consequência natural, à equivalência em termos de desenvolvimento. O que, em retrospectiva, parece uma idéia irrealizável, aparentava ser bastante razoável naquele tempo, tanto por causa do esforço que estava sendo feito para a formação de físicos, que estavam conquistando reconhecimento internacional<sup>(12)</sup>, quanto por causa dos abundantes recursos naturais do Brasil em minerais atômicos<sup>(13)</sup>.

O desenvolvimento da ciência em geral era visto como uma trilha para o desenvolvimento do país e como o principal instrumento para superar o subdesenvolvimento e alcançar o progresso. A orientação era nacionalista e esses cientistas tinham interesses no desenvolvimento do país como um todo, incluindo todas as classes sociais. Não estavam comprometidos necessariamente com uma classe social mais do que com outras, e certamente não estavam comprometidos em particular com a burguesia. Como o desenvolvimento implica industrialização, por vezes a burguesia industrial era mencionada como um importante grupo para a compreensão da importância da ciência e de sua utilização. Isso não significa que estivessem comprometidos com os interesses do proletariado nem que aquele desenvolvimento implicasse uma mudança de uma sociedade capitalista numa socialista. Mas, quando os 'intelectuais nacional-populares' expressaram suas opiniões sobre uma sociedade desenvolvida, mesmo que dentro dos limites de um modo de produção capitalista, estavam de alguma forma interessados nas 'massas' e na melhoria de suas condições de vida, não apenas num sentido econômico ou social, mas também em aspectos políticos.

Esta concepção aparece indiretamente quando os cientistas se referem ao desenvolvimento universal do país, ou diretamente quando mencionam explicitamente os interesses das classes excluídas dos privilégios na sociedade existente. Isso será mostrado na análise das discussões da SBPC no que respeita à ciência.

O físico José Leite Lopes, falando sobre energia nuclear em duas ocasiões distintas, focalizou de maneira diferente as duas classes fundamentais. Isso pode ser considerado como uma diferença de ênfase ou como uma diferença em sua consciência do problema, uma vez mudadas as condições objetivas. Em 1955, depois da conferência de Genebra, na qual tinha sido um dos secretários científicos, ele declarou numa entrevista à imprensa:

“Para uma nação rica em matéria-prima atômica como o Brasil, essa fase de transição da revolução industrial deve ser estudada e compreendida pelos nossos

governos, para que possamos utilizar em nosso benefício os seus resultados. Para isso, é indispensável não somente o apoio governamental e do público aos trabalhos realizados pelo CNPq e por instituições especializadas, mas sobretudo maior interesse dos industriais em um entrosamento entre a indústria e os institutos tecnológicos”(14).

Três anos mais tarde, o mesmo cientista culparia a falta de compreensão do governo pelas falhas do programa nuclear brasileiro. Ele propôs maior desenvolvimento universal e a libertação e independência do país, o que incluiria o bem-estar da população como um todo. Leite Lopes afirmou que:

“[...] essa incompreensão é o resultado da mentalidade que reinava há cerca de 30 anos, segundo a qual o Brasil deveria ser exclusivamente produtor e exportador de matérias-primas e importador de produtos manufaturados. Os resíduos dessa mentalidade ainda estão espalhados sob as mais variadas formas, procurando impedir o nosso processo histórico de libertação.”

E acrescentou:

“O programa técnico-científico brasileiro deve buscar a cooperação com outros países, mas tem que repousar em bases humanas nacionais, adaptadas às nossas realidades e com o objetivo do mais rápido desenvolvimento do país – desenvolvimento não a qualquer preço, mas visando ao bem-estar e à cultura do nosso povo e a independência de nossa nação”(15).

Ele viu o mesmo programa, da primeira vez, como uma questão de industrialização e, mais tarde, como uma questão de libertação do país e de sua população. A principal razão para essa mudança de consciência foi a interferência dos Estados Unidos em suas tentativas de evitar que o Brasil desenvolvesse seu próprio programa nuclear, a fim de que continuasse a ser um exportador de matéria-prima atômica para as necessidades norte-americanas:

“É claro que havia interesses poderosos infiltrados no terreno científico contra isso, em favor dos interesses superiores norte-americanos. Havia, realmente, e isso os documentos estão aí para provar. Agora, o físico, o que deve fazer, ficar calado? Primeiro, o físico, para continuar sua pesquisa tranquilamente, receber seu material ou sua bolsa Rockefeller, etc., deve ficar de acordo com os interesses americanos? Acho que não, porque sou brasileiro. O físico deve ficar calado: ‘Isso vai-me queimar, porque, finalmente, é uma coisa muito séria’? Acho que não, porque é o interesse do seu país. É uma questão de opção pessoal. Então, fui contra”(16).

A autodefinição de Leite Lopes como um intelectual nacional-popular resultou em sua aposentadoria compulsória como conseqüência da política do regime militar de comum interesse com os Estados Unidos. Trabalhou em Estrasburgo, de 1970 a 1975, quando retornou ao Brasil como diretor do CBPF, o instituto que ele fundara com outros físicos e de onde lutaram pela implementação do programa nuclear. Ironicamente, os ideais pelos quais

tinham lutado permaneciam os mesmos, a despeito dos desenvolvimentos que ocorreram na ciência e em muitas áreas da atividade humana, seja no mundo, seja no Brasil.

O conceito da ciência como um fator de progresso oscilou desde o nível mais abstrato até a definição concreta do tipo de progresso que se desejava. Anísio Teixeira declarou: “A generalização do espírito científico a todos os aspectos da vida é, nos dias de hoje, o mais seguro penhor político, social e moral do homem e, em verdade, seu melhor guia, seu melhor conselheiro [...]”<sup>(17)</sup>. Aqui não é a ciência nem mesmo a tecnologia que era vista como o fator de progresso, mas o ‘espírito científico’ e o progresso a que se refere não é o da Nação, mas primordialmente o progresso do gênero humano.

Em contraste com essa posição havia a que se segue, assumida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua reportagem sobre a décima reunião anual da SBPC. O jornal elogiou a iniciativa dos cientistas que:

“[...] como nós, sempre têm defendido a ímútável lógica de que a ciência tem de estar cada vez mais presente na marcha ascensional do progresso do Brasil [...] Em boa verdade, só uma tarefa coletiva e gigantesca, como é a que vem pretendendo desenvolver com tão benéfico êxito os nossos cientistas, pode colocar-nos na vanguarda do progresso autêntico, graças ao aproveitamento total e consciente de todos os recursos materiais e espirituais de que dispomos.”

Considerava-se que os cientistas estavam na vanguarda, mas um esforço coletivo era necessário. E, finalmente, o editorial contrastou um possível futuro baseado na ciência com os problemas da situação contemporânea do Brasil:

“[...] Consideramos, no instante conturbado em que vivemos, que a X Reunião Anual da SBPC encara, com realismo, a justa dimensão do Brasil: o esforço sério, rigorosamente científico, para um futuro imenso – ou o prosseguimento de uma situação [...] demagógica e insustentável. Sem hesitação, repudiamos o caminho dos demagogos”<sup>(18)</sup>.

Na opinião de *O Estado de S. Paulo*, os cientistas estavam apontando para o mesmo caminho de desenvolvimento do Brasil que tinha sido trilhado, desde 1930, pelo ‘grupo Mesquita’, fundador do jornal. Naquela época, esse grupo esteve ativo na fundação da USP e na elaboração da ideologia da superioridade cultural e do papel de liderança do estado de São Paulo. Segundo tal ideologia, educação e ciência eram indispensáveis para a formação de uma elite política e cultural que pudesse dirigir o país rumo a seu ‘futuro esplêndido’. A ciência era o meio pelo qual o potencial de grandeza do Brasil seria fomentado, e este era o elemento essencial para o progresso<sup>(19)</sup>.

Para Jaime Tiomno, outro eminente físico, a importância da ciência ia ainda mais longe. Aludia a uma revolução que mudaria consideravelmente a



posição e o papel da ciência e dos cientistas, e via a ciência ligada à defesa nacional:

“[...] A atividade científica não é mais uma atividade puramente cultural, que prestigia o país por mostrar que o nível intelectual de seus cidadãos é dos mais elevados. Não: a atividade científica tem uma repercussão socioeconômica cada vez maior, sendo os cientistas chamados a colaborar no desenvolvimento industrial e mesmo para resolver problemas ligados à defesa nacional [...]”<sup>(20)</sup>.

O Conselho Nacional de Economia convidou três físicos do CBPF, Jaime Tiomno, José Leite Lopes e Luis Marques, para assessorá-lo em assuntos de pesquisa científica e suas aplicações industriais em todos os setores de produção capazes de promover ou acelerar o desenvolvimento econômico. Esses cientistas, por conta própria ou através do CBPF, realizaram pesquisas para ajudar a formular suas recomendações ao Conselho Nacional de Economia<sup>(21)</sup>.

A necessidade de relacionar ciência e indústria e, conseqüentemente, educação – especialmente formação universitária para os novos quadros do setor produtivo – foi o tema de vários artigos e discursos publicados em *Ciência e Cultura*<sup>(22)</sup>. No final da década de 50, a reforma das universidades era considerada uma tarefa urgente em relação ao segundo estágio do ‘processo de substituição de importações’, incluindo a produção doméstica de maquinaria pesada<sup>(23)</sup>. A educação universitária era criticada por ser virtualmente a mesma do século passado, sem levar em consideração os mais recentes imperativos do desenvolvimento nacional. “O contínuo progresso de uma nação moderna depende de uma equação racional entre atividades científicas e produtivas”<sup>(24)</sup>.

Embora a indústria representasse uma aplicação muito importante do conhecimento científico, todos os setores de produção poderiam beneficiar-se deste conhecimento:

“O exemplo dos países mais adiantados nos ensina que nenhuma nação pode dar bem-estar ao seu povo se não tiver sua economia baseada em uma forte indústria e próspera agricultura. A indústria moderna e a agricultura de nossos dias exigem não só cientistas nas diferentes especialidades e laboratórios de pesquisa, mas também grande número de especialistas dos mais variados níveis, a quem compete transmitir a operários ou agricultores as regras e os processos que a ciência indicar”<sup>(25)</sup>.

A indústria brasileira daquele período era predominantemente uma indústria nacional, a despeito da política de ‘portas abertas ao capital multinacional’ iniciada em 1955. A ideologia nacionalista da década que precedeu o golpe militar de 1964 baseava-se numa aliança de classe que incluía a burguesia industrial no setor progressista, mas que excluía a

oligarquia rural e a burguesia estrangeira, vistas como inimigos a serem combatidos.

A próxima parte estende a análise da concepção nacionalista de ciência às ligações dos intelectuais nacional-populares com as classes fundamentais da sociedade brasileira.

### 3.2. O RELACIONAMENTO DA SBPC COM OUTROS GRUPOS SOCIAIS

Um dos pontos mais fortemente enfatizados na autodefinição da SBPC era o de ela ser uma associação autônoma. Essa autonomia era acentuada em relação ao Estado, que provia a SBPC com alguns recursos financeiros e que era o único financiador das universidades e dos institutos de pesquisa em que os membros da SBPC trabalhavam. Em seus primeiros dias, a SBPC era bastante 'conservadora e reservada' na questão de apoiar as reivindicações de outros grupos, mesmo quando estes eram associados ao ensino ou à educação, e este sentido de autonomia da SBPC tornou-se mais geral e foi estendido a seu relacionamento com outros grupos sociais na sociedade e a outros interesses.

É interessante observar que, no período analisado, a SBPC nunca assumiu as reivindicações dos estudantes, que, desde 1961, vinham sendo idênticas no que dizia respeito à reforma universitária. A União Nacional dos Estudantes (UNE) fora criada em 1938 e desempenhara papel muito importante nos assuntos políticos e estudantis. No princípio, a UNE lutou contra a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e posteriormente ficou sob o controle de diversas tendências políticas. Foi apenas depois de 1956 que esta entidade adotou consistente e continuamente uma plataforma sobre questões nacionais. Especificamente, ela participou na luta pela nacionalização da indústria petrolífera, e a partir de 1961 organizou seminários para procurar definir a reforma universitária como uma questão básica<sup>(26)</sup>.

Luís Antonio Cunha viu os estudantes universitários como o grupo com a maior experiência em organização política em nível nacional no período da república populista (1945-1964), a despeito das dificuldades geradas pela natureza transitória de sua condição de estudantes<sup>(27)</sup>. Os estudantes eram muito bem organizados em âmbito nacional e, como instituição, a UNE era dez anos mais velha que a SBPC. Dado que estudantes e professores são os elementos que constituem a universidade, é significativo que os dois grupos não tenham reivindicado reformas conjuntamente ou, pelo menos, que a SBPC não se tenha associado diretamente às reivindicações dos estudantes. Tal questão nunca foi mencionada nem em *Ciência e Cultura* nem nos debates da SBPC ou nas assembleias-gerais desse período.

A razão para essa ausência de ação conjunta era o desejo da SBPC de estar completamente dissociada do movimento estudantil, que era muito forte

e politizado. Em seu estudo das universidades brasileiras de 1945 a 1961, Cunha reconheceu que a UNE e a SBPC

“[...] vieram a ter papel destacado nos acontecimentos que marcaram o desenvolvimento do ensino superior no período em questão”(28).

No entanto, não reconheceu que elas o fizeram como duas organizações separadas, cada qual lutando isoladamente e de acordo com seus próprios princípios e forças.

Se a SBPC não relacionou suas demandas com as dos estudantes a respeito da reforma das universidades brasileiras, não é de surpreender que as ligações da SBPC com outros grupos fossem ainda mais débeis. A autonomia da SBPC parece não ter sido ameaçada quando os cientistas reconheceram a importância da participação da burguesia industrial no progresso da ciência e da tecnologia no Brasil. Nem quando ela reconheceu a importância de se buscar um processo de desenvolvimento que incluísse as ‘massas’. Não há nenhum registro da participação da SBPC em qualquer das lutas e campanhas da classe operária naquele período, como aconteceria nos anos 70.

A conexão mais evitada era certamente com políticos ou com qualquer tendência política. Mas, como foi mencionado antes, a SBPC evitou até mesmo tomar posições no longo debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma política educacional que certamente afetaria as universidades. A esse respeito, a SBPC não era muito diferente da Academia Brasileira de Ciências em sua recusa de cooperar com outras organizações na pressão por reivindicações que podiam ser definidas como parte de seus objetivos enquanto organização. O que se pode concluir é que as relações da SBPC com outros grupos sociais naquele período foram superficiais, e existiram mais em termos de uma concepção do papel social da ciência do que em termos de uma ligação efetiva com outros grupos. Este quadro mudou nos anos 70, quando a SBPC começou a fazer pressão e a estreitar seus laços com outros grupos e causas.

### 3.3. PROBLEMAS DA LEGITIMIDADE DA SBPC

Como foi dito no capítulo 2, a legitimidade da SBPC dentro da comunidade científica cresceu muito desde o tempo de sua fundação. As principais razões para isso foram o *status* dos fundadores da SBPC; em seguida, a falta de qualquer associação semelhante; e finalmente, a necessidade deste tipo de associação, dadas as condições sob as quais a comunidade científica trabalhava no Brasil.

O fato de a SBPC basear-se em vários grupos especializados diferentes, com diferentes interesses que iam até o ponto em que sua especialidade estivesse contemplada e que partilhavam o mesmo orçamento estatal,

inevitavelmente conduziu a conflitos entre esses grupos. É, pois, importante analisar como uma organização como a SBPC manteve unidos esses cientistas e quais eram os ideais ou objetivos que compartilhavam.

Segundo o testemunho do que foi publicado em *Ciência e Cultura*, dos registros das reuniões internas da diretoria e do conselho da SBPC, e mesmo da imprensa nacional, o número de conflitos internos não era muito significativo. Pode-se supor que tais conflitos não tenham sido tornados públicos, mas é pouco provável que muitos deles tenham sido abafados, especialmente nas reuniões internas ou em *Ciência e Cultura*, o que parece indicar a legitimidade da SBPC entre seus membros, seus diferentes grupos e a comunidade científica como um todo. É o que a presente análise pretende mostrar: que a eventual inexistência de conflitos ilustra, de alguma forma, a força da SBPC como uma associação que representa a maioria da comunidade científica brasileira. A análise seguinte não segue os acontecimentos em ordem cronológica, mas discute-os dentro de certas categorias.

A primeira categoria é o conflito de grupo. A criação do CNPq e da CAPES, em 1951, foi vista pelos cientistas como um grande estímulo à atividade científica no Brasil, mas em graus diferentes. Talvez porque os objetivos da CAPES fossem mais limitados, ligados apenas à educação universitária e a formação de professores universitários, e por ser um órgão do Ministério da Educação e Cultura, não era vista da mesma forma como se via o CNPq. Primeiro, o CNPq era o Conselho Nacional de Pesquisas, seguindo os passos de organizações de pesquisa científica em países desenvolvidos como a França, os Estados Unidos ou o Reino Unido. Segundo, estava ligado diretamente à Presidência da República, o que lhe dava maior autonomia; e, terceiro, supunha-se que seria controlado pelos próprios cientistas. A idéia de tal organismo surgiu pela primeira vez na Academia Brasileira de Ciências, em 1931, e foi mencionada pelo presidente Getúlio Vargas em 1936 em conexão com problemas agrícolas. Em 1946, um projeto para a criação de um Conselho Nacional de Energia Atômica foi elaborado e finalmente, em 1949, o presidente Dutra nomeou uma comissão de vinte e dois membros para formular um esboço de proposta para ser enviado ao Congresso. O CNPq foi criado por lei, em janeiro de 1951, estreitamente ligado a questão da energia nuclear e do movimento nacionalista baseado nos militares que buscavam proteger os recursos minerais atômicos do Brasil.

O presidente da comissão que recomendou a criação do CNPq foi o almirante Álvaro Alberto, que se tornaria o primeiro presidente do órgão. Ele estava estreitamente envolvido com a criação de uma política nuclear brasileira e com a proteção dos recursos minerais atômicos do país. Em consequência disso, grande parte do orçamento do CNPq foi destinada à física em geral e a maior parte deste para a física nuclear. Segundo Regina Morel, em 1951 o setor de física recebeu 65,5% dos subsídios do CNPq e o

setor de biologia recebeu os restantes 34,4%(29). Mas dados dos relatórios do CNPq mostram que, no período entre 1951 e 1956, o setor de biologia recebeu um orçamento maior para subvenções e bolsas de estudo que o setor de física, exceto em 1951, como se vê na tabela 3.1.

TABELA 3.1  
CNPq: SUBVENÇÕES E BOLSAS DE ESTUDOS(%)  
(porcentagem de distribuição)

SETORES	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1951/56
Agronomia	5,6	6,3	3,0	2,8	17,9	14,4	8,8
Biologia	29,9	40,6	45,7	42,9	27,7	30,0	36,5
Física	32,0	27,7	18,3	23,4	19,2	19,7	22,0
Tecnologia	19,2	7,0	11,7	14,2	15,0	13,6	13,2
Química	9,4	7,8	12,2	9,2	12,0	10,4	10,3
Geologia	1,6	5,9	3,2	2,6	6,4	7,5	5,0
Matemática	0,6	3,2	2,3	1,2	1,7	3,0	2,5
Técnico	1,5	1,5	3,3	2,5	-	1,5	1,8

FONTE: J. L. A. Brunetti e outros, "CNPq: um enteado da política oficial", em *Ciência, tecnologia e desenvolvimento* 2. UNESCO/CNPq, Brasília, 1983, p. 105.

Brunetti e outros técnicos do CNPq argumentam em seu artigo que a contradição entre a prioridade dada à energia atômica e o orçamento mais alto destinado à biologia era apenas aparente. A prioridade dada à energia atômica existia mais em termos de elaboração de uma política e de sua implementação que na alocação de verbas. Além disso, a energia atômica incluía outros setores de pesquisa e não estava restrita apenas à física. Por exemplo, o setor de pesquisa geológica era crucial no primeiro estágio dessa política para avaliar o potencial dos minerais do país bem como sua extração e utilização. Mencionou-se também o trabalho nos setores tecnológico e matemático como relacionados ao projeto de energia atômica. É também importante recordar que a biologia era o mais estabelecido e desenvolvido setor no Brasil e, por ter mais profissionais e estudantes, estava conseqüentemente mais apto a usar as verbas do CNPq e a estar incluído entre as prioridades do órgão. Ao mesmo tempo, a biologia incluía setores que mais tarde seriam classificados separadamente, como a ciência veterinária, a zoologia, a ecologia e outros(30).

Esses eram os campos científicos mais fortes no Brasil, sendo que a biologia tinha a mais longa tradição e a física vinha tendo um início e um desenvolvimento cheios de êxito. Isso se deu especialmente logo depois da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no Rio de Janeiro, em 1949. Esta divisão do orçamento geraria queixas da parte dos biólogos e um artigo intitulado "Universidade e desenvolvimento econômico", que

criticava a preferência do CNPq pela física nuclear, recomendava uma melhor compreensão entre as universidades e o CNPq:

“Esse órgão, todavia, cuja criação constitui uma grande esperança para o desenvolvimento da ciência no país, teve, desde a sua origem, um vínculo predominante com os problemas de energia nuclear, canalizando para esse setor a maior parte de seus recursos, sem a proporcional consideração de outras necessidades que constituem lastro essencial para um rendimento útil daquele corpo de pesquisa. O papel primordial do CNPq deveria ser o de estabelecer princípios básicos de uma política nacional de desenvolvimento de pesquisa científica”<sup>(31)</sup>.

A ligação unilateral do CNPq com a física nuclear era assim criticada pelos biólogos e propunha-se que o CNPq deliberasse a respeito de uma política nacional abrangente que incluísse todos os campos científicos.

Mas mesmo entre os físicos o CNPq era criticado. Um dos mais influentes físicos, Mário Schemberg, criticou o processo de tomada de decisão do CNPq por se basear em grupos de interesse. Schemberg foi motivo de reportagem de *Ciência e Cultura* por ter falado nos seguintes termos:

“[...] dentre os erros do meio científico brasileiro citou o grupismo, salientando o perigo que representa para o nosso desenvolvimento a criação de grupos entre os homens de ciência. Afirmou que o CNPq jamais foi o representante da ciência brasileira. E lembrou que, nesse órgão, houve duas fases em prejuízo das pesquisas científicas: a fase Lattes e a fase anti-Lattes. Para conseguir-se alguma coisa no Conselho Nacional de Pesquisas, era preciso pertencer ao grupo que estivesse dominando”<sup>(32)</sup>.

No mesmo simpósio, “Utilização da energia atômica para fins pacíficos no Brasil”, organizado pela SBPC depois que o presidente do CNPq, Álvaro Alberto, foi demitido, os físicos estavam em desacordo sobre a questão da exportação dos minerais atômicos brasileiros. Noticiou-se que a maioria dos físicos era contra a exportação desses minerais como mero comércio de matéria-prima com o objetivo de obter dinheiro estrangeiro. Mas concordavam com a exportação, a fim de promover o desenvolvimento da física atômica no Brasil. No entanto, alguns eram contra qualquer tipo de exportação; um destes era Mário Schemberg, que se declarou contra a troca de reatores por minerais estratégicos, levando-se em conta os baixos preços da areia monazítica, do tório e do urânio.

A reação de outro físico, José Costa Ribeiro, que participava ativamente do programa nuclear, foi defender as boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos:

“Lamentou que no Brasil se venha discutindo apaixonadamente a questão de exportação de materiais estratégicos, num tom quase agressivo, a países com os

quais mantemos as melhores relações, enquanto as maiores potências, inclusive no desenvolvimento da física atômica, como os Estados Unidos e a União Soviética, já chegam a uma harmonia [...]”<sup>(33)</sup>.

Essa opinião é muito diferente da visão de Mário Schemberg sobre o problema e das idéias de Leite Lopes antes citadas, e pode-se conjecturar que havia pelo menos dois grupos entre os físicos com visões divergentes sobre a questão, embora a tendência nacionalista fosse dominante. Foi provavelmente por isso que a SBPC não tomou posição definitiva, e a única ação levada a cabo depois da demissão do almirante Alvaro Alberto do CNPq, que representava uma grande perda para o programa nuclear brasileiro, foi a organização do simpósio. É surpreendente que *Ciência e Cultura* não tenha se referido à demissão de Alberto de nenhuma forma, sequer um reconhecimento por seu papel na criação e na direção do CNPq. Ele foi demitido em 1955 e só em 1956 *Ciência e Cultura* noticiou que um novo presidente do CNPq tinha tomado posse, apesar dos freqüentes artigos sobre energia nuclear em todas suas edições. O primeiro ato de reconhecimento pelos serviços do almirante Alvaro Alberto à ciência brasileira se deu em 1958 quando ele foi convidado a presidir uma reunião anual da SBPC. Isso revela a complexidade do problema e, senão um conflito interno, ao menos a falta de consenso em torno do assunto.

A questão do programa nuclear brasileiro, ou mesmo da demissão de Alvaro Alberto da presidência do CNPq, se caracterizaria em última instância como uma questão política, como um conflito entre um país subdesenvolvido em luta por sua autonomia e os intentos bem-sucedidos dos Estados Unidos de manterem sua dominação. Decerto, àquela época, a comunidade científica estava dividida entre os intelectuais nacional-populares e os cosmopolitas, como tentou mostrar a análise precedente. Também fica demonstrada a fraqueza dos cientistas brasileiros, tanto dentro do país quanto diante dos interesses imperialistas. Leite Lopes ressaltou que Alvaro Alberto era mais que apenas um cientista, era também um militar, mas isso não impediu sua demissão:

“A energia atômica tornou-se um problema político importante [...] Álvaro Alberto [...], almirante da Marinha Brasileira, presidente da Liga de Defesa Nacional, e que fazia pregações [...] contra a esquerda ou contra comunistas [...] foi jogado ao lixo. Por quê? Porque ousou pensar um programa de energia atômica de interesse do Brasil, e não contra o Brasil”<sup>(34)</sup>.

Outro aspecto que vale a pena mencionar é a forma de comportamento dos físicos como grupo. Mesmo que não tenha sido um conflito em si mesmo, aquilo tinha o potencial de levar a conflitos e influenciar a distribuição do orçamento científico e das prerrogativas dos diferentes grupos de especialistas em entidades de pesquisa, no governo e mesmo em associações como a SBPC. Os físicos sempre tentaram comportar-se como um grupo organizado,

apresentando suas reivindicações ao CNPq, ao governo ou à SBPC, mas isso não significa que não houvesse conflitos no interior do grupo. Isso ficou demonstrado antes que eles mesmos o fizessem, pois suas ações foram coordenadas como um grupo de pressão. Talvez a organização exigida para a criação do CBPF e para planejar e sustentar o programa nuclear os tenha levado a agir dessa maneira. Este modelo pode ser contrastado com o comportamento dos biólogos que, como um grupo científico mais tradicional e mais estabelecido, tentaram controlar instituições e solicitar favores especiais do governo de forma mais individualista, com base nas grandes figuras da biologia. Mesmo a SBPC, que era controlada por biólogos, revela esta forma de controle e a necessidade de liderança de uma figura proeminente como Mauricio Rocha e Silva.

Um exemplo do comportamento dos físicos era a reunião que se dava a cada ano no CNPq para distribuir o orçamento para todo o setor de física numa base mais racional. Em novembro, todos os chefes de departamentos de física e outras instituições de todo o Brasil, aproximadamente cinquenta cientistas, submetiam seus programas de pesquisa e estimativas de orçamento ao CNPq. Uma comissão eleita pelos físicos analisava as propostas e alguns dos resultados eram mesmo publicados em *Ciência e Cultura*. Pode-se concluir daí que os físicos enquanto grupo controlavam o processo de distribuição do orçamento para seu setor e, também como grupo, fizeram reivindicações e pressionaram por esse orçamento.

Esse comportamento pode ser observado entre os físicos mesmo antes da criação de sua associação, a Sociedade Brasileira de Física (SBF). A SBF foi criada dentro da SBPC durante a reunião anual de 1966 e, desde então, a SBF tem realizado suas reuniões em conjunção com a SBPC e mantido o mesmo estilo de comportamento de grupo. Foram realizadas reuniões especializadas várias vezes, mas a reunião da SBF foi mantida dentro da SBPC. Isso fortaleceu não apenas a SBF, mas também a SBPC. R. Jungk sugeriu que, depois do desenvolvimento da bomba atômica, os físicos se tornaram o grupo mais politizado na comunidade científica<sup>(35)</sup>, e talvez isso fosse verdade tanto no Brasil como em toda a parte.

Para encerrar esta parte, é necessário sublinhar que a legitimidade da SBPC dentro da comunidade científica baseava-se principalmente no prestígio de seus fundadores, em seus objetivos e nas condições práticas adversas do trabalho científico no Brasil. Sua legitimidade se fortaleceu, durante o período analisado, pela permanência dessas condições, pela maneira como a SBPC administrou os problemas, pela formação de novas associações dentro da SBPC e pelo apoio dado por novos setores da comunidade científica à SBPC.

### 3.4. A CIÊNCIA E O ESTADO

A SBPC foi criada para proteger os cientistas e suas condições de



trabalho e para afirmar a importância da ciência no Brasil. Considerando-se tais objetivos, é fácil imaginar que os cientistas e suas condições de trabalho no Brasil eram muitíssimo afetados por fatores externos, especialmente políticos. Já se fez referência anteriormente aos primórdios da ciência no Brasil, mas, como esta análise procura mostrar, o progresso da ciência e muitos anos de atividade científica não trouxeram maior segurança e estabilidade para a ciência. O problema da ciência frente 'àqueles que detêm poder ilimitado', não foi solucionado pelo avanço da ciência em si mesmo.

As formas como a ciência foi afetada pela política e por fatores econômicos estão ligadas à posição e à importância da ciência na sociedade brasileira. O Brasil, como país subdesenvolvido, com uma economia baseada principalmente na exportação de produtos agrícolas, formou sua força de trabalho a partir de escravos, imigrantes europeus e japoneses. Nenhuma atenção era dada à formação de mão-de-obra, à educação em geral ou, como uma consequência natural, ao estabelecimento de atividade científica. Nenhum desses três aspectos era importante para a produção, já que se entendia resolver o problema de treinamento através da imigração, e a produção agrícola à época não exigia conhecimento muito especializado.

Uma característica estrutural da sociedade brasileira é a dependência externa e o relacionamento subordinado com os países desenvolvidos em termos de mercados, capital, ciência e tecnologia. Esta característica tem aparecido sob diferentes formas, em diversos períodos. Até 1930, a economia brasileira baseava-se na exportação de produtos agrícolas. A exportação de tais produtos sustentava a economia do país, com um alto grau de dependência em relação ao mercado externo. Havia algum investimento estrangeiro e, antes da Segunda Guerra Mundial, os ingleses controlavam quase a metade dos investimentos diretos<sup>(36)</sup>. Com o fim da guerra, os investimentos norte-americanos começaram a crescer e, no período pós-guerra, os Estados Unidos ocuparam a posição dominante através do estabelecimento de subsidiárias no Brasil ou através de investimento direto.

A industrialização era influenciada por fatores externos, tais como as guerras mundiais e, finalmente, como um processo contínuo, pelo craque de 1929 do mercado de ações de Nova Iorque e, portanto, pela falta de capital externo e a necessidade de produzir internamente o que antes era importado. O 'modelo de industrialização baseado na substituição de importações' foi introduzido com base na utilização de capacidade excedente e maquinaria importada. Somente nos anos 50, num segundo estágio desse modelo, começou a importação de equipamento pesado para a produção de máquinas. O ano de 1930 marca um ponto decisivo na história brasileira: era o fim da dominação da oligarquia rural e o começo de uma sociedade burguês-capitalista, urbana – ainda que dependente e ligada

ao sistema capitalista internacional. Neste cenário, a educação expandiu-se em alguns aspectos para ir ao encontro das necessidades da economia. Era, no entanto, uma economia que não demandava a criação de tecnologia; esta era, e é, em sua maior parte, importada.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o processo de internacionalização da economia, ou de 'portas abertas ao capital estrangeiro', teve início. O controle das multinacionais em alguns setores tornou-se quase completo, como o químico, o farmacêutico, o de motores de veículos, computadores e o eletrônico. Mas o Estado adquiriu controle de outros setores importantes, como a produção siderúrgica, de petróleo e de energia elétrica. O Estado também domina atualmente algumas novas tecnologias como a produção de aviões, de armas e, recentemente apóia, através da reserva de mercado, a indústria de informática<sup>(37)</sup>.

A dependência tecnológica pode ser demonstrada pelos valores das importações de tecnologia. No caso do Brasil, por exemplo, as importações de maquinaria e equipamentos eram os itens mais importantes na lista de bens de capital importados até 1975. Em seguida, caíram para o segundo lugar depois dos aumentos constantes do preço do petróleo e seus derivados<sup>(38)</sup>. Também pode ser demonstrada por vários outros indicadores como o número e a importância das empresas multinacionais no Brasil, seu gasto com pesquisa no país que é próximo de zero<sup>(39)</sup> e os problemas na balança de pagamentos externos, resultantes dessa importação de tecnologia.

Não obstante, uma idéia que era largamente difundida e frequentemente mencionada, em diferentes épocas e por diferentes políticos no Brasil, era a de que 'não é preciso reinventar a roda' e – talvez como uma consequência dela – não é preciso sequer compreender *como* a roda foi inventada, nem tentar uma alternativa, porque o Brasil tem de comprar a tecnologia disponível no mercado internacional. Para as empresas multinacionais instaladas no país, é apenas uma questão de transferência de tecnologia. Para o Estado e para as empresas estatais e privadas, a importação de tecnologia avançada é uma questão de concorrência de mercado<sup>(40)</sup>. Portanto, nenhuma das empresas, e sequer o Estado no Brasil, em princípio, estava interessada na criação de tecnologia ou na criação de instituições como universidades e laboratórios de pesquisa para produzir tecnologia. E se qualquer esforço tem de ser realizado nesse campo, cabe ao Estado fazê-lo, sem colaboração direta nem indireta das empresas multinacionais que dominam os mais avançados e mais lucrativos setores da economia.

Este papel acessório da ciência na sociedade tem sido complementado pela instabilidade ou descontinuidade política, agravada pela ausência de uma política científica. A comunidade científica é inteiramente sustentada pelo governo e tem um grau mínimo de autonomia e poder. E sua visão

desse Estado poderoso que comanda seu destino salienta muito mais os pontos negativos, pois os positivos são poucos e vistos como uma obrigação. Os aspectos mais criticados do relacionamento entre a comunidade científica e o Estado são: a instabilidade do apoio governamental, a intervenção do Estado em assuntos científicos, a falta de um orçamento para a ciência, a falta de compreensão da importância da ciência e a ausência de qualquer procedimento para a participação dos cientistas nas decisões do Estado sobre questões científicas.

### 3.5. O RELACIONAMENTO DA SBPC COM O ESTADO: A 'QUALIDADE ORGÂNICA'

A SBPC foi fundada na esperança de ser capaz de fazer intervenções e modificações em alguns dos aspectos negativos mencionados na parte anterior. Os mais importantes acontecimentos das lutas da SBPC, desde sua fundação até 1964, são analisados a seguir. Os esforços da SBPC na criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) foram mencionados antes, tal como o foi a grande atenção dada pela SBPC à questão da implantação dos contratos de tempo integral nas universidades e institutos de pesquisa.

A tradição de elaborar documentos ou remeter cartas de protesto ao governo ou a outras autoridades, habitualmente sob a forma de resoluções tiradas das assembleias-gerais da SBPC, parece ter começado tão logo a Sociedade foi criada. O primeiro número de *Ciência e Cultura* publicou uma carta que tinha sido enviada ao governador de São Paulo. Continha um "Apelo em favor das bibliotecas científicas do Estado" e se dirigia contra a medida do governo que incluía as revistas científicas na categoria de material permanente que não podia ser importado. A carta provocou uma resposta da Universidade de São Paulo (USP), esclarecendo que nada mudara na universidade porque ela tinha licença especial e que a nota da SBPC não correspondia aos fatos. A SBPC publicou sua resposta nos jornais da capital, declarando que lutava por um princípio geral<sup>(41)</sup>.

É interessante observar que a SBPC sempre fez um esforço para tornar públicas as questões em que esteve envolvida. Isso reflete outro dos objetivos da SBPC que era aumentar a compreensão do grande público em relação à ciência e seus problemas<sup>(42)</sup>. Em 1950, em seguida a uma reunião sobre o ensino de química nas escolas secundárias, a SBPC apresentou ao governo as recomendações da reunião, que seriam publicadas pela UNESCO<sup>(43)</sup>. Em 1953, mais uma vez, a diretoria da SBPC enviou uma carta ao ministro da Educação em que expunha sua crítica ao novo currículo de história natural para as escolas secundárias. A carta começava reafirmando um dos objetivos da SBPC e a determinação da Sociedade de fazer todo o possível para estimular o progresso da ciência no Brasil<sup>(44)</sup>.

Em 1958, uma moção foi aprovada na assembléia-geral para ser apresentada ao presidente da República. O tom da carta era auto-afirmativo, com a tentativa de a SBPC de mostrar sua força e influência:

“A SBPC, entidade que reúne atualmente mais de 2 000 sócios e com a qual coopera a Sociedade Brasileira de Fisiologia, a Sociedade Brasileira de Microbiologia, a Associação Brasileira de Professores de Ciências, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a Legião Brasileira da Sociedade Interamericana de Biometria, aprovou por unanimidade [...]”

a moção contra a nova lei que restringia a importação de livros, revistas e boletins estrangeiros. Tal medida era considerada pela SBPC motivo de vergonha e exemplo único no mundo civilizado. Conseqüências práticas da lei eram a enorme quantidade de tempo envolvida na aquisição de tais materiais e os prazos que isso implicava<sup>(45)</sup>.

De 1959 a 1961, a SBPC se opôs às medidas da Comissão Supervisora dos Institutos (COSUPI), estabelecida por decreto em novembro de 1960, embora já funcionasse previamente dentro do Ministério da Educação e Cultura. Em 1957, na nona reunião anual da SBPC, o ministro da Educação, Clóvis Salgado, apresentou o tema “Ciência e desenvolvimento” e disse que o governo destinaria mais verbas aos institutos de engenharia mecânica, engenharia elétrica, metalurgia, química, física, biologia e matemática, campos estes todos que precisavam ter ligações mais estreitas com a indústria. Acrescentou que o Brasil tinha estado adormecido por três séculos nas atividades rurais e de extração e que agora estava atravessando uma fase de desenvolvimento industrial. Propôs a necessidade de planejamento em escala nacional e prometeu um papel importante para os cientistas nesta tarefa. Mas no mesmo discurso, abrindo a reunião anual da SBPC, ele declarou que

“[...] os cientistas devem descer da torre de marfim da especulação técnica e vir para a planície, a fim de atuar [...]”<sup>(46)</sup>.

Concluiu dizendo que os institutos de pesquisa estavam muito mal equipados e que era necessário preparar mais cientistas e técnicos.

Para uma comunidade científica que ainda lutava para estabelecer seu *status* com o governo, críticas daquela natureza vindas do ministro da Educação, que era o político de quem se devia esperar o reconhecimento de seu trabalho, pareceram humilhantes. Ainda mais irônica era a maneira como ele argumentava que, se o país não estava desenvolvendo tecnologia suficiente eram os cientistas, em grande parte, os culpados. É curioso notar que não houve resposta imediata da SBPC. Foi apenas alguns anos depois, quando os cientistas começaram a combater as medidas da COSUPI, que eram um corolário das idéias expressas no discurso de abertura, que a resposta ao ministro foi articulada.

Maurício Rocha e Silva, em seu discurso inaugural da décima segunda reunião anual da SBPC, em 1960, referiu-se a um artigo publicado pela revista *Visão*, que declarava que os cientistas que pertenciam à SBPC eram “cientistas puros que têm vivido em torres de marfim”. Era uma repetição da mesma imagem negativa dos cientistas brasileiros, mas dessa vez expressa pelo presidente da COSUPI<sup>(47)</sup>. A resposta de Rocha e Silva foi, primeiramente, descrever o trabalho da SBPC em seus doze anos. Referindo-se ao crescimento do número de sócios para dois mil, disse que “seguramente não haveria no mundo marfim que chegasse”<sup>(48)</sup>. Prosseguiu dizendo que o debate era a respeito da ciência pura e aplicada, já que o ministro e o presidente da COSUPI estavam acusando os cientistas brasileiros de se concentrarem na ciência pura sem visarem à aplicação desse conhecimento. No comentário deles, a ciência pura estava tendo uma conotação negativa, por não ser útil à sociedade e por ter, talvez, apenas a gratificação para quem a praticasse como objetivo. Nas palavras do presidente da COSUPI:

“[...] a causa da pobreza no Brasil não é a falta de ciência pura, porque essa existe e sempre existiu aí, mas de tecnologia”.

A resposta de Rocha e Silva foi que um dos objetivos da SBPC era remover as barreiras entre ciência pura e aplicada, a fim de fazer da primeira um complemento da segunda. Quanto à pobreza do Brasil, disse que sua conclusão a respeito de suas causas era oposta:

“O Brasil pode-se dar ao luxo de desprezar as ciências básicas, como na realidade o fazem os seus governantes, na sua maioria, *justamente porque é pobre*, porque não está na linha de frente, ainda não se libertou do colonialismo intelectual aceito molemente pelos seus dirigentes, contentando-se com a ciência importada, na ingênua suposição de que possa gozar, impunemente, dos benefícios do trabalho de povos mais esclarecidos, mais empreendedores, sem fazer muita força”<sup>(49)</sup>.

Não pode haver dúvida de que Rocha e Silva se irritava com o fato de o presidente da COSUPI controlar um grande orçamento isoladamente e ainda denegrir

“[...] o trabalho difícil, quase heróico, dos cientistas brasileiros, os quais, arcando com todas as dificuldades materiais e indiferença do governo federal, realizaram ou realizam o trabalho árduo de lançar as bases da investigação científica no Brasil, no campo da biologia, da química, da física, das ciências econômicas e sociológicas, e, portanto, da tecnologia, cuja base deve estar assentada naquelas ciências fundamentais<sup>(50)</sup>.

A instabilidade nas relações entre o governo e a comunidade científica tem sido uma característica permanente na história da ciência no Brasil. O

governo foi e ainda permanece basicamente a única fonte de financiamento científico, mas este financiamento não tem sido sistemático. Ainda menos sistemático tem sido o reconhecimento do trabalho da comunidade científica. Como foi mostrado, a comunidade científica tem sido reconhecida internacionalmente, por exemplo, nos campos da biologia, física e sociologia, e, mais recentemente, na política e na economia. Assim, a indiferença do governo, sua atitude de repúdio e suas críticas à comunidade científica são sempre vistas por esta comunidade como surpreendentes e injustas, a despeito do fato de elas ocorrerem freqüentemente e poderem mesmo ser racionalizadas, dadas as fracas ligações entre a economia brasileira e a ciência, se comparadas aos estreitos vínculos entre a política e a ciência.

Na assembléia-geral da SBPC foi tirada uma moção criticando a COSUPI e indicando que a comunidade científica estava interessada nos problemas e se oferecia a participar na solução dos mesmos:

“O desenvolvimento do país vem colocando em destaque a escassez dos nossos conhecimentos técnico-científicos, desde que as instituições destinadas à formação de elementos especializados, universidades, institutos, etc. não satisfazem às atuais necessidades do país. Esta situação começa a encontrar eco nas esferas responsáveis pela questão e algumas iniciativas com a intenção de modificá-la vêm sendo empreendidas. Há muito este problema também vem preocupando e vem sendo debatido pelos cientistas brasileiros. [...] Na apreciação da atuação deste órgão (COSUPI) em todo o território nacional e depois de extenso debate com o Prof. Oliveira Júnior (presidente da COSUPI), propiciado pela SBPC, consideramos indispensável e de nosso elementar dever fazer as seguintes observações [...]”<sup>(51)</sup>

Primeiro, a moção ressaltou as limitações da COSUPI, que fora criada por uma portaria ministerial. Não apenas a atuação da COSUPI carecia de continuidade, como também tinha poder insuficiente para atacar os enormes problemas que pretendia resolver, além de ser incapaz de intervir na regulamentação autônoma de universidades e institutos. A segunda crítica feita à COSUPI era que “sua estrutura e conduta foram estabelecidas sem uma ampla consulta técnico-científica”. Finalmente, a moção apontou as contradições internas da COSUPI e ofereceu a participação da comunidade científica:

“A atuação da COSUPI vem se caracterizando por um incongruente comportamento – pretendendo intervir na formação universitária em cadeiras básicas, cria institutos de alta pesquisa; pretendendo ocupar-se de tecnologia, intervêm na pesquisa pura; baseada em crítica extensa da atual situação universitária, cede-lhe meios sem possuir condições para exigir a aplicação satisfatória desses meios”<sup>(52)</sup>.

Sugeria-se que uma investigação devia ser levada a cabo na ciência e na educação e que os resultados deviam servir de linhas mestras para a aplicação de novas medidas “nas quais os cientistas brasileiros se comprometerão a participar”.

A SBPC também moveu campanha contra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Um documento foi enviado ao Congresso Nacional, chamando a atenção dos senadores para as limitações e as conseqüências potencialmente negativas de tal medida. A lei já tinha sido aprovada pela Câmara dos Deputados. Os cientistas sublinharam três aspectos em relação ao projeto de lei: primeiro, era incompleto e negligenciava a educação secundária; segundo, era anacrônico em suas atitudes para com a educação universitária; e terceiro, era perigoso porque as verbas do governo para a educação poderiam ser desperdiçadas improdutivamente pela ausência de critérios para sua alocação. O projeto “considerava numa base igual, à maneira de refúgio, algumas instituições aptas para avançar na pesquisa e outras que são, em alguns aspectos, verdadeiras antagonistas da ciência”<sup>(53)</sup>. Argumentava-se que o setor público não tinha sido capaz de cumprir com seu compromisso de criação e apoio aos centros de ensino e pesquisa patrocinados pelo governo. Esperava-se que a coragem cívica dos senadores os protegesse contra compromissos que pusessem em risco o futuro da ciência no Brasil.

Participavam do intenso debate sobre esta lei dois grupos de interesses bem distintos: o grupo privado, que defendia a educação como um negócio em aliança com a Igreja, e os educadores liberais ou esquerdistas, que defendiam a educação patrocinada pelo Estado. As duas facções lutaram por dez anos em torno da questão, e esse último projeto favoreceu os interesses privados a tal ponto que o governo ficou comprometido a subsidiar a educação privada.

No editorial de *Ciência e Cultura* de janeiro de 1960, a linha editorial adotada foi a de que, dada a heterogeneidade dos membros da SBPC, era prudente para a Sociedade apenas questionar e não tomar qualquer posição particular. Mas o documento de julho de 1960 mostra a SBPC defendendo como interesses seus os dos educadores que se opunham vigorosamente à idéia de o governo patrocinar escolas privadas. Acrescentava uma crítica ao governo por não ser capaz de cumprir suas obrigações para com as instituições patrocinadas pelo Estado. O que mudou de janeiro a julho de 1960? Como o editorial estivesse assinado por Erasmo G. Mendes, talvez aquela fosse apenas sua própria visão; por isso é significativo que, na reunião anual de julho de 1960, a comunidade científica tenha reagido contra medidas e críticas do governo, comportamento que continuou até o golpe militar. Isso acompanhava a tendência geral da sociedade durante aquele período de democracia com um alto nível de mobilização da classe operária e outros grupos, como os estudantes, assim como a definição de

um novo projeto para a sociedade brasileira. A SBPC certamente se tornou mais ativa naquela época e propôs novas medidas científicas, como a necessidade de uma política científica geral e a criação de um ministério da ciência e da tecnologia. Elas serão discutidas mais adiante.

Antes da assembléia-geral, a diretoria e o conselho da SBPC aprovaram um documento a ser enviado ao governo, que dizia respeito ao CNPq. A queixa principal relacionava-se com o orçamento reduzido do CNPq:

“A ineficiência ou a extinção progressiva do CNPq por falta de meios de subsistência constituirá um golpe sério no prestígio internacional do Brasil, e, pior do que isso, a volta a uma situação de completo desamparo aos centros em que floresce atualmente o verdadeiro espírito da investigação científica”<sup>(54)</sup>.

Referiam-se aos objetivos e realizações do CNPq e criticavam a falta de compreensão do governo federal quanto à importância do CNPq e sua contribuição à ciência no Brasil:

“Esta incompreensão é claramente revelada pelas irregularidades e atrasos nas dotações ao CNPq, pelos cortes de verbas que atingem a já mencionada parcela atribuída ao CNPq pelo orçamento da República”<sup>(55)</sup>.

No entanto, também aludiam aos erros e falhas do CNPq. Por exemplo, alguns de seus dirigentes eram ignorantes a respeito de ciência; a lenta rotatividade do Conselho Deliberativo, cujos membros eram às vezes escolhidos pelas forças politicamente dominantes; a interferência de interesses alheios ao desenvolvimento da ciência na distribuição das bolsas de estudo do CNPq e dos subsídios às instituições.

Para a diretoria e o conselho da SBPC, muitas dessas anomalias eram conseqüências diretas dos cortes orçamentários e podiam ser corrigidas. Propunham: um orçamento cada vez maior para a ciência; liberação imediata dos recursos aprovados pelo Congresso; maior participação de cientistas nas deliberações do CNPq; redução ao mínimo da interferência política na escolha de membros-dirigentes e assessores e na distribuição de bolsas de estudo e de subsídios; e a integração do CNPq às atividades de outras entidades que apoiavam a pesquisa científica no país<sup>(56)</sup>.

Os cientistas, em nome da SBPC, pediao ao governo que reconsiderasse sua atitude em relação ao CNPq. Apresentavam os problemas do CNPq e suas origens e faziam sugestões para resolvê-los. Salientavam continuamente a importância do CNPq para a ciência e o prestígio internacional ou ao menos continental do país.

É importante lembrar que, no debate sobre a COSUPI, o orçamento desta sempre foi comparado ao do CNPq. A COSUPI, que tinha um



programa específico, recebeu em 1960 um orçamento duas vezes maior que o do CNPq, órgão responsável por grande parte das atividades em ciência e tecnologia no Brasil<sup>(57)</sup>, e em 1961, ele era dez vezes maior<sup>(58)</sup>. O motivo para a criação da COSUPI era que o CNPq promovia essencialmente ciência pura; havia, portanto, a necessidade de um organismo novo para promover a 'criação de tecnologia'.

Em 1961, o relacionamento entre a comunidade científica e o governo não foi menos antagônica. O problema começou quando o presidente Jânio Quadros criou por decreto uma assessoria técnico-científica para o governo federal, como foi mencionado no capítulo anterior. A SBPC organizou uma reunião especial para discutir o problema e elegeu uma comissão para produzir um relatório sobre uma "Política nacional para o desenvolvimento científico no Brasil". A conclusão da reunião de São Paulo foi que havia a necessidade urgente para a comunidade científica de formular uma tal política como uma pauta para a ação governamental; do contrário, os cientistas seriam sempre surpreendidos com as ações contraditórias do governo. O documento foi distribuído a todos os participantes da reunião anual e aprovado com emendas na assembleia-geral. Seria enviado ao presidente da República.

O documento começava perguntando por que o Brasil, a despeito de seus imensos recursos e possibilidades, persistia em manter um ritmo atrasado no desenvolvimento científico. A COSUPI era mencionada novamente na descrição da política implantada unilateralmente para fortalecer a tecnologia nas universidades, ignorando a preparação de cientistas "o que conduziria a ciência do país ao colapso total"<sup>(59)</sup>.

A COSUPI era contrastada com o CNPq e a CAPES, que tinham dado importantes contribuições ao progresso da ciência no Brasil, com orçamentos bastante reduzidos e sem a possibilidade de implementar um programa nacional. A COSUPI, como órgão recém-criado e sem prestígio, tinha um orçamento que crescia exponencialmente, mas também implementava programas que prejudicavam um planejamento racional da pesquisa científica e tecnológica. Foi expressa a surpresa pelo fato de políticos bem informados não sentirem a necessidade de lutar por um desenvolvimento científico global no Brasil. Assim, o documento concluía:

"Os homens de ciência do Brasil, filiados à SBPC, sentindo sua responsabilidade em face da situação descrita, pedem vênias para sugerir uma política de desenvolvimento científico [...]"<sup>(60)</sup>.

Dois pontos gerais foram levantados em relação à importância da ciência para a ampliação do conhecimento humano e para a libertação do homem da pobreza, da doença, da miséria e da ignorância. O documento também mencionava como os países desenvolvidos compreenderam que sem ciência não há progresso e o fato de a Inglaterra e a Alemanha

Ocidental terem gasto 2% de seus produtos internos brutos em desenvolvimento científico. Mas o documento acrescentava:

“É imprescindível, entretanto, para o êxito de toda política científica nacional, que possua o governo um adequado assessoramento científico que reflita o pensamento e as aspirações dos homens de ciência do país”(61).

O documento continha seis propostas específicas. Primeiramente, sugeria-se que medidas deviam ser tomadas para promover uma melhor coordenação das agências governamentais responsáveis pela promoção e desenvolvimento da ciência e da tecnologia, incluindo-se o fortalecimento do CNPq e da CAPES, cujas ações eram, no todo, muito benéficas para a ciência no Brasil. O segundo ponto era a proposta de que se incluísse na Constituição que não menos de 2% do orçamento federal brasileiro deveriam ser atribuídos anualmente a pesquisa científica. Terceiro, incluindo nos estudos que estavam sendo feitos sobre a reorganização do sistema universitário, devia dar-se ênfase adequada à pesquisa científica e ao ensino da ciência, a fim de se produzir em maiores quantidades o pessoal científico exigido. Quarto, o orçamento devia ser liberado sem demora. Quinto, propunha-se que uma comissão devia ser estabelecida, de preferência sob os auspícios do CNPq, para estudar a implementação de contratos de tempo integral. A sugestão final era que se investigassem os meios de aumentar os salários de pesquisadores e professores universitários, a fim de tornar suas carreiras mais atraentes. Recomendava-se no documento que se estimulasse as agências que promoviam a pesquisa científica para que o fizessem ativamente, por exemplo, nomeando para suas diretorias cientistas que tivessem dado contribuições científicas importantes(62).

É interessante, vinte e cinco anos depois, verificar quais daquelas sugestões foram aceitas e implementadas. A primeira, a respeito das agências científicas, não foi acatada e tem sido uma causa constante de instabilidade para a comunidade científica. Isso gerou um conflito maciço na década de 80 que será discutido no próximo capítulo. O problema tornou-se ainda mais complexo porque foram criadas novas agências e aumentado o orçamento para ciência e tecnologia. A segunda recomendação, de destinar 2% do orçamento da União à ciência e à tecnologia, também jamais se realizou. A terceira, sobre a ênfase à pesquisa e à formação científica nas universidades, foi implantada em parte com a reforma universitária de 1968 e a criação de departamentos que deram maior autonomia às ciências básicas(63). O número de estudantes preparados nas universidades aumentou, mas outras medidas da política científica após 1967 não trouxeram benefícios para as universidades, mas antes para ‘empresas de pesquisa’ ou institutos ligados às forças armadas(64).

Os contratos de tempo integral nas universidades foram implementados por lei, em 1964, pelo primeiro presidente militar e depois da reforma universitária. No entanto, com o crescimento do número de universidades e faculdades privadas que pagam seus professores por hora-aula, a porcentagem de professores universitários com contratos de tempo integral ainda é pequena.

A proposta de se elevar os salários a fim de tornar as carreiras científicas mais atraentes não foi acatada. Os professores universitários ainda são muito mal remunerados, em comparação com outros funcionários do governo. Assim, das seis sugestões, apenas duas, que tratavam dos contratos de tempo integral e do aumento na ênfase à pesquisa nas universidades, foram implementadas, e ainda assim parcialmente. Como se disse anteriormente, ao tempo em que os cientistas estavam discutindo e elaborando tais sugestões, o presidente da República já tinha formulado uma 'solução' para a crise que inspirara o documento, ao escolher um renomado cientista para ser seu assessor.

Em 1963, um grupo de cientistas brasileiros lançou uma nova proposta: a criação de um ministério da ciência e tecnologia para substituir o CNPq. O CNPq estava sendo criticado por suas falhas e por não ter ainda um orçamento adequado para promover o progresso da ciência<sup>(65)</sup>. Quando o documento de 1961 se referia à integração de todas as agências financiadoras e sublinhava a importância de uma política científica nacional, ele propunha, de fato, uma forma embrionária da idéia de se criar o ministério. O físico José Leite Lopes é considerado o iniciador da idéia, e trabalhando estreitamente com ele e ajudando-o apaixonadamente a defender a proposta, estava um biólogo, Haity Moussatché. Um dado novo foi o envolvimento da Academia de Ciências no projeto. A Academia foi mencionada num dos discursos de Rocha e Silva sobre a necessidade de a SBPC articular uma política científica nacional:

“É esse trabalho de organização de uma política nacional que, esperamos, será desenvolvido na revista *Ciência e Cultura*, na sua nova fase, como reflexo da ação da SBPC e de outras entidades paraestatais, entre as quais sobressai a Academia Brasileira de Ciências que também, pelo que sabemos, se propõe a sair de um sono letárgico, para defender o ponto de vista dos cientistas brasileiros, sobre a maneira pela qual a ciência merece ser tratada pelos poderes públicos”<sup>(66)</sup>.

Muitos dos cientistas que defendiam a idéia de um ministério da ciência e tecnologia eram membros também da Academia Brasileira de Ciências. No entanto, isso não explica, por si só, nem porque a SBPC só envolveu essa entidade na questão nem porque particularmente nessa única questão. Talvez porque a Academia estivesse envolvida, com êxito, na criação do CNPq, aqueles cientistas pensaram que a idéia de se criar uma

instituição com os mesmos princípios, mas também superior ao CNPq teria aprovação da Academia. Uma segunda razão pode ser a de que a idéia não teve apoio integral dentro da SBPC. O pronunciamento de abertura de Rocha e Silva na décima quinta reunião anual, como presidente da SBPC, incluiu duas páginas sobre o assunto: primeiro, dando as razões dos que defendiam o projeto; segundo, sua opinião sobre as desvantagens; e terceiro, suas sugestões como uma alternativa para o projeto. Sugeriu que o Ministério da Educação e Cultura fosse expandido para se tornar o Ministério da Educação, Ciência e Cultura. Seria apenas uma medida temporária até a reforma universitária brasileira que era esperada para breve. Posteriormente, o ministério seria dividido em dois, uma parte responsável pela ciência e outra pela educação, como ocorria nos países socialistas, especialmente na União Soviética, segundo Rocha e Silva<sup>(67)</sup>.

Para se compreender a sugestão de Rocha e Silva é importante acompanhar seu argumento. Ele criticava o CNPq mostrando que, depois de um começo promissor, suas inadequações tornaram-se claras, tais como cortes em seus orçamentos e a falta de um esforço sério do governo na escolha da diretoria do CNPq. O órgão também exibiu algumas características de países subdesenvolvidos, como o desvio de verbas para amigos, excessiva burocracia e deterioração dos objetivos que guiaram sua criação. Rocha e Silva acrescentou que a situação

“[...] parece tão natural a todos, tão de molde a satisfazer os nossos políticos e governantes, que raramente alguma crítica é levantada contra tais situações”<sup>(68)</sup>.

Rocha e Silva criticava três aspectos da proposta de um ministério da ciência e tecnologia. Primeiro, combinava ciência e tecnologia, e ele considerava que, aos olhos do governo, a ciência era a parte mais fraca na relação, como tinha ilustrado a experiência da COSUPI. Se uma das duas tinha de ter menos prestígio, seria a ciência pura com seus resultados de longo prazo e não a tecnologia, com sua capacidade de dar resultados imediatos. Segundo, ele também disse que

“O Ministério da Ciência e Tecnologia visa, na sua estrutura básica, resolver o caso concreto do Conselho Nacional de Pesquisas; ora, pergunto, as mesmas razões que levaram a inoperância do CNPq na sua fase atual não agirão em relação ao Ministério da Ciência e Tecnologia? [Terceiro] [...] é que estará ele de certo modo divorciado do ensino da ciência e da pesquisa científica nas universidades [...]. A meu ver esse motivo é gravíssimo, e clama por uma outra solução”<sup>(69)</sup>.

Rocha e Silva discutiu a importância da pesquisa a ser conduzida nas universidades e pôs em evidência a maneira como a União Soviética organizou a formação de recursos humanos e se elevou, entre 1895 e 1955,

de uma situação próxima à dos países da América Latina para o primeiro lugar na Europa em termos de porcentagem de estudantes nas universidades<sup>(70)</sup>.

O que é mais interessante no discurso de Rocha e Silva é que, depois de haver declarado que não era e nunca fora um comunista, ele criticou as 'classes conservadoras' brasileiras por concentrarem todo seu fogo contra o comunismo e nada fazerem para tornar supérflua a solução comunista. Perguntava:

"por que, em vez de concentrarem milhões na propaganda anticomunista, não gastam elas esses milhões ou bilhões na formação de novas consciências, pelo amparo desinteressado à educação, criação de fundações de amparo à pesquisa e à educação?"<sup>(71)</sup>.

É muito importante Rocha e Silva ter mencionado o financiamento de campanhas anticomunistas pelos conservadores, em 1963, porque alguns industriais, junto com alguns funcionários civis, sem falar dos militares, estavam organizados em duas instituições, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). A finalidade de tais instituições, com o apoio da embaixada norte-americana e da CIA, era a desestabilização do governo civil e a formulação de políticas alternativas para um novo regime, muito provavelmente um regime militar<sup>(72)</sup>.

A idéia de um ministério da ciência e tecnologia não era aceita por toda a comunidade científica, mas, em 1963, teve a aceitação do CNPq e da Academia Brasileira de Ciências. A Academia, numa reunião extraordinária, designou um grupo de assessores junto ao ministro Amaral Peixoto para elaborar o projeto. A idéia chegou ao estágio de um projeto que circulou no Congresso, mas que, depois do golpe militar de março de 1964, foi esquecido. O CNPq aceitou a idéia porque uma reforma administrativa estava sendo discutida e o órgão poderia ser incorporado a um ministério qualquer e perder completamente sua identidade<sup>(73)</sup>. Mas cabe perguntar por que a Academia defendeu a proposta quando, segundo José Leite Lopes, os membros conservadores da ABC não concordavam com a idéia:

"Vários foram a favor, o pessoal da Academia, tipo Carlos Chagas, e os velhos mais conservadores eram contra [...]"<sup>(74)</sup>

porque temiam perder a influência. Mas a idéia de Leite Lopes era reviver nos anos 60, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o *status* que o CNPq tivera nos anos 50. Ele declarou que o projeto foi rotulado de 'comunista':

"Esse é o projeto dos 'comunistas' [...] por causa da época em que se vivia, reformas, período Goulart"<sup>(75)</sup>.

O Ministério da Ciência e Tecnologia só seria criado em 1985, na assim chamada 'Nova República', com a volta do governo civil.

Como foi dito antes, a reação da SBPC ao golpe militar de 1964 foi moderada, embora sua diretoria propusesse ao conselho (e foi aprovado) enviar um

“apelo dos cientistas brasileiros às autoridades do país, de apoio e estímulo ao trabalho científico, melhor articulação da ciência com os problemas de interesse geral, de defesa da pessoa do cientista, de sua liberdade de pesquisa e meios indispensáveis ao seu trabalho”<sup>(76)</sup>.

Tais eram os objetivos básicos da SBPC e é sugestivo que tenham sido reiterados neste documento ao novo regime militar, como se os cientistas estivessem receosos de serem afetados diretamente.

Outra expressão muito sintomática dessa reação cifrada é a publicação em *Ciência e Cultura*, de julho de 1964, de um editorial sob a forma de um artigo, do argentino Bernardo A. Houssay, Prêmio Nobel de Medicina de 1947, sobre “Problemas da universidade contemporânea”. O artigo foi publicado em espanhol e uma nota de rodapé explicava que fora apresentado em 1962 na Universidade de Buenos Aires. A explicação do conselho editorial para sua publicação era:

“Por se tratar de tema atual para o Brasil [...] esta definição do Prof. Houssay sobre problemas universitários argentinos que são também os nossos”<sup>(78)</sup>.

Certamente essa não era a razão principal. A não ser a primeira frase, em que Houssay dizia que:

“La intromisión política ha sido siempre nefasta y se ha producido principalmente durante los regimenes dictatoriales o de fuerza”<sup>(78)</sup>,

o artigo não analisava problemas comuns ao Brasil e à Argentina.

Mas fica claro que a comunidade científica brasileira, e especialmente os envolvidos na revista, não queria expressar opiniões diretas sobre o golpe militar e os desafios colocados pelo novo regime aos cientistas brasileiros. Eis porque publicaram o artigo de Houssay mostrando como os governos de Yrigoyen, Uriburu, Perón e a revolução de libertação afetaram as universidades na Argentina. Sua descrição do que acontecera sob o governo de Perón era semelhante ao que estava para acontecer no Brasil durante os próximos vinte anos de regime militar. Como escreveu

“En la época desastrosa de Perón fueron destituidos o a la emigración la mitad de los profesores, se cerraron las Academias y numerosas sociedades, se apresaron y persiguieron a profesores y alumnos [...] la investigación científica decayó y los Institutos creados con largo esfuerzo se desorganizaron; [...] los

hombres más capaces debieron emigrar o trabajar en instituciones privadas”<sup>(79)</sup>.

Para completar a análise deste período, é importantíssimo sublinhar que ao menos alguns membros da comunidade científica anteviram seu futuro relacionamento com o Estado sob o regime militar. Estas mudanças sob a ditadura militar serão analisadas nos próximos capítulos.

### 3.6. CONCLUSÃO

Este capítulo analisou as dimensões internacionalista e nacionalista da ciência brasileira. A primeira se manifestou desde as origens da ciência no Brasil pela participação de cientistas estrangeiros nas universidades e institutos, pela formação de cientistas no exterior e outras ligações. Isso foi algo que a SBPC também tentou manter através das reuniões anuais e das notícias de *Ciência e Cultura*. A dimensão nacionalista estava determinada pelas características da ciência num país do Terceiro Mundo, dependente. Os cientistas consideravam que tinham um papel social, e a ciência era vista como um dos mais importantes elementos para superar o subdesenvolvimento.

No entanto, esse papel social dos cientistas não implicava ligação nenhuma com grupos específicos da sociedade. Era simplesmente uma identificação com um conceito abstrato da nação e das massas quanto com a burguesia, a fim de avançar na industrialização. Esta autonomia dos cientistas perante qualquer outro grupo social foi ilustrada pelo exemplo dos estudantes quando ambos os grupos estavam envolvidos com a mesma causa, mas lutavam separadamente por ela. Esta autonomia é considerada um dos aspectos importantes para o fortalecimento da SBPC.

Na seção final do capítulo, o papel acessório da ciência no Brasil e suas causas foram discutidos. Descreveu-se como o Estado financiava todas as atividades científicas e educacionais e a conseqüente submissão desses setores e da comunidade científica ao Estado. Este relacionamento conflitivo foi ilustrado eficazmente pelo caso da COSUPI, o qual reflete, primeiro, o conflito entre a ciência básica e aplicada, que continuaria na década de 70, e, em segundo lugar, a recorrência de medidas governamentais relacionadas à ciência e à educação sendo tomadas sem a participação da comunidade científica. Representantes do governo e a comunidade científica debateram entusiasticamente sobre este assunto durante pelo menos quatro anos e o resultado pode ser sumarizado como se segue: enquanto a comunidade científica não foi convidada a participar, ela teve uma oportunidade para afirmar seu papel e levar adiante suas reivindicações, com o resultado de o plano da COSUPI não ter sido implementado como fora planejado. A única conseqüência visível das ações da SBPC foi tornar o governo ciente de sua experiência e obrigá-lo a

retirar algumas propostas. Não se pode dizer de forma alguma que um diálogo ou um compromisso tenha sido estabelecido.

Um ponto positivo sobre a luta da SBPC durante este período é que algumas das sugestões da Sociedade, tais como as que diziam respeito ao CNPq e à elaboração de uma política científica, foram em parte adotadas pelo governo militar. O ponto mais positivo foi a conscientização da SBPC de que uma política científica era necessária para evitar a instabilidade causada por ações governamentais contraditórias. Isso se baseava na suposição de que tal política não seria contraditória e teria a participação da comunidade científica. A SBPC estava enganada em ambos os pontos. No entanto, talvez fosse mais fácil combater uma política científica do que ações governamentais desconexas.

A parte final do capítulo trata da percepção da SBPC na instalação do regime militar no Brasil. A Sociedade mostrou sua inquietação ao publicar o artigo de Bernardo A. Houssay sobre os prejuízos da ciência na América Latina, e em particular na Argentina, devido à interferência política, especialmente de regimes ditatoriais. É importante realçar o começo desta linguagem indireta, cifrada, que se tornaria mais comum durante o regime militar e sua conseqüente censura e coerção.

### 3.7. NOTAS

- (1) Luis A. Cunha, *A universidade temporã. O ensino da Colônia à era de Vargas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira-UFC, 1980, p. 240-1.
- (2) Dobzhansky ficou no Brasil apenas sete meses, em 1943, mas recebeu vários estudantes nos Estados Unidos e retornou ao Brasil outras vinte vezes. É de Schwartzman a denominação escola Dobzhansky-Dreyfus de genética. Ver Schwartzman, *Formação da comunidade científica no Brasil*, p. 278-80.
- (3) *Ciência e Cultura*, v. 6, nº 4, dez. 1954, Notícias Diversas: "Fundação André Dreyfus", p. 215.
- (4) *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 1, mar. 1955, p. 56.
- (5) *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 1, mar. 1955, "Convênio científico entre o Brasil e a Itália", p. 55.
- (6) *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 1, mar. 1955, "Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine", p. 59.
- (7) *Ciência e Cultura*, v. 11, nº 2, jun. 1959, Notas Diversas: "Físicos japoneses no Brasil", p. 96.
- (8) Ver Schwartzman, *op. cit.*, Apêndice 2: Notas biográficas sobre os entrevistados, p. 449-62.
- (9) *Idem*, p. 1 e 4.
- (10) Oscar Sala, Entrevista à FINEP-CPDOC-FGV-RJ, São Paulo, jan. 1977, p. 127.
- (11) *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 4, 1955, "Regressa de Genebra o Professor José Leite Lopes", p. 248.
- (12) "[...] recordo-me que uma das perguntas mais freqüentes que me faziam em 1950, nos EUA, era como se explicava o desenvolvimento da física no Brasil, a qual, já naquela época, adquiria prestígio internacional, quando o desenvolvimento industrial do país era tão incipiente", Jaime Tiomno, "Discurso pronunciado pelo Prof. Jaime do CBPF e



- da Faculdade Nacional de Filosofia ao receber o 'Prêmio Moinho Santista', em 1957". *Ciência e Cultura*, v. 9, nº 4, dez. 1957, p. 242.
- (13) "[...] pois o Brasil e a Índia são os dois países mais ricos em areias monaziticas", *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 4, 1955, "Regressa de Genebra o Professor José Leite Lopes", p. 248.
- (14) *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 4, 1955, *idem, ibidem*.
- (15) *Ciência e Cultura*, v. 10, nº 4, 1958, "Seminário de Energia Atômica", p. 237.
- (16) José L. Lopes, Entrevista, CPDOC-FGV-RJ, Estrasburgo, França, jul. 1977, p. 180-1.
- (17) A. Teixeira, "O espírito científico e o mundo atual", *Ciência e Cultura*, v. 7, nº 2, jun. 1955, p. 76.
- (18) *O Estado de S. Paulo*: "Ciência e Progresso", *Ciência e Cultura*, v. 10, nº 4, 1958, Noticiário da SBPC, p. 234-5.
- (19) Ver I. R. Cardoso, *A universidade da comunhão paulista. O projeto de criação da Universidade de São Paulo*. Cortez Editora, 1982, especialmente p. 52, 150 e 163.
- (20) J. Tiomno, "Discurso pronunciado pelo Prof. J. Tiomno [do CBPF e da Faculdade Nacional de Filosofia] ao receber o "Prêmio Moinho Santista', em 1957", "Prêmio Moinho Santista de 1957: Jaime Tiomno", *Ciência e Cultura*, v. 9, nº 4, dez. 1957, p. 242.
- (21) "Aplicação da ciência à nossa indústria", *Ciência e Cultura*, v. 9, nº 4, 1957, p. 261.
- (22) Ver *idem, ibidem*; Paulo de Góes, Muniz Aragão e A. Couceiro, "Universidade e desenvolvimento econômico", *Ciência e Cultura*, v. 9, nº 4, dez. 1957, p. 250-2.
- (23) Maria da C. Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- (24) Paulo de Góes, Muniz Aragão e A. Couceiro, *op. cit.*, p. 250.
- (25) Paulus Pompéia, debate na conferência de Jaime Tiomno, "A situação da física atômica no Brasil: histórico e realização do departamento de física teórica do CBPF", *Ciência e Cultura*, v. 8, nº 1, mar. 1956, p. 12.
- (26) Luis A. Cunha, *A universidade crítica. O ensino superior na República populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, p. 19.
- (27) *Idem, ibidem*.
- (28) *Idem*, p. 17.
- (29) Regina L. de M. Morel, *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979, p. 46. A informação sobre a criação do CNPq está baseada nas páginas 45 e 46.
- (30) *Idem, ibidem*.
- (31) Paulo de Góes, Muniz Aragão e A. Couceiro, "Universidade e desenvolvimento econômico", *Ciência e Cultura*, v. 9, nº 4, 1957, IX Reunião da SBPC, p. 251.
- (32) *Ciência e Cultura*, v. 8, nº 2, 1956, Noticiário da SBPC: "Simposio sobre a utilização da energia atômica para fins pacíficos no Brasil", p. 125. César Lattes foi o primeiro diretor do CBPF, com José Leite Lopes e, conseqüentemente, esteve envolvido no escândalo de apropriação indébita de fundos.
- (33) *Idem, ibidem*.
- (34) J. Leite Lopes, Entrevista, FGV-RJ-CPDOC, Estrasburgo, jul. 1977, p. 180.
- (35) R. Jungk, *Brighter than a thousand suns*. New York, Harcourt, Brace and Jovanovich, 1958, citado por J. A. Giannotti, "Mais claro do que mil sóis", in *Exercícios de filosofia*. São Paulo, CEBRAP, 1975.
- (36) A propósito do papel dos investimentos estrangeiros na economia brasileira, ver P. Evans, *A triplíce aliança*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- (37) J. Goldemberg, "Uma aliança necessária: governo e ciência", *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 12, nº 2, abr. 1981, p. 14-5.
- (38) A. de S. Teixeira Júnior, "Reserva de mercado e desenvolvimento", *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 12, nº 3, jul. 1981, p. 46-9.
- (39) Ver P. Evans, *op. cit.*
- (40) Ver J. Goldemberg, "Considerações sobre a política científica e tecnológica no Brasil". *Estudos CEBRAP*, 11, jan.-mar. 1975, p. 81-8.

- (41) *Ciência e Cultura*, v. 1, nº 1-2, jan.-abr. 1949. "Apelo em favor das bibliotecas científicas do Estado", p. 42-4.
- (42) "Estatutos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)", São Paulo, 1948, mimeo., p. 2.
- (43) *Ciência e Cultura*, v. 2, nº 2, jun. 1950, "Sobre o ensino de química no curso secundário", p. 150.
- (44) *Ciência e Cultura*, v. 5, nº 1, mar. 1953, p. 47-8.
- (45) *Ciência e Cultura*, v. 10, nº 3, set. 1958. "Noticiário da SBPC", p. 189-90.
- (46) *Folha da Manhã*, 10 de julho de 1957. "Instalada a IX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: o governo estimulará o desenvolvimento dos institutos que deverão atuar em estreita ligação com a indústria. declarou o Ministro da Educação na abertura dos trabalhos."
- (47) M. Rocha e Silva. "Ciência e tecnologia", Discurso na Sessão Inaugural da XII Reunião Anual. Piracicaba, *Ciência e Cultura*, v. 12, nº 3-4, set.-dez. 1960, p. 134.
- (48) *Idem, ibidem*.
- (49) *Idem*, p. 135.
- (50) *Idem*, p. 134.
- (51) *Ciência e Cultura*, v. 12, nº 3-4, 1960. Noticiário da SBPC: "A XII Reunião Anual em Piracicaba", p. 191.
- (52) *Idem, ibidem*.
- (53) *Ciência e Cultura*, v. 12, nº 3-4, 1960. Noticiário da SBPC: "A XII Reunião Anual em Piracicaba". Moções. p. 192.
- (54) *Idem*, p. 190.
- (55) *Idem*, p. 189
- (56) *Idem, ibidem*.
- (57) M. Rocha e Silva. "Ciência e tecnologia", *Ciência e Cultura*, v. 12, nº 3-4, 1960, p. 134.
- (58) M. Rocha e Silva. "Gênio científico e desenvolvimento tecnológico", Editorial *Ciência e Cultura*, v. 13, nº 1, mar. 1961, p. 3.
- (59) "Memorial". *Ciência e Cultura*, v. 13, nº 3, 1961, p. 129.
- (60) *Idem, ibidem*.
- (61) *Idem, ibidem*.
- (62) *Idem, ibidem*.
- (63) Para uma discussão extensa sobre o papel da pesquisa nas universidades e os elementos da reforma universitária. ver Ana M. Fernandes Skeff, *Organização departamental e produção científica: Universidade de Brasília*, Brasília, 1977, mimeo., capítulo 2.
- (64) *Idem*, p. 27, e sobre as mudanças na universidade ver Luis A. Cunha, *A universidade crítica. O ensino superior na República populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- (65) O orçamento do CNPq correspondia a 0,28% do orçamento da União em 1955 e caiu para 0,11% em 1961. Ver Shozo, Motoyama, "Os principais marcos históricos em ciência e tecnologia no Brasil", *Revista Sociedade Brasileira de História e Ciência*, nº 1, jan.-jun. 1985, p. 45.
- (66) M. Rocha e Silva. "Gênio científico e desenvolvimento tecnológico", Editorial *Ciência e Cultura*, v. 13, nº 1, 1961, p. 5
- (67) M. Rocha e Silva. "Ciência e progresso", *Ciência e Cultura*, v. 15, nº 3, 1963, 167-8.
- (68) *Idem*, p. 167.
- (69) *Idem*, p. 168.
- (70) *Idem*, p. 169-70. As últimas estatísticas provêm da UNESCO em 1955, mas refere-n-se aos anos 1950-1952.
- (71) *Idem*, p. 1970-1.
- (72) Ver a grande documentação em R. A. Dreifuss, *1964: a conquista do Estado: ação, política e golpe de classe*, Petropolis, Vozes, 1981, 3ª ed.
- (73) S. Motoyama. "Os principais marcos históricos em ciência e tecnologia no Brasil", *op. cit.*, p. 46.

- (74) J. Leite Lopes, Entrevista, FINEP-CPDOC-FGV-RJ, Estrasburgo, jul. 1977, p. 222-3.
- (75) *Idem*, p. 222.
- (76) Noticiário da SBPC: "Resoluções do conselho da SBPC na Reunião de 8 de julho de 1964 realizada durante a XVI Reunião Anual em Ribeira Preto, SP", *Ciência e Cultura*, v. 16, nº 3, 1964, p. 323.
- (77) B. A. Houssay. "Problemas universitários actuaes", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 16, nº 3, 1964, p. 277.
- (78) *Ideri. ibidem*.
- (79) *Idem, ibidem*.



**PARTE II: A TRANSIÇÃO DA SBPC  
DE 1964 PARA 1976**



## CAPÍTULO 4

### A 'QUALIDADE ORGÂNICA' DA SBPC APÓS 1964: MUDANÇAS NA SBPC ENTRE 1965 E 1972

Neste capítulo, serão examinados dois casos extremos dos efeitos da ação do Estado militar sobre as instituições científicas e acadêmicas no Brasil. São as intervenções na Universidade de Brasília e o 'massacre' de Manguinhos (Instituto Osvaldo Cruz). Em seguida, se tratará da reforma universitária, um dos mais importantes temas do período. Para concluir o capítulo, uma reação específica da SBPC é observada em *Ciência e Cultura*: a nova tendência de enfatizar a importância da ciência e dos cientistas brasileiros.

#### 4.1. AS MUDANÇAS NO ESTADO E NA SOCIEDADE APÓS 1964

O golpe militar de 1964 representou uma mudança importante no Estado e na sociedade brasileiros. Pela primeira vez, no Brasil, no século XX, a intervenção militar teve como consequência um regime militar que, embora estabelecido como uma situação transitória para 'trazer a ordem ao país', durou na verdade mais de vinte anos.

O Estado representava uma aliança de vários grupos de interesse: as forças armadas (o bloco dirigente) e as burguesias nacional e internacional. Enfim, técnicos de diversas especialidades no primeiro e segundo escalões. formavam 'anéis burocráticos'<sup>(1)</sup> que estabeleceram a última característica do Estado brasileiro. O Congresso não foi dissolvido, mas a 'democracia representativa' teve reduzido o seu papel. O Estado ou 'sociedade política' avançou para ocupar o espaço da 'sociedade civil': a imprensa, os sindicatos, as escolas e partidos políticos ficaram sob rígido controle ou sofreram intervenção governamental.

A primeira reação da SBPC ao golpe militar foi, essencialmente, permanecer em silêncio e esperar, embora houvesse manifestações de apreensão quanto à repressão possível. Quando o presidente Costa e Silva começou a referir-se à importância da ciência e da tecnologia, os cientistas se sentiram encorajados, mas também desconfiados. Tinham observado

mais de uma vez que existe um fosso entre as palavras ou intenções e a ação<sup>(2)</sup>. Aplaudiam as promessas, mas estavam inseguros quanto à sua implementação. De fato, as contradições finalmente se tornariam muito claras em 1969: o governo implementava uma ‘operação retorno’ para trazer de volta cientistas que trabalhavam no exterior quando, ao mesmo tempo, aposentava alguns dos mais eminentes cientistas por razões políticas. Isso levou Rocha e Silva a dizer que os políticos e burocratas (*homens públicos*) no Brasil davam com uma mão e tiravam com a outra<sup>(3)</sup>.

Bem menos cientistas sofreram sanções em 1964 e 1965 do que posteriormente<sup>(4)</sup>, mas a comunidade científica começou a apelar por proteção imediatamente após o golpe. Ou, nas palavras de Rocha e Silva, no editorial de *Ciência e Cultura* de 1965:

“[...] falta ainda uma manifestação de compreensão dos governos, no sentido de fazer força para que os nossos cientistas exilados, por qualquer motivo, retornem ao país; que os cientistas que aqui ficaram sejam devidamente amparados pelos governos, que a ciência seja respeitada e não tratada como atividade clandestina sujeita a inquéritos e perseguições pessoais [...]”<sup>(5)</sup>

Em 1964 e posteriormente, a SBPC cresceu tanto no número de associados quanto no de participantes presentes a suas reuniões:

“Mas voltemos a esse milagre do crescimento da SBPC... Devo lembrar que, quando tudo parecia desmoronar no Brasil, a SBPC resistiu e dois meses depois da revolução de abril, a SBPC realizou a sua XVII Reunião Anual, em julho de 1964, a maior até aquela data, sem qualquer adiamento! Desde essa época, o número de sócios da SBPC e de participantes e suas reuniões anuais duplicou”<sup>(6)</sup>.

## 4.2. A CRISE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A primeira repercussão do regime militar na esfera acadêmica no Brasil ocorreu na Universidade de Brasília (UnB), em 1966. O plano orientador da UnB fora discutido em reuniões da SBPC, e a universidade começou a funcionar em 1962 com os mais renomados cientistas de cada área. O físico Roberto Salmeron deixou seu trabalho no CERN na Suíça para organizar o Instituto Central de Ciências. Havia também alguns cientistas estrangeiros, tais como o psicólogo Fred S. Keller, cujo método de ensino/aprendizagem ainda é aplicado no Departamento de Física da UnB<sup>(7)</sup>.

As universidades no Brasil foram criadas neste século como resultado da associação de algumas escolas, frequentemente as profissionais, de direito, medicina e engenharia. Isso era criticado como não sendo uma universidade, e mesmo a criação da USP, em 1933, não foi considerada um



avanço. A USP se baseava no modelo francês de universidade e a inovação no Brasil foi a concepção de uma faculdade de filosofia, ciência e letras. Tal faculdade reunia todas as ciências naturais e humanas. Isso teve um papel muito importante no desenvolvimento destes campos no Brasil, mas, na década de 60, mesmo estas faculdades eram criticadas e consideradas o meio mais caro de se preparar professores para o ensino secundário<sup>(8)</sup>.

Outra característica das universidades brasileiras, que era criticada e cuja abolição se propunha, era o sistema de cátedras. Para cada disciplina ensinada na universidade havia um professor catedrático, ou proprietário dessa disciplina, que se comparava ao proprietário de um feudo<sup>(9)</sup>. Tal posição lhe assegurava completa estabilidade e era impossível para outros professores alcançar essa posição. Havia um pequeno número de cátedras em cada universidade.

Os estudantes vinham debatendo a reforma universitária desde 1938<sup>(10)</sup> e, entre os professores universitários, a crítica às universidades era generalizada. A Universidade de Brasília foi considerada a alternativa, um modelo a ser seguido por outras universidades.

A UnB foi criada pela Lei nº 3 998, sancionada pelo Presidente da República, em 15 de dezembro de 1961. O plano orientador da UnB foi formulado pelo antropólogo Darci Ribeiro com contribuições de diversos cientistas brasileiros. Tal projeto buscou organizar uma universidade dentro de um estilo revolucionário se comparada às universidades até então existentes. Estas, como se sugeria, não podiam sequer ser chamadas universidades e eram de fato pouco mais do que “a reunião nominal de escolas preexistentes que permaneciam isoladas e auto-suficientes”<sup>(11)</sup>. Conseqüentemente, o plano da UnB apareceu em oposição às deficiências e falhas do sistema universitário brasileiro precedente. O plano tencionava ser semelhante ao sistema universitário dos países desenvolvidos ao integrar a ciência e a tecnologia à universidade. O objetivo era

“[...] dotar o país de uma universidade moderna, estruturada nos moldes que vêm sendo recomendados pelos nossos mais capazes professores e pesquisadores”<sup>(12)</sup>.

A UnB pretendia ser a oportunidade de se integrar ciência e tecnologia ao sistema produtivo brasileiro, a fim de alcançar a autonomia nacional. Anísio Teixeira, num longo artigo, “A universidade de ontem e de hoje”, considerava que o plano da UnB abrangia três idéias relacionadas às universidades:

“[...] a função formadora e de cultura básica, a função de preparo do especialista, o curso pós-graduado e a pesquisa, e a idéia de serviço e integração na sociedade brasileira e em seus problemas”<sup>(13)</sup>.

A UnB seria mais que uma nova universidade, seria o modelo de organização e meio de funcionamento para todas as demais universidades brasileiras. Além disso, era recebida por vários cientistas brasileiros com euforia como a solução para os sérios problemas do sistema universitário do Brasil. De fato, a ‘reforma universitária’ de 1968 tomou várias características do projeto da UnB. Darci Ribeiro disse que o modelo da UnB:

“seria mais tarde estendido por lei, em uma versão degradada, a todas as universidades brasileiras[...]”<sup>(14)</sup>.

A UnB começou a funcionar em 1962 com algumas disciplinas das ciências humanas e matemáticas, enquanto os institutos e faculdades de outros campos seriam estabelecidos mais tarde. Muitos cursos já tinham começado quando, em abril de 1964, tropas da Polícia Militar e do Exército ocuparam o campus<sup>(15)</sup>. O reitor da UnB, Anísio Teixeira, e o vice-reitor, Almir de Castro, renunciaram, e o Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília foi demitido. Um novo reitor, Zeferino Vaz, foi apontado: era considerado um grande administrador e um inovador em questões universitárias, mas apontado como adepto da ‘revolução’<sup>(16)</sup>. Permaneceu no cargo por um ano tendo sido sucedido por Laerte Ramos de Carvalho.

O ano de 1965 foi um ano de crise. As subvenções eram pequenas como “uma especial má vontade dos órgãos oficiais para com a universidade renovadora e, para muitos, subversiva”<sup>(17)</sup>. Alguns professores e membros da equipe administrativa que trabalhavam na UnB eram funcionários do Ministério da Educação e Cultura, e o ministro, Flávio Suplicy de Lacerda, requisitou-os de volta. Todos os diretores de institutos e faculdades renunciaram em protesto contra a atitude do reitor, contra a autonomia da universidade e contra sua submissão a exigências exógenas. Os professores decidiram parar de trabalhar por 24 horas e os estudantes convocaram uma greve geral. O reitor solicitou aos militares que ocupassem a universidade e publicou uma lista de 15 professores que estavam demitidos ou devolvidos a suas instituições de origem. No dia seguinte, duzentos e dez professores pediram demissão: com os quinze que tinham sido demitidos, representavam 90% do pessoal acadêmico brasileiro da UnB<sup>(18)</sup> e a universidade ficou paralisada. A crise da UnB provocou protestos de cientistas brasileiros e estrangeiros. O editorial de *Ciência e Cultura*, “A hecatombe de Brasília”, não se referia ao regime militar como um fator responsável pelo que acontecia na UnB. Referia-se, ao contrário, ao subdesenvolvimento, à responsabilidade de “cada um de nós que assistimos atônitos à hecatombe de Brasília”<sup>(19)</sup>, de algumas entidades governamentais e do reitor da UnB. Mas na imprensa nacional os professores da universidade foram considerados os responsáveis pela crise:

“embora no Brasil alguns órgãos de imprensa queiram responsabilizar os mestres da UnB pela crise ali existente, no exterior a imprensa é unânime em atribuir responsabilidade dos fatos às autoridades educacionais”(20).

O reitor da UnB e o ministro da Educação também foram acusados numa entrevista com Roberto Salmeron publicada em vários jornais assim como em *Ciência e Cultura*:

“Em sua opinião, o ministro da Educação e o reitor da universidade destruíram, em poucos dias, trabalho que os mestres da UnB realizaram durante anos, com dedicação, para obter a colaboração das entidades nacionais e estrangeiras”(21).

Jaime Tiomno deu sua versão da destruição da UnB, que era considerada por ele “a primeira universidade para o desenvolvimento” na América Latina. Começou com uma guerra psicológica através da restrição de orçamento e pressões para a demissão de professores, e atingiu seu ápice com a eleição do reitor:

[...] cuja missão era claramente dar cobertura legal à destruição da autonomia da Universidade, executando as ordens do verdadeiro reitor da Universidade naqueles dias, o coronel comandante do Batalhão de Guarda Presidencial. A demonstração de força feita com a demissão pelo reitor de professores, com a invasão policial e militar da Universidade a pedido do próprio reitor e com a prisão e espancamento de professores [...](22).

Uma comissão de inquérito foi aventada, o que sugeria que as ações do reitor podiam ser reconsideradas. A SBPC via o presidente militar como um potencial aliado ou, ao menos, como alguém que poderia ajudar a resolver a crise, e um apelo lhe foi enviado pedindo-lhe que reconsiderasse as ações do reitor. A carta sugeria ao presidente que sua resposta positiva estaria coerente com suas freqüentes declarações sobre a necessidade de expandir as universidades brasileiras a fim de ampliar as instituições responsáveis pelo desenvolvimento nacional (23). No entanto, o presidente nunca deu uma resposta positiva aos cientistas, e a reação do regime militar foi aposentar mais professores de várias universidades. A Universidade de Brasília ficou obrigada a recrutar novos professores e a se reconstruir lentamente. As ocupações militares do *campus* da UnB, para reprimir o movimento dos estudantes, se tornariam freqüentes durante o regime militar.

Os cientistas logo se deram conta de que a resposta do governo era mais repressão e apoio aos reitores ou diretores de institutos de pesquisa de personalidade autoritária. Nas palavras de Jaime Tiomno:

“Na América Latina os grupos tradicionais que dominavam as universidades conseguiram nos últimos anos reforçar sua posição por falta de uma indústria

forte que apoiasse a renovação. Além disso, têm conseguido apoio governamental através do conhecido mecanismo de tachar de 'comunistas' a todos os elementos progressistas que pugnam pela reformulação universitária"(24).

Apesar disso, os cientistas persistiram em suas demandas. No mesmo número de *Ciência e Cultura*, de 1966, o discurso de abertura de Rocha e Silva na XVIII Reunião Anual foi usado como editorial com o título de "Vozes d'África". Usou o título do poema de Castro Alves para traçar uma analogia entre o sofrimento dos escravos e a SBPC, especialmente porque tanto os escravos quanto os cientistas não mereciam atenção<sup>(25)</sup>. Falava claramente sobre a indiferença do governo aos apelos da SBPC em defesa de cientistas brasileiros. Referiu-se novamente à crise da UnB como um exemplo do "desprezo completo pelo que pode significar a ciência para o desenvolvimento"<sup>(26)</sup>. Mencionou os apelos da SBPC ao governo e lamentou a total falta de resposta do regime. Referiu-se a uma segunda crise que tivera as mesmas conseqüências: a demissão de cientistas pelo governador de São Paulo. As razões e acusações alegadas foram refutadas até pela justiça militar, mas os casos de demissão não foram reconsiderados. Estas duas crises eram suficientes para fazer os cientistas começarem a levantar a questão das condições gerais do trabalho científico no Brasil.

"E quando esse clima deteriora as dificuldades não simplesmente aumentam, mas tornam-se insuperáveis! O triste caso de Brasília e o dos professores demitidos em São Paulo correm o mundo [...]"<sup>(27)</sup>.

A SBPC apelava para o retorno da prática universal que estava sendo desdenhada no Brasil: a de os professores universitários serem nomeados e demitidos com base apenas em razões acadêmicas. Rocha e Silva convidava todos os participantes da XVIII Reunião a terem:

"a convicção de que tais idéias e conceitos devem ser defendidos a todo o custo, se o que queremos é um país com dignidade no futuro"<sup>(28)</sup>.

Para Jaime Tiomno, a crise da UnB poderia ter sido evitada se os professores tivessem uma espécie de sistema de estabilidade no cargo. Em suas palavras:

"A crise da Universidade de Brasília em 1965 e sua destruição foi possível pelo fato de não haver nessa universidade de Brasília nenhuma categoria de professores que fosse irremovível, e portanto que pudesse lutar até as últimas conseqüências [...] contra a pressão externa"<sup>(29)</sup>.

Ele reivindicava que a reforma universitária incluísse a estabilidade no cargo para professores que tivessem atingido o topo da estrutura da carreira universitária. A universidade estaria então imune às agressões externas.

Isso poderia resolver alguns dos problemas, mas não todos. É importante notar que todas as crises nas universidades e institutos do Brasil durante o regime militar se caracterizariam por um de dois tipos de fatores. Primeiro, os fatores internos, tais como conflitos dentro das instituições com o reitor ou diretor, ou mesmo entre colegas. Em seguida, os fatores externos, quando o onipotente Estado militar usou seus poderes excepcionais para aposentar professores e cassar seus direitos políticos por dez anos ou enviar tropas para as universidades.

Índubitavelmente, ambos os tipos de fatores estavam interligados. As condições dentro das universidades e institutos mudaram com o regime militar, que nomeou alguns dos reitores e diretores. O bem sucedido golpe militar representava uma vitória dos conservadores, cujas forças tentavam estabelecer sua hegemonia dentro das universidades. Uma forma de fazer isso era demitir aqueles professores conhecidos por serem simpatizantes dos partidos de esquerda. E, finalmente, 1964 representou a vitória de uma ideologia conservadora que se opunha não apenas ao comunismo, mas também a movimentos populares democráticos. O golpe foi apresentado como uma vitória sobre o comunismo, ideologia que precisava ser combatida constantemente. O comunismo era pintado como o pior inimigo da sociedade brasileira. Conseqüentemente, tornou-se um rótulo a ser usado contra qualquer coisa ou qualquer pessoa que o regime julgasse ter de perseguir, destruir ou exilar.

Era geralmente assim que a crise começava: conflitos internos de origem acadêmica ou competição por cargos nas universidades, assim como conflitos ideológicos, eram passíveis de serem descritos sob o rótulo 'multifuncional' de comunismo *versus* democracia. Os professores conservadores desejavam punir ou eliminar alguns de seus colegas denunciando-os aos mais altos escalões do Estado como sendo perigosos para a nova sociedade. Como disse Herman Lent sobre o Instituto Osvaldo Cruz, e mais especificamente sobre a destruição do laboratório Válder Osvaldo Cruz e sua posterior morte: “[...] ignorância, calúnia, inveja [...] eram o clima propiciado pelo movimento militar de 1964 [...]”<sup>(30)</sup>.

Houve acontecimentos semelhantes em Manguinhos, na USP, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Ainda durante o regime militar, embora depois da *abertura* e em conseqüência da lei de anistia e da criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), as associações de professores das universidades começaram a publicar relatos do que tinha acontecido em suas universidades – o primeiro foi chamado *O livro negro da USP*<sup>(31)</sup>.

O físico Leite Lopes tinha uma explicação mais ampla para a fragilidade das universidades e institutos de pesquisa na América Latina e

outros países do Terceiro Mundo. Considerava que as pressões políticas sobre estas instituições se manifestavam freqüentemente como falta de apoio financeiro, o que, em consequência, conduzia à demissão de grupos de pesquisadores. Para Leite Lopes as possibilidades para o desenvolvimento de universidades e institutos eram muito limitadas numa sociedade que fosse tecnologicamente dependente porque o sistema produtivo não requer especialistas e pesquisas. Para ele, esta fragilidade

“[...] resulta de uma instabilidade política imposta a esses países pelos grupos dominantes, da troca de governos e regimes políticos comandada pela defesa dos interesses econômicos ali investidos”<sup>(32)</sup>.

E isso explicaria também por que essas mesmas forças não desejavam cientistas de tendências nacionalistas:

“[...] a substituição de cientistas que se preocupam com as aspirações do seu povo e o sentido de suas investigações, por cientistas estimulados a unicamente trabalhar na Ciência e pela Ciência”<sup>(33)</sup>.

Talvez o argumento de Tiomno sobre os benefícios da estabilidade no cargo não possa ser refutado quando ele se refere ao caso da UnB, mas se o Estado brasileiro era um Estado de exceção regido por leis excepcionais, o fato de os professores universitários terem estabilidade em seus cargos não ajudaria muito. A estabilidade não protegeria os professores contra todo tipo de pressão externa e, especificamente, não os protegeria contra o Estado militar.

#### 4.3. O ‘MASSACRE DE MANGUINHOS’<sup>(34)</sup>

O chamado ‘Massacre de Manguinhos’ ilustrará as observações abstratas feitas acima. O Instituto Manguinhos foi criado em 1900 para produzir soros e vacinas. Embora sob a direção de Oswaldo Cruz a partir de 1902, Manguinhos tinha sido transformado para tornar-se um instituto de pesquisa e formação em bacteriologia. Em 1901, o Instituto produziu seus primeiros cem frascos de soro.

Em 1903, Oswaldo Cruz foi designado diretor de Saúde Pública, em face de uma ameaça iminente de uma epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro. A epidemia foi combatida com êxito, a despeito da oposição de diferentes setores. Esse sucesso fez surgir uma imagem mítica de Oswaldo Cruz, bem como proporcionou respeito e prestígio a suas atividades e ao Instituto. Manguinhos

“foi o primeiro instituto de pesquisa [...] da história do Brasil [...] a fazer contribuições científicas durante um período de tempo constante, e o primeiro a dar ao Brasil reputação científica no estrangeiro”<sup>(35)</sup>.

Em 1907, Manguinhos recebeu a medalha de ouro na Conferência Internacional de Higiene, em Berlim, pelos trabalhos realizados. Em 1909, o Instituto anunciou a descoberta, por Carlos Chagas, da doença do sono americana (*trypanosomiasis americana*), mais conhecida por doença de Chagas. Chagas tornou-se diretor de Manguinhos, em 1917, após a morte de Osvaldo Cruz, com apenas 45 anos de idade. Chagas ampliou o Instituto, e Manguinhos tornou-se o centro de formação para biólogos no Brasil. Muitos dos pesquisadores formados no Instituto se transferiram para São Paulo ou Minas Gerais, a fim de estabelecerem a pesquisa científica em institutos e universidades nesses estados.

Foi este Instituto, com tal tradição, que foi virtualmente destruído sob o regime militar. Pouco depois do golpe militar, em julho de 1964, o presidente da República, marechal Castelo Branco, substituiu o diretor do Instituto por Rocha Lagoa, “um médico medíocre que também pertencia aos quadros do Instituto, mas não possuía nenhuma credencial como pesquisador”<sup>(36)</sup>. Em seguida ao golpe, mas antes de Rocha Lagoa assumir a direção, Manguinhos foi submetido a dois inquéritos, um civil e um militar, conduzidos respectivamente pela Comissão de Investigação do Ministério da Saúde e pela Polícia Militar. Ambos tinham o mesmo objetivo: investigar a corrupção e a subversão, e a maioria dos servidores de Manguinhos foi interrogada em cada inquérito.

O Instituto estava ligado ao Ministério da Saúde, o que explica as injunções do Ministério sobre Manguinhos. Um terceiro inquérito foi levado a cabo pelo presidente da Comissão de Investigação do Ministério da Saúde a respeito das subvenções recebidas do governo e de instituições particulares, tanto nacionais quanto estrangeiras. Os cientistas que tiveram mais acesso a tais subvenções foram investigados, tanto no que dizia respeito ao uso daquelas subvenções quanto a suas posições políticas e ideológicas. Mas, mesmo antes de aqueles inquéritos começarem, oito servidores foram demitidos de seus cargos: dois chefes de divisão e seis chefes de secção. Tais demissões parecem ter sido um pré-julgamento das conclusões dos inquéritos e, já em abril de 1964, o Ministro da Saúde, Raimundo de Brito, declarava em discurso:

“Se é verdade que não há fronteiras para a ciência, também é exato que há fronteiras para os cientistas. As idéias exóticas que em Manguinhos foram infiltradas serão banidas definitivamente, porque o nosso país precisa de homens que nos ajudem a acabar com o sofrimento do povo e não de elementos cujo único fim é destruir a liberdade, esfacelando o regime democrático. Manguinhos de amanhã será uma colméia de trabalho e não o que queiram alguns: um foco de idéias subversivas. O Instituto Osvaldo Cruz terá todos os recursos de que carece para suas pesquisas”<sup>(37)</sup>.

No final de 1964 a imprensa fazia referências ao “terrorismo cultural”<sup>(38)</sup> praticado em Manguinhos, onde vários cientistas tinham sido

oprimidos, inclusive Válder Osvaldo Cruz (filho de Osvaldo Cruz) e seus assistentes. Seu laboratório foi praticamente destruído e seus alunos se dispersaram. Quando Válder Osvaldo Cruz morreu, em 1967, tais circunstâncias foram lembradas mesmo no exterior. L. B. Jaques publicou uma nota sobre sua morte, referindo-se a sua carreira, seus esforços para preparar um grupo de quinze estudantes por um período de cinco anos e às circunstâncias em que trabalhou:

“Lutando contra a falta de material de laboratório, apoio financeiro e especialmente contra a falta de reconhecimento da importância da ciência em seu país [...]”

O Dr. Jaques, comentando a maneira como a ciência era considerada no Brasil, acrescentou:

“Num país onde a ciência ainda é considerada por muitos um passatempo excêntrico, supérfluo e caro, até mesmo pelos profissionais da medicina [...] Durante os últimos três anos, líderes da pesquisa científica no Brasil têm estado sujeitos à perseguição e à redução de apoio. Tudo isso incidiu de maneira particularmente pesada sobre o Dr. Cruz, e à época de sua morte ele ainda estava engajado numa tentativa de preservar seu laboratório”<sup>(39)</sup>.

Válder O. Cruz morreu de ataque cardíaco aos 56 anos de idade e, antes que seus colegas fossem punidos, ele já tinha sofrido muito<sup>(40)</sup>. Houve tempo em que tivera cinquenta e oito assistentes trabalhando em seu laboratório, mas, quando morreu, só havia quinze. Era o chefe da Seção de Hematologia do Instituto Osvaldo Cruz, desde sua criação, em 1940, até fevereiro de 1962. Foi então promovido a chefe da Divisão de Patologia, até junho de 1964, quando foi demitido de seu cargo<sup>(41)</sup>. A vida e a carreira de Walter Osvaldo Cruz tornaram-se um símbolo da intervenção militar nas instituições científicas.

No início de 1965, os inquéritos estavam concluídos e os cientistas que tinham estado sob investigação não foram acusados de crime algum. Os cientistas de Manguinhos solicitaram serem recebidos pelo ministro da Saúde e falaram à imprensa para que fosse explicado o que acontecia no Instituto. Falaram na Academia de Ciências e no CNPq sobre as perigosas circunstâncias que prevaleciam em Manguinhos e na pesquisa científica naquele momento. Propuseram a criação de um ministério da ciência e tecnologia, como tinha sido solicitado por outros grupos. É mais fácil compreender a necessidade de um ministério da ciência e tecnologia se se considera a posição de Manguinhos. O fato de o Instituto ser ligado ao Ministério da Saúde e não a entidades científicas ou educacionais deixava-o numa situação vulnerável. As demandas por um ministério técnico punham em relevo as características técnicas de Manguinhos e não desenvolviam suas características como um instituto de pesquisa e formação



de cientistas. Vários dos cientistas do Instituto eram membros da Academia Brasileira de Ciências, eis porque tentaram envolver também a Academia em suas reivindicações.

Em julho de 1965, o ministro do Planejamento, Roberto Campos, convidou seletos cientistas de diferentes instituições para uma discussão. Trinta cientistas compareceram e pediram proteção para as atividades científicas e argumentaram a favor da criação de um ministério da ciência e tecnologia. No final do governo Castelo Branco, em 1967, um decreto-lei de reforma administrativa incluiu a pasta de um Ministério Extraordinário da Ciência e Tecnologia<sup>(42)</sup>, mas não foi implementada.

Em janeiro de 1966, houve um novo inquérito sobre a autoria de uma declaração pública a respeito da Universidade de Brasília. Este inquérito se originou no Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) e foi executado pelo setor de segurança do Ministério da Saúde. O diretor de Manguinhos identificou os 16 cientistas a serem investigados e acrescentou às acusações a participação deles no plano de criação de um ministério da ciência e tecnologia como evidência de comportamento subversivo<sup>(43)</sup>. Mais uma vez os cientistas indiciados nunca souberam do resultado desses inquéritos. Enquanto isso, o conflito entre o diretor e alguns dos cientistas de Manguinhos aumentava. Ele impedia tais cientistas de receber subvenções do governo ou do exterior. Os cientistas então tornaram públicas e repudiaram as ações do diretor, explicando largamente que tinham sido discriminados com prejuízo para suas atividades científicas<sup>(44)</sup>.

Em junho de 1967, o ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, convidou quarenta cientistas para discutir o problema do êxodo de cérebros brasileiros e estabelecer a operação-retorno. Nesta ocasião, os cientistas documentaram suas sugestões assim como as condições de declínio de algumas instituições como os Institutos Butantã e Biológico, de São Paulo, e o Osvaldo Cruz, o Jardim Botânico e o Museu Nacional, do Rio de Janeiro.

O período Costa e Silva (1967-1969) pareceu ser mais propício para os cientistas em geral. Ele incluiu objetivos de ciência e tecnologia em seu governo e adotou uma atitude nacionalista em relação ao programa de energia nuclear, o que foi totalmente apoiado pelos cientistas<sup>(45)</sup>. Foi o período de esperança para os cientistas, ainda que, ao mesmo tempo, houvesse dúvidas sobre se as palavras correspondiam aos fatos<sup>(46)</sup>. Certamente foi um período de contradições exemplificadas pela elaboração da operação-retorno para cientistas brasileiros que trabalhavam no exterior, quando aqueles que trabalhavam no Brasil não tinham boas condições de trabalho e, posteriormente, alguns seriam demitidos ou exilados. No entanto, não foi um período de repressão.

Foi no fim desse governo que o Congresso foi fechado e a Constituição suspensa sob o Ato Institucional nº 5. Foi com base no AI-5 que cientistas

foram punidos; o artigo 4 desse ato permitia a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos durante dez anos. Posteriormente, o Decreto nº 477 surgiu diretamente relacionado com a repressão nas universidades, envolvendo professores, pessoal administrativo e estudantes. Vários estudantes foram expulsos das universidades com base nesse decreto. O governo subsequente, do general Médici, é considerado o mais repressivo da ditadura militar.

O diretor de Manguinhos foi nomeado ministro da Saúde no governo Médici. O chefe da seção de segurança do Ministério da Saúde se opunha à imposição de sanções contra os cientistas de Manguinhos e foi demitido<sup>(47)</sup>. No dia 1º de abril de 1970, um decreto, publicado no dia seguinte no *Diário Oficial*, suspendia os direitos políticos de oito cientistas de Manguinhos por um período de dez anos. No dia 6 de abril, o mesmo *Diário* publicava os nomes de mais dois cientistas do Instituto Manguinhos.

O editorial do *Jornal do Brasil*, de 4 de abril, “Servidões da vida”, comentava da seguinte maneira as punições:

“[...] não se sabe, com exatidão, por quê. Sabe-se que não são terroristas e que nem pertencem ao Esquadrão da Morte. Trabalham em laboratórios e o correto seria talvez dizer que pertencem ao diminuto esquadrão dos que pesquisam a vida entre nós. Todos trabalham há muitos anos em Manguinhos. Todos têm nome conhecido no mundo da ciência internacional. Estariam esses cientistas tramando uma guerra bacteriológica? Nesse caso, deviam estar presos e não apenas sofrendo uma degradação de sua cidadania. A notícia das cassações mergulha o país em perplexidade. De certo só se sabe que em breve os punidos estarão em Harvard, em Cambridge, ou na Sorbonne, e que o Brasil terá ficado mais pobre”<sup>(48)</sup>.

Para Manguinhos, a perda de dez de seus melhores pesquisadores, mais outros que foram transferidos ou se demitiram, teve consequências desastrosas: várias unidades de pesquisa científica foram extintas e os estudantes tiveram que abandonar a instituição; o perigo de destruição de várias coleções de insetos, helmintos e de insetos transmissores da doença de Chagas, que tinham sido conservadas durante aproximadamente quarenta anos; a extinção do laboratório de neurofisiologia ligado à Organização Internacional do Estudo do Cérebro; a interrupção de cooperação com várias universidades brasileiras para formação em pós-graduação e pesquisa; e a cessação de cooperação com laboratórios e hospitais do governo<sup>(49)</sup>.

Esta descrição exaustiva do que aconteceu em Manguinhos pretende ilustrar apenas um caso pormenorizadamente. A reação da SBPC a tais episódios se expressou em termos da questão mais ampla do êxodo científico para países com melhores condições de trabalho. Foram especificamente mencionados: a necessidade de trazer de volta cientistas que

trabalhavam no exterior; a criação de condições de trabalho propícias; e o alto custo para o país na formação de um cientista. Tais comentários geralmente concluíam com um apelo ao Estado para cessar a punição a cientistas e readmitir os demitidos:

“e que de tais discussões saia um apelo aos poderes públicos para a revogação das aposentadorias forçadas, impostas a muitos dos nossos brilhantes cientistas. [...] Acho que nenhuma instituição científica brasileira está em melhores condições de pleitear essa revisão do que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que congrega praticamente todos os cientistas brasileiros nas suas 22 seções especializadas. O apelo já foi feito em telegrama enviado às autoridades nos últimos dias de abril, logo depois de publicadas as listas de aposentadorias forçadas. O que devemos fazer é um requerimento formal para que os processos mencionados sejam revistos em bloco, em nome da liberdade acadêmica, da autonomia universitária, do progresso da ciência e da cultura e do desenvolvimento deste grande país, que foi sempre o modelo na América Latina de respeito pela integridade universitária”<sup>(50)</sup>.

#### 4.4. A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Nos anos 50 e 60, a SBPC discutiu a necessidade de mudanças nas universidades para que elas pudessem ajustar-se ao desenvolvimento econômico do país e dele participar. Em 1967 e 1968 *Ciência e Cultura* publicou regularmente artigos, editoriais e comentários sobre o assunto. Por essa época, a questão era mais objetiva e era mencionada como a reforma universitária. Muitos cientistas tinham uma idéia clara daquilo que devia ser reformado. No que dizia respeito aos cientistas da SBPC, o sistema de cátedras devia ser abolido. Também tinham em mente o sério problema de desequilíbrio entre demanda e oferta de vagas nas universidades; muitos estudantes que passavam no vestibular para ingresso na universidade não podiam matricular-se por não haver vagas para eles<sup>(51)</sup>. Alguns cientistas acreditavam que as velhas universidades não podiam ser transformadas; assim, a melhor solução seria criar novas universidades sobre um novo modelo. Muitos deles reconheciam que os estudantes eram as vítimas das inadequações das universidades existentes, mas poucos reconheciam o importante papel do movimento estudantil na reforma. Alguns cientistas chegavam ao ponto de dizer que os professores universitários eram os únicos pioneiros.

Dois outros acontecimentos devem ser mencionados para explicar a urgência do debate sobre a reforma universitária dentro da SBPC. O primeiro, eram os decretos do governo sobre a reformulação das universidades. Em novembro de 1966, o Decreto-Lei nº 53 estabeleceu algumas mudanças nas universidades. Era o princípio de unidade de funções entre ensino e pesquisa, a utilização plena de recursos materiais e humanos e a não-duplicação de métodos para objetivos idênticos ou equivalentes. Essa

lei ainda mantinha faculdades, escolas e institutos como unidades básicas. Mencionava a distinção entre nível básico e profissional nos estudos de graduação.

Um segundo Decreto-lei, nº 252, de fevereiro de 1967, estabeleceu o *departamento* como a menor unidade da estrutura universitária para todos os propósitos administrativos e didático-científicos, incluindo alocação e distribuição de pessoal. Significava a abolição do sistema de cátedra. Outra característica nova era o conceito de extensão: estabelecimento de corpos suplementares de várias naturezas, tal como técnica, cultural, de lazer e assistência aos estudantes. O conceito de 'extensão' cobria também vínculos da universidade com a comunidade em geral, através de serviços e educação<sup>(52)</sup>. A lei também previa a coordenação didática através dos colegiados e a integração espacial no *campus*.

O mais importante aspecto desse decreto era a substituição da cátedra pelo departamento. O departamento teria as atribuições da cátedra na elaboração de projetos de trabalho e na distribuição de aulas e atividades de pesquisa entre professores.

Em novembro de 1968, a Lei 5540, conhecida como Lei da Reforma Universitária, foi aprovada. Os dois decretos precedentes foram incorporados à lei, que, como se mostrou anteriormente, também refletia a estrutura da Universidade de Brasília:

"[...] em 1962, a criação da Universidade de Brasília representou um duro golpe na universidade tradicional. E a Universidade de Brasília, exatamente porque inovou a concepção estrutural da universidade brasileira, imprimiu um sentido definitivo a reforma de 67/68"<sup>(53)</sup>.

Alguns aspectos desta lei merecem ser mencionados. O primeiro é que a lei era o resultado de um longo processo e refletia medidas previamente tomadas. Era também o resultado de discussões em torno do sistema universitário no Conselho Federal de Educação (CFE). O CFE foi criado em fevereiro de 1962 para substituir o Conselho Nacional de Educação, fundado em 1931, com novas funções atribuídas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Maurício Rocha e Silva participou desses conselhos, de 1961 a 1965, e teve um papel muito importante nas discussões sobre a abolição da cátedra, a importância da pesquisa e a necessidade de se reformar as universidades brasileiras. Por exemplo, em 1962, ele sugeriu que o CFE debatesse "a investigação científica nos currículos normais dos institutos de ensino". Ele, junto com Valnir Chagas e Newton Sucupira, produziu

"três extensos e brilhantes pareceres [...] classificados de 'revolucionários', os documentos foram acatados por todos os membros do CFE e publicados para 'servirem de objeto à meditação' [...]"<sup>(54)</sup>.

Chagas e Sucupira foram figuras-chave na reforma universitária brasileira<sup>(55)</sup>.

Um segundo aspecto da reforma universitária é a rapidez com que o documento e a lei foram produzidos e como foi concebida. Em julho de 1968, um grupo de trabalho foi nomeado para estudar a reforma universitária. Um mês depois, o grupo apresentava seu relatório e o anteprojeto da lei da reforma universitária de novembro de 1968.

Um terceiro acontecimento foi que movimentos estudantis por todo o mundo atingiram o pico de sua força em 1968, e o movimento dos estudantes brasileiros não foi exceção<sup>(56)</sup>. A reforma universitária era uma das principais questões no Brasil<sup>(57)</sup>. Sentimentos antiamericanos eram muito fortes como um tema antiimperialista, e isso estava ligado também à questão da universidade. O Ministério da Educação (MEC) firmou um acordo com uma agência norte-americana, United States Agency for International Development (USAID), para uma cooperação na formulação do plano para a reforma universitária no Brasil. O acordo MEC-USAID foi repudiado pelo movimento estudantil e por alguns cientistas<sup>(58)</sup>. A comissão de cinco técnicos norte-americanos e cinco brasileiros teve dois anos para “analisar em profundidade o mais elevado sistema educacional, para determinar o sistema ideal para o Brasil” e estabelecer os estágios de mudança desejáveis no sistema. Os técnicos levaram apenas quatro meses para estudar e apresentar suas conclusões. Era certamente uma questão muito complexa para ser decidida depois de um estudo superficial e de curto prazo, como observou Ted Goertzel<sup>(59)</sup>.

É interessante contrastar a participação da SBPC com a da União Nacional dos Estudantes (UNE) na reforma universitária. Em vista dos objetivos da SBPC e do fato de que, somente depois que o decreto foi aprovado, ela passou a demonstrar interesse pela questão, pode-se concluir que ela agiu tarde demais<sup>(60)</sup>. Como escreveu Luís Antônio Cunha:

“O projeto de uma reforma do ensino superior brasileiro, no sentido da democratização, nasceu e se desenvolveu nos meios estudantis. Foi só nos fins da república populista, quando a reforma universitária constava do rol das reformas de base, que alguns professores engrossaram o movimento”<sup>(61)</sup>.

Posteriormente o Estado se apropriaria da reforma e alguns cientistas estariam preparados a aceitá-la de bom grado, ignorando que algum cientista ou estudante dela tivesse participado<sup>(62)</sup>. Certamente, a reforma universitária foi introduzida pelo Estado como um meio de controlar o movimento estudantil, bem como a insatisfação no meio dos professores universitários. Como observou Luís Antônio Cunha:

“Pouco depois do golpe de 1964 o novo regime procurou evitar que as universidades se tornassem cada vez mais críticas [...] E o fez pela expulsão de

professores, pela seleção político-ideológica dos novos professores e pela contenção do movimento estudantil até em sua organização, incluindo o uso da repressão”(63).

#### 4.5. EM LOUVOR DO CIENTISTA BRASILEIRO

Uma das reações da SBPC no período que analisamos, ao mesmo tempo em que comentava os aspectos negativos da vida acadêmica no Brasil, foi dirigir louvores aos cientistas e à ciência brasileiros(64), e através deles a própria SBPC era elogiada também.

Os salários eram sempre mencionados como uma causa do êxodo de cientistas, no contexto das dificuldades econômicas experimentadas por um cientista com uma família, o efeito sobre seu trabalho, e a necessidade de ter apenas um emprego – a questão salarial estava estreitamente relacionada à dos contratos de tempo integral. O cientista brasileiro estava retratado na capa do programa da reunião anual de 1969 e foi descrito por Rocha e Silva:

“Não podemos, no entanto, esquecer que o brilho das reuniões e a atividade da SBPC dependem *sobretudo e em primeira linha* do cientista brasileiro, essa figura mal vestida, mal alimentada, com salário reduzido, tão bem simbolizado pela figura que aparece na capa do programa desta reunião anual, e que não raramente tem sido marginalizado pelos responsáveis do destino do país. Em grandes regiões do Brasil, o cientista tem que lutar não só pelo seu alimento e pelo de sua família, mas ainda pelos meios mais elementares para realizar o seu trabalho”(65).

Depois de 1964, outro fator foi acrescentado aos salários como causa do êxodo de cientistas: a perseguição política. Apesar disso, a responsabilidade social da ciência, dos cientistas e da SBPC era continuamente enfatizada. José Reis, em seu artigo intitulado “SBPC: como nasceu e para que serve”, declarou que todas as associações semelhantes à SBPC existentes no mundo estavam então preocupadas com problemas políticos(66). A SBPC tentou usar sua força e falar alto quando necessário. A SBPC do futuro, em sua opinião, estaria “cada dia mais coesa e forte, mais disposta à luta pelos ideais de boa ciência e bom nacionalismo”. E considerou a principal característica deste tipo de associação o fato de seus membros serem “inseparavelmente cientistas e cidadãos”(67).

Foi também José Reis quem advogou uma segunda responsabilidade para os cientistas: eles deveriam integrar-se ao processo de tomada de decisão nas agências de fomento à ciência. Criticou os programas tecnocráticos e tecnológicos que punham os programas científicos num nível secundário. Isso pode ser visto como uma crítica indireta ao I Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-1974, quando este mencionou a ênfase na tecnologia e, conseqüentemente, fez decrescer a importância

dada à ciência básica. José Reis então argumentou com a necessidade de as entidades governamentais de desenvolvimento científico (como o CNPq) terem uma autonomia real e serem dirigidas por autênticos cientistas:

“[...] pesquisadores que, além da técnica da descoberta, possuam larga cultura e compreensão dos problemas globais da ciência e suas implicações”<sup>(68)</sup>.

Estes cientistas, pretendia ele, estando comprometidos com a ciência e sua qualidade, seriam imunes às pressões de ‘interesses secundários’. Os cientistas, para José Reis, nesse contexto, não eram os mesmos a quem se referiu como “cientistas e cidadãos”, guiados pela ciência e pelo nacionalismo, ou por qualquer tipo de valores ou interesses sociais ou políticos. Talvez o que ele entendesse por ‘autêntico cientista’ fosse o intelectual de Mannheim: um intelectual com uma larga ou mesmo global visão da sociedade e capaz de tomar a melhor decisão para a sociedade como um todo<sup>(69)</sup>.

Mesmo quando os cientistas dentro da SBPC falavam da história e do papel da associação, de suas verdadeiras lutas e do papel social dos cientistas, não podiam eles abandonar uma visão idealista dos cientistas. A concepção de cientista elogiada pela SBPC era aquela

“sempre de mãos dadas com o valor científico e com os valores sociais”<sup>(70)</sup>.

Talvez, como ficou mostrado no Capítulo 2, este elemento social ou político esteja fortemente ligado com a especificidade de ser cientista em países do Terceiro Mundo. Oscar Sala, referindo-se ao novo papel do Estado, no que concerne à pesquisa científica e tecnológica, revelou a mesma opinião sobre o papel dos cientistas em países em desenvolvimento. Disse que sua função não é somente produzir resultados científicos e tecnológicos, mas também compreender e superar as várias dificuldades que impedem o desenvolvimento de uma ciência autônoma em tais países. Acrescentou a estas funções o fato de os cientistas deverem estar “conscientes de sua função social como ativos participantes do processo de desenvolvimento”<sup>(71)</sup>.

#### 4.6. CONCLUSÃO

O regime militar pós-1964 elaborou planos e programas mais sistemáticos para a economia e a sociedade brasileiras. Entre eles, a ciência e a tecnologia começaram a ser planejadas. Apesar disso, tais planos enfatizaram a tecnologia mais do que a ciência, separando às vezes a primeira da segunda e menosprezando a tradição da ciência no Brasil. Além disso, mesmo quando se baseavam no objetivo de autonomia, tais políticas não puderam ser cumpridas porque as transformações desejadas na

economia não aconteceram. Tal foi o caso da substituição de bens de capital.

Entretanto, tais políticas implicaram um orçamento específico e visível para a ciência e tecnologia e fizeram brotar esperanças no seio da comunidade científica. Também fizeram surgir dúvidas sobre os benefícios para a ciência pura, mas esses temores foram freqüentemente refutados pelos representantes do governo.

Após o golpe militar, os cientistas ficaram intimidados pela repressão à comunidade científica e suas instituições, que começou logo depois que os militares tomaram o poder. Mas, mesmo em face dessa repressão, a SBPC solicitou aos presidentes militares que reconsiderassem tais atos. Por exemplo, reivindicou a readmissão de professores universitários que tinham sido compulsoriamente aposentados. O que se pode observar é que a SBPC esteve atenta às mudanças nas políticas e ações governamentais e ciente de seu papel em defesa dos cientistas e da ciência. Para desempenhar este papel, a SBPC tentou deixar abertos os canais de comunicação com o governo. Suas exigências e apreensões eram expressas através das assembleias-gerais das reuniões anuais sob a forma de moções, cartas e documentos enviados ao governo ou diretamente ao presidente da República. Como disse Maurício Rocha e Silva, a impressão dos cientistas era a de que a cada ano estavam partindo do zero novamente e que suas vozes, como as dos escravos no poema de Castro Alves, não tinham sido ouvidas nos últimos dois mil anos. A reunião anual e a revista *Ciência e Cultura* eram os únicos instrumentos que a SBPC possuía para expressar seus apelos e reivindicações.

A concepção da Universidade de Brasília nasceu ou, pelo menos, cresceu dentro da SBPC e criou esperanças quanto à implantação de uma universidade ideal no Brasil. Quando a concepção foi destruída em sua implantação, a SBPC expressou seu protesto, embora sem nenhum efeito imediato diante de um regime militar numa sociedade economicamente dependente. Apesar disso, a importância desse protesto pode ser vista no fortalecimento da associação, de acordo com seus objetivos, e talvez para evitar acontecimentos similares. O massacre de Manguinhos e a aposentadoria forçada de cientistas podem ser analisados da mesma forma. A SBPC fez tudo o que podia ser feito ao exigir revisões da política e reintegração dos cientistas, mas só lhe restou esperar por condições melhores.

É importante salientar que a SBPC sempre pôs em relevo as contradições da ação governamental de dar com uma mão e tirar com a outra, como ao implementar a operação-retorno e expulsar cientistas. Este também foi um papel importante da SBPC: uma sentinela da comunidade científica em relação às políticas do governo. A SBPC tornou-se mais engajada na discussão da reforma universitária em 1967 e 1968. Em 1968,



ela apoiou os estudantes e suas reivindicações e respondeu aos decretos e leis do governo tanto com elogios quanto com críticas, embora com mais críticas que elogios, como se mostrará no próximo capítulo.

Neste período, a SBPC criticou as condições de trabalho científico no Brasil, enquanto elogiava os cientistas e a ciência brasileira e promovia suas próprias atitudes. Os cientistas pediam melhores salários, segurança política e participação no processo de decisão dentro das agências patrocinadoras de ciência. Argumentavam que a SBPC era importante na conquista de tais condições e que os cientistas brasileiros estavam cômicos de sua responsabilidade social. No entanto, mesmo com o fortalecimento da percepção do papel social dos cientistas, foi sempre possível detectar uma visão idealista deles como indivíduos, com conhecimento suficiente para decidir o que era objetivamente melhor para uma determinada sociedade e capazes de fazê-lo porque estavam acima de todos os interesses de classe, dentro da perspectiva de Mannheim sobre os intelectuais.

#### 4.7. NOTAS

- (1) Sobre este conceito, ver F. H. Cardoso, *Autoritarismo e democracia*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, capítulo 5.
- (2) Mauricio Rocha e Silva elogiou o presidente Costa e Silva dizendo que, entre suas palavras e decretos, algumas passagens estavam "integralmente de acordo com o ponto de vista dos cientistas brasileiros. Sabemos, no entanto, que existe um abismo entre a palavra e a ação e uma das nossas preocupações é que não caiam naquele abismo as múltiplas manifestações de S. Ex<sup>a</sup>". Ver M. Rocha e Silva, editorial "Vinte anos de SBPC", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 581, e *O Estado de S. Paulo*, "Até sábado, a XX Reunião da Ciência", 9 de julho de 1968, p. 12.
- (3) "O governo atual finalmente parece mostrar uma certa vontade de resolver problemas, mas é sempre com a timidez habitual dos nossos homens públicos que se habituaram a dar por um lado e tirar pelo outro, e a estrutura tende a se perpetuar". *Idem*, p. 585.
- (4) Entre 1964 e 1965, 85 professores universitários e intelectuais a serviço do governo federal foram expurgados; quatro no período 1966/67, e 168 de 1968 a 1973, pelo AI-5. Ver os dados de Marcus Figueiredo in R. L. de M. Morel, *Ciência e Estado*, p. 62, e R. Schneider, *The political system of Brazil*, p. 285, para a lista de alguns intelectuais compulsoriamente aposentados pelo AI-5.
- (5) M. Rocha e Silva, "A SBPC e a organização da ciência", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 17, nº 3, 1965, p. 367.
- (6) M. Rocha e Silva, Editorial "A reforma universitária", *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 3, 1967, p. 537.
- (7) Keller é um psicólogo experimentalista que criou seu método na UnB em 1964 e aplicou-o na Western Michigan University, nos EUA, e em várias outras universidades norte-americanas. Segundo a *Folha de S. Paulo*, "Toda a ênfase para as ciências humanas", 29 de junho de 1972, p. 19, *Folha de S. Paulo*, "Cientistas começam a reunir-se hoje", 2 de julho de 1972, p. 15, *O Estado de S. Paulo*, "Cientistas estão reunidos na USP", 2 de julho de 1972, e *O Estado de S. Paulo*, "O mais simples não é o melhor no ensino", 6 de julho de 1972, p. 22.
- (8) "Até agora, todo esse complicado sistema da faculdade de filosofia tinha como função precípua formar professores secundários, o que, convenhamos, era o método mais caro e

absurdo de formar professores secundários num país que precisa deles à mancheias, in M. Rocha e Silva, Editorial "A reforma universitária", *op. cit.*, p. 540.

(9) "A carreira de docente universitário, além de tradicionalmente mal remunerada, ainda é concebida em termos de afunilamento que leva à discutida figura do professor catedrático, mandarim para uns, feudatário para outros", in E. G. Mendes, Editorial "A reestruturação universitária e o problema dos excedentes", *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 2, 1967, p. 234.

(10) "Não é exagero afirmar que a União Nacional dos Estudantes nasceu dentro de um projeto de reforma do ensino superior elaborado pelos próprios estudantes. No II Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em dezembro de 1938, no Rio de Janeiro, no qual a UNE foi criada, foi aprovado um plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira". In L. A. Cunha, *A universidade crítica. O ensino superior na república populista*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, p. 207.

(11) D. Ribeiro e outros, *Universidade de Brasília*, Brasília, MEC, 1962, p. 3.

(12) *Idem*, p. 7.

(13) A. S. Teixeira, "A universidade de ontem e de hoje", *Ciência e Cultura*, v. 17, nº 2, 1965, p. 349.

(14) D. Ribeiro, *La universidad nueva: un proyecto*, Buenos Aires, Editorial Ciencia, 1973, p. 84.

(15) A. L. Machado Neto, "A ex-Universidade de Brasília", *Revista Civilização Brasileira*, ano III, nº 14, julho de 1967, p. 151.

(16) Numa entrevista de 1977 ele revelou: "[...] eu me engajei na Revolução, me engajei mesmo [...]". Eis a razão por que foi convidado a ser reitor. Em suas palavras, o presidente Castelo Branco chamou-o às 2 horas da madrugada e lhe disse: "Acabo de assinar um decreto nomeando o senhor reitor-interventor da Universidade de Brasília". Vaz pediu para não ser envolvido, mas o presidente respondeu: "Não. É uma missão. O senhor não se meteu na Revolução?". In Zeferino Vaz, Entrevista, CPDOC-FGV-RJ, Campinas, 1977, p. 104-105.

(17) A. L. Machado Neto, *op. cit.*, p. 151.

(18) Ver o artigo de Antônio L. Machado Neto, *op. cit.*, para os detalhes da criação da Universidade de Brasília e sua destruição. Duzentos e vinte professores se demitiram, 95% do total. Segundo J. Tiomno, "Ciência, universidade e desenvolvimento", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 4, 1968, p. 785.

(19) M. Rocha e Silva, Editorial "A hecatombe de Brasília", *Ciência e Cultura*, v. 18, nº 1, 1966, p. 2.

(20) Roberto Salmeron, "Brasília sem pesquisa ameaça segurança nacional", Comentários, trechos da entrevista do professor Roberto Salmeron sobre a crise da Universidade de Brasília, *Ciência e Cultura*, v. 18, nº 1, p. 42.

(21) *Idem, ibidem*.

(22) J. Tiomno, "Ciência, universidade e desenvolvimento", *op. cit.*, p. 784.

(23) M. Rocha e Silva, Editorial "A hecatombe de Brasília", *op. cit.*, p. 2.

(24) J. Tiomno, *op. cit.*, p. 784.

(25) *Idem*, p. 276.

(26) M. Rocha e Silva, Editorial "Vozes d'África", *Ciência e Cultura*, v. 18, nº 3, 1966, p. 274-5: "Há dois mil anos te mandei meu grito que em balde desde então corre o infinito".

(27) *Idem*, p. 276.

(28) *Idem, ibidem*.

(29) J. Tiomno, "Perspectivas da física no Brasil e reforma universitária", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 4, 1968, p. 704.

(30) Herman Lent, "Valter Osvaldo Cruz, sucesso e fracasso de um cientista", *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 4, 1967, p. 716.

(31) Ver ADUSP; *O livro negro da USP. O controle ideológico na universidade*. São Paulo, ADUSP, 1978, UFMG/FFCH, UFMG, *resistência e protesto*, Belo Horizonte, Vega, 1979, e ADUFRS, *Universidade e repressão: os expurgos na UFRS*, Porto Alegre, L&PM, 1979.

- (32) J. Leite Lopes, "A universidade na América Latina", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 4, 1968, p. 691.
- (33) *Idem, ibidem*.
- (34) O Instituto Soroterápico Federal de Manguinhos foi criado em 1900. Em 1906 foi rebatizado de Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos e finalmente, em 1908, passou a chamar-se Instituto Oswaldo Cruz, em homenagem aos serviços de Oswaldo Cruz prestados ao Brasil. Isso se deu depois que o Instituto recebeu uma medalha de ouro na XII Conferência Internacional de Higiene em Berlim. Para mais detalhes ver N. Stepan, *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro, Artenova. Fundação Oswaldo Cruz, 1976, 188 p.
- (35) *Idem*, p. 19.
- (36) H. Lent, *O massacre de Manguinhos*, Rio de Janeiro, Avenir, 1978, p. 19. Nossa descrição do que ocorreu em Manguinhos baseia-se no livro de Herman Lent, que era pesquisador em Manguinhos e um dos dez que foram punidos pelo regime militar com a cassação de seus direitos políticos por dez anos.
- (37) H. Lent, *op. cit.*, p. 23, publicado em *Correio da Manhã*, 24 de abril de 1964.
- (38) Jayme Tiomno atribuiu a Alceu de Amoroso Lima a autoria desta expressão que se refere "à mediocridade implantada em setores vários da cultura brasileira que conseguiu, com o apoio do governo Castelo Branco, destruir ou esfacelar setores altamente desenvolvidos da ciência e universidades brasileiras. Entre esses o Instituto Oswaldo Cruz, o Centro Brasileiro de Pesquisa Físicas (CBPF) e os Departamentos de Física e Matemática da Faculdade de Filosofia, no Rio de Janeiro, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) [...] e outros. Mesmo a Universidade de São Paulo não ficou imune." Ver J. Tiomno, "Ciência, universidade e desenvolvimento", *op. cit.*, p. 784.
- (39) L. B. Jaques in "Diátese hemorrágica", citado por M. Rocha e Silva, "Válter Oswaldo Cruz", *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 2, 1967, p. 526.
- (40) "Válter O. Cruz, ferido por tantas agressões, morreu em 3 de janeiro de 1967. Não tenho dúvida de que ele estaria entre os cientistas cassados de Manguinhos se tivesse sobrevivido", in H. Lent, *op. cit.*, p. 33.
- (41) Segundo Herman Lent, "Válter Oswaldo Cruz, sucesso e fracasso de um cientista", *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 4, 1967, p. 716.
- (42) H. Lent, *op. cit.*, p. 33.
- (43) *Idem*, p. 27-8.
- (44) *Idem*, p. 33.
- (45) "Os cientistas brasileiros reunidos em assembleia-geral por ocasião da XIX Reunião Anual da SBPC decidiram: 1) aplaudir as diretrizes nacionalistas manifestadas pelo presidente da República no tocante ao desenvolvimento da energia atômica [para fins "pacíficos], da ciência e da tecnologia", "Energia atômica: cientistas aplaudem posição do governo", *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 3, 1967, p. 618.
- (46) M. Rocha e Silva, Editorial "Vinte anos de SBPC", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 581.
- (47) H. Lent, *op. cit.*, p. 45-6.
- (48) Citado por H. Lent, *op. cit.*, p. 47, editorial do *Jornal do Brasil*, 4 de abril de 1970.
- (49) H. Lent, *op. cit.*, p. 48-50.
- (50) M. Rocha e Silva, "Ciência em crise", *Ciência e Cultura*, v. 21, nº 3, 1969, p. 680.
- (51) "[...] todos sabemos que o problema dos excedentes surgiu porque a nossa universidade é estruturada de tal maneira que só são oferecidas algumas portas de entrada para uma multidão que se comprime do lado de fora". M. Rocha e Silva, Editorial "A reforma universitária", *op. cit.*, p. 540.
- (52) Ver A. M. F. Skeff, *Organização departamental e produção científica: Universidade de Brasília*, Brasília, 1977, tese de mestrado, mimeo., especialmente as páginas de 11 a 17.
- (53) Hélio Pontes, *Universidade e reforma hoje*, Aula-magna na Universidade Federal da Paraíba, Editora da UFPB, mimeo., 1976, p. 20.

- (54) M. A. P. Campos, "Inclusão da metodologia da pesquisa científica nos cursos universitários", *O Estado de S. Paulo*, 17 de julho de 1966, p. 23.
- (55) "Esses decretos foram em grande parte redigidos pelo Prof. Valmir Chagas, com base nas muitas discussões que se travaram no Conselho Federal de Educação, nos seus quatro primeiros anos de existência, durante os quais foi feita a crítica da posição do catedrático, a definição correta de departamento e acima de tudo o projeto da Universidade de Brasília que resultou de um grande número de encontros e discussões dos cientistas brasileiros em todos os campos de atividade". M. Rocha e Silva, Editorial "Ciência e humanismo", *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 4, 1967, 632-3.
- (56) Ver A. J. Poerner, *O poder jovem. História da participação política dos Estudantes brasileiros*, 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- (57) Para um balanço da forte participação do movimento estudantil e dos professores na transformação das universidades brasileiras através de suas respectivas associações, UNE e SBPC, ver L. A. Cunha, *A universidade crítica. O ensino superior na república populista*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- (58) O Professor Aluisio Pimenta era contra a adoção de um único modelo e a favor de um modelo brasileiro projetado a partir do melhor de vários modelos (norte-americano, inglês, alemão e soviético), *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 3, 1967, "Acordos MEC-USAID", p. 619, e *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, "Memorial dos cientistas brasileiros ao presidente da República", p. 589: "Nenhum país independente pode confiar a manutenção do seu sistema educacional a governos ou organizações estrangeiras".
- (59) Ted Goertzel, "MEC-USAID. Ideologia de desenvolvimento americano aplicada à educação superior brasileira", *Revista Civilização Brasileira*, nº 14, julho 1967, p. 133.
- (60) A vigésima reunião anual da SBPC, de julho de 1968, teve como tema principal a reforma universitária, e o nº 20 de *Ciência e Cultura* foi dedicado ao mesmo assunto.
- (61) L. A. Cunha, *op. cit.*, p. 207.
- (62) Rocha e Silva, comparando a reforma federal com a reforma iniciada na USP e chamada plano Ferri, viu um aspecto positivo na primeira, embora os estudantes e cientistas não tenham participado dela: [...] embora no âmbito federal os planos de reforma tenham partido de cima, sem a participação de estudantes, as sugestões apresentadas pelo GT (grupo de trabalho) foram submetidas a sanção de um órgão de representação democrática, como o Congresso Nacional". M. Rocha e Silva, Editorial "Os caminhos da reforma", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 4, 1968, p. 684.
- (63) L. A. Cunha, *op. cit.*, p. 260.
- (64) Ver entre outros M. Rocha e Silva, "Válter Osvaldo Cruz", *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 2, 1967, p. 524-6; H. Lent, "Válter Osvaldo Cruz, sucesso e fracasso de um cientista", *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 4, 1967, p. 712-6; Jorge Americano e outros, "Homenagem à memória do professor Baeta Vianna". *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 1, 1968, p. 83-93; G. Rosenfeld, "Vital Brasil como pesquisador científico", *Ciência e Cultura*, v. 17, nº 2, 1965, p. 351-5; O. da Fonseca Filho, "Oswaldo Cruz e sua Escola de Medicina Experimental em Manguinhos", *Ciência e Cultura*, v. 24, nº 6, junho de 1972, e vários editoriais sobre cientistas: "Maurício Rocha e Silva e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência", *Ciência e Cultura*, v. 22, nº 3, 1970, p. 169-71; "Professor Th. Dobzhansky", *Ciência e Cultura*, v. 23, nº 6, dez. 1971, p. 677; e dois editoriais sobre Osvaldo Cruz: "Poder, querer, saber, esperar", *Ciência e Cultura*, v. 24, nº 6, junho 1972, p. 506; "A herança de Osvaldo Cruz", v. 24, nº 12, dez. 1972, p. 1104.
- (65) M. Rocha e Silva, "Ciência e crise", in Conferências e comentários, Discurso pronunciado na sessão de abertura da XXI Reunião Anual da SBPC, 29 de junho de 1969, Porto Alegre, RS. *Ciência e Cultura*, v. 21, nº 3, 1969, p. 678-9.
- (66) J. Reis, "SBPC: como nasceu e para que serve", *Ciência e Cultura*, v. 25, nº 7, julho de 1973, p. 694.
- (67) *Idem*, p. 695.

- (68) J. Reis, Editorial "Para que a ciência viva", *Ciência e Cultura*, v. 24, nº 2, fev. 1972, p. 124.
- (69) Ver Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*, Trad. de Emilio Willems, Porto Alegre, Globo, 1956.
- (70) J. Reis, "SBPC: como nasceu e para que serve", *op. cit.*, p. 695.
- (71) Ver *Folha de S. Paulo*, "Físico quer Estado atuante", 8 de julho de 1971, p. 11, e *O Estado de S. Paulo*, "Ciência brasileira faz balanço em Curitiba", 11 de julho de 1971. p. 152.



## CAPÍTULO 5:

### A SBPC E O ESTADO NO PERÍODO 1964-1972

Neste capítulo trataremos das contradições das ações do Estado no período, uma política científica paralela a uma repressão, e da reação da SBPC, basicamente uma condenação à repressão feita pelo Estado e, ao mesmo tempo, uma boa acolhida ao orçamento destinado à ciência e à política científica, com algumas restrições à última. Serão consideradas como política científica todas as medidas governamentais para desenvolver a ciência e a tecnologia, tais como os três planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico (PBDCT); o estabelecimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNDCT) para coordenar as agências (FINEP e CNPq) e o fundo de financiamento (FNDCT); o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e as medidas contidas nos planos nacionais de desenvolvimento (PED, I e II PND). Este capítulo não analisará a política científica como tal,<sup>(1)</sup> mas, antes, seu impacto sobre a comunidade científica.

#### 5.1 A QUESTÃO DO ÊXODO DE CÉREBROS

Por volta de 1965 a questão do êxodo de cérebros começou a aparecer nos jornais e em *Ciência e Cultura*. Na décima sétima reunião anual da SBPC, em 1965, a sessão de encerramento foi dedicada à discussão do problema da retenção de cientistas<sup>(2)</sup> no país. Considerava-se que o crescente número de cientistas brasileiros que deixavam suas instituições de pesquisa para se transferirem a países com melhores condições de trabalho tinha se tornado um sério problema para a ciência<sup>(3)</sup>. Havia cinco participantes no debate, inclusive o presidente do CNPq, Antônio Moreira Couceiro, e um cientista inglês, convidado especialmente para a sessão, J. A. Cayton. Couceiro argumentou que, ao contrário da crença popular, as razões econômicas não eram o fator principal responsável pelo êxodo de cérebros. Ele acreditava que as razões mais comuns eram a ampliação do saber, a legítima ambição de se pertencer a uma comunidade científica mais prestigiada, de dar uma melhor contribuição à ciência e de trabalhar num

laboratório mais bem equipado (4). Cayton falou sobre o problema no Reino Unido, as razões e a extensão da emigração, que chega a 12% ao ano do total de titulados no doutorado (5).

O resultado prático da discussão foi um apelo dirigido ao governo, a reitores e a diretores de institutos para que promovessem o retorno de pesquisadores que trabalhavam no exterior e tomassem medidas para que fosse evitado um novo êxodo de cientistas. Depois de quatro horas de debate, a moção aprovada pela assembléia-geral dizia:

“Os cientistas brasileiros, reunidos na XVII reunião anual, em Belo Horizonte, discutiram em todos os seus pormenores o problema da fixação do cientista brasileiro no meio, e fazem um apelo aos governos, reitores e diretores de institutos científicos para que facilitem a ação do Conselho Nacional de Pesquisas, CAPES, FAPESP e demais organizações de amparo à pesquisa, no sentido de incentivar o retorno de pesquisadores brasileiros que se encontram afastados do país por qualquer motivo, representando matéria-prima insubstituível para a formação de novos valores indispensáveis ao desenvolvimento do país. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, congregando 4150 membros, e que reuniu, durante a XVII reunião anual, cerca de 1200 cientistas e educadores, reconhece o interesse, várias vezes manifestado pelo governo brasileiro, em atender à atual conjuntura do desenvolvimento científico nacional. Porém, julga do seu dever alertá-lo de que as medidas ultimamente transformadas em lei, especialmente as relacionadas com a classificação dos pesquisadores e a regulamentação do tempo integral em sua forma atual, são consideradas pouco satisfatórias e de molde a agravar o êxodo sempre crescente dos nossos valores científicos. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência espera ver o problema retomado em bases mais seguras e consoantes com a realidade científica nacional” (6).

Assim, em 1965, a SBPC se preocupava com o problema do êxodo de cérebros e apelava ao governo para que o resolvesse de duas maneiras: estimulando os cientistas a que regressassem do exterior, e proporcionando condições de trabalho satisfatórias no Brasil, a fim de evitar uma evasão posterior. Isso poderia indicar que a subsequente política científica do governo militar era uma resposta aos apelos dos cientistas. É provável que o regime estivesse atento às reivindicações dos cientistas porque os considerava um grupo importante a ser cooptado o que outorgaria certa legitimidade ao regime militar. De qualquer maneira, estava claro que cientistas nacionalistas participaram de uma aliança com os militares, burocratas e industriais de idéias semelhantes, tal como José E. Cassiolato e colaboradores afirmaram (7).

Mesmo antes de chegarem ao poder, dois ou três anos mais cedo, e depois de seu fracasso no conflito sobre a sucessão de Jânio Quadros por João Goulart (8), os militares tinham começado a recrutar seus intelectuais em suas próprias fileiras e nos setores conservadores do meio acadêmico e burocrático. Para elaborarem seu projeto de governar o país, ou seu



projeto de hegemonia, usaram a Escola Superior de Guerra para oferecer cursos para civis e para militares, os quais também participaram de projetos referentes a problemas específicos em alguns tópicos como agricultura, educação e energia. Na primeira turma de 1950 somente 16 dos 62 graduados eram civis, mas 646 do total de 1276 graduados no período entre 1950 e 1967 eram civis (9):

“Até 1975, a ESG havia instruído 1924 civis e 1621 militares [...] a ADESG, a Associação dos Diplomados da ESG, difundira sua doutrina entre mais de 25000 civis e militares. Além disso, a ESG e a ADESG introduziram seus textos como material básico de estudo em outros centros militares de treinamento e educação, assim como em cursos civis, principalmente nos programas universitários de educação cívica”. (10)

Isso conduz à conclusão de que poucos (11) eram considerados intelectuais orgânicos naquele estágio, mas de que o objetivo seguinte era expurgar o grupo de elementos esquerdistas e usar os restantes para dar legitimidade às políticas do regime militar. Esperava-se que eles dessem apoio à política científica primeiro e, depois, a outras políticas governamentais. Da mesma maneira os militares usaram as associações científicas nacionais, escolhendo a ABC, mais conservadora, para legitimarem seus planos científicos, e até fizeram algumas concessões à SBPC.

Contrariamente à opinião de Couceiro, a questão dos salários era importante para os membros da SBPC, e algumas condições acadêmicas eram basicamente dependentes das condições econômicas. Os cientistas enfatizavam particularmente a abolição da burocracia e os aspectos de uma maior compreensão administrativa:

“É necessário que, a par de uma melhoria razoável de remuneração, haja também um respeito administrativo, compreendendo que o cientista necessita, para o seu trabalho, de liberdade de idéias, intercâmbio com outros meios científicos sob todas as formas e meios para a divulgação de seus trabalhos” (12).

Maurício Rocha e Silva, presidente da SBPC na época, referiu-se em seu discurso à necessidade de se atrair de volta ao Brasil os cientistas exilados e de se dar apoio aos cientistas e à ciência (13). Em seu discurso de abertura, “Ciência e governo”, o governador Magalhães Pinto disse que era um dever do governo assegurar a liberdade dos cientistas e elogiou a contribuição dos cientistas ao bem-estar social. Era um discurso muito populista, no estilo dos políticos pré-1964, de alguém que participava ativamente da ‘revolução de março’:

“O Estado [...] não deve ser árbitro em matéria de ciência. Deve ordenar os trabalhos e deixar ao cientista o domínio da matéria científica, preocupando-se

apenas com a utilização da ciência em benefício do povo. Só nesses termos entendo o desenvolvimento" (14).

Na reunião anual seguinte, o problema da evasão de cérebros foi mencionado no discurso de abertura de Maurício Rocha e Silva. Sublinhou que estava claro que o Brasil continuava a estar na "vanguarda dos países que exportam seus talentos". Decerto, tal se dava em termos relativos:

"Não tanto pelo número absoluto dos mesmos, mas pelo número de talentos exportados em relação ao número pequeno de bons elementos que conseguem sair das universidades. Se considerarmos o grande número daqueles que emigraram nos últimos anos, é impressionante a percentagem dos que vão, em relação ao total de uma população paupérrima em valores intelectuais. Poderíamos comparar esta situação com a de um navio que naufraga, em que só ficam alguns, os que esperam pelo fim para também se porem ao mar, nas poucas barcas de salvamento disponíveis" (15).

A questão do número de cientistas brasileiros no exterior seria debatida em 1967, mas fica claro que, desde 1965, o problema do êxodo de cérebros tinha sido usado para ilustrar as condições do trabalho científico no Brasil e para exigir soluções. Algumas dessas condições eram problemas tradicionais na vida científica brasileira, mas os problemas trazidos pelo regime militar foram ressaltados. No mesmo discurso, Rocha e Silva referiu-se à necessidade de o país continuar atraindo cientistas estrangeiros, embora isso não fosse mais possível por causa da "reputação que vai adquirindo o seu clima intelectual e universitário, de inóspito para o trabalho universitário" (16).

Em 1967, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um pequeno artigo, "Há 14 no exterior", depois que o ministro da Educação, Tarso Dutra, informou à Câmara dos Deputados que 14 cientistas brasileiros trabalhavam no exterior naquele momento. O ministro reconhecia que este número podia ser incorreto, já que não havia nenhum sistema de controle, mas ele garantiu aos deputados que o êxodo de cientistas não era tão grave no Brasil quanto em outros países. Segundo ele, o problema poderia agravar-se se os salários dos pesquisadores fossem mantidos no nível em que estavam, e que os salários mais altos das Universidades de São Paulo e de Brasília já tinham ajudado a trazer de volta alguns cientistas (17). O artigo chegou a dar a lista dos nomes dos cientistas emigrados e suas instituições de origem no Brasil.

No dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma reportagem sobre um desentendimento entre o presidente da SBPC e o ministro da Educação. Na sessão de encerramento da reunião de 1967, Rocha e Silva declarou:

"[...] ao contrário do que declarou ontem o ministro da Educação, o êxodo de cientistas brasileiros para os Estados Unidos é uma realidade, ameaçando a nossa autonomia científica" (18).

Disse que uma lista oficial de todos os cientistas que trabalhavam no exterior estava sendo organizada por cada área científica para ser enviada ao ministro e à imprensa, e Rocha e Silva estimava que ela teria mais de cem nomes. O presidente da SBPC atribuía o êxodo aos baixos salários, em discordância com a opinião do presidente do CNPq, em 1965. O físico Jacques Damy também discordava do ministro dizendo que “os responsáveis por nossa política nuclear não estão tão otimistas”. Acrescentou que o Itamarati tinha declarado recentemente que:

“a volta ao Brasil dos cientistas drenados para o Exterior é imprescindível para o sucesso dos programas relacionados com o desenvolvimento da energia nuclear”(19).

Em 1968 o presidente da República, marechal Costa e Silva, foi convidado para a sessão de encerramento da reunião anual da SBPC. Considerou-se que seria uma oportunidade para um diálogo com o governo, e os cientistas desejavam que ele ouvisse suas sugestões sobre os problemas mais importantes do momento. Três questões cruciais foram apresentadas por Rocha e Silva em sua fala de abertura e publicadas na imprensa bem como em *Ciência e Cultura*(20). A primeira era o estabelecimento de condições favoráveis para impedir o êxodo e estimular o regresso dos cientistas emigrados. A segunda era apoiar a pesquisa científica e a terceira, a reforma universitária.

Rocha e Silva também salientou que todas aquelas demandas tinham sido feitas ao final da reunião do ano anterior e ficado sem resposta. O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que em seguida à ‘revolução’ de 1964 oitocentos cientistas deixaram o país e que, depois da reunião, em Washington, entre o governo brasileiro e 90 cientistas, apenas três deles decidiram regressar(21).

Em 1968, foi redigido um “Memorial dos cientistas brasileiros ao presidente da República”(22). Começava da seguinte maneira:

“Os cientistas brasileiros, em número de 4000, reunidos em São Paulo por ocasião da XX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência,

*considerando* a necessidade inadiável de uma reformulação da política governamental do Brasil nos campos da ciência e da educação, nessa retomada do desenvolvimento, tão oportunamente preconizada por Vossa Excelência, em discursos e declarações públicas;

*considerando* as múltiplas manifestações de insatisfação dos nossos estudantes, professores, cientistas e outros intelectuais, com a estrutura arcaica das nossas instituições universitárias e métodos obsoletos de ensino nos cursos médio e até primário;

*considerando* a situação, de quase calamidade, em que se encontram os nossos laboratórios de pesquisa e os meios precários, postos à disposição dos

cientistas para a realização dos seus trabalhos e transmissão dos seus conhecimentos aos jovens que se formam nas nossas instituições de ensino superior, o que tem levado à contínua emigração de reais valores egressos das universidades brasileiras, bem como às comprovadas dificuldades que vem encontrando o próprio governo federal para atrair cientistas que se encontram no estrangeiro;

*considerando* ainda a sangria que representa para o país, mesmo do ponto de vista econômico ou financeiro, a perda desses valores intelectuais que muito custaram em tempo e recursos para sua formação, em proveito de países mais ricos que prazerosamente os atraem e retêm nos seus laboratórios e institutos de pesquisa e ensino, o que já levou à afirmação de que o Brasil é um dos maiores exportadores de talentos, dada a pequena porcentagem dos que se formam e a grande porcentagem dos bons que emigram;

*considerando* ainda que essa emigração de valores culturais se verifica também dentro do país, onde extensas regiões mal servidas pela atenção do governo da União perdem sistematicamente os seus pesquisadores que emigram para regiões mais ricas do país, deixando ao abandono científico e tecnológico regiões extensas como as da Amazônia e Centro do Brasil, expondo-as, por isso mesmo, à cobiça e interesse de nações desenvolvidas;

*resolveram* apresentar a Vossa Excelência e, em seguida, dar ciência ao público as seguintes sugestões que, na opinião de todos, contribuiriam para sanar ou, pelo menos, remediar a situação de subdesenvolvimento em que se encontra o nosso país, de acordo com as considerações acima expostas”(23).

Toda a introdução dizia respeito às condições do trabalho científico no Brasil e ao problema do êxodo de cientistas. Com relação à educação, acrescentou-se uma tabela ao final do memorial mostrando que o Brasil era o país da América Latina que menos gastava com educação como porcentagem de seu orçamento: menos de 10% em 1967(24). Sugeriu-se que os gastos com educação deviam crescer gradualmente, de 7,4% do orçamento nacional até 30%. Considerava-se a educação o elemento essencial para tirar o Brasil do subdesenvolvimento, algo comparável a uma cruzada através da ciência e da educação:

“Se não tivermos um governo que saiba reduzir *todos* os orçamentos *menos* o da educação, o Brasil não sairá deste atraso relativo em que se encontra. [...] Esperamos da visão e do patriotismo de Vossa Excelência o início histórico desta verdadeira cruzada de redenção do Brasil através da educação e da ciência”(25).

Existe uma crença muito forte entre os cientistas brasileiros de que o mais importante elemento para resolver o subdesenvolvimento brasileiro é a educação:

“[...] de 1963 para diante houve sobes e descas na política científica brasileira, mas a situação nunca, nunca, *nunca* chegou a nada parecido com o que nós te-

mos hoje; a situação hoje é calamitosa e eu particularmente acho que se nós não corrigirmos essa situação [...] o país não terá mais possibilidades de sair do subdesenvolvimento [...] estamos dando grande atenção ao problema econômico, ao problema político do país, mas esses dois problemas são muito menos importantes do que o problema da Universidade [...]”(26).

Outras propostas e críticas serão mencionadas mais adiante na discussão de questões específicas relativas à moção.

No tópico da pesquisa relativa, o memorial reafirmou as causas da evasão de cérebros: “na ausência de uma melhoria das condições de trabalho, de estabilidade e de salários, muitos pesquisadores emigraram”(27). Além da demanda por condições que devem ser mudadas para se evitar um êxodo posterior de cientistas e para que os cientistas no exterior sejam trazidos de volta, há uma nova sugestão para que cesse a perseguição política:

“Conquanto julgemos importantes as medidas tomadas por Vossa Excelência para o repatriamento dos pesquisadores e educadores brasileiros que desejam voltar, sugerimos ainda se inclua entre as medidas o arquivamento de quaisquer processos de natureza política que existam contra *todos* os pesquisadores, educadores e outros intelectuais”(28).

Este seria um elemento da campanha da anistia, no final da década de 70, e, mesmo depois da lei de anistia de 1979, os cientistas tiveram que continuar sua campanha pela reintegração de colegas(29). O governo estava, por um lado, trazendo de volta cientistas que trabalhavam no exterior e, por outro, expulsando cientistas, igualmente competentes, por motivos políticos. Mesmo no campo da energia atômica alguns dos melhores cientistas foram expulsos. Tal contradição desaparece se se considera a perspectiva de um grupo dominante, não legitimado por uma eleição, dominando mais pela força do que pela fraude, tentando expulsar cientistas que não lhe concederiam legitimidade e trazendo de volta cientistas que tinham deixado o país por razões econômicas, muito antes da ‘revolução de março’, e que tinham ligações mais fortes com projetos democráticos antes do golpe militar. Tais cientistas poderiam ser considerados ‘neutros’ em relação a ambos os regimes. Em 1970, Antônio Couceiro, presidente do CNPq, declarou que mais de 200 cientistas que trabalhavam no exterior já tinham retornado ao Brasil(30). Como já se disse anteriormente, *O Estado de S. Paulo* noticiou que, do golpe de 1964 até julho de 1968, oitocentos cientistas tinham deixado o país(31). Embora esses números possam ser uma conjectura, deve-se lembrar que os piores anos da repressão ainda estavam por vir, com a introdução da aposentadoria compulsória em 1969.

## 5.2. A CONDENAÇÃO DA SBPC À REPRESSÃO DO ESTADO

O editorial do número de abril de 1969 de *Ciência e Cultura* tinha o título “Ciência em crise”, e incluía um parágrafo sobre a aposentadoria compulsória e dois sobre a ‘operação-retorno’:

“Na última semana de abril, os meios universitários brasileiros foram surpreendidos por dois decretos presidenciais que aposentavam compulsoriamente 67 professores, contando-se entre eles alguns dos mais notáveis cientistas brasileiros, de reputação firmada no país e no exterior pelos seus trabalhos de investigação e ensino, nos campos da física, matemática, química, biologia, sociologia e filosofia da ciência.

A ocorrência parecia tão mais surpreendente pelo fato de repentinamente ter sido salientada por ilustres membros do próprio governo a necessidade do retorno ao país dos cientistas que, por causas várias, haviam emigrado nos últimos anos”<sup>(32)</sup>.

Explicava-se o papel dos Ministérios das Relações Exteriores e do Planejamento na operação-retorno e os esforços de agências como o CNPq, FAPESP e CAPES e mesmo das universidades. O editorial era assinado pela diretoria da SBPC e terminava com o mesmo apelo para que se considerassem a ciência e a tecnologia “um patrimônio cultural e intelectual” e “o mais precioso investimento para o futuro e o progresso” como faziam todas as nações civilizadas<sup>(33)</sup>. Esta foi a mensagem que a diretoria da SBPC enviou ao presidente da República, após reunião ocorrida logo depois das medidas punitivas e do editorial de *Ciência e Cultura*. Ela mostrava que a SBPC não somente levava a sério seu papel na defesa de cientistas e da ciência, mas que estava sempre alerta também a mudanças nas condições e que tentaria pressionar a favor das melhorias e denunciar os reveses quando acontecessem. Sobre estas e outras questões a associação podia falar alto e com segurança porque vinha denunciando-as sistematicamente e apresentando propostas há mais de cinco anos.

Em julho de 1969, portanto, na reunião anual, o discurso de abertura de Rocha e Silva foi sobre o mesmo tema. Mencionou a defesa dos cientistas brasileiros na declaração de princípios da Sociedade, fazendo lembrar aos participantes da reunião que a SBPC vinha trabalhando há 21 anos em prol daqueles princípios. “Apesar disso, cada vez que nos reunimos anualmente temos a impressão de ter voltado à estaca zero”<sup>(34)</sup>. Rocha e Silva mencionou outras razões para o êxodo de cientistas:

“E manter condições propícias ao desenvolvimento da ciência, em todas as suas formas, tem nome específico, no mundo civilizado, de *liberdade acadêmica*, autonomia universitária, amparo ao pesquisador em todas as formas morais ou materiais. Quando tais condições falham, observa-se o que hoje se tornou comum, o êxodo dos cientistas, a evasão de cérebros, a

imigração dos professores para centros mais avançados, em que aquelas condições são garantidas. Não adianta argumentar muito, procurar dar de um lado e retirar pelo outro, porque o resultado é sempre o mesmo, a fuga dos bons elementos que facilmente encontram colocações, vantagens em centros em que tais garantias são oferecidas. É quase que um fenômeno físico, ou uma lei natural”(35).

Sugeria que o problema fosse discutido durante a reunião e que as aposentadorias compulsórias fossem revogadas. Julgava ser a SBPC a associação mais apropriada para demandar a revogação, porque ela representava praticamente todos os setores especializados da ciência brasileira. Também mencionou que o ministro da Educação declarara que o governo estaria receptivo quanto à revisão das aposentadorias compulsórias(36).

O jornal *Correio da Manhã* publicou a decisão unânime da assembleia-geral da SBPC de exigir que o presidente Costa e Silva chegasse a Porto Alegre”. Segundo o jornal, essa exigência baseava-se no fato de que as aposentadorias

“tiveram uma profunda repercussão no processo de desenvolvimento do país, prejudicando o progresso da ciência nacional e provocando repercussões negativas dentro e fora do Brasil entre aqueles que desejavam retornar, atraídos pelo ilustre plano de retorno dos cientistas”(37).

No entanto, o governo não concordou em rever os casos e prosseguiu na punição de mais cientistas. O editorial de janeiro de 1970 de *Ciência e Cultura*, “Prossegue a crise na ciência”, mostrou como a SBPC junto com toda a comunidade científica brasileira

“acha-se consternada pelas sanções recentemente sofridas por cientistas brasileiros do Instituto Osvado Cruz”.

Novamente o editorial estava assinado pela diretoria da SBPC e demonstrava que a defesa dos cientistas era um dos princípios da associação. Argumentava-se que os cientistas aposentados eram virtualmente insubstituíveis e discutia-se o efeito das aposentadorias sobre o relacionamento da comunidade científica com o governo:

“Tais atos têm tido por efeito ocasionar o sentimento de insegurança e desânimo nos nossos meios científicos, a desilusão quanto aos proclamados objetivos do governo com referência ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, com isso, o desprestígio de nossa vida cultural”(38).

Este era um reflexo do aspecto mais constante do relacionamento do governo com a comunidade científica; embora ele tivesse concordado em

melhorar as condições econômicas dos cientistas, a instabilidade e a insegurança logo voltaram.

### 5.3. APOIO AOS ESTUDANTES

Os estudantes foram pioneiros na constatação da necessidade e na reivindicação de uma reforma das universidades brasileiras<sup>(39)</sup>. Foi em 1968, o ano da 'lei de reforma universitária', que os professores universitários começaram a discutir a questão mais sistematicamente e, ao mesmo tempo, tornaram-se solidários com o movimento estudantil ao refutarem as críticas que lhe eram feitas e ao condenarem a repressão que sofria. Rocha e Silva, em seu discurso de abertura da reunião anual de 1968, considerava a reforma universitária um dos três maiores problemas da vida científica brasileira no momento. A reforma universitária, em sua opinião, era a resposta fundamental às exigências dos estudantes, que eram os que "mais sofriam com a estrutura arcaica e anquilosante da atual universidade brasileira"<sup>(40)</sup>. Defendeu o movimento estudantil e observou que condená-lo era somente uma maneira de evitar ou procrastinar a solução do problema:

"Querer transformar a luta de nossos estudantes em provocação comunista, marxista ou da linha chinesa é mais uma vez procurar contemporizar ou postergar a grande reforma que se torna cada dia mais premente, exigida pelo próprio desenvolvimento da ciência"<sup>(41)</sup>.

Simão Matias, químico, filósofo da ciência e secretário da SBPC por vários anos, considerava o movimento estudantil a força motriz por trás da reforma universitária:

"Graças ao movimento estudantil, a nação tomou consciência de um dos problemas fundamentais para o seu desenvolvimento – a reforma universitária, que vinha sendo reclamada há vários anos por intelectuais, educadores, cientistas e pelos próprios estudantes. Foi em virtude desse movimento que o presidente da República instalou o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária"<sup>(42)</sup>.

Jaime Tiomno expressou a mesma opinião em seu artigo sobre "Perspectivas da física no Brasil e reforma universitária":

"Considero que dentro da universidade brasileira a classe<sup>(43)</sup> que tem maior dinamismo e potencialidade de luta e demonstrou maior capacidade de arrastar a universidade a uma reforma é a classe estudantil"<sup>(44)</sup>.

Newton Freire-Maia, em seu discurso na abertura da reunião anual de 1968, quando recebeu o Prêmio Nacional de Genética D. Catarina Prosdócimo, elogiou enfaticamente a capacidade dos estudantes de provocarem as mudanças de que o país necessitava. Explicou o fato em termos da



falta de compromisso dos estudantes com o *status quo*, com o qual a geração mais velha se identificava:

“Na luta por mudanças e por permanências que atendam às nossas necessidades, justo é que se ressaltem a inconformidade, a insubmissão e a rebeldia da mocidade brasileira sem compromisso algum com a situação reinante; está a sua voz por isto mesmo muito mais apta a refletir os anseios e os reclamos populares do que a dos homens maduros, tolhidos em sua liberdade por inúmeras e, muitas vezes, imponderáveis amarras e injunções socioeconômicas, quando não movidos por interesses subalternos. A essa mocidade brasileira – a que pertenci há tantos anos e a que hoje pertencem os meus filhos, mocidade gloriosa que sempre tem sido mestra [...] de amor à pátria e de dedicação à causa do ensino – pago tributo”<sup>(45)</sup>.

Um pouco antes em seu discurso, Freire-Maia referiu-se aos problemas de se seguir uma carreira acadêmica no Brasil e deu sua opinião, um pouco exagerada, como admitiu, sobre as universidades:

[...] nossas universidades são a própria imagem do subdesenvolvimento que elas deveriam ser as primeiras a combater. Já se disse, com certo exagero, naturalmente, que a universidade brasileira foi criada exatamente para exercer a importante função de não exercer função alguma, de natureza positiva, na luta do nosso povo em busca da liberdade e do desenvolvimento”<sup>(46)</sup>.

Em 1969, quando foi empossado como presidente da SBPC, Warwick E. Kerr, em seu discurso “Compromissos de uma comunidade científica”, prometeu levar à frente os importantes objetivos que a SBPC vinha perseguindo:

“a defesa da dignidade do cientista, que inclui a livre manifestação das suas idéias e o livre exercício de sua profissão, e a *defesa do estudante*, que será o cientista de amanhã”<sup>(47)</sup>.

Mencionou a aposentadoria compulsória e a conseqüente perda científica para o país, citando os nomes dos cientistas e suas respectivas contribuições, e, por fim, dedicou um parágrafo à repressão do movimento estudantil:

“Preocupa-nos muito a formação de novos cientistas, e é com pesar que vemos muitos deles serem aliados das lides estudantis por força do infeliz Decreto 477 e, em alguns casos, abandonarem o país”<sup>(48)</sup>.

Uma das conseqüências do Decreto nº 477 foi que alguns dos mais brilhantes estudantes (os futuros cientistas, nas palavras de Kerr) foram expulsos das universidades e lançados nas organizações clandestinas de esquerda que iriam conduzir às guerrilhas urbana e rural no final da década de

60 e princípio da de 70. Dos 370 participantes identificados no movimento guerrilheiro pela justiça militar, 128 eram estudantes de aproximadamente vinte anos. Nas palavras de Artur Poerner:

“Como se vê, o poder jovem foi reduzido pela ditadura ao silêncio ou conduzido ao engajamento no processo de luta armada desencadeado no Brasil – fenômeno grave para todos os brasileiros, quaisquer que sejam as suas posições políticas, por haver representado o trágico sacrifício de uma geração heróica e idealista – talvez a melhor e mais completa das gerações com que o país contou em toda a sua história de quase meio milênio”<sup>(49)</sup>.

Warwick Kerr via na defesa dos cientistas e dos estudantes um dever da SBPC para a associação “não se omitir diante dos graves problemas que poderão afetar, no futuro, a nossa posição de nação livre e desenvolvida”<sup>(50)</sup>. A educação e a ciência, os estudantes e os cientistas deviam ser protegidos e respeitados mesmo pelo Estado militar para garantir aquele ‘Brasil grande’ tão ansiado, particularmente pelos próprios militares. É interessante que a SBPC, através de alguns de seus líderes e de seu presidente, em 1968 e 1969, tenha defendido os estudantes e seus ideais e condenado a repressão que sofriam. Neste período, mais do que nunca, os estudantes se tornaram membros da comunidade científica, enquanto futuros cientistas, e eram mesmo louvados como mestres de nacionalismo e por sua dedicação aos objetivos da educação brasileira.

No entanto, o mais forte apoio aos estudantes e às suas reivindicações veio ao final da vigésima reunião anual e de dois diferentes lados. Duzentos e vinte professores da Universidade de São Paulo<sup>(51)</sup> assinaram uma declaração exigindo o fim do sistema de cátedra e a substituição dos corpos diretivos de então por uma assembléia universitária (paritária) com igual número de professores e estudantes<sup>(52)</sup>. Decerto, nem todos os professores concordavam que estudantes e professores deviam participar em igual número e ter a mesma voz, mas era significativo que mais de duzentos deles aceitassem a ideia. Rejeitaram as propostas de uma comissão para a reforma da USP e declararam que o que desejavam, em primeiro lugar, era uma “autonomia total para a universidade, completamente livre de interesses políticos e injunções militares”<sup>(53)</sup>.

Uma moção foi submetida por cientistas e educadores à vigésima reunião anual sobre a importância de se resolver o problema educacional do país, considerando que “fundamentalmente, os problemas brasileiros se reduzem ao problema educacional, porque implicam uma mudança de mentalidade”<sup>(54)</sup>. Também sugeriram reformas em todos os níveis do sistema educacional brasileiro, com a participação ativa dos educadores, e apoiaram as reivindicações dos estudantes, mas sem referência à participação paritária de estudantes e professores:

“Os cientistas e educadores [...] querem manifestar seu apoio às reivindicações estudantis quanto à sua participação na reestruturação da universidade brasileira, que na atualidade constitui um entrave ao desenvolvimento da educação e da ciência no Brasil”<sup>(55)</sup>.

Quando o grupo de trabalho da reforma universitária se estabeleceu no Ministério da Educação e Cultura, os estudantes foram convidados a indicar um representante. No entanto, os estudantes não aceitaram o convite porque se opunham à forma como a reforma estava sendo levada a cabo e porque desejavam uma participação maior. Até certo ponto tinham o apoio dos professores universitários, mas ele era insuficiente para que conquistassem termos aceitáveis para sua participação.

A última reação da SBPC à reforma universitária indicava mais críticas do que aceitação das propostas. A crítica maior era sobre a própria universidade, mas nossa análise se concentrará na crítica à reforma e só levará em consideração os aspectos a ela referentes. Rocha e Silva, ao defender os estudantes, criticou todas as medidas governamentais para a reforma universitária:

“As medidas que se tomam, decretos presidenciais, grupos de trabalho, comissões de cinco membros e outras são todas soluções que visam antes conter a marcha dos acontecimentos, colocar pedras no caminho e tentar conter a enxurrada com muros artificiais de pedrinhas e argamassas”<sup>(56)</sup>.

Apesar de tudo, ele via alguns pontos positivos nas medidas, tal como veremos mais adiante neste mesmo capítulo.

#### 5.4. CRÍTICA AO ACORDO MEC-USAID

A crítica ao acordo MEC-USAID (mencionado no Capítulo 4) não apareceu de imediato e deve-se lembrar que o país se encontrava sob um regime militar; se o movimento estudantil era forte, também o era a repressão. Vários professores universitários já tinham sido demitidos e os cientistas falavam em surdina<sup>(57)</sup>. Durante um simpósio sobre “Reforma universitária” promovido pela SBPC em sua décima nona reunião anual, em 1967, o professor Aluísio Pimenta (ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, mais tarde compulsoriamente aposentado pelo regime militar, e primeiro ministro da Cultura da ‘Nova República’), foi chamado a dar sua opinião sobre o acordo MEC-USAID. De acordo com um artigo de jornal, ele se declarou “a favor da adoção de um modelo brasileiro, com extração do que há de melhor nos vários modelos existentes (norte-americanos, ingleses, alemães e soviéticos)”<sup>(58)</sup>. O jornalista acrescentou a opinião do professor Isaiás Raw, ironicamente também aposentado compulsoriamente mais tarde<sup>(59)</sup>, de que vários daqueles modelos estavam então em crise e num processo de reformulação.

No “Memorial dos cientistas brasileiros ao presidente da República” havia uma frase sobre modelos estrangeiros, escrita na mesma linguagem indireta:

“Também rejeitamos os programas de renovação dos vários níveis de ensino que resultem da tentativa de impor esquemas e modelos estrangeiros”<sup>(60)</sup>.

E, referindo-se ao dever fundamental do governo de apoiar a educação em todos os níveis e especialmente no universitário, ainda que aceitando a contribuição do setor privado, o documento terminava com a seguinte frase:

“Nenhum país independente pode confiar a manutenção do seu sistema educacional a governos ou organizações estrangeiras”<sup>(61)</sup>.

A questão do controle das universidades por organizações estrangeiras entrou em debate quando José Leite Lopes refutou a opinião de Zeferino Vaz de que as universidades estavam alienadas em relação à realidade da vida brasileira. Zeferino Vaz era um cientista que declarara seu apoio ao regime militar numa entrevista<sup>(62)</sup>, ao passo que Leite Lopes foi aposentado em 1969<sup>(63)</sup>. A opinião de Leite Lopes era a de que a universidade era um reflexo da sociedade brasileira, tão alienada quanto a sociedade. Lembrou que as indústrias eram subsidiárias de grandes corporações estrangeiras e, conseqüentemente, que não havia demanda de cientistas e técnicos para que trabalhassem em seus laboratórios de pesquisa (porque eles não existem nas subsidiárias) e que elas não estavam interessadas em fazer pesquisas que contribuíssem para o desenvolvimento econômico do Brasil. Os produtos industriais eram apenas reproduções de invenções vindas do exterior. Uma sociedade alienada, portanto, só podia gerar uma universidade alienada:

“A alienação do sistema econômico, a alienação do próprio território nacional, que nos ameaça, se refletem numa tendência à manutenção da alienação da universidade e do sistema educacional. Um exemplo disso é a tendência à privatização das universidades, hoje estaduais, como também a sua elitização e a ameaça de controle delas por instituições estrangeiras”<sup>(64)</sup>.

Leite Lopes, além de ser um físico eminente com reputação internacional, deu grande contribuição à análise da educação e da ciência como um aspecto da posição de dependência em que o país se encontrava perante o sistema capitalista internacional. Deu também grande contribuição à proposta não cumprida para o estabelecimento de um ministério da ciência e tecnologia nos anos 60, bem como à criação da FINEP e, conseqüentemente, de todo o sistema institucional de apoio à pesquisa e à tecnologia.

Dois outros participantes do debate trouxeram à baila a questão da dominação. Sérgio Mascarenhas disse que o problema da reforma univer-

sitária era uma questão de 'segurança nacional', já que a universidade é responsável pela criação de tecnologia nacional. Alberto Carvalho da Silva, diretor da FAPESP, salientou a importância de se dar estabilidade e segurança aos professores e de se preparar os estudantes para criarem tecnologia nacional como um meio de "conduzir a uma verdadeira independência econômica. Por isso, o problema da universidade é uma questão de segurança nacional"<sup>(65)</sup>. Acrescentou que o Estado, e não o setor privado, deve, portanto, apoiar e pagar os cientistas.

Desta forma, a proposta de privatização das universidades era vista pelos cientistas como um problema relacionado com a dependência, a dominação e mesmo com a segurança nacional. Havia, porém, outros aspectos fundamentais da questão da educação pública, tais como o direito do cidadão ao ensino gratuito e à igualdade de oportunidades. Freire-Maia recordou estes aspectos:

"Mais: em muitos setores, tentou-se, e em alguns conseguiu-se, introduzir, no ensino público, o ensino pago, assim contrariando uma das nossas mais caras tradições liberais e democráticas"<sup>(66)</sup>.

Acrescentou que era desejo do povo que toda a educação fosse gratuita e que todos os jovens carentes tivessem bolsas de estudo; um objetivo difícil quando tantos não tinham sequer uma escola para freqüentar. O orçamento para a educação era criticado freqüentemente, como no "Memorial dos cientistas brasileiros ao presidente da República":

"Os cientistas brasileiros opinam que a porcentagem dos gastos com a educação ocupe, pelo menos, 30% do orçamento da União, dos estados e municípios. Nada significa dizer que nenhum governo deu mais dinheiro para a educação do que o atual. Todo governo que viver depois deste, poderá afirmar o mesmo. O importante é saber quanto esta soma representa em porcentagem sobre o orçamento nacional [...] nenhum país na América Latina gastou no ano de 1967 menos, em porcentagem do orçamento nacional, do que o Brasil, isto é, menos de 10%"<sup>(67)</sup>.

## 5.5. CRÍTICA AO ORÇAMENTO DE PESQUISA, SALÁRIOS E ÊNFASE NA TECNOLOGIA

No memorial, o orçamento de pesquisa também foi criticado e o nível dos gastos nos países desenvolvidos foi tomado como um padrão a ser seguido:

"Os economistas da ONU dizem que a duplicação do Produto Nacional Bruto (PNB) entre 1947 e 1967, nos atuais países desenvolvidos, é devida a grandes investimentos na ciência e na tecnologia. No entanto, o Brasil está gastando apenas 0,18% do seu PNB em pesquisa e desenvolvimento, enquanto as nações desenvolvidas gastam 3%"<sup>(68)</sup>.

Diversas medidas financeiras foram propostas para incentivar a pesquisa, incluindo: isenção de imposto para investimentos, que só poderia ser concedida às empresas nacionais que realizassem pesquisa; as companhias poderiam transferir 5% de suas despesas tributárias ao CNPq para serem aplicados em pesquisa industrial; empresas nacionais e multinacionais deveriam transferir para o CNPq 10% do valor pago por elas em *royalties*. No entanto, somente no II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1975-1977) havia uma sugestão, e apenas uma sugestão, de que o governo devia criar “incentivos financeiros e fiscais para as empresas multinacionais e nacionais terem um orçamento específico para a criação e a adaptação de tecnologia”<sup>(69)</sup>.

Os salários dos cientistas eram amiúde criticados pelo efeito negativo que tinham sobre o desenvolvimento da pesquisa. Como noticiou o editorial de *Ciência e Cultura*, em 1972, um grupo de cientistas apontou o declínio da pesquisa agrônômica em São Paulo e possivelmente em várias outras áreas. Uma das causas eram os baixos salários dos pesquisadores. O editorial sugeria: “Cumpra tornar mais atrativa a carreira científica e tecnológica em todo o país”<sup>(70)</sup>. No número de maio de *Ciência e Cultura*, um editorial intitulado “O salário na pesquisa e no ensino” descrevia os salários dos cientistas e de outras carreiras universitárias como “um dos mais sérios desafios aos governantes, em nosso país”. Embora os contratos de tempo integral tivessem sido implementados em São Paulo em 1924 e fossem benéficos, ainda assim a situação “sofreu diversas corrupções nos últimos tempos, de tal modo que se pode falar hoje em sua decomposição”<sup>(71)</sup>.

O professor Warwick Kerr, em seu discurso de abertura na reunião anual da SBPC de 1973, declarou que os baixos salários dos pesquisadores no Instituto Agrônômico de Campinas e em outros, comparados com a USP, foram responsáveis pela perda de 58 pesquisadores nos últimos dez anos no Agrônômico, principal entidade de pesquisa agrônômica do país<sup>(72)</sup>. Mas tal tendência rumo ao declínio dos institutos de pesquisa, especialmente no campo agrônômico, iria continuar e até acentuar-se com a política implementada pelos I e II PBDCT. Tais planos enfatizavam a pesquisa e a tecnologia, não ao aumentarem as verbas das instituições onde a pesquisa vinha sendo tradicionalmente levada a cabo no Brasil, mas ao criarem novas empresas estatais ou institutos de pesquisa. A autora ressaltou isso em sua tese de mestrado sobre o papel das universidades naqueles planos, mas o fato é ainda mais verdadeiro quanto aos institutos de pesquisa, tais como o Instituto Agrônômico, criado em 1887 como Estação Agrônômica Imperial e transferido em 1892 para o estado de São Paulo:

“Portanto, a universidade, como órgão criador da ciência, não é vinculada diretamente às áreas tecnológicas a serem desenvolvidas. Um exemplo seria, no caso da agricultura, que, ao invés de se criar ou fortalecer, nas

universidades, centros avançados de pós-graduação e pesquisa, cria-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que por sua vez financiará bolsistas e programas de pós-graduação nas universidades”(73).

Isso foi ainda mais dramático para os institutos de pesquisa, quando a EMBRAPA criou seus próprios órgãos de pesquisa em quase todos os estados do Brasil e *ignorou* os institutos que vinham fazendo pesquisa agrônômica e resolvendo problemas por quase um século, como, por exemplo, o Instituto Agrônômico, que resolvera os problemas relativos ao café. Esta tendência parece ter-se agravado nos anos 80 como mostra o orçamento para a ciência e tecnologia da instituição. De 1981 a 1984 a EMBRAPA teve um orçamento maior que o do CNPq, e, somente no ano de 1984, quase o dobro. O terceiro orçamento mais volumoso era o da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), com valores próximos aos do CNPq(74). A mesma tendência pode ser observada na distribuição de verbas para a pesquisa aplicada e de base: em 1980, a primeira teve 10% a mais que a segunda; em 1981, 23%; em 1982, 32%; em 1983, 30%; e em 1984, quase 40% a mais para a pesquisa aplicada(75).

A distribuição de recursos entre pesquisa pura e aplicada era central na questão do orçamento e viria à tona de maneira ainda mais aguda nos PBDCT. Os cientistas previam o declínio das universidades, ligadas ao Ministério da Educação e Cultura, nas quais o orçamento não crescia, e comparavam-nas às novas empresas onde os salários, por exemplo, eram muito mais altos. Aqueles planos privilegiavam a tecnologia, e os cientistas novamente salientaram que era impossível criar tecnologia se o país não tivesse pesquisa de base. Simão Matias declarou a jornalistas:

“Nem tudo o que se faz nos ministérios é do agrado dos cientistas. Os ministérios querem tecnologia e os cientistas sabem que é impossível realizar projetos ousados, sem uma base de ciência pura”(76).

O editorial de *Ciência e Cultura*, de maio de 1972, “O salário na pesquisa e no ensino”, também dedicou os dois últimos parágrafos à unidade da ciência e a sua importância. “Não é necessário descrever a importância da ciência para o desenvolvimento nacional”, tampouco é necessário falar sobre a importância da ciência de base:

“Convém, todavia, lembrar que no fim da última guerra a palavra autorizada de Vannevar Bush, tão ligado à mobilização da ciência aplicada para a defesa nacional, proclamava em alto e bom som a urgência de amparar ao máximo esse tipo de pesquisa desligada de objetivos práticos”(77).

Na reunião anual da SBPC de 1971, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um artigo intitulado “Congresso da ciência acaba com um apelo. A SBPC vota contra o projeto”. O professor Mauro Salzano, diretor do

Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “denunciou a existência de um projeto que, se for levado à prática, será um golpe mortal para a ciência pura gaúcha”<sup>(78)</sup>. O projeto fecharia a fundação de apoio à pesquisa naquele estado. Ele considerava que, nos anos precedentes, a situação geral dos pesquisadores tinha melhorado em consequência dos contratos de tempo integral e de dedicação exclusiva nas universidades, da reforma universitária e do aumento geral dos orçamentos dos órgãos de pesquisa. Mas também achava que a situação estava se deteriorando por todo o país:

“A reforma universitária vai sendo feita com demasiada lentidão. Além disso, o governo não tem cumprido velhas promessas de não restringir as verbas para a pesquisa”<sup>(79)</sup>.

Os cientistas tinham consciência das tendências do plano governamental e começaram a criticá-lo e a apontar as consequências de sua implementação. José Reis assinou o editorial “Para que a ciência viva”, em 1972, um duro ataque à tecnocracia, aos planos para a ciência e a tecnologia e seu viés excessivamente tecnológico. Usou o conceito de Gunnar Myrdal de ‘euforia tecnocrática’ que “asfixiará a ciência ou a liberdade de cultivá-la”. Mostrou que a tecnologia e seus resultados eram fascinantes:

“sobre muitos dos responsáveis pela formulação de políticas nacionais ou industriais, levando-os a acreditar na conquista de verdadeiro progresso pelo exclusivo investimento naquelas aplicações, em detrimento da ciência básica. E o público, em geral pouco informado das relações entre esses dois campos, importantes ambos, *porém distintos*, facilmente poderia aplaudir programas de desenvolvimento tecnológico que descurassem o desenvolvimento científico. Se em tempos idos a tecnologia cresceu paralelamente à ciência e mesmo à sua revelia, isso não ocorre com a atual, que nasce da ciência [...]. Infelizmente, os que governam financeiramente a pesquisa nem sempre se dão conta dessa relação”<sup>(80)</sup>.

A tendência do planejamento científico e tecnológico era dar ênfase à tecnologia e recomendar limitações para a pesquisa de base.

## 5.6. A DEMANDA POR PARTICIPAÇÃO

O tema do envolvimento das associações científicas no processo de tomada de decisão do governo começava a aparecer mais frequentemente e estava incluído no “Memorial”:

“Os mais variados campos da ciência são de primordial importância para o desenvolvimento do país, motivo pelo qual sugerimos que o governo de Vossa



Excelência possa dispensar atenção especial às sociedades científicas nacionais, a fim de que possam desenvolver vigorosa ação incentivadora do progresso das respectivas ciências e pesquisas”(81).

Tratava-se, indubitavelmente, de uma consciência da parte dos cientistas de que tinham estado excluídos do planejamento científico, o que os levou a exigir participação na tomada de decisão em assuntos concernentes à ciência. José Reis dedicou três parágrafos do citado editorial aos êxitos passados de organismos científicos, como o CNPq e a FAPESP, devido ao fato de serem conduzidos por verdadeiros cientistas, e enfatizou a necessidade de se seguir este caminho. Também preveniu quanto ao perigo de se criar grandes organismos para administrar a ciência – como um ministério ou uma secretaria de Estado –, cujos cientistas-burocratas gastariam na administração o orçamento originariamente destinado à ciência(82). Simão Matias, em 1972, numa entrevista antes da vigésima quarta reunião anual, declarou que um dos objetivos da SBPC era “um maior diálogo entre o governo, estudantes, cientistas e universidades”(83). Da mesma forma, Warwick Kerr, presidente da SBPC, declarou que o caminho estava aberto para a colaboração entre a SBPC e o Estado “em prol do desenvolvimento científico do país”(84). O artigo da *Folha de S. Paulo* sobre a reunião trazia o título “Os cientistas pretendem ser ouvidos”, e, depois de uma descrição das atividades e moções, o artigo concluía:

“[...] e solicitaram uma representação da SBPC no Conselho Nacional de Pesquisas, o que é uma forma de pedir ao governo que ouça os cientistas nos assuntos do país”(85).

Um editorial de *Ciência e Cultura*, em 1972, argumentava que muito fora feito no Brasil para desenvolver a ciência e a tecnologia e fazia apenas críticas ligeiras. Expressou-se a esperança de que os problemas se resolvessem graças ao nacionalismo da elite governante e porque ela ouviria as associações científicas:

“Não se pode, entretanto, esconder que ainda existem deficiências e incompreensões, que o patriotismo dos governantes certamente dissipará(86), à medida que indicadas pelas instituições científicas e pelas associações de cientistas, dentre as quais se sobressai, naturalmente, a SBPC, representante de todos os ramos do conhecimento, em crescente integração”(87).

Posteriormente, até o fim do regime militar, os cientistas progressivamente acusaram o governo de não os consultar, nem os especialistas de suas associações, sobre questões como a política nuclear, a exploração da Amazônia e, particularmente, a política científica(88). Se a política científica do governo sequer dava lugar à ciência pura, pode-se imaginar sua

atitude em relação às ciências humanas. Simão Matias frequentemente defendia-as, bem como sua participação na SBPC:

“[...] as ciências humanas estão esquecidas, por isso se aproximaram da SBPC, que é um órgão neutro, apenas de pesquisa. As ciências humanas nunca estiveram tão ativas como agora nos outros países”<sup>(89)</sup>.

A questão será abordada no próximo capítulo, mas talvez a influência dos cientistas da área humana possa ser vista nas moções apresentadas em 1971, especificamente por sociólogos, antropólogos, historiadores e outros cientistas, num “apelo ao Congresso Nacional pela preservação das riquezas naturais do país, das jazidas pré-históricas e pela defesa e preservação dos índios”<sup>(90)</sup>. É importante ressaltar não apenas o tom social da moção, mas também o fato de ser dirigida ao Congresso e não ao presidente da República, como o foram o “Memorial” e as moções precedentes. Em 1972, os cientistas criticaram as políticas de desenvolvimento do governo federal para a Amazônia e o Centro-Oeste e chamaram a atenção do governo para “o perigo de uma rápida colonização que ignora as peculiaridades culturais da região”<sup>(91)</sup>. Foi sob a presidência de Warwick Kerr que a SBPC começou a se preocupar com o meio ambiente. Kerr declarou num editorial de *Ciência e Cultura*, em 1971: “No Brasil estamos assistindo à mais rápida destruição do meio ambiente, maior que a feita por qualquer povo em qualquer época da história ou da pré-história”<sup>(92)</sup>.

## 5.7. REAÇÃO À POLÍTICA CIENTÍFICA

Como se disse anteriormente, a repressão governamental foi totalmente condenada pelos cientistas, mas a política científica mereceu tanto críticas quanto elogios. A aprovação da política científica e nuclear do governo Costa e Silva, seu orçamento e as perspectivas de diálogo com o governo serão analisados.

Embora a reforma universitária fosse criticada, diversos aspectos seus foram realçados pelos cientistas. Em 1967, um artigo do jornal *Folha de S. Paulo* a respeito da décima nona reunião anual da SBPC noticiou que todos os cientistas reconheciam que os Decretos-Leis 53 e 253, promulgados pelo governo Castelo Branco, continham “todos os elementos para a reforma universitária há longos anos reclamada pelos educadores modernos brasileiros”<sup>(93)</sup>.

Rocha e Silva, num editorial de *Ciência e Cultura*, intitulado “A reforma universitária”, declarou que desde a primeira reunião da SBPC seus membros vinham lutando pela reorganização das universidades. Aqueles dois decretos governamentais, disse ele, lançavam “a base de uma

verdadeira reforma universitária”, que ele descreveu, aprovando-a, ao longo de mais de duas páginas, usando palavras como *orgulho e satisfação* para expressar seus sentimentos<sup>(94)</sup>.

Novamente, em 1968, Rocha e Silva defendeu a lei da reforma universitária quando a comparou favoravelmente com a reforma da USP. A despeito de o governo federal ter procedido sem a participação dos estudantes (ou dos cientistas), ainda assim as sugestões do grupo de trabalho tinham sido enviadas a um organismo de representação democrática, o Congresso<sup>(95)</sup>. Ele acreditava que se a reforma universitária tinha sido autoritária em sua origem, tornara-se democrática ao ser votada pelo Congresso. No entanto, a verdadeira explicação para os elogios de Rocha e Silva à reforma universitária é sua participação no Conselho Federal de Educação (CFE) e sua contribuição para os decretos, como se mostrou no Capítulo 4. Contudo, suas críticas posteriores foram mais fortes do que seus louvores, particularmente quando ele e muitos outros cientistas argumentaram que a reforma administrativa não era suficiente para garantir a mudança nas universidades, pois os cientistas e os estudantes, os elementos vivos, precisavam de proteção e segurança<sup>(96)</sup>.

A política nuclear do governo Costa e Silva foi, sem dúvida, a política que recebeu os mais abertos elogios dos cientistas. Vale a pena observar, no entanto, que durante a reunião anual da SBPC de 1967, como noticiou o *Jornal do Brasil*, os cientistas discutiram a questão e aceitaram a tese de que a colaboração com os Estados Unidos era inevitável “pois não temos como caminhar sozinhos neste campo”. Argumentaram contra a politização da questão nuclear e preveniram a respeito da exploração emocional do assunto pelo uso de *slogans* como “o urânio é nosso”<sup>(97)</sup>. Também compararam a França e o Brasil no campo nuclear, mostrando que na França havia 40 mil trabalhadores na pesquisa sobre energia atômica, enquanto no Brasil havia aproximadamente 250 cientistas e técnicos. Consideravam a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) um organismo administrativo sujeito a vários obstáculos burocráticos. Os físicos declararam que:

“[...] são eles os primeiros interessados no incentivo às pesquisas nucleares, mas, para garantirem o desenvolvimento do país nesse campo, reivindicam do governo condições de pesquisas que atualmente não existem”<sup>(98)</sup>.

A questão foi debatida uma vez mais na assembléia-geral, e na décima nona reunião anual da SBPC, em 1967, uma declaração foi aprovada para ser enviada ao presidente da República:

“[...] *aplaudir* as diretrizes nacionalistas manifestadas pelo presidente da República no tocante ao desenvolvimento da energia atômica (para fins pacíficos), *da ciência e da tecnologia*”<sup>(99)</sup>.

Deve-se ressaltar que, embora a assembléia-geral aprovasse a política governamental para a energia atômica em particular e a política científica e tecnológica em geral, a moção concluía com uma crítica ao orçamento de então para a ciência, tanto por seu tamanho quanto por sua irregularidade:

“[...] lembrar a necessidade premente de serem fornecidos os recursos indispensáveis ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia que são notoriamente insuficientes, e não vêm sendo pagos com a indispensável regularidade e sem os quais o Brasil não poderá vencer a barreira do subdesenvolvimento”<sup>(100)</sup>.

A moção também propunha que um plano para o desenvolvimento nuclear devia ser elaborado com a ativa participação de cientistas. O ano de 1967, portanto, assistiu a um considerável grau de elogio se comparado ao ano anterior ou aos anos subseqüentes, e a comunidade científica estava mais orgânica então do que antes e dava alguma legitimidade às políticas do regime militar, ao menos àquelas que diziam respeito à educação e à ciência.

Em 1968, porém, o “Memorial” remetido ao presidente Costa e Silva reforçou a moção de 1967, mas limitou seus elogios à política nuclear. O quarto ponto do memorial era a energia atômica e concluía dizendo:

“Somente um programa nuclear baseado na nossa determinação de desenvolvê-lo por meios autônomos pode trazer solução para o problema. Essa atitude está em plena consonância com a posição patriótica do governo brasileiro de repulsa ao acordo sobre a não proliferação das armas nucleares. Essa posição merece nosso irrestrito apoio”<sup>(101)</sup>.

Enquanto Rocha e Silva elogiava o presidente Costa e Silva no começo de seu discurso de abertura:

“O Sr. presidente da República tem manifestado freqüentemente seu interesse pela ciência e quase que diríamos que V. Ex<sup>a</sup> se tornou assíduo leitor da revista *Ciência e Cultura* e participante das nossas reuniões anuais”<sup>(102)</sup>,

concluía-o dizendo que “sabemos, no entanto, que existe um abismo entre a palavra e a ação [...]”<sup>(103)</sup>. Mesmo que o presidente Costa e Silva lesse *Ciência e Cultura*, ele, de fato, não compareceu a nenhuma reunião da SBPC.

Depois de 1964, alguns presidentes do CNPq foram recrutados entre os militares, e não é motivo de surpresa que esses elementos, de origem militar, elogiassem a política do governo quase da mesma maneira como anúncios pagos na televisão comparavam os êxitos do regime militar com os dos regimes civis pré-1964 em todos os campos: quantidade de telefones, taxa de alfabetização, consumo de energia, níveis de exportação, etc. Por

exemplo, o general Façanha, presidente do CNPq ao tempo da reunião anual da SBPC de 1973, declarou que o governo brasileiro estava convencido de que ‘o progresso técnico’ era a fonte de crescimento e de riqueza e por isso o governo estava aumentando o orçamento para a ciência e a tecnologia. Na questão dos orçamentos, e das agências e setores que deles se haviam beneficiado, o general referiu-se ao programa de bolsas de estudo do CNPq e comparou os números de 1963 e 1964 com os de 1972 e 1973, para enfatizar a ligação entre os aumentos e a mudança de regime. Como noticiou *Ciência e Cultura*:

“Ele disse que em 1964, o CNPq concedeu 146 bolsas de estudo e em 1972, este número aumentou para 3582. Em 1963, o CNPq concedeu 18 bolsas de graduação e em 1973, 1030. Para o futuro, concluiu o general Façanha, os cientistas deverão trabalhar com firmeza, a fim de manterem o ritmo de crescimento”<sup>(104)</sup>.

É totalmente surpreendente, porém, descobrir que o presidente da SBPC, Warwick Kerr, comparava da mesma maneira os orçamentos dos regimes civil e militar para a educação. Ele declarou em seu discurso de abertura na reunião anual da SBPC em 1970:

“Em 1962, estimava-se que gastávamos 2,1% do produto interno bruto. Já em 1970, gastaremos o equivalente a 5%. No setor da ciência, as verbas do CNPq estão aumentando e o Ministério do Planejamento está financiando pesadamente alguns grupos de pesquisa”<sup>(105)</sup>.

Na mesma reunião, um representante do Ministério do Planejamento, José Pelúcio Ferreira, comentou num discurso sobre “Financiamento de pesquisa para o desenvolvimento”, que:

“Grande parte das atuais medidas a favor do desenvolvimento e do progresso da ciência do Brasil só começaram a ser esboçadas a partir de 1964, principalmente na gestão Costa e Silva”<sup>(106)</sup>.

Pelúcio Ferreira, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), instituição-chave no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, foi um dos criadores da FINEP e seu primeiro presidente. Também desempenhou importante papel no primeiro impulso para a criação de uma indústria de computadores no Brasil<sup>(107)</sup>. Fez um discurso em que explicou a importância das novas agências, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) ligado ao BNDE, tendo a FINEP como secretaria-executiva. Declarou que foi apenas a partir de 1968, com o Programa de Desenvolvimento Estratégico do governo, que a questão da integração da ciência com o desenvolvimento tinha sido considerada<sup>(108)</sup>.

Quando os cientistas começaram a ver os resultados das “idéias nacionalistas de uma maior autonomia industrial”<sup>(109)</sup> e as conseqüências positivas no campo científico, acolheram-nas bem e começaram a pedir para participar, malgrado suas suspeitas sobre as conseqüências negativas para a ciência básica. Em 1972, *O Estado de S. Paulo* noticiou, num artigo intitulado “Novas direções para a pesquisa”, que um grupo de cientistas iniciaria discussões com membros do Ministério do Planejamento, CNPq e BNDE sobre novas direções para o planejamento e avaliação da pesquisa no Brasil. Um físico, Rogério César de Cerqueira Leite, declarou que aquela era uma questão nova, porque:

“Antes, não havendo dinheiro para a pesquisa, não havia por que planejar nem o que administrar. Hoje a situação mudou, o cientista se viu com dinheiro para executar pesquisas e com a necessidade de planejá-la e administrá-la”<sup>(110)</sup>.

No entanto, a questão era muito mais política do que técnica.

Se em 1968 os cientistas pediram um diálogo com o presidente Costa e Silva<sup>(111)</sup> e levantaram questões delicadas, como a reforma universitária, a repressão de cientistas e estudantes, a ‘operação-retorno’ combinada com a expulsão de cientistas do país<sup>(112)</sup>, a crítica começava a ceder espaço para a esperança, o diálogo e a participação. O presidente da República se transformara num leitor de *Ciência e Cultura*, os representantes dos órgãos governamentais de planejamento começavam a consultar os cientistas. A tendência era acolher bem o orçamento, solicitar um aumento e uma participação nas decisões sobre o mesmo. Um artigo assinado no jornal *O Estado de S. Paulo* por Antônio de B. V. Cintra, diretor da FAPESP, intitulado “Aos cientistas, um crédito de confiança”, revela essa nova tendência. Ele esperava que, assim como o planejamento econômico livrara a administração pública do caos, o planejamento da ciência, com ênfase na pesquisa tecnológica, aceleraria o desenvolvimento nacional. Mas também declarou que:

“Não há fronteiras nítidas entre a pesquisa pura e a aplicada ou tecnologia. Não há que substituir uma pela outra. *De todos os tipos de pesquisa necessita o Brasil*”<sup>(113)</sup>.

Embora os cientistas acolhessem bem o orçamento e o planejamento, ainda havia tensões, como, por exemplo, sobre a questão de ciência *versus* tecnologia, que não se resolveria num futuro próximo. Também havia problemas sobre o papel dos cientistas, sua segurança profissional e política e sua participação no planejamento. Antônio Cintra enfatizou isso no título de seu artigo e acrescentou: “É preciso que se abra um crédito de confiança aos homens da ciência”<sup>(114)</sup>.

Essa nova tendência levou o presidente da SBPC, Warwick Kerr, a declarar, no seu discurso final na reunião de 1972, que 29 associações

especializadas dela tinham participado e, pela primeira vez, representantes do Ministério do Planejamento:

“Acreditamos que foi aberto o caminho para uma colaboração entre nossa sociedade e o Estado em prol do desenvolvimento científico do país”(115).

Não obstante, na mesma sessão de encerramento, o físico Sérgio M. de Oliveira apelou ao CNPq para que se desse maior representação para os cientistas dentro do órgão e sugeriu que um sumário da reunião fosse enviado ao governo federal. Estava claro que alguns cientistas tinham consciência de que a colaboração era parcialmente a resposta a suas exigências por participação e que, portanto, havia que se continuar lutando por elas.

## 5.8. CONCLUSÃO

A intenção deste capítulo foi considerar o que parece, à primeira vista, terem sido ações ‘equivocadas’ do governo em relação à ciência e aos cientistas e as igualmente ‘equivocadas’ reações da comunidade científica. As ações aparentemente contraditórias do governo, como a operação-retorno e a expulsão de cientistas brasileiros, foram, de fato, muito coerentes se os interesses dos militares, enquanto grupo dirigente, forem considerados em conjunção com sua doutrina de segurança nacional que mandava eliminar o inimigo interno. Para os cientistas, porém, pareceu ser, antes, uma seqüência confusa de promessas e repressão seguida de mais promessas e até de medidas efetivas para promover o progresso da ciência e da tecnologia no país.

Os contratos de tempo integral foram implantados nas universidades e nos institutos de pesquisa mantidos pelo governo federal, e houve um crescimento no volume do orçamento destinado à ciência e à tecnologia. Os resultados visíveis da política científica foram a formação de pessoal (professores, pesquisadores e técnicos) e o estabelecimento de uma infraestrutura na ciência e na tecnologia. Mostrou-se também que a política científica destinou a maior parte do orçamento para a tecnologia e para institutos de pesquisa ligados ao governo e às forças armadas. A consequência a longo prazo dessa política foi uma séria crise financeira nas universidades, ao mesmo tempo em que incríveis avanços se davam na exportação de armas (em 1981 o Brasil foi considerado o maior exportador de armas do Terceiro Mundo), na produção e exportação de aviões comerciais e militares e mesmo na produção de microcomputadores.

O outro lado da moeda era a repressão, especialmente aquela que culminou na expulsão de cientistas brasileiros, alguns dos quais fundadores de escolas e os mais eminentes em seus campos de estudo; o clima de

terrorismo cultural pairava sobre aqueles a quem se permitira permanecer no país. Tudo isso ocorreu ao mesmo tempo em que o governo anunciava sua política científica, e os cientistas denunciaram essas aparentes contradições quando elas se apresentaram, e mostraram sua desilusão para com os proclamados objetivos do governo de desenvolver a ciência e a tecnologia no país. O conceito de conflito entre ciência pura e aplicada, de ciência *versus* tecnologia, que remontava aos anos 50, foi firmemente contestado pelos cientistas. O governo tentou uma conciliação ao mostrar de que maneira as universidades e institutos de ciência básica eram favorecidos nos planos científicos. Os cientistas continuaram a exigir sua participação no processo de tomada de decisão em assuntos concernentes à ciência, como a única maneira de poderem influenciar em tais decisões.

Foram, entretanto, os anos em que a SBPC expressou sua aprovação às políticas do governo. A política nuclear nacionalista do governo Costa e Silva recebeu total apoio dos físicos e ampla aprovação na comunidade científica em geral. A SBPC recebeu de bom grado o orçamento do governo ao compará-lo com os do regime civil precedente e tomou várias iniciativas em direção ao diálogo com o governo. O planejamento da ciência e da tecnologia foi considerado capaz de resolver os problemas existentes na área científica, quase da mesma forma como removera 'o caos na administração pública'.

Embora a reação geralmente positiva às ações do governo tenha acontecido antes das aposentadorias compulsórias de 1969, ou dos expurgos realizados em Manguinhos em 1970, ela se deu depois da crise na Universidade de Brasília. Pode-se dizer, em resumo, que, sem abandonar seu papel de crítica e vigilância, a SBPC estava, de certa forma, fascinada pelo orçamento governamental e por suas promessas, e que a associação estava mais orgânica do que nunca com as políticas governamentais.

## 5.9. NOTAS

- (1) Para uma análise detalhada destas medidas nos planos econômicos, ver E. A. de A. Guimarães e E. M. Ford, "Ciência e tecnologia nos planos de desenvolvimento: 1956/73", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 2, nº 5, dez. 1975, p. 385-432, e sobre a política científica, R. L. de M. Morel, *Ciência e Estado*.
- (2) Esta sessão foi considerada pela imprensa o clima da reunião, "Noticiário da SBPC: a XVII Reunião Anual de Belo Horizonte", *Ciência e Cultura*, v. 17, nº 3, 1965, p. 407.
- (3) *O Estado de S. Paulo*, 11 de junho de 1965, transcrito em *Ciência e Cultura*, v. 17, nº 3, 1965, "Fixação do cientista ao meio", p. 398-9.
- (4) Antônio M. Couceiro, "O papel do Conselho Nacional de Pesquisas na fixação do cientista", *Ciência e Cultura*, v. 17, nº 3, 1965, p. 384.
- (5) Ver *Ciência e Cultura*, v. 17, nº 3, 1965, "Fixação do cientista ao meio", p. 398.
- (6) "Apelo aos governos, reitores e diretores de institutos científicos", *Ciência e Cultura*, v. 17, nº 3, 1965. Outra moção pedia a criação de um organismo federal responsável por todos os aspectos da preservação da natureza e proteção dos recursos naturais do Brasil. Quanto à preservação da natureza, pode-se dizer que a SBPC foi pioneira.



- (7) J. E. Cassiolato e outros, "Experiências e perspectivas da política brasileira de ciência e tecnologia", *Ciência, tecnologia e desenvolvimento* 2, Brasília, UNESCO/CNPq, 1983, p. 38.
- (8) Ver A. Stepan, *The Military in Politics...*, especialmente os capítulos 6 e 7.
- (9) *Idem*, p. 176.
- (10) R. A. Dreifuss, *1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 80.
- (11) Esta afirmação se baseia em evidência de um dos poucos textos que trataram do assunto, R. A. Dreifuss, *op. cit.*, especialmente capítulo 3 e p. 418, 454 e 458, e L. A. Cunha, *A universidade crítica*, p. 149 para o estabelecimento em 1964 de uma burocracia educacional e o projeto do IPES.
- (12) Ver "Sugestões para a moção da SBPC aos governos, sobre a fixação do cientista ao meio", *Ciência e Cultura*, v. 17, nº 3, 1965, transcrição de *O Estado de S. Paulo* com sugestões elaboradas por uma comissão de cientistas.
- (13) "XVII Reunião Anual da SBPC: organização e amparo à ciência", *Ciência e Cultura*, v. 17, nº 3, 1965, p. 396.
- (14) *Idem, ibidem*.
- (15) M. Rocha e Silva, "Vozes d'África", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 18, nº 3, 1966, p. 275. Jaime Tiomno também comparou o êxodo na Argentina e no Brasil, dizendo que aquela perdeu mil engenheiros e mil doutores para os Estados Unidos, enquanto o Brasil perdeu proporcionalmente muito menos, sem dar os dados, mas enfatizando que mesmo uma emigração pequena estava prejudicando o setor científico. Ver J. Tiomno, "Ciência, universidade e desenvolvimento", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 4, 1968, p. 783.
- (16) *Idem, ibidem*.
- (17) *O Estado de S. Paulo*, 15 de julho de 1967, "Cientistas apoiam a política nuclear - há 14 anos no exterior", p. 8. O ministro estava respondendo a um questionário feito pelo deputado Marcos Kertzmann (Arena-SP).
- (18) *O Estado de S. Paulo*, 16 de julho de 1967, "Termina encontro anual de cientistas", p. 26.
- (19) *Idem, ibidem*.
- (20) *Folha de S. Paulo*, 8 de julho de 1968, "Cientistas querem o diálogo com Costa e Silva", p. 5, *O Estado de S. Paulo*, 9 de julho de 1968, "Até sábado a 20ª reunião da ciência", p. 12, e M. Rocha e Silva, "Vinte anos de SBPC", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 581.
- (21) *O Estado de S. Paulo*, 9 de julho de 1968, "Até sábado a 20ª reunião da ciência", p. 12.
- (22) Foi elaborado por dez cientistas e assinado por mais de mil. Consiste de sete páginas, uma introdução geral e seis seções sobre problemas específicos: educação, pesquisa científica, aplicação dos resultados da pesquisa nacional, energia atômica, a conquista da Amazônia e a proteção aos índios. Ver "Memorial dos cientistas brasileiros ao presidente da República", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 587-93.
- (23) "Memorial dos cientistas brasileiros ao presidente da República", *op. cit.*, p. 587.
- (24) *Idem*, p. 588, tabelas das p. 592-3.
- (25) *Idem*, p. 588.
- (26) No período em que entrevistei 18 cientistas no Brasil, em julho e agosto de 1984, vários deles expressaram este ponto de vista em relação à crise atual. Crodowaldo Pavan, Entrevista com o autor, p. 5-6.
- (27) "Memorial dos cientistas brasileiros ao presidente da República", *op. cit.*, p. 589.
- (28) *Idem, ibidem*, grifo meu.
- (29) De acordo com a lei, a readmissão no trabalho dependeria de haver uma vaga disponível e da decisão do órgão sobre se queria o empregado de volta ou não.
- (30) *Jornal do Brasil*, 5 de julho de 1970, "Sociedade Para o Progresso da Ciência inicia hoje em Salvador a sua 22ª reunião", p. 14.
- (31) *O Estado de S. Paulo*, 9 de julho de 1968, "Até sábado a 20ª reunião da ciência", p. 12.
- (32) "Ciência em crise", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 21, nº 2, 1969, p. 123.

- (33) *Idem, ibidem*.
- (34) M. Rocha e Silva, "Ciência em crise", *Ciência e Cultura*, v. 21, nº 3, 1969, p. 679.
- (35) *Idem, ibidem*.
- (36) *Idem*, p. 680.
- (37) *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de julho de 1979, "Cientistas querem revisão de punições de professores", p. 5.
- (38) "Prossegue a crise na ciência", Editorial. *Ciência e Cultura*, v. 22, nº 1, 1970, p. 1.
- (39) Ver L. A. Cunha, *A universidade crítica. O ensino superior na república populista*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, p. 207. Apesar de tudo, Rocha e Silva declarou que a SBPC, desde sua criação havia vinte anos, tinha falado de reforma universitária, departamento, etc. e que tudo estava registrado em *Ciência e Cultura*, e "foi taxado de subversivo até que todos, incluindo a elite governante, começasse a falar a mesma língua". Ver M. Rocha e Silva, "Vinte anos de SBPC", Editorial. *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 583. Jaime Tiomno também argumentou que os cientistas, em particular os membros do Departamento de Física da USP, tinham estado lutando por esta reforma universitária durante vários anos. Ver seu artigo "Perspectivas da física no Brasil e reforma universitária", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 4, 1968, p. 704.
- (40) *Folha de S. Paulo*, "Cientistas querem o diálogo com Costa e Silva", 8 de julho de 1968, p. 5. e M. Rocha e Silva, "Vinte anos de SBPC", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 581-2.
- (41) *Idem, ibidem* e M. Rocha e Silva, *op. cit.*, p. 583.
- (42) Simão Matias, "Criação de novas universidades", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 4, 1968, p. 693.
- (43) Referiu-se aos estudantes como uma classe talvez porque, como físico, ele não estivesse familiarizado com conceitos sociológicos, mas esta é uma expressão corrente, 'a classe estudantil'.
- (44) Jaime Tiomno, "Perspectivas da física no Brasil e reforma universitária", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 4, 1968, p. 705-6.
- (45) *Idem, ibidem*.
- (46) Newton Freire-Maia, "XX Reunião Anual da SBPC – Discurso de Newton Freire-Maia", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, p. 599.
- (47) Warwick E. Kerr, "Compromissos de uma comunidade científica", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 21, nº 3, 1969, p. 617; grifo meu.
- (48) Warwick E. Kerr, *op. cit.*, p. 617.
- (49) Ver A. J. Poerner, *O poder jovem; história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 307, e os dados citados por ele, extraídos de *Veja*.
- (50) Warwick Kerr, *op. cit.*, p. 617.
- (51) Informações sobre o número de professores que assinaram a 'declaração de princípios' e suas universidades aparecem diferentemente em duas páginas. Na página 667, 250 professores de várias faculdades de São Paulo, dos institutos e alguns da PUC de São Paulo, e na página 670 tal como aparece em nosso texto. *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968.
- (52) Em "Cientistas debatem a reestruturação universitária", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 670.
- (53) *O Estado de S. Paulo*, "SBPC vê a universidade", 10 de julho de 1968, p. 9.
- (54) Moções, "Moção apresentada pelos educadores brasileiros à XX Reunião Anual da SBPC", *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 672.
- (55) *Idem, ibidem*.
- (56) M. Rocha e Silva, ... e na *Folha de S. Paulo*, 8 de julho de 1968, p. 5.
- (57) Para detalhes sobre como a ditadura provocou mudanças na linguagem, especialmente da juventude. ver o interessante artigo de Luciano Martins, "A geração AI-5. Um ensaio sobre autoritarismo e alienação", *Ensaio de Opinião*, v. 2, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- (58) "XIX Reunião Anual da SBPC, realizada no Rio de Janeiro", *Folha de S. Paulo*, 14 de

julho de 1967 e *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 3, 1967, p. 619.

(59) Warwick Kerr, como presidente da SBPC, referiu-se a sua aposentadoria, num editorial de *Ciência e Cultura*, e à reação de um colega de Isaias Raw lembrando-o como um educador e seu esforço para desenvolver o ensino da ciência na escola secundária: “É uma pena que o Isaias Raw esteja saindo de um país que tem 40 milhões de crianças”. Warwick Kerr, “Compromissos de uma comunidade científica”, Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 21, nº 3, 1969, p. 617.

(60) “Memorial dos cientistas brasileiros ao Presidente da República”, *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 588 e *Última Hora*, 15 de julho de 1968, p. 7.

(61) *Idem*, p. 589.

(62) Ver Zeferino Vaz, Entrevistas, CPDOC-FGV-RJ.

(63) Warwick Kerr também usou uma linguagem cifrada para criticar as aposentadorias forçadas de 1969, dizendo que a SBPC continuaria a aconselhar o governo a respeito de medidas que estavam fadadas a causar o êxodo de mais cientistas: “Lembramos que algumas medidas causaram o não aproveitamento para o Brasil de três físicos de alta categoria, Tiomno, Schemberg e Leite Lopes, num momento histórico em que a física ainda é o principal ramo da ciência básica que contribui para o desenvolvimento”. Warwick Kerr, “Compromissos de uma comunidade científica”, Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 21, nº 3, 1969, p. 617.

(64) “Cientistas debatem a reestruturação universitária – reflexo da sociedade”, *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 669.

(65) *Idem*, *ibidem*.

(66) N. Freire-Maia, “XX Reunião Anual da SBPC”, *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 599.

(67) “Memorial dos cientistas...”, *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 587-8.

(68) *Idem*, p. 589.

(69) *II PBDCT - II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1975-79)*, Brasília, 1976.

(70) “Em foco”, Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 24, nº 3, março de 1972, p. 280.

(71) “O salário na pesquisa e no ensino”, Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 24, nº 5, maio de 1972, p. 410.

(72) “SBPC – 73 (Guanabara): Ciência preocupa hoje todos os povos...”, *Ciência e Cultura*, v. 25, nº 8, agosto de 1973, p. 787. A Assembléia Legislativa do estado de São Paulo instituiu uma comissão para conhecer as causas do êxodo de pesquisadores e técnicos das universidades e institutos de pesquisa, principalmente destes. Segundo o artigo, baixos salários eram uma das causas ‘facilmente identificadas’. “Evasão de pesquisadores em São Paulo”, *Ciência e Cultura*, v. 24, nº 11, nov. 1972, p. 1078.

(73) A. M. Fernandes Skeff, *Organização departamental e produção científica: Universidade de Brasília*, tese de mestrado, Brasília, 1977, mimeo.

(74) 1984: *Orçamento da União para ciência e tecnologia – Anotações e destaques*. Ministério da Ciência e Tecnologia/CNPq, Brasília, 1985, p. 31-2.

(75) *Idem*, p. 56-7.

(76) *Jornal do Brasil*, “Cientistas aprovam um voto de louvor ao JB”, 8 de julho de 1971, p. 13.

(77) “O salário na pesquisa e no ensino”, Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 24, nº 5, maio de 1972, p. 410.

(78) *O Estado de S. Paulo*, “Congresso da ciência acaba com um apelo – A SBPC vota contra projeto”, 10 de julho de 1971, p. 12.

(79) *Idem*, *ibidem*.

(80) José Reis, “Para que a ciência viva”, *Ciência e Cultura*, v. 24, nº 2, fev. 1972, p. 124.

(81) “Memorial dos cientistas...”, *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 3, 1968, p. 590.

(82) José Reis, *idem*, *ibidem*.

(83) *Folha de S. Paulo*, “Eles não vêm fazer turismo aqui”, 29 de junho de 1972, p. 19.

(84) *Folha de S. Paulo*, “Cientistas escolheram a Guanabara”, 9 de julho de 1972, p. 20.

- (85) *Folha de S. Paulo*, "Os cientistas pretendem ser ouvidos", 9 de julho de 1972, p. 1.
- (86) A frase é bastante obscura gramaticalmente, ou por causa do estilo do autor ou por erro de imprensa.
- (87) "Ciência e independência", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 24, nº 9, set. 1972, p. 802.
- (88) Ver as observações de Nussenzveig na *Folha de S. Paulo*, "Hora decisiva para a ciência", 13 de julho de 1983.
- (89) *Jornal do Brasil*, "Cientistas aprovam um voto de louvor ao JB", 8 de julho de 1971, p. 13.
- (90) *O Estado de S. Paulo*, "Cientistas formulam apelo", 15 de julho de 1971, p. 22. O artigo dizia que o documento fora preparado por Paulo Duarte, um participante da criação da USP e também compulsoriamente aposentado.
- (91) *Folha de S. Paulo*, "Os cientistas pretendem ser ouvidos", 9 de julho de 1972, p. 1, e *O Estado de S. Paulo*, "Ameaça grave", 8 de julho de 1972, p. 13.
- (92) Warwick E. Kerr, "Sobrevivência em um mundo digno de ser vivido", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 23, nº 5, out. 1971, p. 562, discurso de abertura da XXIII Reunião Anual da SBPC.
- (93) *Folha de S. Paulo*, 14 de julho de 1967, e "XIX Reunião Anual da SBPC, realizada no Rio de Janeiro", *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 3, 1967, p. 619, e *O Estado de S. Paulo*, "Cientistas apoiam a política nuclear".
- (94) M. Rocha e Silva, "A reforma universitária", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 3, 1967, p. 539-41.
- (95) M. Rocha e Silva, "Os caminhos da reforma", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 20, nº 4, 1968, p. 684.
- (96) *Folha de S. Paulo*, "Cientistas querem diálogo com Costa e Silva", 8 de julho de 1968, p. 5.
- (97) *Jornal do Brasil*, "Físicos debatem o uso de energia atômica para fins pacíficos", 12 de julho de 1967, p. 7.
- (98) *Idem, ibidem*. No rodapé do artigo há uma pequena nota dizendo que o deputado Aureliano Chaves estava desenvolvendo um projeto que defendia o monopólio estatal de minerais atômicos, caso o governo não tomasse esta iniciativa. Mas ele acreditava que o governo a tomaria, uma vez que o presidente Costa e Silva anunciou o uso da energia atômica com o apoio de largos setores do meio político e militar.
- (99) "XIX Reunião Anual da SBPC realizada no Rio de Janeiro – Energia atômica: cientistas aplaudem posição do governo", *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 3, 1967, p. 618, também publicado na *Folha de S. Paulo*, 14 de julho de 1967, e no *Estado de S. Paulo*, "Cientistas apoiam a política nuclear", 15 de julho de 1967, p. 8; grifo meu.
- (100) *Idem, ibidem*.
- (101) "Memorial...", *op. cit.*, p. 591, e *Última Hora*, "Cientistas pedem mais verbas a Costa", 15 de julho de 1968, p. 7.
- (102) *O Estado de S. Paulo*, "Até sábado, a 20ª reunião da ciência", 9 de julho de 1968, p. 12.
- (103) *Idem, ibidem*.
- (104) "SBPC – 73 (Guanabara): Ciência preocupa hoje todos os povos: governo brasileiro e ciência", *Ciência e Cultura*, v. 25, nº 8, agosto de 1973, p. 783.
- (105) *Correio da Manhã*, "Ciência se reúne na Bahia", 7 de julho de 1970, p. 5, e *O Estado de S. Paulo*, "SBPC faz um balanço da nossa produção científica", 12 de julho de 1970, p. 51.
- (106) *O Estado de S. Paulo*, "SBPC faz um balanço da nossa produção científica", *op. cit.* e *Folha de S. Paulo*, "2.500 estão expondo as suas idéias", 4 de julho de 1972, p. 13.
- (107) Ver P. B. Evans, "State, capital and the transformation of dependence: the Brazilian computer case", *World Development*, v. 14, nº 7, 1986, p. 791-808, especialmente p. 793. Evans mostrou que dentro do BNDE um grupo de nacionalistas-desenvolvimentistas "was working generally on the promotion of a more diversified and vertically integrated local industry structure. This entrepreneurial-oriented state financial institution proved to be a key

facet of the organization infrastructure that would eventually make the computer policy possible". p. 793.

(108) *O Estado de S. Paulo*, "País está aprendendo a financiar a ciência", 4 de julho de 1972, p. 19.

(109) Ver P. B. Evans. *op. cit.*, p. 792.

(110) *O Estado de S. Paulo*, "Novo rumo para as pesquisas", 8 de julho de 1972, p. 13.

(111) Ver manchete da *Folha de S. Paulo*, "Cientistas querem o diálogo com Costa e Silva", 8 de julho de 1968, p. 5.

(112) Havia uma queixa de que após 1964 aproximadamente 800 cientistas deixaram o país, em *O Estado de S. Paulo*, "Ate sábado a 20ª reunião da ciência", 9 de julho de 1968, p. 12.

(113) A. de B. V. Cintra, "Aos cientistas, um crédito de confiança", *O Estado de S. Paulo*, 9 de julho de 1972, p. 38. Foi seu discurso de abertura na XXIV Reunião Anual da SBPC (grifo meu).

(114) *Idem, ibidem*.

(115) *Folha de S. Paulo*, "Cientistas escolheram a Guanabara", 9 de julho de 1972, p. 20, e *Veja*, "A profissão sem prestígio..." p. 31.



## CAPÍTULO 6

### A TRANSIÇÃO DA SBPC: 1973-1976

A participação das ciências humanas na SBPC tornou-se visível durante 1971, e 1972 pode ser considerada a data da ‘entrada oficial’ e o começo da transformação da associação. Este aspecto será analisado sistematicamente neste capítulo.

#### 6.1. MUDANÇAS NO ESTADO E NA SOCIEDADE: UMA DISCUSSÃO DA ‘ABERTURA’ E DA LEGITIMIDADE DO REGIME MILITAR.

No Capítulo 1 as mudanças internas da SBPC neste período foram relacionadas a dois fatores: primeiro, desenvolvimentos na sociedade, uma vez que a SBPC seguiu a mesma tendência geral de outras entidades da sociedade civil; e, segundo, à mudança qualitativa dentro da SBPC, que se deu quando a associação começou a representar não apenas os cientistas naturais, mas praticamente a totalidade dos cientistas. Neste capítulo, o impacto desta transformação interna será analisado em relação tanto à imagem pública da associação quanto a seu papel na sociedade.

O final de 1973 e o começo de 1974 assistiram à origem do período de abertura “do processo de participação política nos assuntos do país”<sup>(1)</sup>. Carlos E. Martins descreveu tal processo em termos da dissolução do consenso dentro do bloco dirigente e do conseqüente debate público sobre qual modelo político o país deveria adotar <sup>(2)</sup>. Numa análise recente e mais esclarecedora deste período até a ‘nova república’ de 1985, Alfred Stepan caracterizou-o como uma dialética complexa “entre concessão do regime e conquista da sociedade”<sup>(3)</sup>. Sua primeira contribuição foi mostrar como as contradições internas do Estado (especialmente entre os militares) levaram algumas facções do ‘aparato estatal’ a buscar:

“[...] aliados na sociedade civil e a tolerar o fortalecimento do poder desses aliados. Portanto, até mesmo a análise do crescimento da sociedade civil fica empobrecida se essa tentativa de *cima para baixo*, por parte do Estado, de buscar novos aliados na sociedade civil não for rigorosamente documentada e definida conceitualmente”<sup>(4)</sup>.

Em seguida, ressaltou o papel da sociedade política. Considerou a sociedade civil o aspecto mais divulgado da 'abertura' e o resultado disso foi que

“o discurso predominante privilegiou a dicotomia sociedade civil *versus* Estado; tanto militantes como acadêmicos tenderam a diminuir o papel dos partidos, do Congresso e das eleições, e a 'sociedade política' foi relativamente deixada de lado na literatura”(5).

Stepan descobriu que, durante este período, no Brasil, mais de cinquenta estudos acadêmicos foram publicados a respeito de novos movimentos dentro da sociedade civil que representavam um desafio ao Estado, incluindo a Igreja, os sindicatos, os empresários, a imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, o movimento feminista e as associações de bairro(6).

De acordo com a análise de Stepan, este livro pode ser classificado como um estudo tardio(7) do fortalecimento de uma entidade dentro da sociedade civil: a SBPC e seu desafio ao regime autoritário. No entanto, há dois novos aspectos. Primeiro, a intenção é demonstrar não apenas como a SBPC desafiou o Estado em 1977, mas também *como* o regime militar identificou os cientistas como uma elite importante. Como se verá no próximo capítulo, isto ficou mais óbvio com o presidente Geisel, que recebeu pessoalmente a comissão executiva da SBPC, embora tenha havido manifestações anteriores da mesma atitude. O segundo aspecto do presente trabalho é a pretensão de analisar as mudanças na qualidade orgânica da SBPC, o que mostrará que seu fortalecimento foi causado pela repressão e não por concessões do regime. Esta seção do capítulo demonstra como a “dialética de concessão do regime e conquista da sociedade” terminou no exemplo da SBPC com o mesmo presidente Geisel, o qual, ao suprimir a concessão, levou a SBPC a adquirir maior espaço dentro da sociedade civil. Tais aspectos serão analisados e explicados no Capítulo 7.

Além de empregar os conceitos de Estado, sociedade civil e sociedade política, uma leitura cuidadosa de Weber e Gramsci levou Stepan a dar atenção especial aos aspectos institucionais do aparato repressivo, isto é, as forças armadas e o serviço de segurança. Como especialista da questão militar no Brasil, Stepan também acrescentou à análise os conceitos das forças armadas como governo e dos órgãos de segurança e forças armadas como instituições. Todavia, sua análise ficou demasiado centrada nos papéis do presidente Geisel e do General Golberi do Couto e Silva, 'o mago da abertura', como atores-chave quando os “militares como governo começavam a procurar aliados na sociedade civil”(8).

Em trabalho anterior e no recente livro, Stepan concluiu que “o regime autoritário brasileiro não chegou remotamente perto de assegurar a



hegemonia gramsciana”<sup>(9)</sup>. Gramsci vê o domínio tanto como uma função de hegemonia quanto como o uso da coerção, quando não há anuência da sociedade civil. Já que Stepan em seu livro anterior comparou o Brasil e o México a fim de chegar a sua conclusão, duas importantes qualificações devem ser feitas. Primeiro, o fato de os militares brasileiros terem falhado na conquista da hegemonia não significa que não a tenham buscado. Quase todos os grupos dirigentes em sociedade complexas, tecnológicas e sofisticadas buscam precisamente isso, e o uso de coerção extralegal é mais uma consequência inevitável da ausência de hegemonia. Segundo, comparando o regime autoritário brasileiro com o do México, é provável que tenha havido mais coerção no caso brasileiro. Mas comparado com a Argentina e o Chile, onde os militares mataram cem vezes mais pessoas *per capita* que o Brasil<sup>(10)</sup>, pode-se argumentar que os militares brasileiros tiveram mais hegemonia.

Talvez as questões mais relevantes sejam: como eles buscaram hegemonia e por que fracassaram em consegui-la e adotaram a repressão? Stepan dá uma indicação para ambas as perguntas em seus textos ao descrever a maneira como a Escola Superior de Guerra tentou, com algum sucesso, atrair civis para partilharem sua doutrina, e o êxito das medidas econômicas do regime, pelo menos em relação à Argentina e ao Chile. Ambos estes fatores deram maior legitimidade aos militares.

Mas a dificuldade reside na escolha de conceitos. Quando analisou as tentativas de instalação de regimes militares na América Latina, Stepan usou, como uma dicotomia, dois pólos de corporativismo de Estado, inclusionista e exclusionista. O Brasil é caracterizado por políticas exclusionistas e Stepan limitou sua análise e, mesmo antes de estabelecer suas hipóteses, concluiu:

“[...] Devo salientar que, embora a polarização seja funcional para a instalação por políticas exclusionistas, há custos para o regime. Precisamente por causa da polarização social e da seleção dos alvos de coerção, quase não há chance, por mais que o regime tenha sucesso em algumas de suas políticas econômicas subsequentes, de que ele possa conquistar uma situação ideológica hegemônica no sentido gramsciano. Devido a este ‘defeito de nascença’ do regime, mesmo o crescimento econômico e a distribuição econômica ampliada não diminuirão sensivelmente a dependência que tem o regime de mecanismos visíveis e coercitivos”<sup>(11)</sup>.

O autor adotou uma análise muito determinista: um ‘defeito de nascença’ não pode ser curado nem corrigido, e ofuscou de tal modo a si mesmo com seus instrumentos da análise que não pôde ver nenhuma possibilidade de cura para o ‘defeito’. Stepan usou os conceitos gramscianos de dominação como uma função de coerção e hegemonia, mas superenfatizou o aspecto coercitivo, e não os empregou como conceitos dialéticos para

analisar uma sociedade que muda com contradições num movimento dialético e não de uma maneira determinista. No caso brasileiro, Stepan usou hegemonia e legitimidade somente em sentido negativo. Ao usar a dicotomia de exclusionista ou inclusionista ele salientou que se referia a política e não a regimes. Contudo, isso não o impediu de concluir *a priori* que um regime que adotasse políticas exclusionistas não poderia obter hegemonia nem legitimidade, mas apenas “um modesto grau de aquiescência”. Depois de citar os resultados de algumas pesquisas, Stepan deu sua opinião sobre o período de 1968 a 1974:

“É difícil interpretar estes estudos. Quando muito, eles indicam que, sob as condições de elevado crescimento econômico de 1968 a 1974, de hábil manipulação dos apelos ideológicos do emergente *status* do Brasil como ‘grande potência’, e sistemática repressão governamental à crítica política efetiva ou concorrência, grande parte dos cidadãos serão orientados para o lado produtivo do governo e ficarão relativamente passivos quanto ao lado ativo da política. Em tal contexto, *o regime obteve algum modesto grau de aquiescência para seu estilo exclusionista de controle corporativista*”<sup>(12)</sup>.

É surpreendente o modo como Stepan usou os conceitos de Gramsci apenas para provar, neste caso, que no México houve hegemonia e que no Brasil não houve. Não considerou os apelos ideológicos, nem o modo como os resultados do crescimento econômico foram usados ideologicamente para legitimizar as políticas e o regime. Mesmo em seu mais recente estudo, no qual vê as forças armadas como um governo à procura de aliados na sociedade civil, Stepan explica este fato como um meio de fortalecimento do presidente Geisel como um chefe de Estado capaz de controlar as contradições do aparato estatal. Aparentemente, os resultados positivos não representaram maior legitimidade para o presidente, o governo, as políticas ou o regime. O mesmo uso constante dos conceitos num sentido negativo aparece em sua conclusão a respeito de como os militares deixaram o poder:

“Os militares brasileiros deixaram o poder com suas estruturas internas amplamente reconstruídas e intactas, mas com menos prestígio e legitimidade que em qualquer outro momento histórico, desde a proclamação da República, em 1889, até o surgimento da burocracia autoritária, em 1964”<sup>(13)</sup>.

Thomas Skidmore, porém, tem uma visão mais positiva dos efeitos do sucesso econômico e usou o conceito de legitimidade num sentido positivo, mesmo quando falou sobre o período militar ‘linha dura’ da ‘estabilidade’ política:

“Mas a aplicação desta filosofia política extremista dificilmente será a função exclusiva do sistema autoritário. Ao contrário, para muitos setores médios brasileiros talvez esta nem seja sua principal função. Eles não compartilham a

concepção extremista da segurança nacional, nem a polarização (torturadores *versus* terroristas-sequestradores) imposta a eles. Mas, rapidamente reconhecem o notável progresso econômico obtido desde 1964 e parecem aceitar tacitamente o regime autoritário, porque este tornou possível uma nova continuidade e coerência na política econômica.

O resultado é uma aliança produtiva entre extremistas e tecnocratas. Cada um tem suas próprias razões para desejar um regime autoritário. Cada um precisa do outro. Os militares 'linha dura' precisam dos tecnocratas para fazerem o trabalho econômico. *As sucessivas altas taxas de crescimento conferem legitimidade pragmática ao sistema autoritário – 'isso funciona' [...]*<sup>(14)</sup>.

Mesmo no período mais repressivo da ditadura, Skidmore reconhece que o sistema autoritário adquirira alguma legitimidade através do crescimento econômico. A hipótese de nosso trabalho é que é correto supor que mesmo um regime militar busca o controle através da hegemonia. Tentamos demonstrar, através do caso do importante setor de cientistas-intelectuais, que os militares usaram os burocratas, o planejamento, a eficiência econômica e a ciência como símbolos para legitimarem seu controle ao menos para a burguesia e os setores da classe média da sociedade brasileira. O governo fez isso com suas políticas exclusionistas, ou com o que Stepan definiu como corporativismo exclusionista no caso do Brasil. Stepan caracterizou o fato como "a característica coalizão da elite estatal com a burguesia internacional e os tecnocratas"; a "elite estatal usa o aparato do Estado para expandir significativamente o objetivo e a profundidade da coerção, do controle e das capacidades de planejamento"; e, finalmente, o "característico princípio da legitimidade da elite estatal diante de seus parceiros na coalizão quanto à ordem política e à eficiência econômica"<sup>(15)</sup>. Assim, os cientistas eram um importante grupo para se ter como aliados.

Ainda que o regime autoritário brasileiro possa ser situado próximo do pólo do corporativismo exclusionista, várias políticas inclusionistas foram implementadas a fim de se obter legitimidade. Enquanto Stepan conclui sua análise do pólo exclusionista com as categorias "máximas possibilidades hegemônicas frente a uma classe operária emergente", considerando que "a hegemonia é virtualmente impossível, e a aquiescência passiva é fortemente dependente dos mecanismos de coerção", ele mostrou que o governo militar teve uma política inclusionista para com os camponeses quando, pela primeira vez no Brasil, criou uma previdência social específica e uma pensão de aposentadoria.

Neste trabalho, o argumento é de que a política científica também foi uma política inclusionista, neste caso em relação ao setor científico nacionalista da classe média, à burguesia nacional e mesmo ao setor militar nacionalista ligado à ciência e tecnologia. Vale a pena lembrar, no entanto, que durante o governo Geisel deu-se mais ênfase do que nunca à chamada

política social. O governo começou a investir dinheiro e recursos simbólicos para o ‘benéfico’ da classe trabalhadora urbana, particularmente em saúde, mas também em programas educativos, como o MÓBRAL, que continha uma mensagem ideológica muito forte e cujo objetivo era criar símbolos ideológicos do Brasil como grande potência.

Luciano Martins mencionou outras recompensas financeiras para conquistar apoio de diferentes grupos:

“Largas recompensas financeiras (subsídios, isenção de impostos, etc.) foram distribuídas como meio de adquirir apoio de grupos estratégicos. As práticas populistas de mobilização foram substituídas por políticas parcialmente distributivas (de baixo para cima) e medidas limitadas de bem-estar (de cima para baixo)”<sup>(16)</sup>.

Como se viu antes, a política nuclear e científica do governo Costa e Silva foi elogiada pelos cientistas, e Stepan também ignora o fato de que a doutrina da segurança nacional e da estabilização econômica (posteriormente crescimento e planejamento) eram francamente contrastadas com a crise e a desordem econômica da democracia populista de antes de 1964. Os ataques ao período anterior também foram uma forma de conquistar legitimidade, como mostrou Skidmore:

“O governo Castelo Branco sentiu grande orgulho com o relativo sucesso do programa de estabilização e da reorganização ampla do setor público. O presidente e o ministro do planejamento, Campos, constantemente chamaram ao retorno das políticas ‘racionais’. Viam-se a si mesmos como que guiando o Brasil de volta à compreensão ‘realista’ de seu próprio potencial e do grau em que podia desenvolver-se. Os alvos de seus ataques eram os políticos populistas que teriam supostamente desencaminhado o país ao prometerem mais do que a economia podia produzir, enquanto administravam incompetentemente a política do governo. Além disso, alegava-se, tais políticos tinham traído as bases da economia de mercado – propriedade privada e investimento estrangeiro. Goulart e seu governo eram a símbolo mais imediato dessa ‘irresponsabilidade’. Ataques a Goulart eram um refrão constante *na busca de legitimidade* do governo Castelo Branco”<sup>(17)</sup>.

A busca de legitimidade, portanto, sempre existira desde o primeiro presidente militar e foi posteriormente desenvolvida e mais elaborada. Recentes interpretações da crise da dívida vêem-na como a política de investimento dos governos Geisel e Figueiredo numa tentativa de repetir o milagre e legitimar o regime:

“Um programa de desenvolvimento econômico altamente ambicioso (bens de capital e indústrias químicas, gigantescos projetos hidrelétricos, usinas nucleares, a expansão da dívida pública e dos investimentos das empresas

estatais, etc.) foi iniciado, sem levar em conta a danosa evasão de divisas e a tensão econômica que provocaria. O governo Figueiredo (com Delfim Neto mais uma vez como ministro do Planejamento) seguiu a mesma orientação irresponsável, aumentando implacavelmente tanto a dívida interna quanto o endividamento externo, que apresentou taxas de juros extremamente altas. *A intenção era sustentar artificialmente a esperança de um milagre econômico que legitimaria o regime*”(18).

Deve-se mencionar que a legitimidade era importante por outras razões: primeiro, embora os Estados Unidos apoiassem aqueles regimes autoritários, isso não se faria simplesmente com base no uso da coerção; e, segundo, a legitimidade era importante não apenas para os militares como governo, mas também para os militares como instituição.

Depois deste parêntese teórico, o período da ‘distensão’ ou ‘abertura’ será analisado – como a dialética entre a concessão do regime e as conquistas da sociedade, tendo a SBPC como foco. As mudanças internas da SBPC, com a integração das ciências humanas e o crescimento e fortalecimento da associação, podem ser consideradas como o resultado do período mais repressivo do regime autoritário brasileiro, mais do que do período da ‘abertura’.

## 6.2 AS CIÊNCIAS HUMANAS NA SBPC

A discussão sobre a participação das ciências sociais na SBPC é muito relevante no momento atual, quando elas se fortalecem através de suas associações específicas e tendem a participar menos dos congressos anuais da SBPC. Apenas como sugestão para o debate sobre a pertinência do esvaziamento das ciências sociais na SBPC, deveriam ser levados em conta vários aspectos tais como o papel histórico desta associação, as razões que levaram os cientistas sociais a participarem dela, a instabilidade política do país, a fragilidade da comunidade dos cientistas sociais isoladamente e a importância e o peso de uma comunidade científica unida e coesa.

Os fundadores da SBPC pretenderam criar uma associação para todos os cientistas brasileiros, mas não foram bem sucedidos em relação às ciências sociais. José Reis, um dos fundadores da SBPC, referindo-se aos objetivos da associação e à forma como foram cumpridos, declarou:

“[...] Tanto é que todas as características da SBPC de hoje foram naquele tempo previstas e foram sendo realizadas aos poucos. Agora uma coisa que nos interessava muito era uma união de todas as áreas da ciência, isso desde o começo foi nossa preocupação, tanto as áreas chamadas ciências físicas e naturais e matemáticas, como as ciências sociais. Agora, as ciências sociais só se aproximaram de nós, só atenderam ao apelo tardiamente. Houve sempre uma desconfiança muito grande entre os dois tipos de cientistas, que

hoje felizmente está se dissipando, mas um de nossos objetivos era fazer essa fusão, e os cientistas sociais foram procurados desde o início”(19).

O primeiro presidente da SBPC, Jorge Americano, era um advogado e ex-reitor da USP; o segundo foi o educador Anísio Teixeira, mas isso não garantiu a participação das ciências sociais. De fato, como declarou José Reis, o primeiro presidente foi escolhido porque deu uma contribuição nos aspectos legais da fundação da SBPC e porque o critério, no início da Sociedade, era escolher nomes importantes:

“[...] era uma espécie de tática do Mauricio Rocha e Silva, que na realidade foi o membro mais ativo de nós todos. [...] a idéia da Sociedade foi minha, mas quem de fato se moveu mais para realizá-la foi o Maurício Rocha e Silva. Ele tinha a tática dele que era colocar como presidente pessoas assim eminentes, mesmo que não fossem pesquisadores, diretamente pesquisadores, e ele como vice-presidente; ser o presidente-executivo, vamos dizer assim. [...] eram figuras de renome e que a gente escolhia como presidente como homenagem, depois é que se criou a figura do presidente de honra. [...] Depois de duas ou três eleições, o Mauricio passou então a ser eleito realmente presidente e a coisa se entrosou na norma que hoje prevalece”(20).

O fato de os cientistas sociais não participarem da SBPC pode-se explicar, como afirma José Reis, pela ‘desconfiança’ que existia entre os dois tipos de cientistas. José Albertino Rodrigues, atual membro da diretoria da SBPC e primeiro sociólogo a sê-lo, de 1981 a 1983, e atual presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, assim explicou o fato:

“Na verdade nós temos uma herança positivista muito séria no país. Positivista no sentido político do Augusto Comte, político-filosófico do Comte, e científico no sentido de uma classificação das ciências, de um seccionamento do saber em compartimentos mais ou menos estanques. E os cientistas sociais foram muito influenciados pelo positivismo, muito mais do que eles confessam, não é? Eles acham que têm que ser antipositivistas, mas eles continuam a ser muito positivistas, nossa formação foi desse tipo de coisa. E quando se criou a SBPC, eu me lembro, eu era, eu estava entrando na universidade e eu olhava assim a SBPC como uma coisa do cientista e que eu não era o cientista. Por acaso eu tive a felicidade de trabalhar com um cientista social, o professor Oraci Nogueira, que foi o meu grande mestre, pesquisador, e ele percebeu de imediato quando foi criada a SBPC a importância da SBPC e se filiou. Ele está entre os sócios mais antigos. Ele percebeu e se filiou à SBPC e nunca deixou de participar discretamente, mas sempre acompanhou a SBPC no seu desenvolvimento. E os outros cientistas sociais eles se mantiveram naquela, eu até diria um certo preconceito que eles tinham ou ainda têm em relação aos cientistas de que são alienados, o cientista de laboratório é um alienado que cuida só dos seus tubos de ensaio, das suas maquininhas, dos seus animais de laboratório e não cuidam do óbvio, não cuidam dessa categoria social muito ampla e indefinida, e então eu culpo em parte os cientistas sociais por terem se mantido

à margem, e a vinda desses cientistas para a SBPC foi uma vinda em grande parte provocada pela situação política. Em um momento agudo da repressão no começo da década de 70, os cientistas sociais não conseguiam fazer valer a sua voz, ser ouvida a sua voz. Não sei se você conheceu a revista *Argumento*, que foi uma revista criada por cientistas sociais, o Antônio Cândido foi o grande animador, o Sérgio Buarque de Holanda, o Paulo Emilio Sales Gomes estava vivo, e era uma revista que no número 4 tinha 40 mil exemplares. Ora, ela foi fechada pelo ministro da Justiça, pelo Armando Falcão, no governo Geisel. Então os cientistas sociais estavam, estão, desde 1964, sob a mira da repressão porque se confunde sobretudo sociologia e socialismo, se faz uma certa confusão e não deixam de ter origens históricas comuns, isso é inegável. Mas se confunde a atividade do sociólogo e a atividade do socialista e então os sociólogos e os cientistas sociais de uma maneira geral perceberam de repente que eles poderiam ter uma participação, de fazer ouvir sua voz, atuar num campo que lhes era próprio, de reuniões científicas dentro da SBPC.

E isso foi sendo percebido aí pouco a pouco, até que 1974 é um marco na quantidade de pessoas que participaram, sobretudo no grande número de pessoas representativas das ciências humanas [...]”<sup>(21)</sup>.

De acordo com esta interpretação, o crescimento e as mudanças na SBPC resultaram da repressão do regime autoritário e não da concessão do Estado, como na explicação de Alfred Stepan para o período de abertura em termos da dialética complexa ‘entre concessão do regime e conquista da sociedade’. Stepan afirmou que a imprensa foi o primeiro aliado que os militares procuraram na sociedade civil, através de promessas de liberalização<sup>(22)</sup>, embora ironicamente todas as revistas de ciências sociais tenham sido fechadas no mesmo período.

Não há uma data oficial (ou formal) de entrada das ciências sociais na SBPC, e, assim sendo, sua participação gradual nos congressos da Sociedade será analisada cronologicamente.

Maurício Rocha e Silva, num editorial de 1967, referindo-se “Às duas culturas”, argumentou que esse fenômeno de distanciamento entre as duas culturas, a humanística e a científica, acontecia mesmo em “países superdesenvolvidos” e que essa imensa distância

“ameaça por dividir os intelectuais em duas classes diferentes, duas facções ou clãs que não se misturam: os cientistas de um lado e filósofos, escritores e artistas de outro. Snow sublinhou que os cientistas são marginalizados nos chamados movimentos dos intelectuais”<sup>(23)</sup>.

Rocha e Silva argumentou que isso ocorreu no Brasil. Propôs que o vácuo entre os homens das duas culturas deveria ser preenchido pelo estabelecimento de um diálogo entre cientistas e humanistas. Sugeriu fazê-lo dentro das universidades e não mencionou a SBPC como um local

possível, nem o que poderia ser feito nesta direção. Essa é uma indicação de quão isolados estavam os cientistas sociais da SBPC em 1967.

Em 1971, um artigo de jornal intitulado “Sociólogos e historiadores” mencionou que, pela primeira vez naquele ano, estes profissionais participaram

“[...] ativamente nas atividades da 23ª reunião anual da SBPC e novas seções foram incluídas no programa dos cientistas para englobar os novos campos de investigação, como por exemplo ecologia e poluição”(24).

Outro jornal de São Paulo publicou uma reportagem similar, mas acrescentou também antropólogos e filósofos da ciência:

“que pela primeira vez participaram ativamente na Reunião Anual da SBPC (em parte graças ao esforço do professor Simão Matias, coordenador da reunião) para expandir mais e mais as áreas abrangidas pela entidade”(25).

Noticiou-se que os seminários dessas áreas tiveram de ser transferidos para salas maiores porque o número de participantes foi maior do que o esperado. Isso se tornaria mais e mais corriqueiro nas futuras reuniões da SBPC.

Warwick Kerr, reeleito presidente da SBPC, elogiou a Sociedade como “única entidade de cientistas brasileiros de natureza integrada”(26) e, em 1972, Simão Matias declarou à imprensa:

“No domingo começará o maior encontro jamais promovido pela Sociedade. Desta vez as ciências humanas serão mais enfatizadas”(27).

Uma vez que as universidades brasileiras tinham sido caracterizadas como lugares onde os diferentes campos do conhecimento não interagem, a nova SBPC começou a ser caracterizada como ‘a verdadeira universidade’, como declarou Simão Matias aos jornalistas:

“[...] a verdadeira universidade onde as idéias circulam livremente, sem barreiras entre os campos de trabalho e sem o isolamento que caracteriza a universidade ao longo do ano”(28).

Simão Matias viu esta circulação livre de idéias entre cientistas e humanistas, nos seminários e debates durante a reunião anual, como um tipo de atividade que

“a universidade supostamente deve fazer: a livre troca de idéias sem considerar de que campo vêm. Atualmente, cada cientista permanece isolado no seu campo de conhecimento”(29).



Esta idéia de uma nova universidade se tornaria mais forte com a crescente participação dos estudantes, dos professores e do público em geral nas reuniões da SBPC. A participação dos jovens cientistas também foi considerada relevante. Um professor argentino, Palatnik, que tinha participado das duas últimas reuniões, disse que o padrão era muito alto e que os cursos e simpósios eram de nível internacional. Entretanto, acrescentou que:

“O ponto mais significativo da participação dos jovens é que ela nos permite avaliar a renovação que tem ocorrido”<sup>(30)</sup>.

### 6.3. UMA CIÊNCIA E UMA CULTURA

A unidade da ciência foi colocada como a realização dos objetivos originais da SBPC e como uma forma de fortalecimento da Sociedade. José Reis, num editorial sobre a reunião anual de 1972, intitulado “O grande êxito”, avaliou os congressos da SBPC:

“Cada reunião anual da SBPC é uma reafirmação da sua força e do crescente interesse de nossos cientistas por uma visão unificada da ciência, assim como pelas implicações da ciência e da tecnologia como uma responsabilidade social dos cientistas.

O presidente da SBPC enfatizou no seu discurso de abertura [...] que este ano ficou visível a crescente participação das ciências sociais e o debate de temas humanísticos, o que indica que os ideais por trás da criação da Sociedade estão lenta e firmemente se materializando”<sup>(31)</sup>.

José Reis também elogiou o tamanho da SBPC, seu ideal de unir cientistas e humanistas e sua tradição de luta por causas relevantes:

“Hoje a SBPC tem 7500 membros e pode-se dizer que é a maior sociedade científica da América Latina. Ela não é uma associação fechada de cientistas e técnicos. Da mesma forma, como suas associações similares, também inclui cidadãos de todas as profissões unidos pelo ideal comum de contribuir para o progresso nacional através do estímulo à ciência e ao mesmo tempo procurando unir os campos científicos e humanísticos. A SBPC defendeu causas muito relevantes, ela nunca se calou, mesmo quando falar parecia arriscado para outros, talvez mais tímidos ou menos convencidos das causas”<sup>(32)</sup>.

Este tema retornará freqüentemente: a afirmação de que a SBPC não se tornou combativa somente por causa da inclusão dos cientistas sociais, mas de que ela teria sido combativa desde sua fundação. Entretanto, a SBPC tornou-se maior e mais ouvida, pelas suas críticas mais generalizadas e apresentadas na linguagem das ciências humanas.

É interessante observar que os membros originais da SBPC solicitavam mais verbas e mais prestígio para as ciências humanas. Numa entrevista coletiva à imprensa no final da reunião de 1972, Simão Matias, secretário-geral da entidade, lamentou que

“[...] no momento no Brasil, um orçamento considerável tem sido alocado nas áreas técnicas e biológicas, mas não há nenhum apoio para o desenvolvimento das ciências humanas – o que é essencial para o avanço da tecnologia”<sup>(33)</sup>.

As ciências sociais quase tomaram o lugar das ciências básicas no debate (ou conflito) entre ciências básicas *versus* tecnologia. O professor Ernest Hamburger, físico, falou de uma maneira mais abstrata, argumentando que grande parte da crise que o mundo moderno estava atravessando era causada pela ‘ausência de cientistas humanos’:

“O último século foi o século do grande desenvolvimento das ciências naturais. Nós esperamos que o presente seja o século das ciências humanas”<sup>(34)</sup>.

Um aumento na divulgação dada às reuniões anuais da SBPC ficou visível em 1972 quando um artigo da *Folha de S. Paulo*, “O humanismo na ciência”, considerou a reunião anual

“o mais importante evento científico do país no momento. Desde o último ano, quando a SBPC deu relevância a seu princípio criador e incluiu os temas das ciências humanas no seu programa, ela começou a chamar a atenção de todo o país para sua reunião anual que é realizada em diferentes capitais [...] a reunião anual da SBPC assume agora uma crescente importância, que vai além do largo mas rígido muro da ciência”<sup>(35)</sup>.

Existem inúmeras explicações para a crescente e ativa participação dos cientistas sociais nas reuniões da SBPC de 1971 e 1972. Simão Matias explicou-a pelo fato de eles terem sido esquecidos e se juntarem à SBPC para serem ouvidos<sup>(36)</sup>. Warwick Kerr tinha duas explicações diferentes, talvez nenhuma delas totalmente referendada posteriormente por outros cientistas. Em 1973, Kerr explicou o fenômeno como uma consequência da participação precoce dos antropólogos, que teriam aberto as portas para os outros cientistas sociais:

“Desde 1968 a SBPC começou a organizar seminários de antropologia, aumentando assim a sua preocupação com a defesa dos índios brasileiros. [...] A participação dos antropólogos na associação abriu as portas da SBPC aos cientistas sociais e humanistas que” – enfatizou ele – “desde 1971 se juntaram aos demais cientistas brasileiros na defesa dos ideais de liberdade, humanismo e respeito”<sup>(37)</sup>.

Em 1972, declarou que “por 3 anos os cientistas das humanidades vinham sendo recebidos nas reuniões anuais” e deu esta explicação, publicada na *Folha de S. Paulo*:

“[...] isso era um fenômeno natural, uma consequência da adoção pelos analistas da nossa Sociedade dos métodos da pesquisa científica”<sup>(38)</sup>.

Mas Kerr ignorou o fato de que a SBPC tinha colocado como objetivo aumentar o número de seus sócios, e uma forma de fazê-lo seria a inclusão dos cientistas sociais:

“Os 4000 cientistas participantes da 24ª reunião anual da SBPC admitiram que não têm poder suficiente para fazer grandes mudanças. Entretanto, para a comemoração dos 25 anos da SBPC, em 1973, a Sociedade tem a intenção de recrutar um número maior de membros. Então com um exército mais numeroso e melhor equipado com informações sobre sua própria força, a ciência brasileira talvez será capaz de alcançar a posição que deseja”<sup>(39)</sup>.

#### 6.4. UMA SOCIEDADE MAIS CRÍTICA

A inclusão e a ativa participação dos cientistas sociais tiveram um grande impacto, especialmente no conteúdo das reuniões anuais e na cobertura da imprensa. Era a reunião anual que atraía a atenção da imprensa; os cientistas reclamavam freqüentemente que as outras atividades da SBPC eram quase ignoradas, o que era reconhecido pelos jornalistas.

Um estudo do material publicado entre 1972 e 1980 pelos mais importantes jornais de São Paulo (*O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*) e do Rio de Janeiro (*Jornal do Brasil* e *O Globo*), e dos jornais dos locais onde as reuniões anuais se realizaram, mostra um número crescente de páginas dedicadas à SBPC, especialmente a partir de 1972. Se a cobertura da imprensa pode ser considerada uma medida de percepção da relevância das reuniões da SBPC pela imprensa e pelo público, 1976 apresenta um novo patamar, quando esta cobertura ultrapassou as 100 páginas. Tal número dobrou em 1977, que foi o ápice do confronto da SBPC com o Estado. Este fenômeno ocorreu paralelamente tanto ao crescimento do número de trabalhos apresentados na área de ciências sociais e de sua importância, quanto ao fenômeno da ‘abertura’<sup>(40)</sup>.

Estes três fenômenos ocorreram juntos: a abertura, a entrada das ciências humanas na SBPC e o crescimento da cobertura pela imprensa das reuniões anuais. A relação entre eles será esclarecida na análise que se segue dos novos aspectos das reuniões anuais de 1973 a 1976. Apesar de este relato ser muito exaustivo e parecer escapar ao tema central do trabalho, ele ilustra as mudanças na temática e nas repercussões das reuniões com a participação das ciências sociais.

TABELA 6.1

## COBERTURA DA IMPRENSA DAS REUNIÕES ANUAIS DA SBPC

ANO	NÚMERO DE PÁGINAS
1966	5
1967	5
1968	14
1969	11
1970	10
1971	14
1972	35
1973	75
1974	53
1975	34
1976	127
1977	256
1978	118
1979	143
1980	156

FONTE: Estatística compilada pela autora, baseada nos dados do Centro de Documentação e Pesquisa da Informação Coletiva, Fortaleza, CE.

## 6.5. A REUNIÃO ANUAL DE 1973

Na reunião de 1973, críticas ao modelo econômico brasileiro e a suas conseqüências negativas num grande espectro de temas, desde a pesquisa histórica, o analfabetismo e a mortalidade infantil, foram analisadas em detalhe, como nunca ocorrera antes.

A escassez de pesquisa histórica no Brasil era atribuída à falta de oportunidade aos historiadores causada, pelo menos em parte, pelo modelo de crescimento acelerado que enfatizava as ciências naturais e a tecnologia<sup>(41)</sup>. O aumento das taxas de mortalidade infantil no Nordeste e também em São Paulo foi considerado como um fracasso do desenvolvimento brasileiro e conseqüência de uma crescente concentração da riqueza e da renda desde 1964, e do decréscimo da renda real da população assalariada<sup>(42)</sup>.

Quanto ao analfabetismo, foi mostrado que se a taxa global estava decrescendo, o número absoluto de analfabetos estava aumentando, assim como as disparidades regionais. "Necessidades educacionais e necessidades econômicas estão absolutamente associadas", de acordo com La-

mounier<sup>(43)</sup>. O economista Paul Singer criticou as multinacionais e negou que houvesse uma crise monetária no Brasil: “Não há nenhuma razão para falar de crise e sim apenas de uma mudança extraordinária da economia internacional com repercussões externas no Brasil”<sup>(44)</sup>.

As críticas foram desde as dimensões estruturais do modelo econômico brasileiro até as condições de pesquisa. A *Folha de S. Paulo* publicou um artigo intitulado “A situação da pesquisa na América Latina é deplorável” com declarações do professor Y. de Hemptine, representante da UNESCO e participante do simpósio sobre “Política científica”:

“A situação da América Latina na área da ciência é deplorável. Ela gasta, em média, apenas um dólar por habitantes, o que é insuficiente. Há apenas 190 000 cientistas comparados com três milhões nos Estados Unidos. O que é impressionante na maioria desses países – com exceção do Brasil, Argentina e México e outros poucos – é o caos nas universidades, uma ausência de apoio oficial, uma superênfase na importação de tecnologia e concomitantemente uma falta de incentivo à adaptação ou desenvolvimento de pesquisa original”<sup>(45)</sup>.

De acordo com a análise de Hemptine, comparando o Brasil com outros países, o nosso estava bem na área da ciência e tecnologia, mas no mesmo dia o jornal *O Estado de S. Paulo* resumiu da seguinte maneira as condições de pesquisa no Brasil:

“[...] os cientistas brasileiros têm algumas características em comum. A mais impressionante parece ser a preocupação com o destino da ciência no Brasil. Num congresso, como o que terminou ontem, [...] é possível sentir que os professores universitários e pesquisadores enfrentam sérios problemas no desenvolvimento dos seus trabalhos e que apenas a devoção às suas vocações pode retê-los no seu campo profissional”<sup>(46)</sup>.

O artigo descreveu as condições desfavoráveis de pesquisa, concluindo que “não é possível falar rigorosamente de pesquisa científica no Brasil”. Em outro jornal, as facilidades de pesquisa em ciências sociais foram criticadas por sociólogos e antropólogos em termos de ‘obstáculos conjunturais’ e eles se referiram à necessidade de criar associações especializadas nessas áreas. O sociólogo Otávio Ianni levantou a questão das revistas de ciências sociais, a maioria delas proibidas de circular, incluindo a *Revista Brasiliense*, *Cadernos Brasileiros* e *Revista Civilização Brasileira*. Naquele momento, apenas *Cadernos do Rio*, *Estudos CEBRAP* e algumas revistas latino-americanas estavam em circulação. Ianni explicou:

“[...] porque há um contexto político que bloqueia a publicação daquelas revistas. Frequentemente – declarou – eu me sinto inseguro porque não sei qual discussão é permitida pela estrutura em questão”<sup>(47)</sup>.

De acordo com aquele artigo, uma frase muito repetida era: “A pesquisa em ciências sociais está quase morrendo”. Os cientistas sociais criticaram a política científica nacional para a área das ciências sociais, dizendo que não havia

“o menor interesse do governo em financiar a pesquisa que ele considerava ‘irrelevante’. Mas o problema, disseram eles, não é a ‘irrelevância’, mas o conteúdo crítico dos trabalhos na pesquisa social”<sup>(48)</sup>.

Um editorial do *Jornal do Brasil*, “O valor da pesquisa”, criticou a dependência tecnológica brasileira, o baixo e mau investimento em ciência e tecnologia e a falta de estímulos e liberdade na atividade científica e a conseqüente emigração de pesquisadores. O editorial apelava para o governo e o setor privado para investirem em ciência e referiu-se ao comentário feito pelo ministro da Indústria e Comércio, Pratinde Moraes, de que o desenvolvimento de um país pode ser avaliado por seu estoque de tecnologia nacional. O editorial afirmava que:

“Nesse aspecto a nossa dependência em *know how* externo é grande, tanto em marcas quanto em patentes, e para reduzir essas despesas as empresas estão sendo solicitadas a investir nesses campos de ciência aplicada”<sup>(49)</sup>.

O editorial também se referiu à vagarosidade do desenvolvimento científico brasileiro, enquanto o geneticista W. Kerr, presidente da SBPC, apontou iniciativas positivas tais como a criação do CNPq. Mas mesmo o editorial atacou seu tom otimista durante esse período da “lua-de-mel da SBPC com o governo”<sup>(50)</sup>:

“A verdade, entretanto, é que a ciência, tanto pura quanto aplicada, recebe uma pequena parte do orçamento. Nem os programas de investimentos públicos destinam-lhe somas significantes”<sup>(51)</sup>.

O editorial acrescentava que o governo pretendia corrigir essa situação, alocando aproximadamente 1% do produto nacional bruto para as atividades científicas, com a finalidade de criar uma tecnologia brasileira. Entretanto, continuava o editorial, as descobertas científicas brasileiras deveriam ser creditadas largamente “aos desprendidos esforços de alguns pesquisadores”, como, por exemplo, a descoberta, por César Lattes, do *mésom pi* no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, mas que “não estariam recebendo apoio do fundo nacional para a tecnologia e estavam gradualmente perdendo pesquisadores eminentes”. O editorial criticava os salários dos pesquisadores classificando-os de ‘ridículos’ e clamava pela necessidade de se reconhecer o papel dos cientistas no Brasil:

“O apelo a tecnologia conseqüentemente precisa de um plano bem elaborado que comece mudando as atitudes em relação aos pesquisadores, seus trabalhos e suas responsabilidades”<sup>(52)</sup>.

Ressaltou o papel das universidades e da criatividade ligada à pesquisa em médias e grandes empresas, como ocorreu no Japão, e finalmente fez um apelo ao setor privado para ajudar o governo na criação de uma tecnologia nacional. Esse editorial mostra uma consciência da importância do tema ciência e tecnologia no contexto mais amplo da política econômica e da opção da comunidade científica por uma política nacional, que ficaria mais clara e mais divulgada em reuniões posteriores da SBPC.

O jornal *O Estado de S. Paulo* também publicou dois artigos condenando a importação de tecnologia, baseado na apresentação de Victor Urquidí, presidente do Colegio de México. Chamou a atenção para o ‘colonialismo tecnológico’ e para a inadequação da tecnologia importada para a maioria da população<sup>(53)</sup>. O biofísico norte-americano Walter A. Rosenblith, diretor do Massachusetts Institute of Technology (MIT) opinou durante a reunião que decisões sobre ciência e tecnologia dizem respeito à população como um todo e deveriam ser decididas por todos:

“A ciência e a tecnologia têm a possibilidade de mudar o mundo, mas a decisão sobre como elas devem ser usadas para melhorar a qualidade de vida da humanidade deve ser tomada por todos e não somente por tecnocratas e cientistas [...]”<sup>(54)</sup>.

Críticas mais específicas foram dirigidas contra um decreto da Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP), que estabeleceu novos horários de trabalho para os professores em seus institutos. O ato foi condenado porque visava extinguir a pesquisa científica em tais institutos<sup>(55)</sup>. A assembleia-geral também reprovou (e pediu uma investigação a respeito) a importação de 16 milhões de libras esterlinas de um desfolhante químico para ser usado na Amazônia, que teria sido empregado na guerra do Vietnã e estava proibido no resto do mundo<sup>(56)</sup>.

Uma vez mais a SBPC exerceu sua função crítica ao assumir a responsabilidade social dos cientistas. Maurício Rocha e Silva, falando sobre “A evolução da SBPC no espaço e no tempo”, afirmou que ela era a terceira sociedade para o progresso da ciência no mundo e enfatizou a necessidade da independência deste tipo de sociedade

“por causa da importância dos temas e da quantidade dos artigos e comunicações apresentadas nas suas reuniões anuais. [...] as sociedades científicas precisam ser independentes do governo porque as autoridades também precisam estar sujeitas às críticas construtivas”<sup>(57)</sup>.

Uma vez que o governo brasileiro financiava a SBPC e suas reuniões anuais, a questão era saber por quanto tempo iria o regime autoritário ouvir aquelas críticas construtivas, especialmente a partir do momento em que a

SBPC se tornou um dos pequenos espaços na sociedade civil onde a crítica ao modelo brasileiro poderia ser expressa. O presidente da SBPC, Warwick Kerr, advertiu que “a liberdade de pesquisar só pode existir numa sociedade livre, pois os princípios que a fundamentam são os mesmos das demais liberdades essenciais do homem”<sup>(58)</sup>. Conseqüentemente, a liberdade de pesquisa e a do pesquisador para criticar está ligada às liberdades políticas existentes numa dada sociedade.

Explicou-se anteriormente que a propensão da SBPC para criticar aumentou com a ‘abertura’ e a participação das ciências sociais. O secretário da SBPC, Luís E. de Magalhães, falou da necessidade de a Sociedade se aproximar mais das ciências sociais, por uma série de razões:

“Uma estreita relação com os humanistas é de fundamental importância, porque a ciência precisa se humanizar. É necessário estabelecer uma ponte com os humanistas e devolver às ciências humanas o seu verdadeiro valor que foi perdido no começo do século quando as ciências naturais foram supervalorizadas: isso causou uma total ausência de perspectivas sociais”<sup>(59)</sup>.

Considerou o número de membros das ciências sociais na SBPC muito pequeno, e um dos pontos mais importantes, a seu ver, seria a necessidade de convencer ‘a classe política’ a consultar mais assessores científicos e de conceder um orçamento maior para a ciência. Magalhães pediu maiores oportunidades para que os cientistas contribuíssem com “seu conhecimento e esforços para encontrar soluções adequadas para os problemas que afetavam a sociedade”<sup>(60)</sup>.

Carlos Chagas Filho, coordenador do encontro no qual se estavam celebrando os 25 anos da SBPC, disse que o prestígio da reunião anual estava demonstrado pela presença de representantes das Nações Unidas, da UNESCO, da Organização Mundial da Saúde, da British Royal Society, do Consiglio Nazionale delle Ricerche, da Itália, do MIT, do Colegio de México, do Institut National de Santé et Recherche Médicale, da França, e de várias universidades norte-americanas<sup>(61)</sup>. Cientistas eminentes apresentaram trabalhos durante a reunião, inclusive Albert Sabin<sup>(62)</sup> e George Porter, ganhador do Prêmio Nobel de química de 1967<sup>(63)</sup>. Entretanto, Carlos Chagas Filho considerou muito importante a participação dos cientistas sociais:

“As reuniões anuais têm crescido em importância [...] desde que incluímos as ciências humanas juntamente com as ciências naturais, que eram as únicas consideradas previamente por nós”<sup>(64)</sup>.

A maior crítica à reunião foi feita à sua organização e às condições físicas do local do encontro<sup>(65)</sup>. Um artigo assinado por Fritz Utzeri dizia que a reunião foi “ambiciosa em suas intenções, mas relativamente pobre



em resultados [...]” e “idealista” ao tentar colocar juntos tantos especialistas; mas concluiu o artigo num tom positivo<sup>(66)</sup>.

Foi nesta reunião que se tentou reabrir a discussão sobre a energia nuclear<sup>(67)</sup>, trazendo à tona um dos mais conflituosos debates entre o Estado e a comunidade científica no Brasil e sua exclusão do processo de tomada de decisão. O físico José Goldemberg organizou um debate sobre “A política nacional de energia nuclear” e convidou algumas autoridades governamentais para participar, tais como o ministro das Minas e Energia, o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, três diretores de institutos de energia atômica e outros. Alguns mandaram telegramas desculpando-se pela ausência porque estariam viajando, embora não tenham enviado representantes, enquanto o coronel Carlos S. M. Pinto, diretor de tecnologia do desenvolvimento da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, rejeitou o convite por causa do “modo polêmico, mais do que técnico, em que a matéria tem sido analisada”<sup>(68)</sup>. José Goldemberg explicou no encontro por que especificamente aqueles representantes do governo foram escolhidos para defender o programa; disse também que, depois de consultas à comissão organizadora, decidiu-se não convidar substitutos. Goldemberg concluiu: “os participantes vão tirar suas próprias conclusões dessa atitude”.

Aquele não-debate talvez tenha tido mais repercussão na imprensa do que teria se tivesse ocorrido, especialmente depois que a assembléia-geral da Sociedade Brasileira de Física (SBF) decidiu expressar às autoridades brasileiras responsáveis pela energia nuclear

“sua profunda decepção porque essas autoridades não compareceram a reunião, não permitindo, conseqüentemente, o diálogo através do qual poderiam trocar informações com os cientistas interessados no curso da política brasileira de energia nuclear”<sup>(69)</sup>.

Os físicos foram ainda mais longe em suas exigências e pediram a diretoria da SBPC que contactasse outras associações nacionais para, através de uma comissão, pedir às autoridades

“para reintegrar a comunidade científica brasileira aqueles cientistas que tinham sido aposentados”<sup>(70)</sup>.

O fato de José Goldemberg ter distribuído à imprensa a nota que leu no local previsto para o simpósio foi criticado pelo físico Paulo F. de Mesquita, na assembléia-geral da SBPC. Protestou contra o abuso de autoridade do presidente da SBF, alegando que José Goldemberg queria criar ‘agitação’ e que os cientistas deveriam assinar manifestos pessoais e não invocar ‘o nome da SBPC’. O físico César Lattes concordou com tal

crítica e acrescentou que a SBPC não deveria

“ser envolvida em política, mas deveria promover pesquisa em física e cuidar de interesses sindicalistas”(71).

Lattes opinou que a SBPC e a SBF deveriam promover seminários sobre política nuclear, mas que “é necessário separar as coisas. A Sociedade pode promover simpósios políticos, mas não dentro de encontros científicos”(72). *A Folha de S. Paulo* noticiou que, depois do encontro, Carlos Chagas Filho declarou que, apesar de não pertencer à SBF, era o primeiro a estar ‘contra o colonialismo ideológico’. O jornal interpretou a afirmação como uma opinião de que

“a instalação de um reator atômico requererá a permanente importação de urânio enriquecido que o Brasil não tem condições de produzir. Isso o obrigará a criar uma dependência econômica em relação aos países desenvolvidos”(73).

Os estudantes apoiaram Goldemberg em sua intenção de discutir as bases científicas da política nuclear e foram contra a opinião de Mesquita. Os representantes do governo recusaram-se a ir à SBPC debater a política nuclear, e ao fazê-lo, excluíam os cientistas das decisões que levariam à assinatura do acordo com a Alemanha Federal em dois anos. Além disso, a presença do ministro do Planejamento no encontro foi cancelada porque a morte do senador Filinto Müller tinha adiado a assinatura do plano pelo presidente da República(74).

O diálogo e a cooperação entre cientistas e governo tornavam-se difíceis por várias e diferentes razões.

## 6.6. A REUNIÃO ANUAL DE 1974

A reunião anual da SBPC em 1974 realizou-se no Recife e se caracterizou como política, ou mais política que as anteriores. O objetivo da reunião era avaliar nacionalmente a situação de todas as ciências no Brasil, e o ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, era esperado na sessão de encerramento para explicar a política científica do governo. Outro importante evento era a presença do economista Celso Furtado, em sua primeira aparição pública desde seu exílio em 1964, o que atraiu ainda mais os jovens e a imprensa. *Veja* afirmou que:

“A reunião da SBPC demonstrou que além de uma linha puramente científica, ela pode ‘servir’ aos seus participantes um material substancial para a discussão política. O ministro João Paulo dos Reis Veloso, da Secretaria do Planejamento, [...] deverá descrever a política do governo federal para a ciência, pesquisa e tecnologia, e, de acordo com as previsões dos cientistas mais otimistas, anunciará a criação do Conselho Federal de Ciência e Tecnologia, subordinado a sua Secretaria. Ou, pelo menos, afirmam os

cientistas mais prudentes. falará sobre o fortalecimento do atual Conselho Nacional de Pesquisas''(75).

O artigo elogiava o fato de o Congresso favorecer a 'livre discussão política' e mencionou as 'preciosas pesquisas no campo das ciências humanas'. O discurso do presidente da SBPC, Oscar Sala, deu um tom social ao papel da ciência:

''Os cientistas brasileiros [...] aspiram a 'incorporar a ciência nas tradições culturais do país' e acreditam que 'a pesquisa é uma condição necessária para o desenvolvimento da nação'. Ele concluiu que 'a ciência deve ser acessível ao público em geral', nos níveis técnico, científico e sociopolítico''(76).

Neste encontro houve uma ampla discussão sobre ciência, importação de tecnologia e a criação de uma tecnologia nacional num país subdesenvolvido no contexto do capitalismo mundial. Celso Furtado criticou a relação entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos, ao dizer que era um mito acreditar que a economia mundial reproduziria nos países atrasados ''as condições de fluência e riqueza das nações desenvolvidas, reduzindo ou eliminando a presente desigualdade''(77). Furtado discutiu as possibilidades e as dificuldades de substituir tecnologia, mas argumentou que havia certos modos pelos quais o governo poderia tentar promover uma tecnologia nacional. Sugeriu que as multinacionais deveriam empregar uma tecnologia que pudesse ser desenvolvida em países periféricos(78).

O filósofo José A. Giannotti apresentou um trabalho sobre ''Ciência e desenvolvimento'', discutindo a ciência nas sociedades capitalistas e seus vínculos com a acumulação de capital e com a guerra. Afirmou que ''a ciência avança numa escala delimitada pelo capital e pelo Estado capitalista'' e que seu avanço beneficia um país na medida em que a ciência participa do processo capitalista de acumulação. Concluiu:

''Num país dependente como o nosso, a política científica não será definida nos termos da coletividade como um todo, mas antes em função do conflito ou da aliança do capital brasileiro com o capital internacional [...]''(79).

A questão da ciência começava a ser discutida dentro do quadro de referência das ciências sociais, levando-se em consideração os limites do capitalismo internacional impostos numa sociedade dependente. Tais textos foram posteriormente publicados pela imprensa, em revistas especializadas e em livros, permitindo às reuniões anuais da SBPC contribuir substancialmente para uma análise mais sistemática da ciência no Brasil.

Goldemberg também analisou a questão da importação de tecnologia, considerando três tipos de empresas no Brasil: as estatais, as multinacionais e as nacionais privadas. Mostrou que, por diferentes razões, todas

importavam tecnologia, ao invés de recorrerem aos institutos brasileiros de pesquisa e “criticou a posição adotada pela indústria nacional e pelas empresas estatais” (80). Previu que o decreto do governo para que as empresas estatais comprassem equipamentos preferencialmente de indústrias nacionais “não seria respeitado por alguns setores, especialmente por aqueles mais estreitamente ligados ao capital estrangeiro, que adotam uma atitude cultural de preferência por produtos importados” (81). Goldemberg concluiu que a situação atual da ciência e da tecnologia era muito mais a consequência de um “crescimento invisível” em resposta a problemas específicos que teriam ocorrido, do que “resultado de uma ação consciente do governo” (82).

As possibilidades de produção tecnológica interna e seus limites foram discutidos de diferentes perspectivas, mas o conflito na reunião anual da SBPC foi mais uma vez a questão da ciência básica *versus* ciência aplicada. Afirmou-se várias vezes durante o encontro que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) começaria a financiar apenas pesquisa aplicada e a reação era defender a pesquisa básica, condenar as consequências negativas de tais medidas e criticar a política governamental de ciência e tecnologia em geral.

Na sessão de abertura, o presidente da SBPC, Oscar Sala, referiu-se:

“À necessidade de mais oportunidades para os cientistas participarem nas decisões do governo e por um melhor equilíbrio entre a pesquisa aplicada e a básica.” Pediu “mais participação dos cientistas nas decisões governamentais não apenas para a resolução de problemas técnico-científicos mas também de problemas socioeconômicos. Apenas desta maneira, os desastres serão evitados” (84).

Não fica muito claro se Sala se referia às últimas medidas para ciência e tecnologia, à política nuclear ou a outras medidas também. Falou longamente sobre pesquisa básica e aplicada, argumentando que a tendência do governo de dar apoio à segunda ‘era um erro’ :

“É necessário manter um equilíbrio entre os dois aspectos da pesquisa, e os governantes devem ter em mente que soluções a curto prazo não são as únicas que podem levar o país a se desenvolver. O que é necessário para desenvolver o país não é o poder econômico, mas homens bem treinados para solucionar os problemas da nação. Um país que necessita importar soluções não será nunca um país desenvolvido” (85).

Sala foi mais longe ao sublinhar a importância da ciência para o desenvolvimento de um país e foi ainda mais específico sobre a necessidade de os cientistas participarem das decisões do governo:

“A presença de pelo menos um cientista nas comissões que tomam decisões sociopolíticas em nível federal seria de máxima urgência para `evitar o mau uso da ciência, para impedir que a ciência seja manejada por maus políticos ou por aqueles que não têm muita intimidade com ela” (86).

O tema da participação foi levantado nesta reunião e se transformaria numa discussão constante no futuro. Novamente, na sessão de abertura, o reitor da Universidade Federal de Pernambuco referiu-se em seu discurso à questão da ciência básica e aplicada, comentando que “a universidade tem sido criticada por não desenvolver a pesquisa tecnológica que o país necessita”. De acordo com ele, isso se devia à falta de pessoal qualificado nas universidades que trabalhasse em pesquisa básica, o que era necessário:

“pois se dificultarmos ou diminuirmos os investimentos no setor básico pensando que o derrame de investimentos apenas na pesquisa aplicada será a solução para todos os problemas, jamais atingiremos o amplo desenvolvimento da pesquisa aplicada” (87).

No dia anterior, o *Jornal do Brasil* publicou um artigo sobre as críticas à decisão do BNDE de abandonar a pesquisa básica e financiar apenas tecnologia e noticiou que os cientistas do CBPF estavam num `estado de perplexidade` em face de tal decisão. O professor Jacques Danon afirmou que os cientistas estavam perturbados pelo

“poder dado ao BNDE para decidir o destino dos institutos brasileiros de pesquisa, que se acham todos em estado de crise. Por cinco anos o BNDE nos deu os meios para nos expandirmos. Compramos equipamentos e empregamos pessoal, e então repentinamente, em 1972, o BNDE decidiu parar tudo, acreditando que nós já temos as condições de levantar fundos [...]” (88).

Danon também se referiu a um relatório do Ministério do Planejamento sobre a baixa demanda de pesquisa tecnológica por parte de empresas bem como ao desempenho dos institutos. Ele perguntava por que, se a demanda era baixa, a pesquisa tecnológica deveria ser financiada. De fato, a questão que estava em pauta era a crise do CBPF mencionada na reunião anterior da SBPC e a velha questão da ciência básica *versus* ciência aplicada. Entretanto, Danon foi mais longe e criticou a subordinação do CNPq ao Ministério do Planejamento (já que era anteriormente vinculado à Presidência da República), e a mudança do seu nome de Conselho Nacional de Pesquisas para Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, conservando a mesma sigla, CNPq. Argumentando que a pesquisa básica deveria ser financiada pelo governo, perguntou:

“Por que esvaziar o CNPq e subordiná-lo ao Ministério do Planejamento, destruindo assim toda uma tradição existente, mesmo se ela é fraca?” (89).

Pode parecer irrelevante, mas não o era no contexto da burocracia brasileira. Se fosse ligado ao presidente da República e não a um ministério, o CNPq teria maior autonomia, mais prestígio e um processo de decisões mais ágil. Ser subordinado a um ministério é estar subordinado às suas visões, aos seus compromissos com o capital internacional, e à sua visão do papel da ciência e da tecnologia no processo de desenvolvimento. Um paralelo pode ser traçado entre as conseqüências dessa mudança na posição do CNPq dentro do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, e o que aconteceu com a indústria brasileira de computadores. Esta última foi removida do Ministério do Planejamento e subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. Depois dos primeiros conflitos, indecisões e a substituição do órgão anterior (CAPRE) pela Secretaria Especial de Informática (SEI), Peter Evans concluiu que o efeito desta mudança foi que:

*“O novo pessoal se torna gradualmente mais simpático aos velhos ‘guerrilheiros ideológicos’ e as suas posições e a localização da SEI subordinada ao Conselho de Segurança Nacional tornou-se uma vantagem. Se ela tivesse permanecido no Planejamento, o novo ministro e czar econômico, Delfim Neto, provavelmente a teria emasculado”<sup>(90)</sup>.*

Foi o que, de certa forma, ocorreu com o CNPq e com toda a política científica no Brasil no período do ‘czar econômico’, se comparado com o período de Reis Veloso<sup>(91)</sup>. A Lei nº 6129, de 6 de novembro de 1974, mudou o nome de CNPq e o subordinou à SEPLAN. Outro decreto completou as reformas do CNPq. Pelo Decreto nº 70553, de 17 de maio de 1972, o CNPq teria que ser consultado sobre a alocação do orçamento nacional para ciência (FNDCT), mas isso foi suprimido pelo Decreto nº 75225, de 15 de janeiro de 1975. Isaac Roitman pondera que se o CNPq será ou não consultado na alocação do orçamento “dependerá do espaço político que ele conquista na SEPLAN, e este espaço terá de ser disputado com outros órgãos do FNDCT, especialmente com a FINEP”<sup>(92)</sup>.

A ironia sobre a relação entre cientistas e governo no Brasil era que mesmo que os cientistas tivessem previsto conseqüências negativas nas medidas governamentais e recebido garantias de que isso não ocorreria, práticas futuras do governo reforçariam suas apreensões e seu senso de alienação das políticas governamentais. Tal aconteceu em 1974, quando um memorial dos cientistas foi publicado na imprensa e, em resposta a ele, o Ministro do Planejamento garantiu que tudo estava mudando para melhor.

O memorial levantou nove questões<sup>(93)</sup>, localizando os problemas e apresentando sugestões para resolvê-los, demonstrando que amplamente os cientistas consideravam suas responsabilidades sociais. Sob o item

‘educação e ciência’, alegaram que

“o governo está contemplando direcionar a maioria dos fundos fora da pesquisa básica que tem se desenvolvido muito bem nas universidades. Também o BNDE, que tem financiado muito a pesquisa básica nas universidades, começará a financiar aqueles programas de pesquisa que se aplicam à tecnologia [...] nós sugerimos então que Vossa Excelência dê todo o apoio possível ao ensino aliado à pesquisa básica ou fundamental para evitar uma possível catástrofe na evolução da ciência brasileira”<sup>(94)</sup>.

Também se referiram às mudanças negativas na CAPES e à repercussão das políticas do governo federal nos estados, como, por exemplo, a tentativa de transformar os institutos de pesquisa em empresas estatais em São Paulo com ‘objetivos predominantemente comerciais ou tecnológicos’. Pediram a reintegração dos professores aposentados por razões políticas. No item ‘relações humanas’, ou mais corretamente, ‘direitos humanos’, os cientistas criticaram as ‘medidas excepcionais’ de repressão nas universidades e na sociedade em geral. O jornal *O Estado de S. Paulo* afirmou que estava publicando o memorial na íntegra e suprimiu toda a seção, exceto o título e a sentença inócua da mesma. A censura à imprensa será discutida posteriormente.

O ministro respondeu às preocupações dos cientistas ‘repetindo insistentemente’ que não era verdade que o governo daria prioridade à pesquisa aplicada. Afirmava que as universidades tinham seu próprio orçamento, mais o do MEC e outros dirigidos aos cursos de pós-graduação. Sugeriu o ministro que era também possível solicitar recursos para pesquisa básica apresentando projetos ao FNDCT (FINEP), ao BNDE e ao CNPq<sup>(95)</sup>. Suas observações sobre o BNDE eram basicamente as mesmas:

“Não é verdade que o BNDE tem a intenção de financiar apenas pesquisa tecnológica. Ele financiará a pesquisa tecnológica e qualquer outro tipo de pesquisa que seja apresentada e aprovada”<sup>(96)</sup>.

Tal afirmação sugere que o BNDE financiaria prioritariamente a pesquisa tecnológica e talvez outros tipos de pesquisa à medida que projetos fossem apresentados e aprovados. Não foi uma resposta muito encorajadora para as preocupações dos cientistas sobre esse tipo específico de financiamento. O ministro também sublinhou os aspectos importantes das mudanças do CNPq: a idéia era fortalecer o CNPq e transformá-lo de uma autarquia numa fundação com “suficiente flexibilidade administrativa e financeira para funcionar como um órgão do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia”<sup>(97)</sup>. Acrescentou que a primeira função do novo CNPq era ser o consultor do governo para a política global de ciência e tecnologia. Entretanto, em 1975, uma nova lei retirou do CNPq o direito de ser consultado sobre a alocação dos recursos.

O fato de o ministro ter ido à reunião da SBPC e respondido às críticas dos cientistas era algo novo e tinha a aparência de um diálogo. O ministro foi mais longe e declarou:

“Queremos promover a cooperação entre o governo e o homem de ciência no Brasil”<sup>(98)</sup>.

De acordo com os comentários da imprensa, aquele memorial fora aprovado na assembléia-geral depois de ‘discussões irritadas’ e críticas aos cientistas responsáveis por ele, por não o terem distribuído antes. O presidente da SBPC, Oscar Sala, tomou uma decisão fora do comum ao declarar:

“Este manifesto não é um documento científico e nem expressa o ponto de vista da SBPC [...] Será redigida uma versão final do documento e então ele estará pronto para ser enviado às autoridades, ou mais especificamente ao presidente da República. O documento é um reflexo da personalidade de cada cientista [...]”<sup>(99)</sup>.

Era uma declaração dúbia porque não era um documento da SBPC, embora provavelmente o seria em sua versão final; talvez esta tenha sido a primeira vez que um presidente tenha se referido desta forma a um documento aprovado pela assembléia-geral.

A reunião anual de 1974 foi considerada muito importante por Oscar Sala por causa da participação dos estudantes<sup>(100)</sup>, e pelo *Jornal do Brasil* porque .

“trouxe Celso Furtado de volta ao Nordeste depois de 10 anos de ausência, e a apresentação de um longo memorial ao presidente da República que demonstrou que o cientista nacional não está imune aos problemas políticos e socioeconômicos”<sup>(101)</sup>.

Talvez existisse uma conexão entre a presença de Celso Furtado e de outros cientistas sociais eminentes, a participação dos estudantes e o fortalecimento do discurso das ciências sociais. José Albertino Rodrigues, referindo-se à entrada das ciências sociais na SBPC e à reunião de 1974 como o ponto alto no número de participantes das mesmas, disse:

“Essa reunião foi realizada no Recife e [...] Celso Furtado veio à reunião da SBPC e os estudantes, que conheciam o Celso Furtado de livros, ouviram falar de um grande economista brasileiro, de repente eles puderam ver presente o Celso Furtado nessas reuniões, assim como eles tiveram a oportunidade de ver presentes nessas e outras o Darci Ribeiro, o Florestan Fernandes, o Fernando Henrique Cardoso, todos esses cientistas que eram *malditos* pelo sistema, que tinham sido estigmatizados, que sofreram uma verdadeira morte civil. E eles



tiveram a SBPC como um [...] local onde eles poderiam ter o seu fórum. E aí aproveitaram muito bem isso, porque a própria SBPC sentia que as suas reuniões estavam aumentando mas não conseguia atingir o grande público, sobretudo o público estudantil das universidades, e de repente se percebeu que esses homens das ciências humanas e sociais tinham muita coisa a dizer para o grande público e então eles eram homens, cientistas que atraíam um grande público para as reuniões da SBPC [...]. E então essa entrada das ciências sociais contribuiu para eliminar um certo fosso que existia e favoreceu então os cientistas sociais que encontraram o seu fórum e favoreceu também os cientistas naturais [...] que encontraram um público, eles já tinham o seu fórum mas não tinham público. Então aquela tradição positiva de seccionamento do conhecimento foi num certo sentido superada pela SBPC. Isso é uma contribuição importante” (102).

## 6.7 A REUNIÃO ANUAL DE 1975

A contribuição das ciências sociais continuaria e fortaleceria ainda mais a SBPC. A reunião de 1975 realizou-se em Belo Horizonte com o símbolo de um pássaro morto e a pergunta “Por quê?” Novamente a responsabilidade social dos cientistas foi salientada em assuntos como ecologia, energia nuclear, planejamento, índios e subnutrição. Nesta ocasião, o ministro do Planejamento compareceu à sessão de abertura para explicar a política científica do governo. A energia nuclear, um tópico que não estava no programa, teve duas sessões extras, organizadas respectivamente pelos cientistas e pelos estudantes, e recebeu uma cobertura razoável da imprensa. *O Estado de S. Paulo* afirmou que a característica da reunião “de acordo com alguns especialistas, era a reabilitação das ciências sociais” (103). Entretanto, o número de trabalhos das ciências sociais era muito pequeno se comparado com outras áreas, mas sua repercussão e influência eram significativas, como enfatizou o *Jornal do Brasil*:

“De um total de 1885 atividades programadas, incluindo 1764 comunicações, 39 simposios e 40 conferências, 1585 eram da área de ciências [...]. As ciências humanas, entretanto, com menos de 300 atividades, atraíram a atenção geral por causa da sua marcante procura de soluções para problemas difíceis” (104).

A participação das ciências sociais era aparentemente maior porque atraía um público maior e dava um novo foco aos problemas. Nas palavras de Luis E. de Magalhães, secretário da SBPC:

“Os cientistas brasileiros estão agora deixando os seus laboratórios para participar mais diretamente e oferecer uma contribuição. [...] essa atitude substitui a anterior de apenas contemplar os fatos. Na SBPC a relação entre as ciências sociais e as ciências naturais sublinha esse novo comportamento dos cientistas” (105).

Ou nas palavras do sociólogo Douglas Monteiro, as ciências sociais permitem

“uma visão integrada que está ausente nas ciências naturais especializadas. A análise da ecologia através das ciências humanas, por exemplo, é feita num contexto mais político e social. Nós precisamos pensar em termos mais abertos”(106).

Essa reunião de 1975 revelou críticas mais gerais às políticas e instituições governamentais do que especificamente à política científica do governo. A responsabilidade social dos cientistas e seus direitos de participação no processo público de decisões foram enfatizados, assim como os direitos dos cidadãos e de grupos específicos. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), foi classificado como “uma vergonha nacional porque ele incorpora o resultado de várias omissões”(107). Um artigo de *O Estado de S. Paulo* noticiou as críticas feitas no simpósio sobre o índio à política da FUNAI e a seu presidente, general Ismar de Araujo, que falou durante o simpósio(108).

O sociólogo Gabriel Bolafi criticou o Banco Nacional da Habitação (BNH) por abdicar “de sua principal função de organizar a indústria de construção e aumentar sua produtividade”(109). O planejamento em geral, e mais especificamente em países subdesenvolvidos como o Brasil, foi criticado por nunca ter concluído ou posto em prática os planos. Também foram criticadas a falta de dados e a falha em se levar em conta as condições políticas. Gabriel Bolafi declarou:

“O que acontece no Brasil é que se despendem verbas astronômicas na elaboração de planos inexecutáveis. Eu próprio participei de dezenas, recebendo um bom dinheiro, para depois ver todo o trabalho engavetado ou perdido, pois a palavra-de-ordem parece ser a de fazer tantos planos quantas gavetas haja para recebê-los”(110).

Por outro lado, os aspectos positivos do planejamento e a necessidade de aperfeiçoamento do mesmo também foram enfatizados.

O simpósio de subnutrição terminou com uma moção que ao mesmo tempo apoiava a criação pelo governo de um conselho para o desenvolvimento social e demandava uma reformulação na política de salários, a adoção de um salário-família ao invés de um salário mínimo e “uma abertura institucional que permitisse a camponeses e operários, de nível médio, as condições necessárias para preencherem as necessidades nutricionais para a sobrevivência humana”(111). Algumas medidas foram sugeridas, inclusive a necessidade de uma “política agrária para corrigir o uso da terra, caracterizado pelo latifúndio improdutivo e por minifúndios anti-econômicos”(112).

## 6.8. O ACORDO NUCLEAR BRASIL-ALEMANHA

Em 1972, os representantes do governo não responderam ao convite para explicar a política de energia nuclear e, em 1973 e 1974, o assunto não foi discutido. Não estava programado para a reunião anual de 1975, mas foi discutido, primeiro por estudantes de física<sup>(113)</sup> e posteriormente pelos cientistas. O acordo Brasil-Alemanha foi assinado secretamente em 27 de julho de 1975 e aprovado pelo Senado e pela Câmara de Deputados em outubro do mesmo ano. Dois aspectos básicos referentes ao acordo foram discutidos pelos estudantes e cientistas: o técnico e o ético. Como afirmou o *Jornal do Brasil*, o acordo foi debatido sob “suspeita ética e técnica”<sup>(114)</sup>. Os aspectos técnicos mencionados foram a necessidade de pessoal treinado, a escassez futura de minerais radiativos, o uso de urânio enriquecido, se a energia nuclear era necessária ou não e suas consequências negativas. O problema ético era o ‘silêncio oficial’ sobre o acordo e a exclusão dos físicos e da sociedade em geral do processo de decisão. Como declarou o físico Ennio Candotti:

“o problema não pertence apenas a uma comunidade restrita que tem uma reunião uma vez por ano, mas a todo o país. A responsabilidade deveria ser coletiva e não apenas dos físicos [...]”<sup>(115)</sup>.

José Zatz também considerou os físicos:

“Deveria ter havido uma consulta aos cientistas brasileiros, a menos que o governo considere os cientistas brasileiros como cumpridores de ordens”<sup>(116)</sup>.

O maior problema com o acordo Brasil-Alemanha, segundo os físicos, era que destruiu o trabalho já feito neste campo no país, assim como os desenvolvimentos futuros desta tecnologia, por cientistas brasileiros<sup>(117)</sup>. Tais questões se tornariam mais e mais pertinentes à medida que se fosse conhecendo e implementando o acordo. Os cientistas, porém, não eram unânimes em suas opiniões. Poucos (ou provavelmente nenhum deles) conheciam o acordo em sua totalidade, já que as informações vinham apenas da imprensa<sup>(118)</sup>, e alguns estavam até otimistas<sup>(119)</sup>. O *Jornal do Brasil* classificou os físicos participantes do debate em dois grupos: primeiro, os tecnocratas e realistas e, segundo, aqueles que consideravam o problema:

“essencialmente político, porque terá implicações para a duração da vida de cada indivíduo”<sup>(120)</sup>.

“O silêncio oficial foi classificado como ‘uma violência’ já que o acordo, ao contrário do que aconteceu em outros países, não foi seriamente discutido, mas decidido por uma administração que mudará, embora a ciência permaneça”<sup>(121)</sup>.

O encontro resultou em várias sugestões de ação pela SBF e SBPC e um grupo foi formado para preparar uma moção a ser enviada ao governo,

pedindo que se explicasse o acordo, e fazendo algumas sugestões. Outro resultado foi que o secretário-geral da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que estava presente ao encontro, foi instruído a entrar em contato com a Empresa Nuclear Brasileira (NUCLEBRÁS) para se informar mais sobre o perigo da poluição nuclear<sup>(122)</sup>.

Nesta reunião foi oficialmente criado o Comitê de Coordenação da Sociedade para o Progresso da Ciência nas Américas, e Oscar Sala foi indicado para presidente<sup>(123)</sup>. Isto aconteceu depois de um encontro com representantes dos EUA, Colômbia, México, Argentina e Venezuela, em 1974, no Recife<sup>(124)</sup>. A intenção daquela futura sociedade era promover a integração das diferentes sociedades para o progresso da ciência no continente americano e ajudar a criá-las onde não existissem. Era um velho sonho dos cientistas brasileiros, que viram esta associação continental como um órgão que poderia dar apoio e força às associações nacionais e também à ciência em todos os países-membros que tivessem sido ‘esmagados pelas botas do poder’. O representante da Argentina, no entanto, declarou que:

“através do comitê o Brasil estava manobrando para assumir o controle da ciência e da tecnologia no continente”<sup>(125)</sup>.

Oscar Sala anunciou que se publicaria a revista *Interciência* em três línguas, cujo tema central seria a ciência e o homem. Ela veio a ser publicada mais tarde, com sede na Venezuela.

## 6.9. A REUNIÃO ANUAL DE 1976

A reunião anual da SBPC de 1976, em Brasília, foi muito importante por diferentes razões: foi o primeiro encontro a ser realizado na capital federal, centro do poder; o número de participantes dobrou em relação aos encontros anteriores, de 3 500 para 7 500<sup>(126)</sup>; havia vários cientistas famosos participando do encontro; críticas ao modelo econômico em vigor foram mais explícitas; a participação dos estudantes foi maior e mais ativa; e, finalmente, a polêmica que algumas questões provocaram na imprensa foi inusitada e envolveu em grande medida a participação das ciências humanas na SBPC. Este último ponto será discutido extensamente, e os anteriores, brevemente.

Num editorial de *Ciência e Cultura* sobre a reunião de Brasília, José Reis discutiu sua importância específica:

“A reunião anual de Brasília enfatiza duas realidades, ambas auspiciosas. A primeira é o fato de que uma vez mais tantos cientistas brasileiros estão unidos por aqueles ideais que foram definidos em 1948 [...]. A segunda realidade é que os cientistas estão reunidos juntos com todas as suas especializações numa

assembléia-geral franca e aberta no maior centro de decisões políticas do país”(127).

Disse que aquilo não significava que quando a reunião não se realizava na capital federal as opiniões dos cientistas não eram ouvidas pelo governo, mas

“reunidos em Brasília, na sede do governo nacional, significa que os cientistas reconhecem que as suas vozes têm sido ouvidas crescentemente e de qualquer distância pelo governo, em particular pelo atual. Os cientistas estão envolvidos num esforço de genuína cooperação para colocar a ciência [...] a serviço do bem-estar da mãe-pátria sem perderem sua independência de julgamento e crítica assim como os seus direitos de expressar seus pontos de vista”(128).

Freqüentemente a diretoria da SBPC vinha sublinhando a independência da organização em relação ao governo, embora fosse quase que completamente dependente financeiramente dele. Durante esta reunião anual, o vice-presidente da SBPC, Crodowaldo Pavan, declarou que “a SBPC só aceita doações oficiais na medida em que elas não implicam nenhuma forma de compromisso”(129). A autonomia da SBPC em relação à burocracia pública, às universidades e ao governo foi considerada um fator responsável pela sua sobrevivência e pelo seu papel como um elemento de ligação entre a comunidade científica e a sociedade em geral(130). José Reis mencionou a importância dos cientistas sociais na reunião anual da SBPC:

“[...] A preocupação dos cientistas de todos os campos com os problemas de uma política para ciência, uma questão séria nos países em desenvolvimento, está crescendo em cada reunião anual assim como a convicção de que eles podem ser resolvidos apenas com a estreita cooperação entre pesquisadores de todos os campos do conhecimento – com particular proeminência dada àqueles que nem sempre são compreendidos, os cientistas sociais”(131).

Entretanto, a participação dos cientistas sociais foi considerada, pelos membros originais da SBPC, muito positiva e deu à reunião uma nova força, que foi ainda mais mal entendida pela imprensa brasileira e provocou reações dos grupos atingidos pelas críticas levantadas na reunião. Recentemente Fernando Henrique Cardoso se referiu àquela reunião e à sua importância:

“Podemos estar orgulhosos da sociedade civil brasileira, podemos dizer que a classe média agiu – e agiu fortemente. Nós sabemos, por exemplo, que na reunião da SBPC aqui em Brasília – não estou certo se foi em 1975 ou 1976 – sob um regime autoritário, ditatorial, os participantes não disseram tudo o que pensavam, mas pelo menos alguma coisa do que pensavam, e mostraram sinais de inconformismo com a ordem existente. Não foram apenas os intelectuais e

os estudantes. Os padres e a Igreja discordaram até mais [...]. Sabemos também, já que é história recente, que havia o movimento operário em São Paulo e em outras regiões no Brasil, especialmente no ABC depois de 1977/78, mas isso veio depois da discordância da classe média”(132).

Em outras palavras, a reunião da SBPC em Brasília parece ter sido um elemento importante de reação da sociedade civil contra o regime autoritário.

Os simpósios que mais atraíram o público e a imprensa foram sobre o papel das multinacionais na economia, a nacionalização da economia, energia nuclear e educação<sup>(133)</sup>. Três simpósios foram bastante polêmicos e receberam uma grande cobertura da imprensa: os simpósios sobre o Nordeste e sobre os índios, por causa das reações geradas contra as versões oficiais apresentadas pelos representantes do governo; e o terceiro, no qual Emmanuel de Kadt, da Universidade de Sussex, criticou a comercialização da medicina brasileira e o baixo nível de moralidade profissional entre os médicos, e ao qual foi dada uma publicidade considerável<sup>(134)</sup>. A presença de cientistas sociais, tais como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Lauro de Oliveira Lima e outros aposentados compulsoriamente pelo regime militar, atraiu a atenção do público e ocasionou uma moção pedindo sua reintegração<sup>(135)</sup>, o que provocou uma reação negativa na imprensa<sup>(136)</sup>.

Tendo-se realizado a reunião em Brasília, alguns políticos do MDB participaram, inclusive seu líder no Senado, Franco Montoro, que declarou que a reunião da SBPC “não pode ser ignorada pelo governo, dada sua importância e seus temas”; prometeu que todos os temas seriam discutidos pelas comissões técnicas do Senado, especialmente aqueles relacionados com a economia e a energia<sup>(137)</sup>. Também levantou a possibilidade de formar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a destruição da ciência brasileira pela tecnologia usada pelas empresas<sup>(138)</sup>. Sugeriu aos organizadores que as reuniões da SBPC se realizassem todos os anos em Brasília. Também considerou que, dada a participação de estudantes e mulheres, as reuniões eram

“o oxigênio do nosso processo de desenvolvimento que poderia ser respirado profundamente pelo governo e pelo Congresso”(139).

O vice-líder do MDB, senador Itamar Franco, expressou sua surpresa de que nenhum político do partido governamental estivesse presente no congresso da SBPC<sup>(40)</sup>. Um resultado concreto da participação destes políticos foi um número especial da revista *Ciência e Cultura* sobre problemas energéticos no Brasil. José Goldemberg foi convidado a organizá-lo pelo editor da revista e pelo Instituto de Pesquisa, Estudos e Assessoria do Congresso (IPEAC). José Reis elogiou ambas as iniciativas.

“Se por um lado há um claro interesse do Congresso Nacional em basear suas decisões nas opiniões dos cientistas em temas relacionados às questões científicas e tecnológicas, de outro lado é claro que os professores universitários e os cientistas brasileiros são solicitados a contribuir ativamente com seus conhecimentos e experiência para solucionar os enormes problemas que o Brasil está enfrentando”<sup>(141)</sup>.

Foi neste editorial que José Reis afirmou que o papel da SBPC era “servir aos interesses fundamentais do nosso país, através da ciência”. Acrescentou ainda que a SBPC não era nem a favor nem contra o governo, mas procurava defender os interesses do país. O jornalista Perseu Abramo questionou tal declaração, julgando-a muito geral, e sublinhou que numa sociedade capitalista os conflitos entre os diferentes grupos não são solucionados a nível do governo. Conseqüentemente, servir aos interesses do país significa freqüentemente estar contra o governo<sup>(142)</sup>.

#### 6.10 SBPC: O ÚNICO FORO PARA O DEBATE POLÍTICO

“Quando a história da ciência e da cultura sob o regime autoritário instalado pelo golpe militar em 1964 for escrita, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) será reconhecida como a principal instituição responsável pela defesa e preservação da liberdade de discussão durante este período”<sup>(143)</sup>.

As palavras de Paulo Sérgio Pinheiro em 1978 referem-se à defesa e preservação da liberdade de discussão na reunião anual de 1976 e aos debates com a imprensa. Durante aquele período, os jornais estavam sujeitos à censura prévia<sup>(144)</sup>; por exemplo, em dois números do jornal mensal *Movimento*, que se referiam à reunião da SBPC, 44 páginas foram vetadas pelo censor. Surpreendentemente, na grande publicidade dada ao congresso pela imprensa havia alguns editoriais criticando-o por ter sido muito politizado. Isso foi descrito por *Ciência e Cultura* como:

“censura interna, indiretamente feita pelos donos dos jornais que submetem as matérias a uma linha editorial de seu interesse, distorcendo o significado das conclusões dos trabalhos e das discussões quando estas não correspondem às suas opiniões [...]. Isso se dá principalmente nos editoriais, que refletem a posição dos donos dos jornais, mas também na escolha e seleção de temas a serem publicados, no espaço dedicado ao tema, etc. Este ano, jornais como *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e a revista *Visão* lançaram diversos editoriais ou matérias interpretativas escandalizadas com o ‘caráter político’ que estava assumindo a reunião anual da SBPC, acusando a Sociedade de fugir de seus objetivos e de seu campo de atuação, e estabelecendo dessa maneira uma falsa oposição entre o social e o científico que só pode ser defendida por quem não quer ver as questões que afetam a sociedade debatidas com a profundidade e a objetividade próprias da ciência [...]”<sup>(145)</sup>.

Os cientistas reponderam a dois editoriais em *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal da Tarde*, ambos do mesmo proprietário, e a carta foi publicada pelo último, em 5 de agosto. Os cientistas expressaram sua total discordância dos editoriais “Os incríveis lutadores da ciência tupiniquim” e “Nivelando por baixo”. Atribuíram ao jornal uma ‘visão distorcida’ da 28ª reunião, e consideraram que as conclusões e atitudes que foram atribuídas à SBPC eram falsas, como, por exemplo, as afirmações: “A ciência brasileira está longe de começar a progredir; a necessidade quase total de estatização; a colonização ideológica e a política da reunião; a condenação da ciência universal e indivisível e a falta de reconhecimento do intercâmbio científico e tecnológico; as transformações crescentes de suas sessões em comício político de exposição demagógica...; e a orientação das sessões no sentido de permitir o tumulto dos debates”<sup>(147)</sup>.

Os cientistas responderam que a SBPC não era responsável por afirmações individuais e, segundo, que ela não poderia ter dito que a ciência brasileira não estava progredindo porque desde 1948 a SBPC tinha sido responsável por uma grande parte desse progresso. Entretanto, o tema mais importante era a nacionalização, e eles responderam que a SBPC nunca tinha afirmado sua opinião sobre esta questão e sugeriram que tal problema era debatido no Brasil em termos dos “pequenos interesses econômicos de um pequeno grupo mais do que em termos do interesse nacional”. Explicaram que a SBPC discutiu nacionalização dentro de sua tradição de discutir todos os problemas relevantes para o país, e que tais discussões eram realizadas por especialistas e não por “demagogos de uma dada tendência política”<sup>(148)</sup>.

À acusação de ‘colonização ideológica e política’, responderam eles que tinham um compromisso com o futuro do país, e que “a SBPC entende que os cientistas não devem e não podem ser excluídos do debate dos problemas nacionais”. Concluíram afirmando que a SBPC e os cientistas brasileiros acreditavam na universalidade da ciência, mas também tinham preocupações nacionais, pois acreditavam na aplicação da ciência aos problemas da maioria da população do país. Nas palavras dos cientistas:

“Mas a convicção da universalidade da ciência, que é e sempre foi característica do cientista em geral, não pode apagar-lhe o interesse por sua aplicação aos problemas de seus países, salvo se pretendermos fazer deles uma casta privilegiada que se delicia com o prazer do conhecimento cada vez mais requintado para si mesma, sem atentar para as condições sociais, econômicas, educacionais, sanitárias de seus concidadãos. Tal imagem do cientista não mais existe no mundo atual [...]”<sup>(149)</sup>.

Atacaram a dependência tecnológica:

“A humilhante e muito cara dependência de conhecimento tecnológico estrangeiro em áreas nas quais os brasileiros podem desenvolver esse conhecimento”.



Esperavam guiar o país para: “uma efetiva soberania técnica que se consegue criando e não apenas copiando ou comprando a tecnologia alheia”<sup>(150)</sup>.

O documento era assinado por 77 cientistas de diferentes universidades e institutos, principalmente de São Paulo. O jornal respondeu que ainda mantinha a mesma opinião e que não se surpreendia com a discordância dos cientistas.

Um artigo intitulado “Quem são os amigos da ciência?”, publicado em *Ciência e Cultura*, descreveu a curiosa polêmica sobre a ética da ciência. Warwick Kerr apresentou uma moção à assembleia-geral sobre a definição do papel dos cientistas, tomado da peça *Vida de Galileu*, de Bertolt Brecht:

“Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acham que basta amontoar saber, por amor ao saber, a ciência pode ser transformada em aleijão, e vossas máquinas serão aflições, nada mais. Ai [...] ao nosso grito alegre, de quem descobriu alguma coisa nova, responderá um grito universal de horror”<sup>(151)</sup>.

O artigo considerou que, mesmo que a imprensa tenha concentrado suas críticas no simpósio sobre nacionalização, no fundo estava a questão dos princípios éticos dos cientistas, que aprovaram o texto de Brecht em Brasília e que praticavam suas idéias. O jornal *O Estado de S. Paulo*, que junto com a revista *Visão* era responsável por uma grande campanha a favor da privatização da economia brasileira, afirmou em 14 de julho que a reunião da SBPC terminou com um ‘triste conjunto de resultados’. O jornal opinou que a reunião da SBPC não era representativa porque se teria desviado para o ‘caminho da política’, estava se transformando num *happening*, e que o auge de sua farsa foi o debate sobre a nacionalização da economia<sup>(152)</sup>. No mesmo dia, o *Jornal da Tarde* atacou os cientistas por defenderem a ciência e a tecnologia direcionada para a situação nacional. No dia 26 de julho, *Visão* publicou um artigo sob o título “O debate não muito científico da SBPC”, caracterizado pelo jornalista como ‘menos sutil e mais direto’ e descrevendo o debate sobre nacionalização como “contendo pouca ciência, nenhum debate e muito amor pela nacionalização”<sup>(153)</sup>.

Quando o presidente da SBPC, Oscar Sala, declarou que apenas 10% dos 3002 trabalhos apresentados na reunião foram das ciências humanas e que por causa da natureza dos seus temas “as discussões necessariamente considerariam as decisões políticas nos planos econômico, político e social”<sup>(154)</sup>, o ataque mudou de tom. Parte da grande imprensa não poderia continuar a dizer que a reunião não foi científica, mas agora fariam uma clara distinção entre duas partes diferentes da reunião anual: a primeira não-séria, não-científica, era a das ciências sociais, e a segunda, ‘séria’, dos outros campos do conhecimento que eram científicos e conseqüentemente

deram ‘uma contribuição vital’. A imprensa concentrou seu ataque nas ciências humanas ‘numa tentativa de ganhar os cientistas [naturais]. *Visão* então publicou um artigo em 9 de agosto intitulado “Aqueles que fazem mais barulho dominaram”, dizendo que mesmo que só 10% dos trabalhos apresentados fossem de política e sociologia, bastaram para distorcer a imagem da reunião anual da SBPC:

“Foi neste setor [...] que se concentravam as declarações sobre a necessidade de uma ‘ciência brasileira’ desvinculada da ciência mundial, ou das múltiplas virtudes da estatização da economia, panacéia que curaria todos os nossos males, foi nesse setor que se afirmou que o fechamento da economia (estatização) não tem como consequência o fechamento político: o fim das liberdades [...]. Depois, num intertítulo (‘A parte séria’), discorria elogiosamente sobre as contribuições ‘vitais’, em outras áreas”<sup>(155)</sup>.

O *Jornal da Tarde* afirmou que, apesar da parte séria, a impressão causada pela ‘colonização ideológica e política da reunião anual da SBPC’ era ainda dolorosa, e o *O Estado de S. Paulo* pediu aos cientistas sérios – “aqueles que eram capazes de entender a diferença entre objetividade científica de um lado e proselitismo político de outro” – que iniciassem uma seleção rigorosa dos participantes da reunião anual “de acordo com as qualificações dos seus *curriculum vitae* e as moções que pretendam apresentar”.

Esta tentativa de instruir os cientistas sobre como organizar suas reuniões anuais encontrou sérias objeções, e o artigo concluía apontando que, mesmo nesse contexto, o texto de Brecht era profético:

“Afirmava: ‘mesmo um mercador de lã, afora comprar barato e vender caro, tem que pensar em outras coisas também: nas providências para que o comércio de lã ocorra sem empecilhos’. Resta saber se ‘os mercadores de lã’, na medida em que são os prováveis alugadores ‘de anões inventivos’, são as pessoas mais indicadas para ensinar a ciência aos cientistas? Se por estarem ligados à tarefa de ‘comprar barato e vender caro’ pela necessidade de tomar ‘providências’ para que isso ocorra ‘sem empecilhos’, não estão sujeitos a uma visão parcial, interesseira? Ou seja, incapazes de ver as coisas com a proclamada ‘isenção científica’ que tanto reclamam dos cientistas e que, de fato, é uma necessidade da ciência, na busca da verdade”<sup>(156)</sup>.

A participação das ciências humanas, sua natureza científica, sua propriedade para uma reunião da SBPC, sua significação comparada com outras ciências “para a solução adequada dos problemas nacionais”<sup>(157)</sup>, a seriedade das reuniões anuais e se deveriam ser políticas, eram questões defendidas em vários editoriais de jornais em artigos de *Ciência e Cultura*<sup>(158)</sup>. A necessidade de a SBPC continuar a ser uma sociedade aberta foi defendida de diferentes modos:

“Mas nós continuaríamos cientistas se nos desligássemos da multidão?(159) [...] um dos aspectos mais positivos das reuniões da SBPC, e que é intrínseco à sua condição de entidade científica, à sua atitude democrática de não marginalizar nem mesmo os cientistas impedidos, por razões de Estado, de exercerem sua profissão condignamente”(160).

Perseu Abramo, editor da seção de educação da *Folha de S. Paulo*, afirmou que, por causa das restrições impostas à sociedade brasileira sob o regime militar, a SBPC tornara-se um dos poucos lugares onde o debate era possível, particularmente para aqueles grupos sem uma voz na sociedade:

“Assim, o público mais diretamente afetado pelo progresso ou pelo retrocesso da ciência acha-se, no Brasil, praticamente desprovido de habituais formas de participação, de corriqueiros canais de comunicação. O que acontece? Acontece que, quando – graças a uma tradição que a SBPC tem louvavelmente sabido preservar e ampliar – abre-se, a todo este público, a oportunidade de expor e debater uma filosofia de vida, uma formulação política, essa oportunidade é aproveitada ao máximo”(161).

## 6.11. CONCLUSÃO

A intenção deste capítulo foi dar uma visão do processo de entrada das ciências sociais na SBPC e das mudanças provocadas nesta associação e na sua imagem: pode-se verificar uma crescente saliência da discussão de temas das ciências sociais e um acréscimo no número de participantes e na cobertura da imprensa. As grandes mudanças na sociedade brasileira, durante este período, foram divulgadas criticamente. Mesmo sendo aquele momento o do começo do processo de ‘abertura’, a imprensa ainda estava sujeita à censura e outras liberdades civis estavam suprimidas, e a SBPC aparecia quase como o único foro de debate dos problemas econômicos, políticos e sociais brasileiros. A SBPC tornou-se o local onde o modelo econômico vigente no Brasil foi primeiro criticado, onde sugestões e demandas foram feitas pela democratização e por participação.

Aquela reunião anual em Brasília mostrou a grande imprensa expressando a visão e os interesses do capital privado, no debate sobre a nacionalização da economia brasileira. A responsabilidade social dos cientistas começou a perturbar não só o governo, mas também outros grupos que puderam expressar seu descontentamento.

Como um resultado destas reações, a SBPC tornou-se mais consciente de sua força, da inseparabilidade de seu papel científico e político e da necessidade de legitimar as ciências sociais como ciências, e como uma parte integral da associação. É interessante observar que, embora a SBPC tenha sido criada em 1948 para defender a ciência e os cientistas, até os anos 70 o seu papel estava confinado às ciências naturais. Os anos 70

podem ser considerados o período de renascimento da SBPC e do alargamento do seu papel para incluir uma maior integração das ciências da natureza e do homem.

As ciências sociais frequentemente provocaram reações fortes e atraíram uma crítica pública e até mesmo condenação, mas a SBPC tomou a si a tarefa de defendê-las. As ciências sociais então fizeram uma entrada ruidosa na SBPC e continuaram a marcar a sua presença com o total apoio dos cientistas naturais, que eram os membros originais da associação. Este processo resultou na consolidação da posição institucional das ciências sociais, contatos estreitos entre as ciências naturais e sociais, e uma maior afirmação pública da SBPC e da sociedade civil sob um regime autoritário.

O impacto nacional da reunião anual de 1976 em Brasília pode ser inferido do fato de o governo ter pedido à SBPC para adiar a reunião do ano seguinte e, quando isso foi recusado, ele ter tentado impedi-la, apesar de tais reuniões se realizarem sem interrupções havia 29 anos consecutivos.

## 6.12. NOTAS

- (1) D. Fig., na introdução a *Brazil – state and struggle*, London, LAB, 1982, p. I.
- (2) Ver C. E. Martins, *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*, Rio de Janeiro, 1977, p. 84.
- (3) A. Stepan, *Os militares: da abertura à nova república*, 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 50.
- (4) *Idem*, p. 13.
- (5) *Idem, ibidem*.
- (6) *Idem*, p. 11.
- (7) Mas, já que começou em 1982, foi durante o período da 'abertura'.
- (8) A. Stepan, *Os militares...*, ver capítulo III, especialmente p. 47-51.
- (9) Ver *Idem*, p. 18, e Stepan, *The state and society – Peru in comparative perspective*, Princeton University Press, 1978, capítulo 3, p. 104: "No entanto, não há nenhuma evidência no Brasil de hegemonia ideológica como no México".
- (10) A. Stepan, *Os militares...*, p. 76.
- (11) A. Stepan, *The state and society, op. cit.*, p. 86.
- (12) *Idem*, p. 104; grifo nosso.
- (13) A. Stepan, *Os militares...*, *op. cit.*, p. 83.
- (14) T. E. Skidmore, "Politics and economic policy making in authoritarian Brazil, 1937-71", in A. Stepan (org.), *Authoritarian Brazil – origins, policies and future*, New Haven, Yale University Press, 1976, p. 18-9; grifo nosso.
- (15) Ver capítulo sobre "The two 'poles' of state corporatism" nas páginas 76-7 de A. Stepan, *The state and society, op. cit.*
- (16) L. Martins, "The 'liberalization' of a authoritarian rule in Brazil", in G. O'Donnel, P. C. Schmitter e L. Whitehead (org.), *Transitions from authoritarian rule – Latin America*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986, p. 78.
- (17) T. E. Skidmore. *op. cit.*, p. 10-1; grifo nosso.
- (18) L. Martins, *op. cit.*, p. 89; grifo nosso.
- (19) José Reis, Entrevista com a autora, São Paulo, julho de 1984, p. 2-3.
- (20) *Idem*, p. 3.
- (21) José Albertino Rodrigues, Entrevista com a autora, São Paulo, julho de 1984, p. 4-5.
- (22) A. Stepan, *Os militares...*, *op. cit.*, p. 48.

- (23) M. Rocha e Silva, "Ciência e humanismo", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 19, nº 4, 1967, p. 629.
- (24) *O Estado de S. Paulo*, "Atualidade científica: ciência brasileira faz balanço em Curitiba", 11 de julho de 1971, p. 152.
- (25) Abran Nagle, "Cientistas preocupados - SBPC debate a destruição do meio ambiente", *Folha de S. Paulo*, 11 de julho de 1971, p. 62.
- (26) *Idem, ibidem*.
- (27) *Folha de S. Paulo*, "Eles não vêm fazer turismo aqui", 29 de junho de 1972, p. 19.
- (28) *O Estado de S. Paulo*, "Nos debates, o real sentido da universidade", 4 de julho de 1972, p. 19.
- (29) *Idem, ibidem*.
- (30) *O Estado de S. Paulo*, "Ciência dá mais um passo à frente", 9 de julho de 1972, p. 38.
- (31) José Reis, "Um grande êxito", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 24, nº 8, agosto 1972, p. 710.
- (32) José Reis, "O alvo e o prêmio", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 24, nº 7, julho de 1972, p. 607.
- (33) *O Estado de S. Paulo*, "Ciências humanas também merecem apoio", 8 de julho de 1972, p. 13.
- (34) *Jornal do Brasil*, "Sociedade para o Progresso da Ciência pode realizar sua reunião de 1973 no Rio", 7 de julho de 1972, p. 7.
- (35) *Folha de S. Paulo*, "O humanismo da ciência", 9 de julho de 1972, p. 20.
- (36) *Jornal do Brasil*, "Cientistas aprovam um voto de louvor ao JB", 8 de julho de 1971, p. 13.
- (37) "SBPC - 73 (Guanabara): Ciência preocupa hoje todos os povos", *Ciência e Cultura*, v. 25, nº8, agosto 1973, p. 787, e *Jornal do Brasil*, "Geneticista diz que a ciência precisa de liberdade", 10 de julho de 1973, p. 17.
- (38) *Folha de S. Paulo*, "2 500 cientistas estão expondo as suas idéias", 4 de julho de 1972, p. 13.
- (39) *Veja*, "A profissão sem prestígio", 19 de julho de 1972, p. 34.
- (40) *Isto é*, "A ciência na vitrine", p. 54, e acrescentou que em 1980 os trabalhos nesta área foram qualitativamente inovadores porque tratavam da classe operária.
- (41) *Folha de S. Paulo*, "Em história, métodos pedagógicos superados", 12 de julho de 1973, p. 18.
- (42) *Folha de S. Paulo*, "Mortalidade infantil vem aumentando no Brasil e em São Paulo", 13 de julho de 1973, p. 11. A comunicação apresentada por João Yunes e Vera S. C. Rochezel mostrava os seguintes dados: "A metade da população assalariada no Brasil recebe 13% da renda total, e 10% da população se apropriam de quase 50% da renda total, e apenas 5% dos assalariados têm 36% da renda total, constituindo a base estável para o mercado de consumo de bens duráveis. A taxa de analfabetismo é de aproximadamente 32%, a desnutrição é uma constante".
- (43) *O Estado de S. Paulo*, "Alfabetização demora - Apesar do otimismo, a cada ano o problema só aumenta", 13 de julho de 1973, p. 16. O trabalho foi apresentado por Bolívar Lamounier, do CEBRAP.
- (44) *Folha de S. Paulo*, "A crise e as multinacionais", 14 de julho de 1973, p. 12
- (45) *Folha de S. Paulo*, "Deplorável a situação da pesquisa na América Latina", 15 de julho de 1973, p. 21.
- (46) *O Estado de S. Paulo*, "Barreiras dificultam ação do pesquisador", 15 de julho de 1973, p. 33.
- (47) *Folha de S. Paulo*, "Críticas dos cientistas sociais", 13 de julho de 1973, p. 11.
- (48) *Idem, ibidem*.
- (49) *Jornal do Brasil*, editorial, "Valor da pesquisa", 11 de julho de 1973, p. 6.
- (50) Expressão usada por A. J. J. Botelho, "Les scientifiques et le pouvoir au Brésil: le cas de la Société Brésilienne pour le Progres de la Science (SBPC): 1948-1980". Centre Science,

Technologie et Société, Diplôme d'Étude Approfondie, 1983.

(52) *Idem, ibidem.*

(53) *O Estado de S. Paulo*, "Condenada a tecnologia importada", e "País em desenvolvimento deve ter pesquisa própria", 11 de julho de 1973, p. 14.

(54) *Jornal do Brasil*, "Cientista americano quer difusão da tecnologia para aumentar qualidade de vida", 6 de julho de 1973, p. 10.

(55) *Folha de S. Paulo*, "Assembléia critica portaria da CESESP", 13 de julho de 1973, p. 11, e *O Estado de S. Paulo*, "Cientista acusa o governo paulista", 13 de julho de 1973, p. 16.

(56) *O Estado de S. Paulo*, "Agora estudantes também participam", 13 de julho de 1973, p. 16.

(57) *Folha de S. Paulo*, "Assembléia critica portaria da CESESP", 13 de julho de 1973, p. 11.

(58) *Jornal do Brasil*, "Geneticista diz que a ciência precisa de liberdade", 10 de julho de 1973, p. 17.

(59) *O Estado de S. Paulo*, "Cinco mil debatem nossa ciência: o que diz o secretário", 8 de julho de 1973, p. 33.

(60) *Idem, ibidem.*

(61) *Jornal do Brasil*, "Sabin chega ao Rio", 8 de julho de 1973, p. 21, e *Folha de S. Paulo*, "As confusões prejudicam, mas o alto nível é mantido", 11 de julho de 1973, p. 12.

(62) *Idem, ibidem e Folha de S. Paulo*, "Os aplausos dos cientistas para Sabin", 12 de julho de 1973, p. 18.

(63) *Jornal do Brasil*, "Visita de Porter", 10 de julho de 1973, p. 17.

(64) *Idem, ibidem.*

(65) *Jornal do Brasil*, "Desorganização, ponto crítico do congresso", 11 de julho de 1973, p. 25.

(66) *Jornal do Brasil*, Fritz Utzeri, "Muita ambição, poucos resultados", 15 de julho de 1973, p. 25.

(67) Ver capítulos 2 e 3 sobre as discussões dentro da SBPC nos anos 1950 e princípios dos 1960 sobre energia nuclear.

(68) *Folha de S. Paulo*, "Política nuclear: reunião foi suspensa", 12 de julho de 1973, p. 19. Ver também *O Estado de S. Paulo*, "Não há debate sobre a política nuclear", e "SBPC lamenta falta de diálogo sobre o átomo", 12 de julho de 1973, p. 18.

(69) *Folha de S. Paulo*, "As críticas dos físicos às autoridades", 14 de julho de 1973, p. 12.

(70) *Idem, ibidem.*

(71) *Idem, ibidem.*

(72) *Jornal do Brasil*, "Críticas encerram a reunião de cientistas", *op. cit.*

(73) *Folha de S. Paulo*, "Depois de seis dias, a ciência repousa", 15 de julho de 1973, p. 19.

(74) *O Estado de S. Paulo*, "Presidente adia decreto do plano", 13 de julho de 1973, p. 16.

(75) *Veja*, "Ciência: balanço nacional", 17 de julho de 1974, p. 58.

(76) *Idem, ibidem.*

(77) *O Globo*, "Furtado analisa desenvolvimento", 17 de julho de 1974, p. 7.

(78) *O Globo*, "Multinacionais admitem acordo", 17 de agosto de 1974, p. 7.

(79) *Diário de Pernambuco*, Recife, "Giannotti vê a ação da ciência", 13 de julho de 1974, p. 12.

(80) *Jornal do Brasil*, "Cientista vê com cautela decreto de preferência às indústrias nacionais", 13 de julho de 1974, p. 16.

(81) *Idem, ibidem.*

(82) *Idem, ibidem.*

(83) *Jornal do Comércio*, Recife, "Reitor fala sobre pesquisa e a reforma universitária", 11 de julho de 1974, p. 7.

(84) *Diário de Pernambuco*, Recife, "Cientistas fundam associação multinacional", 11 de julho de 1974, p. 1.

(85) *Idem, ibidem.*

- (86) *O Estado de S. Paulo*, "Ciência pede participação", 11 de julho de 1974, p. 27.
- (87) *Diário de Pernambuco*, Recife, "Reitor defende reforma dos cursos universitários", 11 de julho de 1974, p. 1.
- (88) *Jornal do Brasil*, "Cientistas criticam decisão do BNDE de deixar pesquisa e só financiar tecnologia", 10 de julho de 1974, p. 12.
- (89) *Idem, ibidem*.
- (90) P. B. Evans, "State, capital and the transformation of dependence: the Brazilian computer case", *World Development*, v. 14, nº 7, 1986, p. 796; grifo meu.
- (91) Luis E. de Magalhães, secretário da SBPC à época, chamou a atenção sobre este aspecto em sua entrevista, páginas 2 e 3; sobre as mudanças na SBPC, ver J. L. A. Brunetti, M. C. de S. Paula e Y. Yamamoto, "CNPq: um entendo da política oficial", em *Ciência, tecnologia e desenvolvimento* 2, UNESCO-CNPq, Brasília, 1983, p. 97-129.
- (92) I. Roitman, "Ciência, tecnologia e constituinte", p. 28.
- (93) 1) Educação e Ciência, 2) Relações internacionais, 3) Preservação da natureza, 4) Relações humanas, 5) Trabalho, 6) Energia, 7) Agricultura, 8) Minerais, e 9) O problema dos índios.
- (94) *Diário de Pernambuco*, Recife, "Cientistas preparam manifesto ao Presidente", 16 de julho de 1974, p. 5, e *O Estado de S. Paulo*, "Cientistas pedem apoio a Geisel", 16 de julho de 1974, p. 25.
- (95) Ver *O Globo*, "Reis Veloso anuncia criação de órgão de ciência e tecnologia", 18 de julho de 1974, p. 7., *Jornal do Brasil*, "Ciência e tecnologia terão um novo conselho", 18 de julho de 1974, p. 15, e *Jornal do Comércio*, Recife, "Geisel autoriza a criação de conselho científico", 18 de julho de 1974, p. 3.
- (96) *O Globo*, "Reis Veloso anuncia a criação de órgão de ciência e tecnologia", *op. cit.*
- (97) Ver *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Jornal do Comércio*, *op. cit.*
- (98) *Jornal do Brasil*, "Ciência e tecnologia terão um novo conselho", *op. cit.*
- (99) *O Globo*, "Reis Veloso anuncia...", 18 de julho de 1974, p. 7.
- (100) *Diário de Pernambuco*, Recife, "Cientista afirma que reunião teve êxito", 18 de julho de 1974, p. 12.
- (101) *Jornal do Brasil*, "Reunião de cientistas no Recife mostra preocupação com os problemas nacionais", 21 de julho de 1974, p. 34.
- (102) José A. Rodrigues, Entrevista com a autora, São Paulo, julho de 1984, p. 5.
- (103) *O Estado de S. Paulo*, "Cientistas hoje criam entidade para Américas", 9 de julho de 1975, p. 15.
- (104) *Jornal do Brasil*, "Ciências exatas e biológicas sugerem as ciências humanas", 13 de julho de 1975, p. 20.
- (105) *Jornal do Brasil*, J. Bahia, "SBPC – Agente físico da mudança", 13 de julho de 1975, p. 20.
- (106) *Veja*, "Debate aberto", 16 de julho de 1975, p. 75.
- (107) *O Estado de S. Paulo*, "Ecologista condena ação do IBDF", 11 de julho de 1975, p. 15; o ecologista era Ademar Coimbra Filho.
- (108) *O Estado de S. Paulo*, "Presidente da FUNAI admite que não é um especialista", 13 de julho de 1975, p. 13, e *O Globo*, "FUNAI apresenta projetos para tentar evitar extermínio dos índios", 13 de julho de 1975, p. 8.
- (109) *Jornal do Brasil*, "Sociólogo acusa BNH de abdicar de seu fim", 12 de julho de 1975, p. 4.
- (110) *Jornal do Brasil*, "Simpósio debate gastos com planos inúteis", 11 de julho de 1975, p. 4, ver também *Jornal do Brasil*, "Ciências exatas e biológicas superam as ciências humanas", 13 de julho de 1975, p. 20.
- (111) *O Estado de S. Paulo*, "Propostas medidas contra desnutrição", 13 de julho de 1975, p. 30, e *O Globo*, "Cientistas apresentam sugestões para elevar o nível nutritivo", 13 de julho de 1975, p. 8.
- (112) *Jornal do Brasil*, "Simpósio apóia ação do governo", 13 de julho de 1975, p. 20.

- (113) *O Estado de S. Paulo*, "Fora da pauta, estudantes debatem o acordo nuclear", 11 de julho de 1975, p. 15.
- (114) *Jornal do Brasil*, "Cientistas colocam acordo nuclear sob suspeita ética", 12 de julho de 1975, p. 1 e 4.
- (115) *Idem, ibidem*.
- (116) *O Globo*, "Documento dos físicos pedirá informações sobre o acordo", 12 de julho de 1975, p. 3.
- (117) Ver os argumentos do físico José Goldemberg em *O Globo*, "Físico propõe formação de estoques de urânio", 11 de julho de 1975, p. 3, e *Jornal do Brasil*, "Goldemberg faz crítica ao pacote tecnológico", 12 de julho de 1975, p. 4, e Ênnio Candotti no *Jornal do Brasil*, "Cientistas colocam acordo nuclear sob suspeita ética", *op. cit.*, e José Vargas, *O Estado de S. Paulo*, "Físicos debatem acordo Brasil-Alemanha", 12 de junho de 1975, p. 1 e 13.
- (118) Ver declaração de José Vargas no *Jornal do Brasil*, "Cientistas colocam...", *op. cit.*
- (119) Ver *O Globo*, "Físico propõe formação de estoque de urânio", *op. cit.*, onde José Goldemberg elogia o governo por ter tomado uma decisão sobre energia nuclear.
- (120) *Jornal do Brasil*, "Cientistas colocam...", *op. cit.*
- (121) *Idem, ibidem*.
- (122) *Jornal do Brasil*, "SEMA ouvirá a NUCLEBRÁS sobre riscos de poluição", 13 de julho de 1975, p. 1 e 20.
- (123) *O Estado de S. Paulo*, "Cientistas hoje criam entidade para Américas", 9 de julho de 1975, p. 15, *O Globo*, "Ciclo de conferências debaterá acordo", 10 de julho de 1975, p. 3, e *Jornal do Brasil*, "Oscar Sala relembra Einstein", 10 de julho de 1975, p. 13.
- (124) *Idem, ibidem*.
- (125) *Idem, ibidem*.
- (126) *Ciência e Cultura*, notícia e comentário "Como repercutiu a XXVIII Reunião Anual da SBPC", v. 28, nº11, nov. 1976, p. 1349.
- (127) José Reis, "Reunião em Brasília", Editorial, *Ciência e Cultura*, v. 28, nº 7, julho de 1976, p. 734.
- (128) *Idem, ibidem*.
- (129) *Ciência e Cultura*, notícia e comentário "SBPC e imprensa", v. 28, nº10, out. 1976, p. 1350.
- (130) *Idem, ibidem*.
- (131) José Reis, "Reunião em Brasília", Editorial, *op. cit.*
- (132) F. H. Cardoso, *A democracia necessária*, Campinas, Papirus, 1985, p. 14.
- (133) Dado o grande numero de artigos em cada tópico, a bibliografia foi organizada pela autora, mas não será citada.
- (134) *Idem, ibidem*.
- (135) *Jornal do Brasil*, "Historiador pede a volta de aposentado", 9 de julho de 1976, p. 17, *Folha de S. Paulo*, "Físicos criticam severamente a NUCLEBRÁS", 10 de julho de 1976, p. 10, *O Estado de S. Paulo*, "SBPC pede a volta de professores punidos", 13 de julho de 1976, p. 23, *Jornal do Brasil*, "Estudantes querem criar sua semana", 11 de julho de 1976, p. 28.
- (136) *Folha de S. Paulo*, Jarbas Passarinho, "A educação e seus Aretinos", 11 de julho de 1976, p. 3.
- (137) *O Globo*, "Montoro", 9 de julho de 1976, p. 6, e *O Estado de S. Paulo*, "Só dependem do governo reações a debate da SBPC", 15 de julho de 1976, p. 24.
- (138) *Idem, ibidem*.
- (139) *O Globo*, "Montoro, reunião da SBPC é o grande fato cultural do ano", 14 de julho de 1976, p. 3.
- (140) *Folha de S. Paulo*, "MDB critica Arena por não estar presente", 10 de julho de 1976, p. 11.
- (141) José Reis, Editorial, "Energia para o Brasil", *Ciência e Cultural*, v. 28, nº 9, set. 1976, p. 1002.
- (142) Perseu Abramo, "O papel da SBPC", *Folha de S. Paulo*, 11 de julho de 1976, p. 24.



- (143) Paulo S. Pinheiro, "O tema é liberdade", *Isto é*, 12 de julho de 1978, p. 44.
- (144) *Ciência e Cultura*, notícia e comentário "Como repercutiu...", *op. cit.*, p. 353, e *Jornal do Brasil*, "SBPC afirma que 80% das comunicações não têm vínculo político", 11 de julho de 1976, p. 28.
- (145) *Idem*, p. 1353 e 1354.
- (147) *Ciência e Cultura*, notícia e comentário, "Como repercutiu...", *op. cit.*, p. 1354, e *O Estado de S. Paulo*, editorial, "Nivelamento por baixo", 18 de julho de 1976, p. 3.
- (148) *Idem*, p. 1355.
- (149) *Idem, ibidem.*
- (150) *Idem*, p. 1356.
- (151) B. Brecht, *The life of Galileo*, London, Methuen, 1982, p. 84-5, e parte da moção aprovada na assembléia-geral da SBPC em Brasília, citado em *idem*, p. 1356.
- (152) *Ciência e Cultura*, "Como repercutiu...", *op. cit.*, p. 1356, e *O Estado de S. Paulo*, editorial, "O happening de Brasília", 14 de julho de 1976, p. 3.
- (153) *Idem, ibidem.*
- (154) *Idem*, p. 1357, e *Jornal do Brasil*, "SBPC afirma que 80%...", *op. cit.*
- (155) *Ciência e Cultura, op. cit.*, p. 1357.
- (156) *Idem, ibidem.*
- (157) *Folha de S. Paulo*, editorial, "Anões inventivos, não", 15 de julho de 1976, p. 2, e *Ciência e Cultura, op. cit.*, p. 1360.
- (158) São muitos para serem citados, pelo menos dez.
- (159) B. Brecht, *op. cit.*, p. 84, e *Ciência e Cultura, op. cit.*, p. 1360.
- (160) F. H. Cardoso, em *Opinião*, citado em *Ciência e Cultura, op. cit.*, p. 1360.
- (161) P. Abramo, "Por que na SBPC?", *Folha de S. Paulo*, 15 de julho de 1976, p. 16, e *Ciência e Cultura, op. cit.*, p. 1363.



**PARTE III – O NOVO PAPEL DA SBPC E SUAS  
NOVAS TENDÊNCIAS (1980)**



## CAPÍTULO 7

### AS TRANSFORMAÇÕES DE 1977: O ÁPICE DO CONFRONTO COM O ESTADO

A assembléia-geral da SBPC, em 1976, em Brasília, teve 5000 participantes e durou cinco horas. Várias moções políticas foram propostas e àquela altura o presidente e o secretário da SBPC começaram a dar-se conta de que a imagem da associação podia ficar prejudicada. O governo tentou primeiro adiar e em seguida impedir a reunião anual de 1977. Isso estava sem dúvida ligado ao desempenho da SBPC em Brasília, junto com rumores de que os estudantes estavam planejando reorganizar sua associação durante o encontro da SBPC. A reunião estava programada para se realizar em Fortaleza, mas foi posteriormente transferida para São Paulo. Maurício Rocha e Silva declarou que uma reunião tranqüila, em local distante, tinha sido planejada para dar tempo à SBPC de avaliar sua futura direção. Em São Paulo o número de participantes seria maior e mais intensa a cobertura da imprensa.

A interferência do governo na reunião da SBPC teve como resultado transformar um encontro científico numa 'reunião do povo', como foi chamada. Aquela reunião foi o maior momento na história da SBPC como um foro de debate dentro da sociedade civil brasileira, por ela e para ela. A SBPC emergiu de forma mais visível do que antes como uma associação genuinamente independente. Na assembléia-geral desta reunião a Sociedade ultrapassou os limites que uma construção restrita de seus interesses, direitos e valores profissionais poderia impor-lhe. Uma construção mais ampla do que suas metas e interesses originais como associação profissional começou a prevalecer. Até aquela data a SBPC estava bem estabelecida como uma associação preocupada apenas com assuntos relacionados a seus interesses, mas agora uma nova tendência podia ser observada. Os acontecimentos que antecederam a reunião, a própria reunião e suas conseqüências serão analisadas detalhadamente neste capítulo.

## 7.1. O CONFRONTO: A CRÍTICA DA SBPC, UM DESAFIO À LEGITIMIDADE DO ESTADO

Durante a reunião de 1976, a independência da SBPC em relação às dotações do governo foi enfatizada várias vezes por seus diretores. Estes declaravam que aquelas verbas estavam livres de qualquer condição, mas o governo talvez discordasse. Pelo fato de apoiar a SBPC, o governo pensou que lhe podia impor condições, como solicitar que a SBPC adiasse sua reunião de 1977 por causa da situação política e particularmente para evitar a mobilização estudantil.

A União Nacional dos Estudantes, fundada em 1938, tinha uma longa história de envolvimento em lutas políticas nacionais, começando com sua campanha antifascista para a derrubada do Estado Novo. Foi proscrita em 1968 pelo regime militar e seu congresso anual foi desbaratado pela polícia e por unidades do Exército em São Paulo. A maioria dos participantes foram detidos e aprisionados, e os líderes permaneceram na prisão até serem trocados por embaixadores estrangeiros seqüestrados e, enfim, exilados. Todas as demais entidades de representação estudantil nas universidades foram dissolvidas. Em 1977 os estudantes tentavam reorganizar a UNE, e o Serviço Nacional de Informações (SNI) acreditava que planejavam reunir-se em Fortaleza no contexto da reunião da SBPC.

As fontes disponíveis não esclarecem a seqüência dos acontecimentos nem as personagens envolvidas, mas a SBPC recusou-se a adiar a reunião. Entretanto, o *campus* da Universidade Federal do Ceará estava em construção e dizia-se que o restante não estaria pronto a tempo para a reunião, tornando impossível sua realização ali. A SBPC decidiu transferir a reunião para São Paulo e pediu permissão para usar o *campus* da USP, universidade sustentada pelo governo estadual de São Paulo e não pelo governo federal, mas o reitor negou-a. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi então solicitada, e a permissão de usar suas instalações foi dada pelo cardeal Dom Evaristo Arns, figura central da ala progressista da Igreja Católica brasileira. Por esta razão, dizia-se que a Igreja tinha aberto os braços à SBPC.

Permanecia o problema do orçamento para a reunião, porque o governo informara à SBPC que não liberaria as verbas normalmente destinadas ao evento. Mas a SBPC declarou que a reunião em São Paulo custaria um milhão de cruzeiros a menos do que em Fortaleza por causa dos baixos custos de transporte. Além disso, a cobertura feita pela imprensa sobre a tentativa do governo de evitar a reunião produziu, pela primeira vez na história da SBPC, uma forte reação de solidariedade na população de São Paulo em geral e, em particular, entre artistas e jornalistas. Uma campanha para arrecadar fundos foi organizada e teve por símbolo a figura de Galileu Galilei, cujas palavras, "*Eppur se muove!*", foram usadas em

cartazes que eram vendidos nas portas dos teatros, nas livrarias, galerias de arte e nas ruas. A campanha também pedia à população que hospedasse os participantes da reunião, o que teve grande sucesso. Várias organizações expressaram seu apoio à SBPC e dizia-se que a reunião se havia tornado a 'reunião do povo' e um foro para aqueles grupos e indivíduos que a consideravam necessária para desafiar as decisões do regime autoritário.

A ação do governo foi considerada um erro tático e político pois serviu para estimular o que desejava impedir. Tal foi a interpretação dos editoriais na imprensa nacional. A *Folha de S. Paulo*, jornal simpático à SBPC, em seu editorial "Ciência e política", argumentava que aquela reunião da SBPC não era apenas um evento cultural, mas também um acontecimento político. Primeiro, porque a participação das ciências humanas na reunião estimularia a "consciência política da ciência" e o fim do cientista alienado. Segundo, porque

"a Reunião da SBPC envolve significação política, é o antagonismo que o encontro acabou por aprofundar entre o governo e a comunidade universitária. Por causa da 'incompreensão' governamental, a SBPC viu-se compelida a desistir da reunião programada para Fortaleza. Aparentemente, ao recusar à SBPC certas facilidades essenciais ao cumprimento do programa, o governo era motivado por um triplice propósito: retribuir a hostilidade de muitos dos trabalhos apresentados na reunião do ano passado, em Brasília; negar colaboração que favorecesse novos ataques; e evitar a exacerbação que, muito inoportunamente, a reunião poderia gerar sobre o descontentamento estudantil"(1).

Sem dúvida o editorial considerava a reunião de Brasília e sua nova tendência de crítica às políticas governamentais, que continuaria, com toda probabilidade, na reunião seguinte, as razões principais da interferência do governo. O envolvimento de estudantes politicamente ativos, razão declarada para a interferência, também era um fator, mas não o único nem o principal. O editorial considerava como efeitos daquela ação "produzir o resultado oposto" e intensificar

"a coesão e a determinação dos próprios cientistas. Outro foi o deslocar de Fortaleza para São Paulo a sede da reunião, visto que a massa acadêmica é muito mais volumosa e os meios de comunicação mais poderosos. Ou seja, a transferência ampliou enormemente a participação e a repercussão daquilo que o governo teria preferido minimizar.

Um [...] efeito negativo da atitude do governo foi o de levar os cientistas a uma fortuita composição com a Igreja, na medida em que a relutância da Universidade de São Paulo em ceder seu *campus* para a reunião colocou a SBPC na dependência da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como alternativa extrema. Simbolicamente, o cardeal de São Paulo, um dos líderes da oposição informal extrapartidária que tanto preocupa o governo, acolheu de braços abertos os prestigiosos aliados produzidos pela circunstância. E não foi

só. Em socorro dos cientistas mobilizaram-se outros intelectuais, artistas, jornalistas, estudantes, políticos. Setores até então dispersos de repente se combinaram sob o efeito catalisador do caso; muito do que antes era apenas paralelo, de repente convergiu e articulou-se”(2).

Como vimos no Capítulo 2, a SBPC tentara permanecer independente e isolada de outros grupos organizados, mas aqueles acontecimentos trouxeram-lhe fortes aliados, tais como a Igreja e vários outros grupos, bem como a opinião pública favorável. Se havia aqueles que, no Brasil, nunca tinham ouvido falar da SBPC, como declarou o líder do governo no Senado, o mesmo já não se daria depois dos acontecimentos de 1977. O editorial concluía com uma previsão de que, como resultado da solidariedade recebida e do ressentimento contra o governo, alguns participantes da reunião criticariam ainda mais firmemente o modelo socioeconômico defendido pelo governo. O editorial prevenia a SBPC para que não se tornasse um instrumento tático do processo político, mas que preservasse sua vitória moral permanecendo uma associação científica como tinha conseguido “desde a sua fundação, através e acima de variadas conjunturas políticas”(3).

O editorial de *O Estado de S. Paulo* do mesmo dia era mais duro em suas críticas ao governo e tinha uma visão muito negativa, quase apocalíptica, da reunião. Este jornal tinha se engajado numa campanha contra a reunião da SBPC no ano anterior, e o editorial expressava irritação pelo fato de a próxima reunião tomar um caráter político, não por causa das intenções dos cientistas, mas devido a erros do governo. Dizia o jornal que a reunião estava atraindo a atenção de círculos científicos em geral e também das autoridades federais

“que tudo fizeram para impedir esse encontro, seja negando verbas, seja criando obstáculos de toda ordem para que os cientistas que são funcionários públicos não participassem da reunião”(4).

Segundo o editorial, a razão para aquelas medidas era o medo do governo do tom da reunião, particularmente dos simpósios das ciências humanas, que o jornal classificava de “tendentes a semear controvérsias” em relação ao sistema político presente, tendo uma influência no “plano psicossocial e político”. Nas palavras do editorial:

“Quando o governo anunciou suas restrições, que no regime atual indicavam um quase veto ao Congresso, temia, como reconhecemos à época, que os simpósios e mesas-redondas, especialmente os dedicados as ciências humanas, acabassem redundando em manifestações de contestação ao sistema político hoje imperante. Que seu temor era pelo menos fundado, comprova-o a reunião anterior no Distrito Federal, cujos excessos fomos os primeiros a condenar. O temor – sempre mau conselheiro – da repercussão negativa da



reunião nos planos psicossocial e político fez, contudo, que as autoridades federais cometessem pelo menos três erros de apreciação”(5).

A avaliação de *O Estado de S. Paulo* sobre os efeitos da ação governamental era ainda mais severa que a da *Folha de S. Paulo* por ver tanto o erro político do governo, que o jornal via como uma consequência da forma como o Estado brasileiro se organizava e funcionava, quanto às repercussões da reunião. Segundo o editorial, o primeiro erro de avaliação do governo foi imaginar que a proibição intimidaria a diretoria da SBPC e seus mais ativos membros, democratas ou não, que foram repentinamente considerados, “sem qualquer razão formal ou convincente, opositores do regime”. O resultado foi exatamente o oposto, segundo o editorial, e o que seria apenas mais um encontro de cientistas, dependente da imprensa para noticiar suas posições, foi completamente transformado num

“ponto de convergência da atuação de quantos desejam, de uma forma ou de outra – cedendo alojamentos ou abrindo mão de um dia de salário, doando obras de arte para leilão ou promovendo *shows* artísticos – protestar contra o atual estado de coisas. Proibindo a reunião, o governo acabou por aglutinar os descontentes, o que comprova que os analistas de situação ainda têm muito que aprender no tocante às reações coletivas que se dão no campo, a eles tão caro, da psicologia coletiva”(6).

Para aquele jornal, a reunião anual da SBPC tornara-se a ocasião e o lugar para todo protesto contra o regime, graças ao erro do governo. Isso era verdade não apenas por causa do protesto contra a ação autoritária do governo, mas também porque a solidariedade para com a SBPC representava uma declaração em defesa daquelas mínimas liberdades que ainda existiam na sociedade brasileira e que tinham de ser resguardadas.

O segundo erro foi imaginar que os cientistas não encontrariam um local alternativo para a reunião nem teriam disposição para reorganizar a reunião. O editorial declarou naquele momento:

“apenas o uso abusivo da força poderá impedir que na reunião da SBPC se levantem vozes iradas de todos os setores do hemisfério político, verberando o governo. Quem terá, nessas circunstâncias, autoridade para dizer que exageram?”(7)

O jornal criticava a elite no poder e todo o sistema político, chamando os partidos políticos de “canais artificiais”, e considerando que essa elite podia ter aprendido uma lição tanto dos países democráticos (“que julgam não podermos imitar”) quanto do bloco socialista (“cujo regime condenam”). Declarava que o governo estava isolado, “encastelado na fortaleza em que se refugiam os ‘donos do poder’”, e que ele era incapaz de

ver que, quando grupos sociais encontram os canais normais de comunicação fechados, procedem como rios para abrir caminho nos pontos de menor resistência. O governo imaginou que os cientistas transfeririam seu protesto para os canais que tinham sido criados e “ironicamente chamados partidos políticos”.

“Não levaram em conta que, quanto mais os canais institucionais de comunicação entre a vida social e o Estado se fecham, mais um pequeno grupo social, especificamente a elite intelectual e científica, assume a função de *partido informal*, que busca romper o imobilismo das instituições pela mobilização da opinião no âmbito, ainda que restrito, de suas associações. Ao tratar burocraticamente os fatos da vida social, contribuíram para que as manifestações dos cientistas se politizassem e recebessem, como era inevitável, o apoio dos agitadores de plantão [...]”<sup>(8)</sup>

O jornal não se conteve em suas críticas ao governo e concluiu com palavras como ‘ignorância’, ‘falta de senso comum’, ‘incompetência para aprender lições de democracia’; e estava certo de que a reunião da SBPC levaria agora a “severas críticas ao regime”. Finalmente, o editorial sublinhou que os cientistas não deviam ser os únicos culpados, já que:

“O maior responsável é o governo, ou quem em seu nome adotou decisão que prima por tudo, menos pela inteligência política”<sup>(9)</sup>.

Talvez somente um jornal conservador como esse pudesse ir tão longe em suas críticas ao governo. É interessante que *O Estado de S. Paulo* tenha rotulado a SBPC de ‘partido informal’, pois uma explicação dada por cientistas sociais sobre a força da Igreja e de outras instituições que desafiavam o Estado autoritário durante esse período era a fraqueza dos partidos políticos oficialmente permitidos no Brasil<sup>(10)</sup>, com os quais aquelas instituições evitavam qualquer contato. A luta estava posta em termos de sociedade civil contra Estado, e não havia papel para a ação intermediária dos partidos políticos<sup>(11)</sup>. Ao mesmo tempo, os limites da SBPC enquanto associação de cientistas foram também ressaltados por Fernando Henrique Cardoso: por exemplo, a SBPC, como tal, não tinha meios de levar suas resoluções para fora dos simpósios e da assembléia-geral<sup>(12)</sup>. Certamente, o papel que a SBPC assumiu, e toda a crise na sociedade nacional, era uma consequência do fechamento dos canais de participação e das limitações do sistema bipartidário imposto pelo regime militar.

Dois dias depois, o *Jornal do Brasil* publicava um editorial intitulado “Conversa de surdos”, usando uma expressão do físico nuclear José Goldemberg para descrever o diálogo entre os cientistas e o governo. Começava expressando uma surpresa:

“É significativo [...] que um sistema de governo pretensamente amparado na capacidade dos técnicos venha se distanciando [...] da capacidade acadêmica. Afinal, é essa comunidade que produz os especialistas que tanto vêm sendo venerados”(13).

O editorial criticava aqueles técnicos por se haverem tornado ‘burocratas oportunistas’ que podiam até mesmo compactuar com a proibição de participarem de uma reunião de sábios. Era uma referência a ocorrências havidas em algumas instituições do governo que serão discutidas mais tarde. O jornal acusava os técnicos de responsáveis pela ‘confusão administrativa’, e elogiava a condenação de Goldemberg ao programa nuclear e a recusa dos cientistas de tomarem parte nele. O texto declarava:

“O cientista brasileiro, bem como o resultado de suas atividades, vive quase sempre debaixo de suspeitas”(14).

O editorial descrevia os técnicos como mais acostumados à ‘ciência do poder’, por utilizarem seu conhecimento “para provar que uma decisão política é tecnicamente viável – quando muitas vezes não o é”. E o editorial concluía com uma visão pessimista de que a falta de consulta aos cientistas por parte do governo continuaria até haver cegueira quase total e a perseguição dos que podiam ver:

“O diálogo entre os cientistas e as autoridades do governo é uma conversa de surdos, disse o professor Goldemberg. Nessa triste situação há um agravante, pois a autoridade surda aos cientistas caminha em geral para a cegueira e, dela, transborda para a reação irracional de amordaçar aqueles que cometem o pecado de ver e de ouvir”(15).

O reitor, que se recusou a ceder o *campus* da USP para a reunião da SBPC, foi severamente criticado pela Associação dos Docentes da USP, que publicou uma nota congratulando-se com o reitor da PUC e deplorando a decisão da USP por ser “insensível aos mais legítimos interesses da Universidade”(16). A posição do reitor da USP tornou-se ainda mais difícil depois que o ministro da Educação, Ney Braga, negou qualquer interferência na decisão: “A USP é totalmente autônoma. O MEC não mantém com ela qualquer vinculação. Eu não transmiti qualquer orientação”(17). Em seu discurso de abertura da reunião anual, Rocha e Silva não poupou o reitor, sendo a princípio cínico quanto à decisão deste:

“[...] ‘felizmente para os cientistas e para o país’, o governo não proibiu, como se chegou a anunciar, a reunião da SBPC. Esse ‘veto’ [...] parece ter impressionado profundamente o reitor da USP”(18).

Em seguida, propôs que uma moção de protesto contra o reitor fosse enviada ao governador de São Paulo. Acrescentou:

“[...] se, com isso, a minha intenção é a de provocar uma crise na USP, eu direi que sim. Mas, a meu ver, é uma crise benéfica, que expulsa do templo os vendilhões de seu patrimônio material e intelectual”<sup>(19)</sup>.

Também criticou os novos projetos dos estatutos e regulamentos da USP por serem elaborados ‘nos bastidores’, a fim de preservar os privilégios “do pequeno grupo de trabalho junto ao reitor, para amparar as suas atitudes autoritárias”<sup>(20)</sup>. A crítica de Rocha e Silva estendia-se para muito além da decisão sobre a reunião e, posteriormente, não receberia muita atenção, talvez porque o reitor da USP fosse considerado apenas uma pequena engrenagem na máquina governamental.

A perda para Fortaleza, resultante da transferência da reunião para São Paulo, foi mencionada e teve outras conseqüências. Por exemplo, alguns simpósios foram cancelados porque todo o grupo de Fortaleza não recebeu subvenções para viajar a São Paulo<sup>(21)</sup> e a Sociedade Brasileira de Genética chegou quase a retirar-se, uma vez que seus simpósios, que tinham como tema a situação biomédica no Nordeste, pretendiam ser uma contribuição científica para a região.

Ademais, além dos motivos financeiros e técnicos, alguns cientistas foram proibidos por suas instituições de comparecerem à reunião, e alguns se autocensuraram por temerem punições. O ministro da Educação declarou mais de uma vez que o MEC não tinha proibido seu pessoal de participar da reunião<sup>(22)</sup>. Apesar disso, algumas instituições proibiram diretamente a participação de seus servidores, como:

a) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que emitiu uma proibição formal<sup>(23)</sup>;

b) o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA)<sup>(24)</sup>;

c) a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que negou permissão a onze de seus membros que iriam apresentar 17 conferências;

d) a Universidade Estadual Paulista (UNESP), cujo reitor enviou um telegrama a suas 21 faculdades localizadas em mais de 15 municípios, avisando a seus 1600 professores que “é permitido, mas não é autorizado ir ao congresso”<sup>(25)</sup>.

O secretário de Planejamento do estado de São Paulo, Jorge Wilhelm, não fez sua palestra programada para a reunião, sem dar qualquer explicação, e o pessoal de sua secretaria não recebeu permissão para apresentar trabalhos em nome dela<sup>(26)</sup>. Por diversas razões, muitas conferências não foram apresentadas:

“[...] cerca de 800 trabalhos científicos – representando 30% do total de 2755 previstos – deixaram de ser apresentados, e 10 das 19 conferências programadas foram canceladas, da mesma forma que sete dos 58 simpósios”<sup>(27)</sup>.

Apesar dos grandes ganhos políticos que advieram à Sociedade como resultado da publicidade que a reunião atraiu, aquelas ausências representaram uma grande perda científica.

## 7.2. A CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE: DE UMA REUNIÃO CIENTÍFICA A UMA 'REUNIÃO DO POVO'

O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, falando numa entrevista coletiva, deu sua opinião sobre a reunião da SBPC:

“Se me perguntarem se a PUC deve acolher a reunião, respondo que deve, porque vejo nessa reunião não só a possibilidade de os homens de ciência se encontrarem, mas até a possibilidade de o Brasil se encontrar com a ciência – e nós temos que prestar esse serviço à nossa terra”<sup>(28)</sup>.

O significado da reunião ultrapassou a comunidade científica e o progresso da ciência. Ela atingiu uma nova dimensão depois da interferência do governo e foi descrita como “contribuição positiva de maturação da sociedade civil brasileira”<sup>(29)</sup>. Sua realização tornou-se uma tarefa não apenas para os cientistas mas para vários setores da sociedade civil:

“Realizar a reunião da SBPC passou a ser [...] não apenas uma reivindicação dos intelectuais e pesquisadores que se sentiram diretamente atingidos, mas uma reivindicação de amplos setores da sociedade civil. Como se pode ver, aliás, no apoio que ela vem irrestritamente recebendo”<sup>(30)</sup>.

José Reis declarou que a reunião seria um festival de solidariedade, e o presidente da SBPC, Oscar Sala, em seu discurso de abertura, disse:

“A comunidade científica [...] sente-se compensada pela compreensão e respeito que o povo deposita nos cientistas. Aos descrentes, a resposta será a qualidade, a ética e a liberdade que, tenho certeza, predominarão nesta 29ª Reunião da SBPC”<sup>(31)</sup>.

Mas foi Rocha e Silva quem captou o espírito da ocasião:

“E agora, nesta reunião que se realiza em São Paulo, os participantes não são apenas nós, os sócios da SBPC, mas todo o povo brasileiro, representado pelos seus intelectuais, cientistas, artistas de teatro, escritores, sonhadores de um país melhor, liberado da opressão e do obscurantismo”<sup>(32)</sup>.

A mais significativa solidariedade para com a SBPC foi demonstrada por artistas, atores, jornalistas e escritores. Antes da reunião, os artistas plásticos formaram um comitê arrecadador de fundos que organizou um leilão de

objetos doados por artistas, galerias e colecionadores; da mesma forma, livros, alguns autografados por seus autores<sup>(33)</sup> e doados por editoras, foram vendidos. A Associação dos Gráficos montou uma exposição na PUC, durante a reunião da SBPC, onde foram vendidos cartazes. O balé Stagium fez uma apresentação, o coral da PUC realizou um concerto e peças de teatro foram encenadas<sup>(34)</sup>. Todos os teatros de São Paulo doaram uma percentagem de sua bilheteria<sup>(35)</sup> ou o valor equivalente a 100 ingressos<sup>(36)</sup>, e uma gravadora doou 100 discos. Cineastas emprestaram 30 filmes para serem exibidos durante os intervalos das reuniões, e se organizou um concerto dos mais famosos cantadores populares do Brasil.

Foi montada uma campanha de fundos<sup>(37)</sup> e tal foi seu sucesso que se sugeriu que, ao final da reunião, a SBPC teria dinheiro suficiente para construir sua própria sede<sup>(38)</sup>. Doze médicos trabalharam voluntariamente durante a reunião numa unidade de emergência<sup>(39)</sup>. Os jornais noticiaram que a Fundação Ford estava dando dez mil dólares à SBPC, cujo tesoureiro declarou que era uma possibilidade<sup>(40)</sup>. No entanto, nem todas as dificuldades foram vencidas, como noticiou a *Folha de S. Paulo*:

“A solidariedade de artistas e intelectuais ao movimento para a obtenção de verbas para a 29ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) continua tão ativa quanto a disposição dos organismos oficiais em não ajudarem a SBPC”<sup>(41)</sup>.

O jornal referia-se ao concerto que, embora tivesse canções aprovadas pela censura federal, não pôde realizar-se no lugar marcado (ginásio do Ibirapuera) por causa da recusa de última hora da sua administração. Um dos organizadores do concerto, a atriz e empresária Rute Escobar, declarou que o espetáculo fora vetado por ‘ordens superiores’ e que o concerto “não poderá ser realizado em nenhum local de propriedade do governo”<sup>(42)</sup>. No mesmo dia os organizadores alugaram uma propriedade não-governamental (ginásio da Portuguesa de Desportos).

A SBPC recebeu também várias doações em dinheiro<sup>(43)</sup> e, embora o total coletado ao final da reunião não tenha sido anunciado, é bem provável que a SBPC tenha recebido mais dinheiro do que o que foi gasto. A associação teve um balanço de 2,8 milhões de cruzeiros em junho de 1977, e os custos foram aproximadamente de 2 milhões de cruzeiros. Em 14 de julho, a SBPC já tinha recebido 300 mil cruzeiros da campanha de fundos, sem contar as rendas do concerto e do leilão, bem como os quase 1,5 milhão de cruzeiros advindos das inscrições de 3865 participantes da reunião e das anuidades de 1036 novos sócios<sup>(44)</sup>. Como será mostrado mais tarde, essa reunião representou uma alternativa ao financiamento pelo Estado, que posteriormente não deu nenhum apoio financeiro para as reuniões da SBPC, que teve de depender exclusivamente das taxas de inscrição.

Contudo, mais importante que o dinheiro arrecadado foi a publicidade recebida e o apoio que se mobilizou para desafiar a decisão do Estado autoritário de impedir a reunião.

Além da ajuda financeira, a SBPC também recebeu o apoio moral ou a solidariedade das associações de professores (ADUSP<sup>(45)</sup> e UNESP<sup>(46)</sup>) e de um dos sindicatos de jornalistas (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo), o qual sublinhou o significado político e mais amplo da reunião da SBPC:

"[...] saúda essa entidade pela vitória alcançada na dura batalha que representou a organização do encontro.

O que se abre hoje não é apenas uma reunião de cientistas, é uma oportunidade valiosa e rara de debate livre, único caminho que os jornalistas, ao lado de todos os setores sociais que lutam pelas liberdades democráticas, consideram válido para o estudo de soluções para os problemas brasileiros. Sem o debate, sem o restabelecimento das liberdades fundamentais, as decisões continuarão ao arbítrio de poucos, com a conseqüente marginalização da grande maioria da população brasileira.

[...] a campanha que acaba de mobilizar setores tão amplos demonstrou, mais uma vez, que não podemos nos limitar a esperar a concessão de nossos direitos e liberdades. Devemos conquistá-los, como a SBPC conquistou nessa campanha o direito de promover sua reunião anual"<sup>(48)</sup>.

A campanha para conseguir alojamento para os participantes também foi muito bem sucedida, e a meta de 600 a 1000 leitos foi confortavelmente ultrapassada<sup>(49)</sup>. Segundo alguns jornais, um total de 2300 acomodações foram oferecidas, 1700 das quais em residências e o resto em instituições como escolas e conventos. No entanto, apenas 300 delas foram utilizadas<sup>(50)</sup>, para grande decepção de alguns que telefonaram à SBPC durante a semana para se queixar de que se sentiram rejeitados<sup>(51)</sup>.

Houve 6000 participantes na reunião, e os tópicos que atraíram o maior número de pessoas foram geralmente os mesmos das reuniões anteriores. Neles se incluíram discussões sobre a economia e o Estado, a democratização, o nacionalismo, as fontes alternativas de energia (com 3000 participantes) e a educação. Esta última teve uma cobertura bastante grande com vários seminários. Alguns tópicos novos que atraíram uma extensa cobertura da imprensa foram o racismo, o projeto da hidrelétrica de Itaipu, a diplomacia brasileira, ciência e poder, memória histórica, cultura popular e indústria cultural, e planejamento urbano. A cobertura da imprensa foi maciça, totalizando 256 páginas em duas semanas, e começou com a cobertura dos aspectos polêmicos sobre a organização da reunião bem como vários artigos dedicados à história e desenvolvimento da SBPC.

### 7.3. A ASSEMBLÉIA-GERAL E OS LIMITES DA SBPC

Em suma, a reunião da SBPC se realizou em condições talvez mesmo mais tranqüilas do que no ano anterior em Brasília<sup>(52)</sup>, e uma vez que os representantes do governo não compareceram, uma causa de conflito foi afastada.

Entretanto, toda a tensão se concentrava na assembléia-geral, que deveria começar às 4 horas da tarde, mas se iniciou com 40 minutos de atraso porque a reunião da diretoria, que a precederia, estendeu-se mais do que o previsto. Havia mais participantes querendo assistir à assembléia-geral do que permitia a capacidade do auditório da PUC.

Havia um grande número de estudantes participando da reunião e da campanha por fundos. Tal como em Belo Horizonte, em 1975, duas reuniões de estudantes foram realizadas durante a semana, mas quando Oscar Sala foi questionado por jornalistas sobre as atividades dos estudantes, respondeu que eles se reuniam fora da PUC e que isto não era de sua responsabilidade. Antes da assembléia-geral, os estudantes distribuíram um documento intitulado “Pela convocação de uma assembléia constituinte”.

Ao abrir a assembléia-geral, o presidente da SBPC anunciou que a diretoria tinha selecionado as moções a serem votadas, em concordância com sua declaração de princípios que dizia que a SBPC “não tem caráter político nem religioso e não pode se manifestar a não ser sobre assuntos de interesse dos cientistas”<sup>(53)</sup>. Os estudantes, porém, continuaram a pressionar repetidamente para que se debatesse a moção sobre a assembléia constituinte e acusaram a diretoria de ser antidemocrática<sup>(54)</sup>, vaiando-a seguidamente. As 20h40min, Mauricio Rocha e Silva sugeriu ao presidente que encerrasse a sessão, depois da aprovação de 16 menções e rejeição de duas, tendo uma sido retirada<sup>(55)</sup>. Ironicamente, as moções votadas, especialmente o “Memorial dos cientistas brasileiros à Nação”, eram altamente políticas<sup>(56)</sup> ainda que ‘cientificamente políticas’. Depois que a diretoria se retirou, alguns estudantes permaneceram no local e decidiram coletar assinaturas em favor de sua causa<sup>(57)</sup>. O vice-presidente, Crodowaldo Pavan, disse aos estudantes:

“esta assembléia é anômala. Lamento que vocês estejam perdendo a oportunidade de terem mais um fórum de debates. O ambiente está pesado e o presidente foi desacatado”<sup>(58)</sup>.

Numa reunião de estudantes no dia seguinte, algumas organizações estudantis decidiram apoiar um documento que tinha sido apresentado a Oscar Sala condenando o comportamento dos estudantes, mas a maioria aprovou um documento que considerava antidemocrática a atitude da



diretoria. Um segundo documento foi formulado pelos estudantes criticando a diretoria, mas não foi apresentado na sessão de encerramento como se pretendia<sup>(59)</sup>, e um documento intitulado “Pela unidade da SBPC” foi distribuído e apresentado depois do simpósio sobre democratização do economista Francisco de Oliveira. Os diretórios centrais da USP, UFMG e PUC-RS apoiaram o documento que foi assinado por eminentes cientistas sociais e professores da USP, UNICAMP e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). O documento criticava o comportamento tanto dos estudantes quanto da diretoria: aqueles por seu ‘erro tático’ e esta por ‘manipulação de moções e incompetência’. Também criticava os participantes por não “conduzirem o debate democraticamente”<sup>(60)</sup>, mas começava louvando a realização da reunião, por ter sido uma

“vitória democrática dos cientistas brasileiros que, em condições extremamente adversas, reafirmando sua independência, lograram reunir-se para examinar os resultados do seu trabalho científico, bem como os obstáculos que se interpõem ao progresso da ciência no Brasil. A reunião foi oportunidade, também, para que amplos setores da opinião pública manifestassem o seu apoio não só à SBPC mas também à forma como esta Sociedade vem contribuindo para a criação de condições de convivência democrática no País”<sup>(61)</sup>.

Os autores do documento definiram a SBPC como uma associação de cientistas e outras pessoas comprometidas com a pesquisa e o progresso da ciência e que, ao lado de outras organizações da sociedade civil, tinha a função de facilitar “o necessário debate entre cientistas e comunidade sobre sua função social”. Definiam os limites das atividades da SBPC da seguinte maneira:

“Neste sentido, e somente neste, a SBPC, sem perder sua especificidade, pode somar-se a outras instituições civis que lutam pelos mesmos objetivos. [...] A SBPC é uma importante associação civil que conquistou sua força pelo esforço de muitos cientistas ao longo de quase trinta anos de luta. A atuação dos estudantes na referida assembléia foi incorreta, na medida em que não compreenderam que a SBPC possui limitações específicas, e não contribuíram efetivamente para que a situação de impasse criada fosse superada e que decisões mais importantes para o mesmo fossem tomadas”<sup>(62)</sup>.

O documento sublinhava que as funções da SBPC deviam ser distintas das organizações estudantis, mas cuja liberdade eles defendiam, e concluía com a questão da assembléia constituinte:

“É preciso compreender que ela é um fórum específico de luta política, o qual, dado o seu caráter, não pode ser decidido dentro da SBPC nem ser domínio exclusivo do movimento estudantil.”

Aparentemente, muitos cientistas apoiaram a diretoria da SBPC e concordaram com o documento. Alguns, como Fernando Henrique Cardoso, foram mesmo mais explícitos ao definir os limites da SBPC:

“Essa associação não é um partido. Querer fazer dela um partido não é apenas errado politicamente, mas é contra os interesses do que se pensa defender. Ou reconhecemos a diferença entre os foros, ou estaremos fazendo catarse, reuniões de consolo”<sup>(63)</sup>.

No entanto, uma voz se levantou contra a omissão da SBPC em apoiar as demandas por uma assembléia constituinte. Era a do sociólogo Florestan Fernandes, que, admitindo ser um socialista desde 1942, considerava que embora a palavra-de-ordem ‘assembléia constituinte’ corresse riscos naquele momento, porque “é possível fazer uma constituinte para incorporar atos institucionais”, acreditava haver aspectos positivos nela e no movimento espontâneo que a apoiava e que devia ser apoiado:

“não há nada de mais apoiar taticamente a palavra de ordem ‘constituinte’ porque pior do que está é difícil ficar”<sup>(64)</sup>.

Apenas um artigo de jornal mencionou diretamente seus comentários, citando-o quando dizia “lamentar a ambigüidade da assembléia-geral da SBPC [...] na questão relacionada com ciência e política”<sup>(65)</sup>.

O presidente, Oscar Sala, deu várias razões para a decisão da Sociedade de encerrar a assembléia-geral, salientando sobretudo o caráter limitado e específico dos objetivos e campos de atuação próprios da associação. Tal como Fernando Henrique Cardoso e outros, Sala enfatizou que a principal fronteira que a Sociedade não poderia e não deveria ultrapassar era a que a distinguia de um partido político:

“A única forma de se preservar a SBPC é obedecendo seu estatuto e se os sócios quiserem deslocar-se até a Assembléia Legislativa para levar a questão, até acompanho todos eles. Mas a SBPC não é partido político [...] Há outras instituições. A SBPC não pode resolver todos os problemas do país. [...] Estamos exercendo amplamente a liberdade, nesta reunião, e não vamos destruir a entidade. O problema da constituinte ainda não está amadurecido, é questão que está num partido político e a SBPC é uma entidade científica”<sup>(66)</sup>.

Apresentemente, havia um consenso em torno da opinião de Sala de que, como associação científica, no tocante a questões relacionadas com os cientistas e a ciência, a SBPC poderia ser muito política. Isso ficou demonstrado pelo tom das moções aprovadas na assembléia-geral, e previamente selecionadas pela diretoria. O “Memorial dos cientistas ao

povo brasileiro” começava mencionando a recente crise que a SBPC atravessara e a vitória que resultara da reunião dos cientistas. No memorial, os cientistas anunciavam sua intenção de analisar a sociedade brasileira, as relações entre cientistas e governo, e de alcançar uma maior compreensão da crise geral brasileira, que descreveram como “o desencontro entre o Estado e a nação”. Sua visão da crise era a seguinte:

“Realidade em crise que se mostra nas más condições de vida da maior parte da população brasileira: desnutrição, falta de escolaridade adequada, culminando, no terreno político, com restrições às liberdades democráticas. Nesse particular, os impedimentos à expressão e divulgação dos resultados de pesquisas no campo social se estendem agora ao campo das ciências exatas e biológicas”<sup>(67)</sup>.

O memorial mencionava todas aquelas restrições, começando pelas aplicadas à reunião e prosseguindo com os impedimentos à participação de cientistas brasileiros em encontros internacionais, freqüentemente por razões políticas – sendo este um aspecto das chamadas ‘cassações brancas’<sup>(68)</sup>. Finalmente, fez referência à intervenção dos serviços de segurança nas agências de pesquisa.

A moção pedia, como o faziam os cientistas havia dez anos, maiores liberdades democráticas no país; a reintegração de cientistas afastados de seus cargos e anistia integral; a abolição da censura. O documento repudiava a recente ampliação da censura às publicações estrangeiras. Afirmava que os cientistas faziam críticas porque o orçamento federal para ciência e tecnologia não fora aprovado por entidades de representação popular nem levava em consideração a opinião da comunidade científica. Os cientistas repudiavam todos os atos cometidos no Brasil contra os direitos humanos que violavam a Declaração das Nações Unidas, assim como todas as restrições à liberdade dos cientistas e estudantes se organizarem em associações, e à liberdade de expressão em todos os níveis de ensino. Deploraram igualmente a existência de constrangimentos ideológicos sobre os professores universitários quando da contratação ou promoção, e condenaram o Decreto-Lei nº 477.

A SBPC estava agora totalmente comprometida com sua vocação democrática e isto foi expresso naquele memorial. O desejo dos cientistas brasileiros era buscar a ciência numa sociedade democrática, e o papel da SBPC, na sociedade civil, derivava de seus princípios democráticos, os quais a Sociedade pretendia fortalecer doravante. A tentativa de sabotar a reunião foi vista como um sinal da crise do governo:

“Tais tentativas não seriam mais do que o sinal da crise do governo e a evidência de que a SBPC converteu-se num daqueles pontos de articulação de

segmentos da sociedade civil brasileira que reivindicam a garantia dos direitos humanos para nosso país e o estabelecimento de uma democracia. Diante de qualquer ameaça, a SBPC se propõe tão-somente continuar a estimular as bases do desenvolvimento científico do país, promovendo a ciência, que, como tal, implica a liberdade de pesquisa e de expressão e, por conseguinte, o fortalecimento de nossas liberdades”<sup>(69)</sup>.

As outras moções aprovadas na assembléia-geral “fortaleciam os principais pontos incluídos no memorial”<sup>(70)</sup>. O jornal conservador *O Globo* tomou o incidente da assembléia-geral como uma oportunidade para defender o governo e atacar a SBPC. Num pequeno artigo, o diário noticiou que a reunião se realizou “em perfeita ordem”, ao menos até a assembléia, e sem nenhum sinal de “coerção ou pressão” sobre os participantes. Para o jornal, isso era uma prova do exagero e da mentira nas insinuações e acusações contra o governo “como um inimigo da ciência e da livre troca de idéias”. *O Globo* deu sua versão para a decisão do governo:

“Na verdade, as autoridades federais apenas se dispensaram de colaborar com uma reunião na qual sabiam que haveria tanto ciência quanto política – e esta seria de conteúdo militantemente contestatório.

Foi precisamente o que ocorreu. Ao lado de algumas teses válidas e de contribuições significativas para o progresso da ciência, houve agitação política de cunho propagandístico chegando-se ao absurdo – felizmente contido pelos organizadores – de um grupo tentar fazer a SBPC discutir a convocação de uma assembleia constituinte para o Brasil”<sup>(71)</sup>.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, que se ‘conteve’ durante a reunião, não perdeu a oportunidade de voltar ao ataque depois da assembléia-geral. Num longo artigo, o diário criticava o governo mais uma vez e defendia a posição da diretoria da SBPC, embora aconselhando-a a ser mais rigorosa na organização da próxima reunião para evitar que ela degenerasse num circo, como ocorrera em Brasília e na reunião atual. O artigo comparou, com muita ironia, o tamanho da reunião e as queixas sobre o orçamento para a ciência:

“Aliás, três mil *comunicações científicas* (talvez um recorde mundial) dão muito o que pensar, especialmente se levarmos em consideração as queixas quase unânimes quanto ao desamparo em que vive a pesquisa científica no país”<sup>(72)</sup>.

Uma vez mais *O Estado de S. Paulo* acusou as ciências humanas de dominarem a reunião (em termos de espaço físico, tempo gasto pelos participantes e cobertura da imprensa) e por tratarem os assuntos com ‘superficialidade e sectarismo’. As perspectivas, segundo o jornal, eram melancólicas, mas acusava em parte o governo por isso:

“E mais melancólica ainda nos parece a posição de um governo que, temendo a livre discussão, é incapaz de compreender o valor da liberdade de pensamento, em nome de uma abstrusa ‘segurança’ [...] para que a ciência acabe caricaturada da forma como foi (independentemente da vontade dos verdadeiros cientistas), nessa 29ª Reunião Anual da SBPC”<sup>(73)</sup>.

O jornal foi até mais longe em sua crítica ao governo:

“Em primeiro lugar, era previsível, como já dissemos, que mesmo sem qualquer interferência governamental, expressa ou velada, houvesse manifestações políticas durante a reunião. Afinal, com o cerceamento das liberdades públicas, a persistência do regime autoritário, o esvaziamento cada vez maior do Legislativo, etc., qualquer oportunidade parece boa para o protesto dos que discordam da situação atual, seja por autêntica convicção democrática, seja porque sonham com uma ditadura de sinal trocado”<sup>(74)</sup>.

Outros jornais foram favoráveis à reunião como uma reunião científica ou, como um artigo da *Folha de S. Paulo* disse sobre si mesma e sobre o *Jornal do Brasil*, “faziam uma avaliação desapassionada da assembléia”<sup>(75)</sup>. O artigo começava afirmando que o governo controlava várias instituições, mas ainda não controlava a imprensa, e considerava a ruptura entre a SBPC e o Estado um fato positivo:

“O governo controla o rádio, a TV, o cinema, o teatro, o carnaval e o futebol. Controla as universidades particulares, os sindicatos, o crédito, a poupança, importações, exportações e viagens ao exterior. O Estado só não conseguiu colocar a manopla na imprensa, na inteligência individual, na música popular, na Igreja [...]”

O grande êxito da assembléia da SBPC – sem contar as magníficas contribuições individuais – foi o de que o talento e a cultura brasileira estão vivos e bem. Estão crescendo. O rompimento da SBPC com o Estado, graças ao providencial corte de verbas para a 29ª reunião, foi benfazejo”<sup>(76)</sup>.

A sessão de encerramento da reunião da SBPC também produziu um pequeno incidente. A capacidade do teatro era demasiado pequena para o número de participantes que queriam entrar. A maioria dos que estavam fora eram estudantes que começaram a gritar, e os que conseguiram entrar pediram uma mudança de local para a sessão. Maurício Rocha e Silva, o presidente de honra, estava lendo seu discurso e, na quarta ou quinta interrupção, começou a sentir-se mal e foi conduzido para fora por quatro médicos. Oscar Sala encerrou a reunião e acusou os estudantes de mostrarem uma falta de respeito pelo presidente de honra, enquanto os do lado de fora continuavam a vaiar a diretoria<sup>(77)</sup>. O *Estado de S. Paulo* declarou que, diante daquilo, a diretoria estava temerosa de que “o governo possa criar novos problemas para a SBPC, questionando a manutenção da ordem em suas reuniões”<sup>(78)</sup>. Mas, a despeito do envolvimento dos

estudantes nesses vários incidentes desagradáveis, o presidente da SBPC elogiou sua participação em diversas ocasiões<sup>(79)</sup>.

#### 7.4. OS NOVOS RUMOS DA SBPC

Em conclusão, a ruidosa reunião de São Paulo, ao invés de uma reunião tranqüila em Fortaleza, também foi mais favorável para um exame do papel da SBPC no passado, no presente e, especialmente, o que ela deveria ser no futuro. Os novos rumos foram debatidos especificamente em termos de se e como receber as verbas governamentais, dada a condição prévia de manter a independência da associação, e de como articular os laços entre a SBPC e o conjunto amplo da sociedade civil, tendo em mente seu novo papel público e sua nova proeminência. Tais questões foram consideradas tão sérias que uma comissão foi eleita para estudar medidas que garantissem o futuro da SBPC<sup>(80)</sup>.

##### 7.4.1. *A independência da SBPC*

A questão do orçamento e da decisão de demonstrar a independência da SBPC tinha de ser confrontada na prática, mais do que na teoria. No simpósio sobre “Servidão e grandeza de uma política cultural”, o dilema da SBPC foi analisado. A associação era economicamente submissa ao Estado através da subvenção governamental que garantia tanto as reuniões quanto a sobrevivência da Sociedade. Essa ‘servidão’ punha em risco importantes requisitos para capacitar a ciência a desempenhar seu papel de crítica e expressão livres. A socióloga Maria Isaura P. de Queirós sugeriu que, uma vez que através dessa ligação econômica o Estado fazia várias injunções sobre a Sociedade, a subordinação econômica tinha de ser superada. Crodowaldo Pavan, vice-presidente da SBPC, não concordava:

“ao invés de rompermos o cordão umbilical que nos liga ao governo. devemos engrossá-lo, pois a SBPC deve depender do governo e exigir que ele nos dê total liberdade.

A pesquisa científica [...] ainda é feita com o apoio do governo. O que precisamos é fazer com que mais verbas venham para nós, e não idéias, pois estas temos de sobra”<sup>(81)</sup>.

O professor Antônio Houaiss concordava com esta posição de “o máximo de dotações possíveis com um mínimo de condicionamento”. Oscar Sala reiterou as opiniões expressas em todas as suas entrevistas: era mais importante, no momento, para a SBPC, seguir seus princípios e objetivos, incluindo sua independência. Considerava fundamental que a ciência preservasse sua liberdade e sua ética. Quanto ao ‘cordão umbilical’, Sala disse:

“A SBPC sempre manteve uma total independência, para ser totalmente livre nos seus objetivos. Não tenho nenhuma restrição ao dinheiro que vem do governo, pois é o dinheiro do povo: o importante é que a SBPC respeite a liberdade e a ética”(82).

Decerto, a questão era muito complexa em seus aspectos práticos e teóricos. Era uma mudança total na conduta da SBPC depois de 29 anos de coerência. Oscar Sala repetia que a SBPC não recusaria dinheiro do governo, mas estava otimista quanto à Sociedade encontrar outros meios caso o orçamento fosse cortado. Crodowaldo Pavan, porém, salientou que, sem a ajuda do Estado, a SBPC só poderia realizar suas reuniões em São Paulo e no Rio de Janeiro e não mais em outras capitais, o que conduziria a sérias distorções nos seus objetivos(83).

Embora fosse financeiramente dependente do Estado, a SBPC acreditava que sua responsabilidade última era para com o povo brasileiro, e mais imediatamente com a sociedade civil. A crise de 1977 chegou mesmo a fortalecer esses laços, a ponto de um professor de direito da USP, Modesto Carvalhosa, declarar, durante a campanha de apoio à reunião da SBPC, que a sociedade civil devia apoiar a SBPC:

“Há uma consciência da sociedade civil de que as associações civis não devem depender do Estado, e que a sociedade civil deve se responsabilizar pelas suas instituições civis. No Brasil, as instituições civis sempre estiveram ligadas ao Estado. Agora, a SBPC é o próprio modelo do que a sociedade civil deve assumir como sua responsabilidade”(84).

Maria Isaura P. de Queirós, num artigo intitulado “Reflexões sobre as sociedades científicas”, analisou o relacionamento entre ciência e Estado e ressaltou que um Estado autoritário interferiria nessas associações. Ela viu a crise como o momento para a SBPC afirmar a livre comunicação entre os cientistas, mas especialmente para confirmar e fortalecer sua independência e seus laços com o povo, no sentido amplo da palavra. Na sua opinião, o apoio dado à SBPC pela população mostrava que a ‘coletividade’ brasileira compreendia a importância do trabalho científico. Acreditava que a SBPC continuaria a crescer:

“[...] fortalecido pelo consenso de seus membros, largamente demonstrado na crise de que saiu vencedora, e respaldada por toda a coletividade brasileira. que agirá como defensora daquela independência sem a qual lhe é impossível [para a SBPC] atingir suas metas”(85).

Vários cientistas publicaram na imprensa artigos sobre a crise. Invariavelmente apoiavam a SBPC e alguns até relacionaram o tema SBPC com a contribuição de seus próprios campos. Um participante estrangeiro, o historiador norte-americano Ralph Della Cava, disse que a realização da

reunião era motivo de júbilo, não apenas para os cientistas brasileiros, mas também para a comunidade científica internacional. Disse que estava exprimindo a opinião dos ‘brazilianistas’ e colegas da Latin American Studies Association (LASA) dos Estados Unidos, e acrescentou que a SBPC era reconhecida por eles como “o mais importante fórum brasileiro” – não apenas por ser a terceira maior associação científica do mundo, mas também por estar:

“cumprindo o seu dever. O dever dos cientistas é além de acumular e criar, fixar e distribuir conhecimento. O saber não pode ficar trancado à disposição das burocracias tecnocráticas, mas deve ser compartilhado com as novas gerações e com o povo”<sup>(86)</sup>.

Como ‘brazilianista’, considerava as reuniões da SBPC uma ocasião especialíssima para compartilhar sua pesquisa com cientistas brasileiros, para debater e aprender o que tinha sido produzido no Brasil. É interessante que ele tenha se referido ao conhecimento sendo usado por um poder burocrático e à importância de fazer outros usos desse conhecimento. No Estado autoritário brasileiro, era muito importante que a SBPC pudesse circular as críticas feitas em suas reuniões para a sociedade em geral e que a imprensa pudesse publicá-las: assim, a sociedade podia ter uma visão alternativa além da do Estado. Para Della Cava, a tentativa oficial de interromper a reunião da SBPC fora ‘inábil’ e a vitória da SBPC tornara-a mais forte que nunca e de uma maneira diferente por ter agora o apoio da população: “Escancara as portas da SBPC ao povo e a torna, com isso, mais autônoma”<sup>(87)</sup>.

Maior independência em relação ao Estado foi também a proposta de Juarez Brandão Lopes, que considerou a significação da SBPC sob o regime autoritário e repressivo. Para ele, a questão da politização da SBPC tinha surgido sob tal regime:

“De uns anos para cá, o sentido da SBPC cresceu: àquele papel de veículo do diálogo científico, acrescentou-se outro, qual seja o de constituir-se no lugar onde os intelectuais discutem amplamente, a partir do seu papel específico, as suas posições e pontos de vista frente às questões econômicas, sociais e políticas do Brasil de hoje [...].

Numa universidade contida numa vida política que se dá dentro de limites estreitíssimos, pouco lugar existe para discutir a fundo as implicações políticas do trabalho científico, para não falar nas questões candentes do futuro da sociedade brasileira. Foi na SBPC, após a indigência da discussão intelectual dos últimos anos, que primeiro se abriu um espaço mais largo para aquele debate [...] É urgente estabelecerem-se as condições de menor dependência da vida intelectual em relação ao Estado”<sup>(88)</sup>.

Embora recomendasse maior independência, ele não disse como se poderia conquistá-la. Foi o jornalista Perseu Abramo quem escreveu uma análise



mais completa do relacionamento entre ciência, cientistas, a SBPC e o Estado e o governo. Publicou seu artigo antes da assembléia-geral, que ele previa que seria decisiva para a SBPC: “A SBPC que surgir amanhã [...] será certamente diferente da que até então vinha existindo: mais forte, mais avançada, superior”<sup>(89)</sup>. Sua opinião era que uma das questões mais significativas a serem discutidas seria a da independência da SBPC em face do Estado; e declarou que a questão era complexa e analisou-a fazendo a distinção entre Estado e governo, e considerando a SBPC uma entidade científica, uma associação representativa dos cientistas. Sendo a maioria dos cientistas empregados do Estado, uma “total, absoluta e cega independência de uma associação de cientistas frente ao Estado” não era possível. Pintou-a como uma “SBPC livre – Galileu Galilei”, da mesma maneira como os estudantes sempre chamaram suas organizações autônomas, ‘livres’, para contrastá-las das patrocinadas oficialmente. Na opinião de Abramo, a SBPC precisava do orçamento do Estado durante o ano; fora o Estado, como empregador só havia as multinacionais; a existência da SBPC, portanto, dependia de o Estado continuar financiando a ciência. No entanto, ele afirmou:

“[...] o Estado não gera riquezas: ele administra as riquezas geradas pelo trabalho coletivo de toda a sociedade. Portanto, embora o vínculo formal dos cientistas seja com o Estado, seu compromisso ético é com a sociedade [...] a SBPC [...] não precisa ser subserviente ao Estado, e muito menos ao governo. Ela pode, nesta condição de associação de trabalhadores intelectuais assalariados na área científica, vincular-se à sociedade civil, que a sustenta direta ou indiretamente e que acabou de demonstrar que pode lhe dar o apoio decisivo para que a entidade realize as suas reuniões anuais”<sup>(90)</sup>.

Entretanto, ressaltou que, se a SBPC podia ser independente, os cientistas não o podiam, e a única solução, a seu ver, era:

“[...] já que os cientistas dependem do Estado, e dele não podem prescindir, como também o Estado não pode a eles dispensar, é necessário conquistar o controle democrático da sociedade civil sobre o Estado. Em outras palavras: ainda e sempre, liberdades democráticas”<sup>(91)</sup>.

A análise de Abramo trouxe à tona a complexidade da questão da independência. Ela sublinhou a diferença entre um regime autoritário e um democrático, e em particular como, sob um Estado autoritário, os cientistas e suas associações são mais vulneráveis e sujeitos a intervenções. Um Estado autoritário não permite nenhuma visão diferente da oficial em nenhum assunto; ele escolhe e impõe aos cientistas ou a condição de ‘intelectuais orgânicos’ do Estado ou de cientistas exilados, incluindo aqueles que optaram por permanecer em silêncio. A ação do governo Geisel, que estava buscando apoio para seu processo de ‘abertura’, de

tentar impedir a reunião da SBPC era uma tentativa de silenciar os cientistas. A única alternativa que garantiria aos cientistas aumentar sua independência era uma mudança na correlação de forças entre o estado e a sociedade civil: uma sociedade civil mais forte com mais controle sobre o Estado. A SBPC estava contribuindo para esse processo e, com a ajuda involuntária de um governo inepto, ela estimulava a mobilização de outros grupos na luta pela independência e liberdade de debate.

Oscar Sala declarou que a SBPC poderia sobreviver sem o orçamento do governo por meio de apoios alternativos, mas se o governo quisesse dar verbas, a SBPC as aceitaria desde que “o apoio financeiro seja incondicional. Até hoje não recebemos um único centavo sob condições”<sup>(92)</sup>. Maurício Rocha e Silva corroborou esta idéia, dizendo que a independência da Sociedade não devia ser comprometida como resultado da aceitação de dinheiro do Estado<sup>(93)</sup>, e que a SBPC devia seguir um novo caminho<sup>(94)</sup>.

#### *7.4.2. A participação dos cientistas no processo de tomada de decisão*

Segundo Sala, aquela reunião tivera uma mensagem importantíssima: “significou que não estamos sozinhos [...], mostrou uma extraordinária união entre os pesquisadores”<sup>(95)</sup>. Esta unidade seria enfraquecida durante as reuniões seguintes como um resultado de críticas dos membros da SBPC. Rocha e Silva considerou a reunião ainda mais importante: “um símbolo da libertação nacional”<sup>(96)</sup>. Apesar disso, a reunião perdeu uma das mais importantes contribuições das reuniões anteriores, o debate com representantes do governo, e isso foi considerado uma perda tão grande quanto a do orçamento<sup>(97)</sup>. Como disse a socióloga Maria Helena R. Antuniassi sobre a reunião:

“[...] os pesquisadores vêem nesse encontro a oportunidade de discutir os resultados de suas pesquisas, torná-los de domínio público e fornecer aos responsáveis pela formulação da política econômica maior conhecimento da realidade em que atuam”<sup>(98)</sup>.

Se a não participação do governo naquela reunião foi lamentada, a não participação dos cientistas no acordo nuclear e nos acordos envolvidos na tomada de decisão sobre ciência e tecnologia foi mencionada mais frequentemente. Numa mesa-redonda sobre “As realizações das entidades federais que apóiam a pesquisa científica”, três resoluções foram tiradas para serem submetidas à assembléia-geral. A primeira era lutar “contra a falta de participação da comunidade junto aos níveis de decisão dos órgãos federais que detêm as verbas para pesquisa”. O coordenador do encontro observou que o caráter do CNPq tinha mudado: “Antes era um órgão da ciência junto ao governo. Agora, é um órgão do governo junto à ciência”<sup>(99)</sup>. O físico Marcelo Dami de S. Santos comentou sobre as agências

que apoiavam a ciência, dizendo que enquanto antigamente elas tinham como “assessores, velhos e experimentados cientistas, que sabiam escolher entre uma pesquisa e outra para dar prioridade financeira, hoje os homens que decidem o destino das verbas nunca fizeram ciência e se encarregam do financiamento”(100).

Crodowaldo Pavan pedia maior participação dos cientistas na elaboração de planos científicos, uma vez que “os cientistas são chamados apenas para a fase de execução”(101). Wilson de P. Paula Filho sugeriu que uma política científica e tecnológica devia ser definida por representantes eleitos da comunidade científica(102).

No mesmo simpósio, sugeriu-se que poucos cientistas participavam na direção de órgãos governamentais responsáveis pela ciência e que isso acarretava uma deterioração no nível da pesquisa científica realizada no Brasil: “somente os projetos que atendem aos interesses governamentais e proporcionam resultados imediatos receberam apoio monetário”(103).

As queixas sobre a não participação dos cientistas no acordo nuclear começaram logo que este foi assinado em 1975. Alguns físicos advogavam uma consulta a toda a nação, mas enfatizaram que sequer a opinião dos cientistas tinha sido buscada(104). José Goldemberg disse que no documento enviado pelos físicos ao governo, em 1975, criticava-se o extremo segredo dos mecanismos governamentais de tomada de decisão e os conseqüentes erros técnicos do acordo. Goldemberg queixou-se de que nenhum cientista independente foi consultado e que as autoridades estavam inclinadas a ouvir apenas “o conselho que querem ouvir”(105). Como mencionamos anteriormente, ele descrevia o diálogo entre os cientistas e o governo como uma conversa de surdos(106).

Além das características do Estado, o modelo de desenvolvimento do Brasil também foi usado como uma explicação para a exclusão dos cientistas. Goldemberg publicou um artigo sobre o papel dos físicos, no qual se referia à importância da ciência e da tecnologia nas sociedades industrializadas durante a segunda metade deste século, e em particular à importância da física. Afirmou que os físicos poderiam dar uma importante contribuição ao processo de desenvolvimento do Brasil:

“No entanto, o modelo de desenvolvimento brasileiro, em certos campos, não tem [...] usado suficientemente o talento dos cientistas nacionais. Esta [...] é a causa de muitos atritos entre os físicos e o governo”(107).

Outro aspecto discutido foi um que já tinha sido debatido nas reuniões precedentes: o papel do capital multinacional, componente de importância decisiva no modelo de desenvolvimento brasileiro. Argumentava-se que as empresas multinacionais não davam nenhum incentivo importante à criação de tecnologia nacional nas áreas de produção industrial em que

estavam envolvidas. Contavam quase que inteiramente com a tecnologia disponível produzida externamente, com algumas modificações apenas de detalhe como contribuição local. Este tópico reapareceria em reuniões futuras.

A questão da participação dos cientistas nas decisões governamentais sobre ciência e tecnologia não era nova. Foi um dos fatores que levaram à fundação da SBPC e que permanecia como um de seus mais duradouros consensos. O que era novo depois de 1964 eram as características do Estado: o autoritarismo e a tecnocracia eram apontados como responsáveis pela exclusão dos cientistas do processo de tomada de decisão. A partir de 1977 a questão da participação dos cientistas (e talvez também de outros segmentos da população) na formulação de políticas nacionais para a ciência e a tecnologia ficou estreitamente associada à questão da transição para a democracia e do controle do Estado pela sociedade civil.

## 7.5. CONCLUSÃO

Este capítulo discutiu pormenorizadamente os acontecimentos que levaram a SBPC a tornar-se um dos mais importantes foros de debate e de defesa das liberdades civis durante o período do regime militar. Em 1977, pela primeira vez, a SBPC recebeu o apoio de outros grupos; sua reunião anual foi transformada numa 'reunião do povo', e a SBPC tornou-se uma associação da sociedade civil apoiada por todos os que lutavam pela democracia.

O capítulo também explicou como este alargamento dos interesses da SBPC, o impacto público de suas reuniões anuais e as tentativas dos estudantes de levarem ainda mais longe estas perspectivas subitamente ampliadas conduziram a uma busca de uma definição mais precisa e limitada do próprio alcance do papel da Sociedade. Quando o governo da 'abertura' tentou obstruir a reunião de 1977, a SBPC reenfatizou sua independência e esta permaneceria como uma de suas principais características. A partir de 1977 a SBPC financiou as reuniões com seu próprio orçamento e tornou-se financeiramente independente tanto quanto as reuniões permitiam. A segunda consequência visível dos acontecimentos foi a redefinição da SBPC como uma associação de cientistas, envolvida na política, certamente, mas apenas enquanto os interesses dos cientistas e da ciência estivessem afetados. No entanto, o emergente processo de 'abertura' era visto como um fator que podia diminuir o papel público da SBPC, e a busca de uma definição de seus limites não parou em 1977. Em 1980, um novo presidente propôs um polêmico 'retorno às origens', que foi bem recebido pela imprensa. Esta proposta e as reações a ela serão discutidas mais profundamente no próximo capítulo.

O relacionamento com o governo mudou durante o período. Antes de 1977, o governo estava bem próximo da SBPC. O ministro do Planeja-

mento do período, Reis Veloso, compareceu às reuniões anuais de 1974, 1975 e 1976, e o presidente Geisel recebeu a diretoria da SBPC em 1977. A recusa do governo de conceder as verbas para a reunião de 1977 e sua intenção de adiá-la ou cancelá-la romperam completamente os laços entre o governo e a SBPC. Depois da demonstração de força dada pela SBPC, o governo tentou restabelecer as ligações, e o presidente da Sociedade, Oscar Sala, foi convidado para uma reunião com o próximo presidente militar, general Figueiredo. O governo deu permissão aos funcionários públicos para que participassem das reuniões da SBPC a partir de 1977. Não obstante, a participação da comunidade científica no planejamento científico não cresceu, e a SBPC reivindicou anistia total para os cientistas aposentados sob atos institucionais pois ainda se preocupava com a exclusão dos cientistas do programa nuclear do governo.

Na análise final, a SBPC emergiu da crise de 1977 numa posição mais forte. Ela assumiu um papel importante no processo de democratização, aumentou sua independência e conquistou maior reconhecimento pelo governo.

## 7.6. NOTAS

- (1) *Folha de S. Paulo*, editorial, "Ciência e política", 6 de julho de 1977, p.2.
- (2) *Idem, ibidem.*
- (3) *Idem, ibidem.*
- (4) *O Estado de S. Paulo*, editorial, "A Reunião da SBPC e os erros do governo", 6 de julho de 1977, p. 3.
- (5) *Idem, ibidem.*
- (6) *Idem, ibidem.*
- (7) *Idem, ibidem.*
- (8) *Idem, ibidem.*
- (9) *Idem, ibidem.*
- (10) Ver a entrevista de Fernando Henrique Cardoso: "Em que país do mundo uma reunião de cientistas se transforma no pivô da discussão durante uma semana? Isso mostra a debilidade do sistema político em geral: a inexistência de canais para discutir as questões nacionais...", *Isto é*, "Democracia, simplesmente: F. H. Cardoso e o papel do intelectual e do político no Brasil. hoje", 3 de agosto de 1977, p. 34.
- (11) A. Stepan, *Os militares: da abertura à nova república*, p. 11.
- (12) Ver as palavras de Fernando Henrique Cardoso sobre a importância e a debilidade das reuniões da SBPC: "[...] adiantam-se problemas, politizam-se temas. O intelectual é capaz de politizar (ou seja, dar a devida dimensão política) aos temas. Mas como esses foros não são propriamente políticos, os temas morrem ali", *Isto é*, "Democracia simplesmente", p. 34.
- (13) *Jornal do Brasil*, editorial, "Conversa de surdos", 9 de julho de 1977, p. 10.
- (14) *Idem, ibidem.*
- (15) *Idem, ibidem.*
- (16) *O Estado de S. Paulo*, "Governo evita liberar participação na SBPC", 15 de julho de 1977, p. 28.
- (17) *Jornal do Brasil*, "Show para ajudar SBPC financeiramente terá a presença de Chico Buarque", 5 de julho de 1977, p. 14.
- (18) *O Estado de S. Paulo*, "SBPC começa, com críticas à USP", 7 de julho de 1977, p. 19.

- (19) *Jornal do Brasil*, "SBPC abre reunião perante mais de três mil pessoas", 7 de julho de 1977, p. 14.
- (20) *Idem, ibidem*.
- (21) *Folha de S. Paulo*, "Psiquiatras cearenses não virão por falta de auxílio financeiro", 7 de julho de 1977, p. 20.
- (22) *O Estado de S. Paulo*, "SBPC começa; Ney admite participação", 6 de julho de 1977, p. 1 e 13; *Jornal do Brasil*, "SBPC abre hoje com sessão solene a reunião anual e faz programa para amanhã", 6 de julho de 1977, p. 14.
- (23) *O Estado de S. Paulo*, "Governo evita liberar participação na SBPC", 5 de julho de 1977, p. 28.
- (24) *Folha de S. Paulo*, "Deixam de vir numerosos participantes", 8 de julho de 1977, p. 28.
- (25) *Folha de S. Paulo*, "Vetos variaram da proibição formal à advertência verbal", 14 de julho de 1977, p. 15.
- (26) *Idem, ibidem*.
- (27) *O Globo*, "Número de trabalhos atinge a quase 2 mil", 14 de julho de 1977, p. 8, e *Jornal do Brasil*, "Reunião teve 48 simpósios", 14 de julho de 1977, p. 13.
- (28) *Folha de S. Paulo*, "Possibilidade de o Brasil encontrar com a ciência", 6 de julho de 1977, p. 12, e na sessão de abertura o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns advertiu: "Governo e povo, todos devem saber que os cientistas vivem para a humanidade, e, quando eles se encontram, o Brasil encontra a ciência e encontra a si mesmo", *Jornal do Brasil*, "SBPC abre reunião perante mais de três mil pessoas", 7 de julho de 1977, p. 14.
- (29) *Folha de S. Paulo*, "Ciência e sociedade", 6 de julho de 1977, p. 2.
- (30) *Idem, ibidem*.
- (31) *Folha de S. Paulo*, "Enfim, cientistas reúnem-se", 7 de julho de 1977, p. 17.
- (32) *Folha de S. Paulo*, "Aplausos e emoções entre todos", 7 de julho de 1977, p. 17, e *Jornal do Brasil*, "SBPC abre reunião perante mais de três mil pessoas", 7 de julho de 1977, p. 14.
- (33) *Jornal da Tarde*, "SBPC - Retoques finais para uma discussão sem limites", 4 de julho de 1977, p. 8, e *Folha de S. Paulo*, "SBPC: um encontro feito com arte e solidariedade", 6 de julho de 1977, p. 36.
- (34) *Jornal do Brasil*, "SBPC já recebeu mais de 130 mil cruzeiros para custear reunião anual em São Paulo", 4 de julho de 1977, p. 6.
- (35) *O Globo*, "SBPC adapta PUC para sua reunião", 4 de julho de 1977, p. 5, e *Folha de S. Paulo*, "Prosseguem preparativos", 4 de julho de 1977, p. 10.
- (36) *Jornal do Brasil*, "SBPC abre hoje com sessão solene a reunião anual e faz programa para amanhã", 6 de julho de 1977, p. 14.
- (37) *Folha de S. Paulo*, "Começo é amanhã", 5 de julho de 1977.
- (38) *O Estado de S. Paulo*, "Governo evita liberar participação na SBPC", 5 de julho de 1977, p. 28.
- (39) *O Globo*, "Reunião da SBPC começa amanhã em São Paulo", 5 de julho de 1977, p. 7.
- (40) *Folha de S. Paulo*, "Sessão de abertura é às 20 horas, com discursos", 6 de julho de 1977, p. 12.
- (41) *Folha de S. Paulo*, "SBPC - Um show: o jogo proíbe-não proíbe", 7 de julho de 1977, p. 37.
- (42) *Idem, ibidem*.
- (43) *O Globo*, "Reunião da SBPC começa com 4 500 participantes", 8 de julho de 1977, p. 10.
- (44) *O Globo*, "Número de trabalhos atinge a quase 2 mil", 14 de julho de 1977, p. 8, e *Jornal do Brasil*, "ADUSP elogia a PUC e critica a USP", 5 de julho de 1977, p. 13.
- (45) *O Estado de S. Paulo*, "Governo evita liberar participação na SBPC", 5 de julho de 1977, p. 28, e *Folha de S. Paulo*, "ADUSP elogia a PUC e critica a USP", 5 de julho de 1977, p. 13.

- (46) *Folha de S. Paulo*, "Verbas oficiais à ciência será um dos assuntos – solidariedade", 6 de julho de 1977, p. 12.
- (47) *O Estado de S. Paulo*, "De tóxicos a hospitais, SBPC aponta falhas na saúde", 10 de julho de 1977, p. 33.
- (48) *Folha de S. Paulo*, "Aplausos e emoções entre todos", 7 de julho de 1977, p. 17.
- (49) *Jornal da Tarde*, "SBPC – Retoques finais para uma discussão sem limites", 4 de julho de 1977, p. 8.
- (50) *O Globo*, "Número de trabalhos atinge a quase 2 mil", 14 de julho de 1977, p. 8, e para totais menores ver *Folha de S. Paulo*, "ver cientistas foi programa de fim de semana", 10 de julho de 1977, p. 45; *Folha de S. Paulo*, "E São Paulo abriu suas portas", 9 de julho de 1977, p. 27; *Jornal do Brasil*, "SBPC abre hoje com sessão solene a reunião anual e faz programa para amanhã", 6 de julho de 1977, p. 14; *O Estado de S. Paulo*, "Governo evita liberar participação na SBPC", 5 de julho de 1977, p. 28; *Jornal do Brasil*, "SBPC já recebe mais de 130 mil cruzeiros para custear reunião anual em São Paulo", 4 de julho de 1977, p. 6.
- (51) *O Globo*, "Número...", *op. cit.*
- (52) *Jornal do Brasil*, "Duplo progresso", 13 de julho de 1977, p. 10, faz a seguinte observação: "E se a política esteve presente este ano, como esteve há um ano, o desvirtuamento de diversas reuniões e debates pela imaturidade de uns e pela malícia de outros [...]. O tumulto final [...] não basta para desmanchar a impressão de progresso em relação ao que se passou em 1976. Progresso da ciência e da consciência nacional."
- (53) *O Globo*, "Assembleia da SBPC não discute Constituinte", 12 de julho de 1977, p. 8.
- (54) *O Estado de S. Paulo*, "Tensão marca assembleia", 12 de julho de 1977, p. 16.
- (55) *Jornal do Brasil*, "Debate suspende assembleia da SBPC", 12 de julho de 1977, p. 17, e numa outra versão havia um total de 30 moções e oito a serem votadas, *O Globo*, "Assembleia da SBPC...", *op. cit.*
- (56) *O Estado de S. Paulo*, "SBPC pede anistia, mas nega-se a votar Constituinte", 12 de julho de 1977, p. 16.
- (57) *O Estado de S. Paulo*, "Tensão marca assembleia", 12 de julho de 1977, p. 6.
- (58) *Jornal do Brasil*, "Debate...", *op. cit.*
- (59) *O Estado de S. Paulo*, "Apoio à diretoria divide estudantes", 14 de julho de 1977, p. 18.
- (60) *Folha de S. Paulo*, "Crítica e autocrítica dos professores e estudantes", 14 de julho de 1977, p. 16 e *O Globo*, "SBPC encerra reunião sem discutir constituinte", 14 de julho de 1977, p. 8, *Jornal do Brasil*, "Documento critica estudantes", 14 de julho de 1977, p. 13.
- (61) *Idem, ibidem.*
- (62) *Idem, ibidem.*
- (63) *O Estado de S. Paulo*, "Apesar das tensões, começam os preparativos da 30ª reunião", 14 de julho de 1977, p. 18.
- (64) *Folha de S. Paulo*, "Cientistas estão preocupados em ativar a memória nacional", 13 de julho de 1977, p. 14, *Jornal do Brasil*, "Florestan Fernandes pede abertura eficiente para um regime democrático", 13 de julho de 1977, p. 15 e *O Estado de S. Paulo*, "Sociólogo prevê abertura", 13 de julho de 1977, p. 12.
- (65) *Folha de S. Paulo*, "Cientistas...", *op. cit.*
- (66) *Folha de S. Paulo*, "A diretoria decide as moções hoje", 13 de julho de 1977, p. 13.
- (67) *Jornal do Brasil*, "Debate político suspende assembleia da SBPC", 12 de julho de 1977, p. 17. Ver também *O Globo*, "Cientistas aprovam memorial por aclamação", 12 de julho de 1977, p. 8, *O Estado de S. Paulo*, "Na moção dos cientistas, a reivindicação de liberdade", 12 de julho de 1977, p. 16.
- (68) Os cientistas cunharam a expressão 'cassação branca' para se referirem a problemas de financiamento de pesquisa e a restrições aplicadas à participação em encontros internacionais, que se deviam, indubitavelmente, a razões políticas, embora nunca tenham sido especificadas.
- (69) *Idem, ibidem.*
- (70) *Folha de S. Paulo*, "Moções aprovadas", 13 de julho de 1977, p. 13; ver também *Folha*

- de S. Paulo, "Assembléia não consegue votar todas as moções", 12 de julho de 1977, p. 14.
- (71) *O Globo*, "A SBPC", 15 de julho de 1977, p. 6.
- (72) *O Estado de S. Paulo*, "Notas e informações", 15 de julho de 1977, p. 3.
- (73) *Idem, ibidem*.
- (74) *Idem, ibidem*.
- (75) *Folha de S. Paulo*, "Primeiro balanço de uma reunião que não acabou", 17 de julho de 1977, p. 8.
- (76) *Idem, ibidem*.
- (77) *Folha de S. Paulo*, "Interrompido o encerramento", e "O discurso do Prof. Rocha e Silva", 14 de julho de 1977, p. 14.
- (78) *O Estado de S. Paulo*, "Apesar das tensões começam preparativos da 30ª reunião", 14 de julho de 1977, p. 18.
- (79) Ver por exemplo *O Estado de S. Paulo*, "Verba, o principal problema", 14 de julho de 1977, p. 18, e *Folha de S. Paulo*, "Para o presidente da SBPC, a 29ª reunião superou expectativas", 14 de julho de 1977, p. 15 e 17.
- (80) *Folha de S. Paulo*, "Domingo livre antes do dia da assembléia", 11 de julho de 1977, p. 9.
- (81) *Folha de S. Paulo*, "No simpósio sobre 'Serviçõe's da Cultura, as dificuldades da SBPC", 12 de julho de 1977, p. 16, e *Jornal do Brasil*, "Biólogo quer SBPC independente mesmo que receba verba oficial", 12 de julho de 1977, p. 16; *O Estado de S. Paulo*, "Verba, o principal problema", 14 de julho de 1977, p. 18.
- (82) *Idem, ibidem*.
- (83) *Folha de S. Paulo*, "Para o presidente da SBPC, a 29ª reunião superou expectativas", 14 de julho de 1977, p. 15 e 17.
- (84) *Folha de S. Paulo*, "SBPC - Todo o apoio das artes para os cientistas", 5 de julho de 1977, p. 35.
- (85) M.I.P. de Queirós, "Reflexões sobre as sociedades científicas", *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1977, p. 3.
- (86) R. Della Cava, "A SBPC mais forte que nunca", *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1977, p. 6.
- (87) *Idem, ibidem*.
- (88) J. Brandão Lopes, "É urgente reduzir a dependência", *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1977, p. 6.
- (89) P. Abramo, "Independência da SBPC", *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1977, p. 48.
- (90) *Idem, ibidem*.
- (91) *Idem, ibidem*.
- (92) *O Estado de S. Paulo*, "Verba, o principal problema", 14 de julho de 1977, p. 18. Ou, em outra versão: "Se o auxílio do Governo vier será bem-vindo, mas acima de tudo a SBPC preservará seus princípios e sua liberdade", *O Globo*, "Número de trabalhos atinge quase 2 mil", 14 de julho de 1977, p. 8, e *Jornal do Brasil*, "Sala exalta união e apoio", 14 de julho de 1977, p. 13.
- (93) *O Estado de S. Paulo*, "SBPC começa com críticas à USP", 7 de julho de 1977, p. 19.
- (94) *Jornal do Brasil*, "SBPC abre reunião perante mais de três mil pessoas", 7 de julho de 1977, p. 14.
- (95) *Jornal do Brasil*, "Sala exalta união e apoio", 14 de julho de 1977, p. 13.
- (96) *Jornal do Brasil*, "Discurso lançava D. Paulo para Papa", 14 de julho de 1977, p. 13.
- (97) José M. de Lima, "Entraves e dificuldades para a realização da reunião anual", *Folha de S. Paulo*, 14 de julho de 1977, p. 15.
- (98) M. H. R. Antuniassi, "Agricultura do excedente", *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1977, p. 3.
- (99) *Folha de S. Paulo*, "Cientistas querem maior participação", 9 de julho de 1977, p. 11.
- (100) *Jornal do Brasil*, "Físico diz que argentite, burocratite e propagandite atacam ciência



brasileira", 11 de julho de 1977, p. 1 e 16, e *Jornal do Brasil*, editorial, "Canais incompetentes", 12 de julho de 1977, p. 10.

(101) *O Globo*, "Sociedades científicas não se consideram de oposição", 12 de julho de 1977, p. 8.

(102) *Folha de S. Paulo*, "A formação de cientistas no Brasil criticada em simpósio", 12 de julho de 1977, p. 13.

(103) *O Estado de S. Paulo*, "Cientistas apontam falta de apoio financeiro à pesquisa", 12 de julho de 1977, p. 17.

(104) *Folha de S. Paulo*, "Uma conferência para 3 mil pessoas", 8 de julho de 1977, p. 1, e Odilon Guimarães, "Debate e consulta à nação sobre o acordo", *Folha de S. Paulo*, 8 de julho de 1977, p. 21.

(105) *O Estado de S. Paulo*, "Físico aponta riscos para a energia nuclear", 8 de julho de 1977, p. 10.

(106) *Jornal do Brasil*, "Goldemberg diz que diálogo de cientistas e governo é surdo", 8 de julho de 1977, p. 16.

(107) José Goldemberg, "O papel dos físicos". *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1977, p. 2.



## CAPÍTULO 8

### O DEBATE DE UMA NOVA TENDÊNCIA: DA MANUTENÇÃO DOS MESMOS OBJETIVOS AO 'RETORNO ÀS ORIGENS'

Neste capítulo serão analisadas as novas tendências da associação tal como emergiram durante as três reuniões anuais que se seguiram aos acontecimentos críticos de 1977. Embora este tenha sido o ano de maior força da SBPC como um órgão da sociedade civil, também exigiu dela uma definição mais precisa de seu papel.

Uma razão adicional para a força da SBPC era o fato de os velhos problemas do relacionamento da comunidade científica com o governo permanecerem, sobretudo a questão da anistia, a participação no processo de tomada de decisão e o conflito entre ciência e tecnologia. A crença da SBPC em seu papel no processo de democratização também se fortaleceu em 1977, e foi exercida nas reuniões posteriores, especialmente na discussão da anistia. Talvez como uma consequência deste seu novo papel, a SBPC apoiou, ou pelo menos aquiesceu na reorganização da UNE durante suas reuniões.

A idéia de uma nova definição implicava a supressão ou ao menos o controle do conteúdo político da reunião anual. Esta exigência era frequentemente expressa de maneira elegante e convincente, como sendo uma consequência de mudanças que ocorriam na sociedade brasileira, particularmente o desenvolvimento do processo de 'abertura' e a criação de outros canais ou foros para que grupos organizados expressassem suas reivindicações. A relação entre a 'abertura' e o caráter da reunião da SBPC era considerada tão direta que alguns grupos mais pessimistas quanto ao futuro da Sociedade prediziam que o progresso da 'abertura' tornaria áridas as reuniões subsequentes. Se o papel e o curso de ação da SBPC se deviam à natureza fechada do regime, uma vez que este se abrisse, a SBPC perderia muito do seu papel público. Entretanto, no contexto de um Estado democrático e de uma sociedade civil forte, com grupos organizados participando da vida pública, era inimaginável que a SBPC voltasse a ser uma associação científica fraca ou até mesmo acanhada.

Talvez fosse esta a visão primeira dos que desejavam as coisas assim, ou dos que acreditavam que era possível, tanto quanto desejável, separar a ciência da política. Decerto a existência de outros canais e de outros grupos organizados diminuiria o papel da SBPC como um dos poucos foros de debate no país. A eliminação da censura à imprensa poderia tornar a cobertura das reuniões menos atraente, já que os assuntos ali discutidos seriam debatidos em várias outras oportunidades e sob iniciativa dos próprios jornais.

Apesar de tudo, porém, as reuniões anuais da SBPC provavelmente continuariam a ser importantes e a receber grande cobertura da imprensa, se fossem levados em conta os seguintes aspectos: a relativa escassez de eventos culturais importantes no Brasil; o considerável número de participantes, inclusive alguns dos mais eminentes cientistas em suas áreas; e, finalmente, os debates geralmente diziam respeito a problemas do Brasil contemporâneo.

### 8.1. A REUNIÃO ANUAL DE 1978

A forma como se deu este debate sobre o futuro da SBPC será acompanhado cronologicamente. Como já se disse, a partir de 1978 era corrente a idéia de que, com a 'abertura' e a criação de novos canais, a SBPC perderia seu papel público e sua significação: ela se tornaria simplesmente uma sociedade científica, que realizaria reuniões especializadas sem atrair maior cobertura da imprensa. Qualquer pessoa podia concordar que a significação da reunião da SBPC de 1977 fora o resultado de circunstâncias específicas, e que se a sociedade brasileira estava num processo de democratização, a SBPC perderia seu papel como o único foro, ou um dos poucos foros de debate. Alguns membros e a diretoria argumentaram que era impossível para a SBPC perder seu papel político ou abster-se de discutir questões políticas ligadas à ciência e ao papel dos cientistas. Se era verdade, como argumentavam alguns jornais, que a SBPC não era conhecida do público em geral antes dos anos 70, também era impossível esquecer a SBPC depois de 1977.

O jornal conservador *O Globo* escreveu sobre a reunião anual de 1978:

“Os diretores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência [...] esperam que não se repita o mesmo clima do encontro anterior, praticamente transformado num ato político. Segundo eles, nos últimos meses foram criados vários canais de manifestação política em diversos setores da comunidade e, portanto, a reunião da SBPC, que este ano terá algumas importantes inovações, já não é mais o unico grande fórum de debates”<sup>(1)</sup>.

Entretanto, mesmo este curto artigo expressava dúvidas a este respeito”, dizendo que a reunião “prometia gerar polêmicas de natureza

política” porque a principal reivindicação dos participantes era a anistia para os cientistas punidos pelo regime militar. O artigo também se referiu ao crescimento da SBPC, ao comparar sua primeira reunião, com 80 participantes, em 1948, e a reunião de 1978 que esperava atrair 10 000 – a SBPC tinha, àquela data, 14 000 membros nominais<sup>(2)</sup>. O apoio recebido de vários setores da sociedade civil em 1977 foi lembrado por Oscar Sala em seu discurso de abertura da reunião anual de 1978:

“[...] e manifestou um apreço ao prestígio que diversos setores da sociedade civil têm manifestado à entidade científica”<sup>(3)</sup>.

A cobertura da imprensa foi bastante simpática em relação à reunião, com três editoriais positivos e um que se opunha à reforma agrária proposta num simpósio<sup>(4)</sup>. Um editorial comentou que, embora houvesse debate político na reunião e que este quase se tornou um *happening*, “teses científicas constituem a ampla maioria e justificariam, por si sós, um encontro desta natureza”<sup>(5)</sup>. O editorial defendeu os pontos positivos do debate e sua habilidade para erradicar o fanatismo, a conspiração, o dogmatismo, etc. O jornal queixava-se de que as universidades brasileiras estavam sofrendo “de letargia e por muito tempo têm evitado considerar a realidade de nossa situação”. Criticando o pragmatismo do planejamento brasileiro, o editorial enfatizou a exclusão da comunidade científica:

“O excesso de pragmatismo, entretanto, como a experiência histórica demonstra exaustivamente, corresponde à miopia do planejamento, à anulação dos estratos mais representativos da inteligência nacional”<sup>(6)</sup>.

O editorial de *O Estado de S. Paulo* começava com uma forte declaração sobre a alienação dos cientistas do sistema político e produtivo:

“Marginalizada, embora dos mecanismos de decisão política –como se o sistema produtivo, que nos condiciona o desenvolvimento, nada tivesse a ver com a vida acadêmica, com a pesquisa científica e tecnológica e com a expansão cultural do país –, a ciência brasileira não perdeu seu vigor, nem cogitou de pôr a leilão a própria identidade: continua oferecendo à nossa bizarra vida política o desafio da racionalidade, tomado às vezes, puerilmente, por contestação”<sup>(7)</sup>.

Um quarto editorial elogiou o fato de um simpósio discutir a cultura popular brasileira. Um sociólogo, Gisálio Filho, publicou um artigo no *Jornal do Brasil* elogiando a livre circulação de informações dentro da SBPC e comparando-a com a maneira como a informação circulava dentro do governo, descrevendo-as respectivamente como ‘informação aberta’ e ‘informação fechada’. Mostrou como a reunião da SBPC proporcionava a oportunidade de se encontrarem cientistas de diferentes áreas de pesquisa e

distinta orientação metodológica, bem como para que cientistas do Norte e do Nordeste se encontrassem com os do Sul. Os debates alcançaram o público em geral através da imprensa. O autor considerava a discussão entre estudantes e cientistas em diferentes estádios de suas carreiras como um exercício da prática democrática<sup>(8)</sup>.

A SBPC era considerada não apenas um foro democrático de debate, mas também como tendo um importante papel no processo da democratização brasileira. Como este processo ainda estava em progresso, com várias incertezas resultantes de “onze anos de luta, conflitos, avanços e retrocessos dentro do Estado, cujo resultado era sempre incerto”<sup>(9)</sup>, a SBPC não corria o perigo de perder sua importância.

Tanto quanto local de debates, outra importante função da SBPC era a de agir como uma universidade. Como declarou José Reis, “ousou dizer que sem comunicação não há ciência”; e ressaltou que

“Num país [...] onde as universidades são, não muito raro, mudas, a SBPC se fez verdadeira universidade itinerante”<sup>(10)</sup>.

Na sua opinião, as ligações da SBPC com os estudantes eram muito importantes, “a grande força da ciência e do pensamento futuro do país”, e referiu-se à contribuição da Sociedade à descoberta e ao estímulo da vocação científica através da promoção do concurso Cientistas do Amanhã. Reis concluiu dizendo que estas ligações com os estudantes muito frequentemente recebiam “o olhar desconfiado dos que preferem o monólogo autoritário”<sup>(11)</sup>.

O presidente da SBPC, Oscar Sala, declarou que a XXX Reunião Anual pretendia “retomar os primeiros objetivos estritamente científicos” e que ele acreditava que os problemas seriam resolvidos com o “desenvolvimento científico da nação”. Em seguida, propôs que a comunidade científica abandonasse reivindicações políticas e se concentrasse em sua própria pesquisa”<sup>(12)</sup>.

Tal proposta é semelhante ao ‘retorno às origens’, de José Goldemberg em 1980, mas isso levantava a questão de quais eram as origens da SBPC. A associação fora criada para proteger os cientistas e a ciência e defendê-los contra ações destrutivas do governo. Pode-se argumentar que o objetivo agora não era voltar a uma reunião, como a de 1948, com 80 participantes, nem excluir as ciências humanas. Em todo caso, os problemas para os quais a SBPC estava ‘pedindo’ solução eram problemas contemporâneos, tais como os discutidos naquela reunião, que incluíam o conflito entre ciência e tecnologia, a anistia aos cientistas e a exclusão dos cientistas do processo de tomada de decisão.

Em seu discurso de abertura da reunião, Rocha e Silva, chamado por José Reis “o líder dos movimentos contra os que procuram reduzir a ciência à tecnologia”<sup>(13)</sup>, referiu-se a um artigo no *O Estado de S. Paulo*, publicado pelo ex-prefeito de São Paulo, que apresentava a opinião corrente no governo de que

“nos ‘países pobres’ como o nosso, a tecnologia deve ter prioridade sobre a ciência. Contra tal conceito metafísico, existe, há trinta anos, o grito de alarme da SBPC, que acredita que a ciência brasileira pode se desenvolver concomitantemente com o desenvolvimento do País [...] negando a existência de uma oposição entre ciência pura e ciência aplicada, como provam as nossas reuniões anuais, quando, ao lado de trabalhos de ciência pura, são discutidos os maiores problemas do país”<sup>(14)</sup>.

Uma questão a ser resolvida entre o governo e a comunidade científica era a anistia dos cientistas demitidos por razões políticas e que estava relacionada com a questão mais ampla de uma anistia política geral. A campanha brasileira pela anistia estava ficando mais forte, dentro e fora da SBPC. O editorial de *O Estado de S. Paulo*, referindo-se ao discurso de abertura de Maurício Rocha e Silva, comentava:

“Porque acredita que a ciência cresce e se afirma a despeito das ameaças que sofre, ameaças, aliás, que são a outra face da frustração oficial por não poder domesticá-la e educá-la, pôde o professor Maurício Rocha e Silva colocar a reivindicação de anistia para os colegas punidos pelo AI-5 e de liberdades democráticas para o país no contexto legítimo da liberdade de expressão e pensamento: ‘Já está na hora de o governo reconhecer o mal que fez ao Brasil dispensando esses homens todos; já está na hora de perceber que essa história de comunismo já passou de época e que está na hora de unir as forças em benefício da Nação’<sup>(15)</sup>.

Na mesa-redonda sobre metas prioritárias para a ciência no Brasil contemporâneo, concluiu-se que o estabelecimento de prioridades era necessário, especialmente porque a comunidade mais interessada não era consultada. O coordenador ressaltou que era vital que os cientistas tivessem ‘uma voz ativa’ em seus próprios campos, e o professor Aziz Ab’Saber recomendou aos cientistas que lutassem pela

“minimização dos efeitos maléficos de um sistema econômico que faz com que a maioria da população não tenha condições mínimas de vida. Em primeiro plano temos um Estado onipotente e autoritário e em segundo plano a empresa, que é quem possui poder de diálogo com o Estado. A seguir, o que temos é um parlamento enfraquecido, sem qualquer poder decisório, e uma universidade frágil e acovardada, diante de sua impossibilidade”<sup>(16)</sup>.

Os participantes do debate sugeriram que os cientistas deviam participar dos programas do governo para o desenvolvimento científico.

Maurício Rocha e Silva mencionou jocosamente que o maior problema do governo não era conceder a anistia, mas convencer os cientistas que trabalhavam no exterior em melhores condições a retornarem ao Brasil. Na sessão de abertura, o Comitê Brasileiro pela Anistia, de São Paulo, distribuiu dezenas de petições a serem assinadas pelos participantes. O comitê tinha começado uma campanha no dia anterior, para pagar tributo "a todos os cientistas brasileiros que se encontram afastados de suas funções, arbitrária e prepotentemente"<sup>(18)</sup>. A Associação Docente da Universidade de São Paulo (ADUSP) distribuiu uma carta aberta pedindo pela readmissão de

"professores e cientistas atingidos pelos atos institucionais e por outros instrumentos de exceção e a supressão de todas as formas diretas e indiretas de repressão político-ideológica sobre a Universidade brasileira"<sup>(19)</sup>.

Oscar Sala declarou que a questão da anistia seria discutida na assembleia-geral, tal como o fora no ano anterior, quando uma moção e petição neste sentido foi aprovada. Acrescentou que não tinha dados precisos sobre o número de cientistas atingidos, mas as áreas mais fortemente prejudicadas eram a física, a fisiologia e as ciências sociais. Discutiu de novo o papel político-científico da SBPC, embora reconhecesse que o aspecto político era tão importante quanto o científico:

"O que se destaca, quase sempre, é o lado político, mas a SBPC é primordialmente científica. O aspecto científico é tão fundamental e importante quanto os temas políticos"<sup>(20)</sup>.

Fernando Henrique Cardoso e o jornalista Audálio Dantas, candidato as eleições parlamentares de novembro, distribuíram um comunicado conjunto comprometendo-se a lutar pela 'plena readmissão' de todos os cientistas demitidos das instituições científicas brasileiras. Consideravam ser este um requisito para que as universidades recuperassem "a independência de que foram despojadas". Denunciavam

"o processo sistemático de chicanas, violências, intimidações e arbitrariedades que culminou com o expurgo de nossos mais qualificados cientistas e professores, citando, entre outros, Florestan Fernandes, José Leite Lopes, Márcio Schemberg, Luís Hildebrando Pereira da Silva, Jaime Tiomno, Hélio Lourenço da Silva e Haity Moussatché"<sup>(21)</sup>.

O manifesto da ADUSP referia-se ao novo método de repressão que ficou conhecido por 'cassação branca':

"Têm sido várias as formas pelas quais se manifesta esta repressão. Restrições de natureza ideológica têm impedido professores e cientistas de obter licenças



para viagens ao exterior, têm barrado a obtenção de bolsas de estudo e contratação ou recontração de outros”(22).

A SBPC agiu como uma organização guarda-chuva para a criação de associações específicas em cada campo de conhecimento. Em 1978, serviu de cobertura para a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES)<sup>(23)</sup>. A criação da ANDES foi importante não apenas porque era uma associação nacional, mas também porque estimulou a organização dos professores dentro de cada universidade. A ANDES assumiu o papel de sindicato, envolvendo-se principalmente com a questão de salários e condições de trabalho dentro das universidades.

Houve sinais de melhora no relacionamento entre a SBPC e o governo. O presidente da República assinou um ato permitindo a funcionários públicos a participação na reunião da SBPC<sup>(24)</sup>. Comparando-se com o ano anterior, quando vários servidores públicos foram impedidos ou aconselhados a não participarem, este era um indicador da importância atribuída à reunião. Além disso, Oscar Sala teve um encontro com o general Figueiredo, apontado para ser o próximo presidente militar do Brasil, e também com o general Geisel, presidente na época<sup>(25)</sup>. Tais reuniões valeram a Sala uma mensagem de Maurício Rocha e Silva, que estava em Paris, pedindo-lhe que renunciasse à presidência da SBPC, uma vez que havia traído os ideais da associação. O assunto foi amplamente divulgado pela imprensa em 1979<sup>(26)</sup>. Sala renunciou por um curto período, para retornar e terminar seu mandato que devia expirar em julho de 1979. Rocha e Silva chamou Sala de ‘adesista’ e acusou-o de não respeitar a decisão dos membros da SBPC de abster-se de contatos com o governo<sup>(27)</sup>.

## 8.2 A REUNIÃO ANUAL DE 1979

A reunião de 1979 celebrou o centenário de nascimento de Einstein. A questão da anistia foi amplamente discutida, e a reunião rendeu homenagem a Carlos Chagas e a cientistas aposentados pelo governo, 22 dos quais estiveram presentes a reunião<sup>(28)</sup>. As propostas de anistia do governo forneceram material para discussão, críticas e emendas. Um editorial do *Jornal do Brasil*, intitulado “Hora da razão”, discutiu a política científica e mostrou como o investimento do governo pós-1964 em ciência e tecnologia expandira a atividade científica e o treinamento universitário no Brasil, mas como também gerara várias distorções. O editorial via a SBPC como uma válvula de escape para os ‘sentimentos reprimidos’ da comunidade científica. Considerou a crise econômica e a necessidade de ser cauteloso no corte de orçamento. Finalmente, o editorial referiu-se a anistia e comentou que os cientistas não haviam praticado crime algum:

“Cabe, também, ao governo encontrar fórmulas que facilitem a integração de uma elite do mais alto nível que não se deve deixar ao sabor de uma fórmula

geral de anistia – pois, no caso dos cientistas, não houve crime de espécie alguma”(29).

José Reis expressou o mesmo ponto de vista que a SBPC na questão da anistia para cientistas, considerando-a desnecessária já que uma anistia propriamente dita só é concedida a quem tenha cometido um crime. Disse: “Esse não é o caso dos professores que foram aposentados, afastados de suas funções e do Brasil”. Acrescentou que desde 1974 a SBPC vinha pressionando pelo regresso

“dos professores afastados e aposentados por força dos atos institucionais. Homens como o físico José Leite Lopes devem ficar no Brasil porque são uma fonte de informação e desenvolvimento essenciais ao País”(30).

A Sociedade Brasileira de Física (SBF) aprovou uma moção em sua assembléia-geral de apoio a um documento da Associação dos Docentes da Universidade do Rio de Janeiro (ADURJ) que repudiava as propostas de anistia do governo. A moção devia ser submetida à assembléia-geral da SBPC e propunha que as diretorias da SBF e da SBPC, com outras associações interessadas, se encontrassem com os ministros da Educação e da Justiça, com os líderes do Congresso e outras autoridades para expressarem suas opiniões sobre as ‘inaceitáveis’ restrições impostas pelo projeto de anistia<sup>(31)</sup>. Uma dessas restrições era a de que funcionários públicos tinham de apelar à administração para serem readmitidos; o que dependeria da existência de uma vaga e dos interesses da própria administração<sup>(32)</sup>. A moção exigia uma readmissão ‘automática e imediata’ de cientistas punidos por atos institucionais “com plenos direitos e com ressarcimento dos prejuízos materiais e morais causados pelo afastamento compulsório”(33).

Os físicos também aprovaram uma moção que exigia o fim imediato dos órgãos de segurança – as assessorias de segurança e informação – ou equivalentes dentro das universidades e instituições de pesquisa. Uma terceira moção pedia a todos os colegas que eram assessores nas agências federais de educação e ciência que denunciassem e pressionassem os responsáveis por aqueles órgãos em qualquer nível a fim de eliminar

“discriminações políticas e ideológicas nas contratações, concessões de bolsas, de passaporte e em quaisquer atividades acadêmicas e científicas”(34).

Nesta reunião, a melhora das relações entre a SBPC e o governo foi novamente reconhecida. O governador do Ceará e o presidente da República, general Figueiredo, permitiram que os funcionários públicos participassem da reunião<sup>(35)</sup>; mas nada mais de real significação aconteceu. O professor Simão Matias ressaltou que a comunidade científica e o

governo estavam andando mais próximos um do outro no nível científico e técnico. No entanto, a fim de ilustrar essa situação ele voltou a 1975 e deu como exemplo a presença do ministro do Planejamento, Reis Veloso, na sessão de abertura da reunião da SBPC em Brasília. Concluiu: "Isso bem revela essa inter-relação entre o governo e a SBPC"<sup>(36)</sup>. Cabe perguntar porque ele não citou um acontecimento mais recente como exemplo. Sobre o mesmo assunto, Oscar Sala não se referiu nem ao passado nem ao presente, mas mencionou as esperanças dos cientistas de participarem no processo de tomada de decisão do governo no futuro. O tom de seu discurso foi muito brando e deixou implícito que, se havia uma oportunidade, os cientistas deviam aproveitá-la. Sala via a possibilidade de um relacionamento mais estreito entre o governo e a comunidade científica "desde que ela seja chamada a participar dos projetos governamentais"<sup>(37)</sup>. E cabia ao governo pedir a colaboração da SBPC<sup>(38)</sup>. Mário Schemberg também sugeriu que os membros da SBPC participassem

"da solução dos problemas do país, de forma que o Brasil consiga vencer a crise que atravessamos"<sup>(39)</sup>.

O biofísico Roberto Lent expressou sua opinião sobre como aumentar a participação do cientista comum, não apenas na elaboração mas também no controle da política científica nacional. Salientou que esta política era formulada por técnicos do governo federal e tinha eminentes cientistas como consultores<sup>(40)</sup>.

É interessante notar que nesta época os cientistas não estavam pedindo participação, ainda que Sala mencionasse esta luta como a característica básica da SBPC:

"A SBPC nasceu exatamente da necessidade de uma luta, de um problema na área de São Paulo e essa luta caracteriza justamente o comportamento da Sociedade nos seus 31 anos de existência"<sup>(41)</sup>.

Apesar de tudo, o próprio Sala via outros sinais de que o governo agora estava reconhecendo a importância da comunidade científica em geral e das reuniões da SBPC em particular. Este reconhecimento incluía o comparecimento à reunião de representantes governamentais do CNPq, FINEP e FAPESP.

Sala disse que a 'abertura' era um 'bom começo'<sup>(42)</sup> que, devido ao clima de confiança proporcionado pelo governo, tinha ajudado na realização de uma "reunião calma e cordial"<sup>(43)</sup>. Finalmente, a 'abertura' criaria as condições para que os cientistas participassem:

"Afirmou o físico que o relacionamento da SBPC com o Estado se mantém num nível cordial e adiantou que, agora, em função da abertura 'que sem

dúvida será ampliada', o governo ouvirá e aceitará os pontos de vista da SBPC"(44).

Sala interpretou a permissão dada pelo governo aos funcionários públicos como um gesto de cooperação com a SBPC. A 'abertura' começava a ser vista como tendo um efeito positivo sobre a reunião da SBPC. Quando indagado por um jornalista, respondeu que não sabia se a atenção dada às reuniões da SBPC iria diminuir com a 'abertura', mas que "o importante é que a SBPC tem um programa e um objetivo a ser cumprido"(45).

Dizia-se que o que caracterizava aquela reunião era que ela era muito menos emocional que as de Brasília e São Paulo(46) e que surgia uma nova e importante questão sobre a responsabilidade dos sócios e os problemas internos da SBPC. Sala declarou:

"Minha experiência de seis anos na presidência da Sociedade comprova que não há dificuldades apenas externas, mas também, e principalmente, as internas"(47).

Esta foi talvez a primeira vez que 'problemas internos' foram mencionados em público. Tais problemas se relacionavam basicamente com a participação efetiva dos membros: a SBPC tinha 16000 sócios assim classificados, mas apenas 4000 estavam em dia com suas anuidades, o que era uma condição necessária para se votar nas eleições. "Uma Sociedade se constrói com membros", disse Oscar Sala:

"Mas a SBPC nem sempre recebe o apoio que seria de se desejar de seus sócios e das sociedades específicas que a compõem"(48).

A SBPC estabelecera a prática de apresentar um relatório final em sua reunião anual. O último item desse relatório declarava a intenção de mudar o curso da SBPC. O relatório caracterizava os anos 70 como

"... a passagem de um ensaísmo de combate, de pesquisas mais gerais, e de luta mais direta [...] para um novo período em que se buscará mais incessantemente as *relações da ciência com a sociedade*. A própria noção de ciência mudou muito nesses anos, e a SBPC agora está preparada para um salto qualitativo"(49).

A relação da ciência com a sociedade é uma rubrica um tanto vaga, mas mais tarde o ensino e a pesquisa serão descritos como um 'ato de libertação', e já fora mencionado antes que a ciência devia estar ligada ao processo produtivo. No entanto, o que foi enfatizado várias vezes durante a reunião foi que uma mudança de diretoria não implicava mudanças nos objetivos da SBPC(50).

José Reis deveria ser o próximo presidente, mas não compareceu à reunião de Fortaleza por problemas de saúde que o levaram a renunciar em dezembro de 1979, e José Goldemberg, o primeiro vice-presidente, ocupou o cargo<sup>(51)</sup>.

Antes de discutir as novas tendências da SBPC nos anos 80, é importante mencionar o tom da cobertura da imprensa na reunião de 1979. Um incidente na sessão de abertura provocou irritação na imprensa local e posteriormente na nacional. O governador do Ceará, Virgílio Távora, ofereceu-se para falar na sessão, e sua oferta foi aceita. No entanto, seu discurso foi interrompido diversas vezes pelas vaias, e ele se retirou. O jornal *Tribuna do Ceará* publicou quatro editoriais consecutivos criticando o comportamento dos participantes. Começaram por referir-se ao incidente como uma afronta à hospitalidade oferecida<sup>(52)</sup> e continuaram com críticas cada vez mais políticas e conservadoras<sup>(53)</sup>. Outro incidente posterior provocou a reação da imprensa nacional quando, durante a discussão sobre a ocupação da Amazônia, e mais especificamente sobre o Projeto Jari do bilionário norte-americano Daniel Ludwig, alguns participantes reagiram muito violentamente, impedindo que representantes do governo justificassem os projetos. Os títulos dos editoriais revelam suas críticas – *Jornal do Brasil*: “Fuga ao debate”<sup>(54)</sup>; *O Estado de S. Paulo*: “Grupo escolar para membros da SBPC”<sup>(55)</sup>; e um artigo do *Jornal do Brasil*: “SBPC não acha o caminho da participação realista”<sup>(56)</sup>. *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial crítico sobre a natureza da ciência e o perigo das interpretações dogmáticas, e aconselhou a SBPC a não formular políticas, mas, sim, aproveitar a oportunidade de dar sua “contribuição científica” ao processo de tomada de decisão<sup>(57)</sup>. Em contrapartida, a *Folha de S. Paulo* publicou um editorial e um artigo bastante favoráveis à SBPC<sup>(58)</sup>.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi reconstituída na reunião de Fortaleza. Esta notícia foi largamente estampada pela imprensa, mas Sala e o reitor da universidade trataram a questão diplomaticamente, embora cinco estudantes tenham sido detidos durante a reunião por panfletagem<sup>(59)</sup>. Em contraste com a recepção dada ao governador do Ceará, o presidente da UNE, que sequer estava incluído no programa, falou por vinte minutos na sessão inaugural e foi vivamente aplaudido. Convidou o governador a falar sobre os problemas do Nordeste que “ele conhece tão bem”<sup>(60)</sup>. A reação da imprensa à participação dos estudantes foi o silêncio, publicado apenas uma entrevista com um estudante que criticou a UNE e seu sistema de representação<sup>(61)</sup>.

### 8.3 A REUNIÃO ANUAL DE 1980

Um retorno às origens da Sociedade foi proposto pelo presidente da SBPC, José Goldemberg, na reunião anual de 1980, claramente como um

meio de elevar o moral da reunião. Isso provocou uma cobertura intensa e maledicente de parte da imprensa. O *Jornal do Brasil* publicou um artigo intitulado “SBPC instala 32ª reunião propondo a volta às raízes” em apoio à proposta<sup>(62)</sup>. As palavras de José Goldemberg na sessão inaugural foram:

“A escolha da educação como tema central mostra que a intenção da Sociedade é tentar voltar ao seu estuário, discutindo não os temas do momento, mas os problemas de médio e longo prazos de interesse dos cientistas. Ela não o faz para criticar o governo, mas para aprofundar a compreensão em torno destes problemas e, se preciso, fazer críticas, propor novos recursos, apoiar as denúncias políticas governamentais. Só aqueles que se acostumaram a práticas arbitrarias [e] muitas destas práticas arbitrarias ainda estão presentes entre nós, apesar dos indubitáveis progressos ocorridos no lento caminho do retorno à democracia que se iniciou com a revogação do AI-5”<sup>(63)</sup>.

A declaração de Goldemberg não é muito clara quanto ao significado de ‘voltar ao seu estuário’. Provavelmente sua intenção fosse o retorno aos aspectos científicos de preferência aos políticos. O *Jornal do Brasil* assim interpretou as palavras do presidente, num editorial sobre a reunião:

“[...] com perspectivas de melhor aproveitamento do que as de alguns anos recentes, caracterizadas por atmosfera excessivamente politizada e polêmica. Regressando ao seu leito natural, que é o de um fórum de debates e exposições sobre o que se passa no meio científico e intelectual brasileiro, a assembléia encontra vastas áreas literalmente virgens à espera de uma discussão séria”<sup>(64)</sup>.

Entretanto, Goldemberg sublinhou várias vezes que as práticas arbitrarias ainda aconteciam e que a SBPC tinha de denunciá-las. Citou os mais recentes incidentes, que seriam discutidos durante a reunião. Primeiro, o encontro da SBPC com o ministro da Justiça, para pedir a readmissão automática de cientistas, não tivera êxito, e o ministro tentou apenas iludir os representantes da SBPC. Segundo, a progressiva deterioração das universidades e institutos de São Paulo que estavam então na pior situação ‘desde sua criação’. Terceiro, uma lei aprovada pelo Congresso que permitia ao governo nomear os reitores das universidades com *status* de fundação. Quarto, a publicação de parte de um documento preparado pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Minas e Energia que acusava várias pessoas e organizações – inclusive a SBPC e seu presidente – de pertencerem a uma conspiração internacional contra o programa nuclear brasileiro. Finalmente, a prisão de dois membros da SBPC, José Carlos Dias e Dalmo Dallari, “sem observância dos procedimentos legais”<sup>(65)</sup>. Como disse Goldemberg, tudo isso bastava para justificar que a SBPC continuasse sua luta, como sempre tinha sido. A

imprensa explorou a idéia do retorno, ligando-a à *Abertura* e ao novo significado da SBPC:

“[...] José Goldemberg anunciou ontem que a entidade não precisa mais servir de válvula de escape como o fez até 78, quando era o único canal de manifestação de toda a intelectualidade. Suas reuniões devem voltar a ter um caráter mais científico e não mais reivindicatório, pois, segundo ele, os cientistas não têm mais direito que os outros de reivindicar”<sup>(66)</sup>.

É uma surpresa ver Goldemberg declarar que os cientistas não tinham mais direitos que os outros de reivindicar, uma vez que pouco antes ele sublinhava que em 1977 os cientistas foram reconhecidos como a ‘vanguarda esclarecida’ e a SBPC como uma importante voz nos debates nacionais:

“A SBPC se tornou para os cientistas do Brasil e para a sociedade brasileira um organismo suficientemente importante para participar dos grandes debates nacionais: esta posição não nos foi dada mas conquistada; nada mostrou a verdade desta afirmação melhor do que a realização da 29ª reunião anual, em 1977, sem a anuência, sem o desejo e sem o apoio oficiais. Hoje os tempos são outros, mas a conscientização do papel de parte da vanguarda esclarecida da nação que os cientistas explicaram em 1977 é irreversível”<sup>(67)</sup>.

Também acentuou a importância das reuniões da SBPC ao educarem ou influenciarem os representantes do governo que delas participavam, embora estivesse referindo-se a análises científicas e não a reivindicações surgidas nas reuniões:

“[...] os debates realizados na reunião, apesar de recebidos com certa desconfiança pelo governo, têm função educadora extraordinária, não so no público em geral como nas elites e no escalão médio do próprio governo”<sup>(68)</sup>.

*O Estado de S. Paulo* estampou um curto artigo sobre o fim da ‘era de protesto’ da SBPC, publicando a opinião de Goldemberg de que haveria inevitavelmente protestos nos simpósios de ciências humanas, “mas ressaltou que a maioria dos debates ocorrerão num clima acadêmico”<sup>(69)</sup>. A idéia de que as ciências humanas eram muito diferentes das naturais, por serem menos científicas e mais políticas, estava agora de volta, talvez vinda de dentro da associação. A cientificidade como um privilégio das ciências naturais foi sublinhada por Goldemberg numa entrevista com a autora, quando ele explicou sua expectativa de ‘legitimar cientificamente’, a SBPC:

“[...] eu me esforcei muito, enquanto era presidente, e acho que a minha gestão foi um pouco caracterizada por isso, para fazer com que a SBPC não perdesse

a sua legitimidade, e eu sempre achei que a legitimidade da SBPC estava intimamente ligada com ela só se manifestar sobre questões nas quais a especificidade de ser cientista era importante. E me opus, por exemplo, em várias ocasiões, a que a SBPC se manifestasse sobre questões fundiárias, por exemplo, ou sobre o aborto; sobre questões que não fossem encaradas do ponto de vista científico, que não houvesse um gancho científico”(70).

*O Estado de S. Paulo* também elogiou a intenção da SBPC de retornar às origens e, em sua forma habitual, aconselhou Goldemberg como conseguir este retorno. Recomendava uma selação rigorosa das comunicações e dos participantes, evitando artigos sensacionalistas da imprensa e retornando a suas sessões especializadas. O artigo, no entanto, acreditava que o desejo de Goldemberg ainda estava “longe da realidade”(71).

Perto do fim da reunião, Goldemberg ressaltou novamente que tinha conduzido “a associação à sua fonte natural: a defesa da ciência e dos cientistas”. Declarou que tal era o desejo de todos os membros da SBPC:

“Isso significa – continuou – que minha posição, de retirar da SBPC o caráter meramente político, representa o sentimento da maioria dos sócios. Assim, não precisamos mais servir de desaguardo de reivindicações, como era em passado recente, sobretudo pela pressão dos grupos estudantis, que este ano limitaram-se a participar como assistentes, para aprender”(72).

Comparando-se a opinião de Goldemberg sobre a participação dos estudantes nas reuniões com as de Sala e José Reis (o presidente eleito), uma diferença importante pode ser observada. É irônico que José Reis tenha sido eleito para se evitar que houvesse grandes mudanças na SBPC. Um membro ativo da SBPC, Ennio Candotti, secretário da regional do Rio de Janeiro, replicou que ele era contra a ideia de um ‘retorno às origens’ que, em sua opinião, não tinha significado. Acrescentou que não via contradição alguma entre o caráter político e o científico da Sociedade. Defendeu a participação dos estudantes, comparando a reunião a “como uma universidade devia ser”, e via a dimensão política da SBPC como um resultado, “um resultado lógico”, da exclusão da Sociedade “das grandes decisões nacionais, onde ninguém tem qualquer participação em nada”(73). Na visão de Candotti, o político e o científico são partes de uma mesma questão e a atuação da SBPC vinha comprovando isto(74).

O apelo de Goldemberg para um retorno ao caminho original talvez tivesse apoio entre alguns membros da SBPC que se preocupavam com o grau de politização das reuniões, mas não se pode dizer o mesmo da maioria dos sócios mais ativos que definiam os rumos da Sociedade. O desacordo quanto a esta questão revelou-se nas entrevistas de José Reis, Crodowaldo Pavan, Carolina Bori e José Albertino Rodrigues.



“Não pode ser porque o cientista [...] tem que ser político pelo papel que ele desempenha na sociedade, quer dizer, pela importância que a ciência tem como um papel mesmo de soberania do país [...] o cientista não pode deixar de ter consciência desse seu papel”<sup>(75)</sup>.

Se José Reis analisava a questão em termos de papel político da ciência e do cientista, Pavan (o próximo presidente da SBPC) via-a da perspectiva do desenvolvimento da Sociedade:

“Esse problema de voltar às origens para mim é uma expressão sem sentido, porque as origens têm que acompanhar os tempos, as origens da SBPC sempre foram essas desde que foi criada: ela não se estabilizou, ela sempre foi progredindo e ela se adapta às suas condições [...]”<sup>(76)</sup>.

A psicóloga Carolina Bori, presidente que sucedeu a Crodowaldo Pavan, ligou a questão às ciências humanas, que ela considerou a principal causa da politização da SBPC:

“[...] não se pode fazer voltar uma coisa que mudou, a entrada e a permanência das ciências humanas e sociais na SBPC [...] aproximaram a SBPC de públicos diferentes”<sup>(77)</sup>.

José Albertino Rodrigues também mencionou o temor de alguns membros fundadores da SBPC quanto à entrada das ciências humanas na Sociedade. Para ele, o que havia de fato era um falso problema:

“Isso é um falso problema e uma colocação falsa e que acho até envolvidos por um debate que a imprensa chegou a refletir e que era um ponto de vista oficial a respeito do que se esperava que a SBPC fosse”<sup>(78)</sup>.

Estas entrevistas ilustram como os mais ativos membros da SBPC acreditavam ser irrelevante aquele problema, que, no entanto, permaneceu na agenda para discussão pelo menos durante a reunião da SBPC de 1980. As atuais tendências da SBPC serão mencionadas na conclusão deste livro.

## 8.4 CONCLUSÃO

A ‘abertura’ foi considerada, a princípio, prejudicial para a proeminência da reunião da SBPC: outros canais seriam abertos para veicular exigências e insatisfações. Posteriormente foi considerada benéfica quando a SBPC recebeu apoio do governo.

As reuniões da SBPC continuaram a atrair participantes e a discutir os problemas contemporâneos da ciência brasileira. A anistia, o conflito entre

ciência pura e aplicada e a participação de cientistas no processo de tomada de decisões eram problemas importantes ainda sem solução.

A SBPC definiu seu novo papel em reuniões posteriores à de 1977, quando Oscar Sala, depois de três gestões, deixou a presidência. José Reis, um dos fundadores da SBPC, foi eleito num esforço de preservar os objetivos e a consistência da SBPC. Quando Reis renunciou, foi substituído por José Goldemberg, que tentou mudar a imagem da SBPC, tornando-a mais científica, profissional e menos política, o que foi chamado de retorno às origens. A imprensa recebeu a idéia com entusiasmo, mas não a maioria dos sócios da SBPC.

Durante a presidência de Sala, a SBPC criou grupos de trabalho para estudarem problemas específicos. O objetivo destes estudos era fortalecer cientificamente a SBPC em suas propostas ou confrontos com o governo. Outras novas tendências e diversificação de atividades foram: a promoção de reuniões regionais, um programa de rádio para popularizar a ciência, conferências ao longo do ano e um projeto de memória. Este projeto, financiado pelo CNPq, registraria a história da ciência no Brasil.

Crodowaldo Pavan, eleito presidente em 1981 e reeleito em 1983, definiu seu período como eminentemente político, já que o tema do progresso da ciência estava ligado à luta pelo desenvolvimento do país. A presidente da SBPC, de 1985 a 1989 foi Carolina Bori, que tem sido membro ativo da diretoria desde 1973, primeiro como secretário e desde 1981 como vice-presidente. É de se prever que as diretrizes da SBPC não sofrerão mudança drástica sob sua presidência.

## 8.5 NOTAS

- (1) *O Globo*, “SBPC não quer ato político na reunião que abre hoje”, 9 de julho de 1978, p. 7.
- (2) *Idem, ibidem*.
- (3) *Folha de S. Paulo*, “Dez mil participantes estão prontos para todos os debates”, 10 de julho de 1978, p. 10.
- (4) *Jornal do Brasil*, editorial, “Retórica improdutiva”, 12 de julho de 1978, p. 10.
- (5) *Jornal do Brasil*, editorial, “Céu aberto”, 14 de julho de 1978, p. 10.
- (6) *Idem, ibidem*.
- (7) *O Estado de S. Paulo*, editorial, “Sob um sinal dos tempos, a reunião da SBPC”, 11 de julho de 1978, p. 3.
- (8) G. Cerqueira Filho, “Circulando informações”, *Jornal do Brasil*, 13 de julho de 1978, p. 11.
- (9) A. Stepan, *Os militares: da abertura à nova república*, 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 39.
- (10) *Folha de S. Paulo*, “A ciência não existe sem comunicação”, 10 de julho de 1978, p. 1 e 10.
- (11) *Idem, ibidem*.
- (12) *O Globo*, “Reunião da SBPC será estritamente científica”, 5 de julho de 1978, p. 9.
- (13) *O Estado de S. Paulo*, “SBPC começa com crítica à USP”, 7 de julho de 1978, p. 19.

- (14) *O Estado de S. Paulo*, “Uma pergunta na SBPC: anistiados, os cientistas voltarão?”, 10 de julho de 1978, p. 15.
- (15) *O Estado de S. Paulo*, editorial, “Sob um sinal dos tempos, a reunião da SBPC”, 11 de julho de 1978, p. 3.
- (16) *O Globo*, “Cientista quer ser ouvido sobre metas prioritárias”, 16 de julho de 1978, p. 9.
- (18) *O Estado de S. Paulo*, “Uma pergunta na SBPC...”, *op. cit.*, *O Estado de S. Paulo*, “Na sessão de abertura, os pedidos de anistia”, 11 de julho de 1978, p. 15; *Folha de S. Paulo*, “A falta de alojamento não desestimula a participação”, 12 de julho de 1978, p. 14, e *Folha de S. Paulo*, “Distribuída carta da anistia”, 14 de julho de 1978, p. 13. O comitê desejava ter 9 mil assinaturas no final da reunião.
- (19) *Folha de S. Paulo*, “Manifesto para a reintegração de professores”, 12 de julho de 1978, p. 15.
- (20) *O Globo*, “Sala admite discussão sobre anistia”, 11 de julho de 1978, p. 6, e *O Globo*, “Encontro da SBPC reúne 10 mil em São Paulo”, 1º de julho de 1978, p. 1 e 6.
- (21) *Folha de S. Paulo*, “A favor dos expurgados”, 16 de julho de 1978, p. 33. O próprio Fernando Henrique Cardoso foi compulsoriamente aposentado em 1969.
- (22) *Folha de S. Paulo*, “Manifesto pede a reintegração de professores”, 12 de julho de 1978, p. 15.
- (23) *Folha de S. Paulo*, “Associações de docentes”, 16 de julho de 1978, p. 34.
- (24) *O Estado de S. Paulo*, “Diálogo interrompido pode ser retomado nesta reunião”, 9 de julho de 1978, p. 39.
- (25) *Idem, ibidem*.
- (26) *Ver Isto é*, “Sala acusado. De nada que valha a pena...”, 26 de julho de 1978, p. 14-6.
- (27) *Folha de S. Paulo*, “Melhor relacionamento entre governo e SBPC”, 12 de julho de 1979, p. 16, e *O Estado de S. Paulo*, “Sala: ‘Mantive os ideais da entidade’”, 12 de julho de 1979, p. 13.
- (28) *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, “Em fase final os preparativos da 31ª Reunião Anual da SBPC”, 7 de julho de 1979, p. 30.
- (29) *Jornal do Brasil*, editorial, “Hora da razão”, 12 de julho de 1979, p. 10.
- (30) *Folha de S. Paulo*, “Lopes espera o convite”, 12 de julho de 1979, p. 16.
- (31) *Folha de S. Paulo*, “Físicos repudiam o projeto de anistia”, 18 de julho de 1979, p. 13.
- (32) *Ver O Povo*, Fortaleza. “Dalmo Dallari: projeto de anistia e um avanço”, 17 de julho de 1979, p. 13, e para maiores críticas, *O Estado de S. Paulo*, “Documento critica a anistia”, 18 de julho de 1979, p. 14.
- (33) *Folha de S. Paulo*, “Físicos repudiam...”, *op. cit.*
- (34) *Idem, Ibidem*, e *O Estado de S. Paulo*, “Documento critica a anistia”, *op. cit.*
- (35) *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, “Em fase final os preparativos da 31ª Reunião Anual da SBPC”, 7 de julho de 1979, p. 30, e *O Povo*, Fortaleza, “Secretaria da SBPC diz: tudo em ordem”, 10 de julho de 1979, p. 13.
- (36) *Jornal do Brasil*, “Fundador duvida da volta dos cassados”, 15 de julho de 1979, p. 20.
- (37) *Folha de S. Paulo*, “Melhor relacionamento entre governo e SBPC”, 12 de julho de 1979, p. 16.
- (38) *O Estado de S. Paulo*, “Sala: ‘Mantive os ideais da entidade’”, 12 de julho de 1979, p. 13.
- (39) *Folha de S. Paulo*. “Schemberg quer soluções”, 12 de julho de 1979, p. 16.
- (40) *O Globo*, “Professor diz que a SBPC ajuda pensamento brasileiro”, 13 de julho de 1979, p. 2.
- (41) *Idem, ibidem*, e *Folha de S. Paulo*, “Oscar Sala pede mais apoio aos associados”, 13 de julho de 1979, p. 21.
- (42) *Folha de S. Paulo*, “Oscar Sala diz que abertura é um ‘bom começo’”, 19 de julho de 1979, p. 18, e *O Estado de S. Paulo*, “Após 7 dias, SBPC encerra reunião anual”, 19 de julho de 1979, p. 20.
- (43) *Idem, ibidem*.

- (44) *Jornal do Brasil*, "Sala tem fê na abertura política", 19 de julho de 1979, p. 9.
- (45) *O Povo*, Fortaleza, "Sala agradece ao Ceará e espera frutos da SBPC", 19 de julho de 1979, p. 12.
- (46) *Jornal da Tarde*, "Depois da perda de emoção, o que espera a SBPC?", 16 de julho de 1979, p. 12.
- (47) *Folha de S. Paulo*, "Oscar Sala pede mais apoio aos associados", 13 de julho de 1979, p. 21.
- (48) *Idem, ibidem*.
- (49) *O Povo*, Fortaleza, "SBPC encerra a XXXI Reunião Anual", 19 de julho de 1979, p. 12, e *O Estado de S. Paulo*, "Temas da produção científica", 19 de julho de 1979, p. 20.
- (50) *O Estado de S. Paulo*, "Sala: 'Mantive os ideais da entidade'", 12 de julho de 1979, p. 13; *O Povo*, Fortaleza, "Nova diretoria da SBPC assume hoje", 18 de julho de 1979, p. 13, e *Folha de S. Paulo*, "Toma posse a nova diretoria da SBPC", 19 de julho de 1979, p. 18.
- (51) *Jornal do Brasil*, "SBPC instala 32ª reunião propondo a volta às raízes", 7 de julho de 1980, p. 7.
- (52) *Tribuna do Ceará*, editorial, "Feliz regresso e boa viagem", 20 de julho de 1979, p. 1; editorial, "Antes tarde do que nunca", 17 de julho de 1979, p. 1; editorial, "Cientistas ou mal-educados?", 13 de julho de 1979, p. 1.
- (53) *Tribuna do Ceará*, editorial, "Advertência clara", 14 de julho de 1979, p. 3.
- (54) *Jornal do Brasil*, editorial, "Fuga ao debate", 18 de julho de 1979, p. 10.
- (55) *O Estado de S. Paulo*, editorial, "Grupo escolar para membros da SBPC", 19 de julho de 1979, p. 3.
- (56) J. N. Pinto (enviado especial), "SBPC não acha o caminho da participação realista", *Jornal do Brasil*, 22 de julho de 1979, p. 16.
- (57) *O Estado de S. Paulo*, editorial, "O momento nacional e a reunião da SBPC", 13 de julho de 1979, p. 3.
- (58) *Folha de S. Paulo*, editorial, "SBPC", 17 de julho de 1979, p. 2, e "Ciência e reflexão", 11 de julho de 1979, p. 2.
- (59) *O Estado de S. Paulo*, "Presos 5 estudantes", 14 de julho de 1979, p. 11.
- (60) *Folha de S. Paulo*, "Vaia para Virgílio e aplausos para Barbieri", 13 de julho de 1979, p. 21.
- (61) *O Estado de S. Paulo*, "Estudante quer ampliar a representatividade da UNE", 15 de julho de 1979, p. 26 e *Jornal da Tarde*, "Os estudantes", 16 de julho de 1979, p. 12.
- (62) *Jornal do Brasil*, "SBPC instala 32ª reunião propondo a volta às raízes", 7 de julho de 1980, p. 7.
- (63) *Idem, ibidem*.
- (64) *Jornal do Brasil*, editorial, "Inventando a roda", 8 de julho de 1980, p. 10.
- (65) *Jornal do Brasil*, "SBPC instala...", *op. cit.*
- (66) *O Estado de S. Paulo*, "SBPC tenta afastar-se da política", 10 de julho de 1980, p. 22.
- (67) *Jornal do Brasil*, "SBPC instala 32ª reunião propondo a volta às raízes", 7 de julho de 1980, p. 7, e *O Globo*, "Goldemberg diz que SBPC conquistou importância nacional", 7 de julho de 1980, p. 9.
- (68) *Jornal do Brasil*, "Com 6 mil cientistas, SBPC inicia sua 32ª reunião anual", 6 de julho de 1980, p. 26, e "Goldemberg quer proposta concreta", 13 de julho de 1980, p. 24.
- (69) *O Estado de S. Paulo*, "SBPC rejeita proposta de caráter só político", 12 de julho de 1980, p. 14.
- (70) Jose Goldemberg. Entrevista com a autora. São Paulo, julho de 1984.
- (71) *O Estado de S. Paulo*, "A 32ª reunião da SBPC", 12 de julho de 1980, p. 30.
- (72) *O Estado de S. Paulo*, "Melhoram relações com o governo", 13 de julho de 1980, p. 20.
- (73) *Jornal da Tarde*, "Voltar às origens? Candotti é contra", 14 de julho de 1980, p. 2.
- (74) *O Globo*, "Candotti: educadores devem usar dados da realidade", 13 de julho de 1980, p. 8.
- (75) José Reis, Entrevista com autora, São Paulo, julho de 1984.

- (76) Crodowaldo Pavan, Entrevista com a autora, São Paulo, julho de 1984.
- (77) Carolina Bori, Entrevista com a autora, São Paulo, julho de 1984.
- (78) José A. Rodrigues, Entrevista com a autora, São Paulo, julho de 1984.



## CONCLUSÃO

Neste livro foram analisadas as mudanças que se verificaram na relação entre o governo e a comunidade científica antes e depois de 1964. Os cientistas sociais até agora têm-se dedicado à análise da participação dos intelectuais e dos técnicos no aparelho de Estado<sup>(1)</sup>. Uma característica específica do presente trabalho foi o esforço de estudar a comunidade científica fora do Estado em sua campanha para participar do processo de tomada de decisão em questões relacionadas com seu interesse profissional.

Este livro tentou contribuir para a análise do período que, pelo menos até agora, foi a 'idade de ouro' da tecnologia e da ciência no Brasil. Esta fase terminou com a recessão econômica da década de 1980 que

“[...] gerou dificuldades sérias à consolidação de diversos resultados alcançados durante os anos 70, não só pelo arrefecimento dos programas governamentais, como pelas restrições à incorporação do progresso técnico em alguns setores, decorrentes do estrangulamento cambial e da queda dos investimentos”<sup>(2)</sup>.

Enquanto alguns autores salientaram a continuidade das características do Estado brasileiro de 1930 com o Estado pós-1964<sup>(3)</sup>, outros escolheram ressaltar as diferenças<sup>(4)</sup>. Este trabalho indica que as ações do governo em relação à ciência e à comunidade científica mostraram mais mudanças do que continuidades e, conseqüentemente, isto sugere que neste campo o último ponto de vista tem mais suporte empírico.

A partir de 1930, a administração pública passa a recrutar mais intensamente profissionais de nível superior e intelectuais, tendência esta reforçada nos anos 50. Depois de 1964 esse recrutamento foi não só expandido como também os profissionais eram mais bem qualificados, e o governo promoveu seu treinamento. O resultado foi que uma grande proporção desses profissionais obteve doutorado nas melhores universidades norte-americanas e européias e foram responsáveis, em grande parte, por decisões econômicas do regime militar.

Entretanto, diferentes padrões de participação podem ser vistos nos diferentes regimes. Em 1930 havia uma elite de técnicos civis e militares,

enquanto que, nos anos 50, técnicos civis de diferentes tipos predominaram, inclusive um grande número de economistas<sup>(5)</sup>. Depois de 1964 houve uma aliança entre técnicos civis e militares. Vários estudos mostraram como esses intelectuais desempenharam um importante papel na produção e na propagação de uma ideologia – nacionalista nos anos 1930<sup>(6)</sup>, desenvolvimentista nos anos 50<sup>(7)</sup> – e como proveram um papel legitimador para a política econômica. O mesmo fenômeno se pode observar depois de 1964, com o novo regime excluindo os setores populares, restringindo os setores políticos e usando a tecnocracia como um símbolo de neutralidade do regime e de racionalidade das políticas implementadas<sup>(8)</sup>.

Além disso, o crescente número de profissionais e de seus papéis tornou-se uma das características principais do regime pós-64, que usou o planejamento e a *expertise* científica para justificar as políticas governamentais. Embora os militares tenham seus profissionais treinados em suas próprias instituições educacionais, estes eram geralmente engenheiros ou com formação em ciências naturais<sup>(9)</sup>. A doutrina da segurança nacional enfatizava a importância das elites altamente treinadas para governar e controlar o país. A Escola Superior de Guerra (ESG) treinou as ‘elites civis e militares’ para examinar questões relacionadas com a segurança nacional. Para seguir cursos na ESG, um pré-requisito era ter curso de graduação. Depois de 1964 as mais altas posições na administração federal foram ocupadas por ex-alunos da ESG<sup>(10)</sup>.

“Entre 1950 e 1967, de 1276 graduados pela ESG, 646 eram civis. [...] Entre os preeminentes civis que eram ativos na ESG antes do golpe estavam Otávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfim Neto. Eles todos iriam mais tarde ocupar postos como ministros de Estado”<sup>(11)</sup>.

O regime militar recrutou profissionais, criou e expandiu institutos e empresas de pesquisas ligadas a vários ministérios civis e militares. Nas palavras de Botelho, o Estado criou “a sua própria comunidade científica”<sup>(12)</sup>. A SBPC nesse período era uma associação que representava a comunidade científica tradicional que trabalhava nas universidades e institutos. Este setor da comunidade científica ainda era importante, e o regime militar fez contatos com ela através de dois de seus presidentes, Geisel e Figueiredo.

O objetivo principal da SBPC foi a defesa da ciência e dos cientistas contra um poder político ilimitado e intervencionista. Uma de suas características mais importantes e constantes tem sido a sua autonomia em relação a qualquer grupo social e ao Estado, ainda que completamente financiada por este. A concepção do papel da ciência adotada pela SBPC desde sua criação em 1948 tem sido, especialmente, a aquisição de



conhecimento científico nacional como fator indispensável para a superação do subdesenvolvimento.

Nos anos 50, o debate sobre a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI) enfatizou o conflito entre a ciência básica e aplicada e a exclusão dos cientistas do processo de decisão. Ironicamente, esta foi novamente a principal área de conflito nos anos 70, mas num novo contexto e numa escala maior.

No início dos anos 60, a SBPC advogou a criação de uma política científica como uma defesa contra ações arbitrárias do governo. Essa política foi implementada pelo regime militar em 1967, e os cientistas acreditaram que ela não seria contraditória e que envolveria a sua participação. A SBPC descobriu-se enganada em ambos os aspectos. Aquela política científica deu prioridade à criação de tecnologia e mais recursos para institutos e empresas de pesquisa criados ou desenvolvidos pelo regime militar.

A campanha da SBPC nos anos 60 centrou-se no problema do êxodo de cérebros que ocorreu primeiro por razões econômicas e depois, involuntariamente, quando os cientistas foram exilados. A SBPC concentrou seus esforços contra a repressão às instituições científicas e à aposentadoria compulsória dos cientistas e lutou para que fossem readmitidos. Também denunciou as contradições das ações governamentais, tais como a promoção de um plano para o retorno dos cientistas que estavam trabalhando no exterior simultaneamente com a expulsão do país de alguns de seus mais eminentes cientistas.

Uma fase de 'colaboração com o governo' pode ser delineada de 1967 a 1974, quando a SBPC começou a elogiar as ações do governo e quando aumentou entre os cientistas a esperança na política científica e no incremento do orçamento para a ciência e a tecnologia. A SBPC foi também vista pelo governo como uma aliada, sendo recebida pelo presidente Geisel, solicitada a examinar o II Plano Nacional de Desenvolvimento e a fazer propostas para o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em 1968, a SBPC viu-se mais envolvida com a questão da reforma universitária, alguns aspectos da qual receberam sua aprovação, enquanto, por outro lado, a SBPC apoiava a luta dos estudantes por uma reforma universitária mais radical. Em 1967, a política científica e nuclear do governo foi bem recebida pelos cientistas. Em 1968, apenas a política nuclear foi elogiada, e em 1970, o orçamento para a educação foi comparado favoravelmente com o dos regimes civis anteriores. Entretanto, essa colaboração entre a SBPC e o governo teve curta duração por várias razões: a repressão contra a comunidade científica prosseguiu; os cientistas perceberam que a política científica estava alocando recursos principalmente fora das universidades e dos institutos tradicionais, e para a tecnologia mais do que para a pesquisa básica; e finalmente os cientistas foram

excluídos do planejamento dessa política científica e desse novo setor tecnológico.

Em 1970, como resultado de um fechamento dos canais da sociedade civil, a SBPC encontrou novos aliados nos cientistas da área de humanidades. Estes fizeram uma enfática entrada na SBPC e trouxeram um grande público para suas reuniões, com seus temas e seus eminentes cientistas ('estrelas'). A SBPC tornou-se mais proeminente e mais susceptível ao confronto com o governo, posto que o discurso das ciências humanas pode ser facilmente rotulado de ideológico e de demagógico. Todavia, os cientistas naturais defenderam fortemente a unidade da ciência e promoveram a idéia da SBPC como uma associação que englobava todas as áreas da ciência brasileira.

O encontro de 1975, em Belo Horizonte, foi considerado o começo da quebra da 'colaboração entre a SBPC e o governo'. Nesse encontro, críticas à assinatura do acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha Federal foram divulgadas pelos físicos. O encontro de 1976, em Brasília, agravou a situação com discussões sobre a nacionalização da economia, democracia e energia nuclear.

O ano de 1977 foi o ápice do papel da SBPC como um dos mais importantes foros de debate em defesa das liberdades civis durante o período do regime militar. O governo tentou impedir a reunião, mas conseguiu apenas transformá-la num importante evento político. Pela primeira vez a SBPC recebeu o apoio de outros grupos sociais e se tornou independente financeiramente na organização de suas reuniões. Foi 1977 também o ápice do papel da SBPC no processo de democratização e seu fortalecimento pressionou o governo a reconhecê-la. A independência da Sociedade foi acentuada, como também seus limites científicos e profissionais para distingui-la de um partido político, o que não implicava sacrificar o aspecto político, mas tão-somente delimitá-lo. No entanto, a Sociedade continuava a criticar a exclusão dos cientistas do programa nuclear do governo e a exigir uma anistia total para os cientistas aposentados pelos atos institucionais.

A tentativa de redefinir o papel da SBPC levou a uma proposta de 'retorno às origens' em 1981. Esta proposta foi bem recebida pela imprensa e por um pequeno setor dos sócios, mas não por sua maioria. O presidente eleito em 1982, Crodowaldo Pavan, foi considerado mais moderado do que seus predecessores, embora tenha definido seu período como eminentemente político:

"[...] o que nós fizemos mais abertamente foi dizer que estávamos envolvidos em política como tal, em política científica e em política de desenvolvimento do país; este é um papel da SBPC [...]"<sup>(13)</sup>.

Pavan enfatizou que a ciência era essencial e necessária para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento, e chamou a atenção para as comissões designadas pela SBPC para estudar e expressar seus pontos de vista sobre assuntos cruciais. Como depois de 1964 o saber científico foi usado pelo governo para justificar suas políticas e a SBPC teve também de usar seu poder especializado, sua competência para argumentar contra a exequibilidade dessas políticas. Uma nova característica desse período foi o envolvimento direto da SBPC nas questões relacionadas com a ciência, com a indústria de microcomputadores e a poluição ambiental, especialmente em Cubatão. A SBPC designou uma comissão para estudar essa cidade, considerada uma das mais poluídas do mundo, e quando, em 1984, um vazamento num duto subterrâneo da Petrobrás resultou em 508 mortes e destruiu 1200 barracos, o presidente da SBPC ofereceu ajuda aos moradores para processar a empresa e tentar receber uma justa indenização. Uma vasta publicidade foi dada ao fato. Isso revelou uma tendência completamente nova na SBPC: uma aliança com outros grupos cujos interesses tinham uma base científica. A SBPC começou a fortalecer sua legitimidade científica e a pressionar politicamente mais do que antes, mesmo em áreas que não afetavam diretamente os cientistas como um grupo.

Se dois períodos históricos forem comparados, os anos 50 e os 70, em relação a duas importantes questões discutidas nos dois períodos, ciência básica e ciência aplicada e programa nuclear, algumas conclusões gerais poderão ser delineadas. Nos anos 50, quando a SBPC era menor e menos influente e a burocracia estatal na área de ciência e educação, menos organizada, a SBPC impediu o governo de implementar o projeto da COSUPI. A comunidade científica não era suficientemente diversificada para o governo selecionar grupos e implementar seu 'projeto tecnológico', enfrentando a oposição do resto da comunidade científica. O regime era o de uma democracia representativa com canais abertos para os grupos expressarem suas reivindicações.

Em 1970, a SBPC era maior, mais influente, e recebeu muito mais cobertura da imprensa, mas suas táticas de confronto na questão da ciência básica *versus* tecnologia não tiveram sucesso. A comunidade científica era maior e suficientemente diversificada, possibilitando à burocracia governamental selecionar grupos para participar nos programas tecnológicos. Esta burocracia estatal estava mais organizada na área de ciência e educação e a estrutura institucional era mais impessoal e difícil de combater do que previamente, quando a crítica da SBPC ao projeto da COSUPI era a existência de 'um homem sozinho com muito dinheiro'... O regime político nos anos 70 era um regime militar não-representativo e a maioria dos projetos na área tecnológica estava ligada a instituições ou interesses militares (aviões, energia nuclear, computadores e telecomunicações).

Quanto à energia nuclear, nos anos 50 ela foi um projeto de uma comunidade científica pequena e ligada à Academia Brasileira de Ciências (ABC) e à criação do CNPq e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). O cientista mais influente envolvido no projeto era um militar, membro da ABC e primeiro presidente do CNPq, o almirante Álvaro Alberto. O projeto 'morreu' em consequência de pressões dos Estados Unidos. No final dos anos 60, a questão nuclear foi discutida novamente pelo governo Costa e Silva, numa base nacionalista, e teve o apoio da comunidade científica. Entretanto, nos anos 70, o acordo sobre o programa de energia nuclear foi assinado com a Alemanha Federal com a total exclusão da comunidade científica como um todo.

No entanto, não havia e não há nenhum padrão rígido no comportamento, seja do governo seja da comunidade científica. Por exemplo, durante o regime militar, o projeto de informática, inicialmente desenvolvido por um grupo de 'técnicos nacionalistas-frustrados', foi mais tarde controlado pelos militares, alienando assim aquele grupo. Posteriormente, os militares reincorporaram aqueles técnicos e buscaram um apoio mais amplo<sup>(14)</sup>. Guimarães e seus colaboradores, comparando os programas de informática e de energia nuclear, destacaram que a massa crítica treinada durante os anos 70 foi importante para o desenvolvimento dos programas tecnológicos, não apenas num nível técnico, mas também como

“apoio político por razões profissionais e ideológicas especialmente na área de computadores. Em contraste, o programa nuclear foi concebido e implementado apesar da comunidade científica, a qual se opunha fortemente a ele”<sup>(15)</sup>.

## A SBPC E OUTRAS ASSOCIAÇÕES: UMA BREVE COMPARAÇÃO

A contribuição específica do trabalho é antes a análise das reações da comunidade científica representada pela SBPC do que a análise da política científica em si mesma. Outra contribuição para a sociologia da ciência é que este estudo da SBPC abre a possibilidade para uma análise comparativa com outras associações nacionais no Brasil – com a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e com a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) – e com as sociedades para o progresso da ciência que serviram de modelo para a SBPC – a British Association for the Advancement of Science (BAAS) e a American Association for the Advancement of Science (AAAS) – bem como com as sociedades similares na América Latina. Seria interessante um estudo comparativo das características comuns da SBPC, da BAAS e da AAAS e das diferenças em seus respectivos papéis, do crescimento e da importância dessas associações em seus países, e uma explicação do porquê a SBPC

selecionou alguns aspectos da AAAS ou da BAAS e como seus fundadores os adaptaram ao contexto brasileiro.

Comparando-se características da SBPC, da BAAS e da AAAS, podem-se encontrar tanto similaridades quanto diferenças. A AAAS desenvolveu-se a partir de uma associação de geólogos e naturalistas, diferente da origem da SBPC, embora ambas pareçam ter-se moldado largamente na BAAS, que é considerada uma espécie de madrinha para a AAAS<sup>(16)</sup>. Em contraste com o modelo inglês e o norte-americano, a SBPC não foi fundada com base em sociedade científica ou locais previamente existentes. Ela emergiu ao mesmo tempo como uma sociedade regional – com a maior proporção de sócios e líderes originários da cidade e do estado de São Paulo – mas também nacional em suas intenções e programa. Os sucessos de sua imagem nacional foram sustentados mais do que minados pela sua forte base regional.

A SBPC agiu como uma organização guarda-chuva para as associações especializadas e elas continuam a participar de seus encontros anuais. As associações especializadas, que organizam apenas encontros separados, como, por exemplo, a de matemáticos e economistas, são exceções. A situação da AAAS é um pouco diferente:

“O padrão típico tem sido de que um grupo de especialistas terá encontros na AAAS até que cresça o bastante para cortar o cordão umbilical, para formar sua própria sociedade, organizar seus próprios encontros e ter suas próprias publicações”<sup>(17)</sup>.

Em contraste com o modelo britânico, a SBPC, refletindo sua formação tardia, não se estabeleceu com uma mistura de cientistas profissionais e amadores. Seu grupo profissional de fundadores entretanto procurou incorporar ou atrair para suas atividades estudantes universitários e outros que poderiam ser considerados ‘amigos da ciência’. Sempre procuraram avançar um modelo altamente profissional de cientistas e a carreira científica como absolutamente essencial para a formação de uma comunidade de cientistas, como pesquisadores em regime de tempo integral (ou com um compromisso primeiro com a pesquisa). Em nenhum momento este modelo de pesquisadores profissionais foi questionado, como tem sido o caso na AAAS, depois da emergência do movimento da ciência radical nos EUA de 1968 em diante<sup>(18)</sup> – embora questões relativas à degradação ambiental através da utilização incorreta de tecnologia, industrialização ou empresas agrícolas tenham sido um assunto de muita preocupação na comunidade científica brasileira e nas reuniões da SBPC, como foi analisado em outras partes deste livro.

Ao contrário da AAAS, a SBPC tem uma sede permanente e arquivos em São Paulo<sup>(19)</sup>, mas semelhantemente à AAAS, a SBPC é largamente

controlada por biólogos, e representantes das ciências biomédicas são freqüentemente eleitos para as diretorias. Como a maioria das organizações complexas e de associações voluntárias, um grupo de cientistas fundadores tem exercido contínuo controle e liderança na SBPC. Entretanto, o grau e tipo de liderança exercido por esse grupo de fundadores não aparece como tendo sido de nenhum modo um obstáculo para a expansão quantitativa e para a crescente representatividade da SBPC como um órgão articulador dos interesses e das aspirações dos cientistas naturais e, de fato, da comunidade científica de uma maneira bastante ampla. A continuidade da liderança parece ter assegurado uma identidade organizacional sem impedir a expansão de seus papéis e o desenvolvimento de uma 'ciência pública'(20).

Numa entrevista com alguns cientistas, o presidente Geisel pediu explicações sobre as diferenças entre a Academia de Ciências e a SBPC, e quando estas lhe foram dadas, ele disse: "Então a SBPC é o povo"(21). Esta é certamente a imagem da National Academy of Sciences e da AAAS nos EUA, onde a primeira é considerada o equivalente da House of Lords da comunidade científica e a segunda como a Lower House da ciência(22). Mas enquanto nos EUA aqueles cientistas que "alcançaram o círculo interno da Academia tenderam a desaparecer das atividades da AAAS"(23), no Brasil o presidente da Academia freqüentemente comparece às reuniões anuais da SBPC e alguns membros da Academia são também ativos na SBPC.

Em termos de prestígio e de seletividade a Academia Brasileira de Ciências pode ser vista como a elite da elite científica. Mas, devido a uma certa superposição entre os membros das duas associações, o amplo espectro de papéis assumidos pela SBPC e o modo como esta se tornou uma agência-chave para a elaboração da ciência pública, a SBPC se posiciona amplamente pela comunidade científica como um todo ou pela elite científica num sentido abrangente. Num certo sentido, as estranhezas e vicissitudes na história da SBPC, como foram descritas neste livro, refletem as dificuldades da emergência da elite científica como um convidado atrasado da elite brasileira no poder. Resta ver se nas agências da 'Nova República' vão se desenvolver procedimentos e mecanismos que combinarão de uma maneira ótima as aspirações da comunidade científica por autonomia e autogoverno, integração na vida econômica nacional, e vão se apropriar da participação na delimitação e na implementação das políticas científicas e tecnológicas. Numa ordem democrática, a representação de grupos não científicos e da comunidade na determinação das políticas científicas e tecnológicas tem também que ser levada em conta, como em certa extensão já tem ocorrido nos EUA.

Como se observou, os modelos institucionais centrais na cabeça dos fundadores da SBPC foram a BAAS e a AAAS. Tentativas de transferên-

cia institucional de modelos de sociedades desenvolvidas para as menos desenvolvidas, particularmente na área de associações voluntárias, frequentemente falham. Quando eventualmente têm sucesso é depois de um grande número de tentativas, mas essa tentativa de criação de uma associação aberta e abrangente de cientistas naturais para avançar os largos objetivos da ciência e para articular os interesses científicos resultou na criação de uma associação que tem tido uma história contínua de crescimento e desenvolvimento através de três regimes políticos.

A vitalidade da SBPC como associação voluntária, embora através da maior parte de sua história altamente dependente de recursos governamentais, indica que, mesmo num sistema altamente centralizado, burocrático e estatista como o Brasil, especialmente depois de 1964, as associações voluntárias não estão condenadas a um papel puramente acessório ou subserviente. Naturalmente circunstâncias especiais, tais como a tentativa do regime de criar uma imagem de dinamismo científico e tecnológico como parte integral de sua vocação desenvolvimentista, dão conta parcialmente do *status* que a SBPC desfrutou. Mas apesar do clima político e de sua dependência financeira da generosidade governamental, ela sempre conservou alguma distância crítica.

Outro estudo igualmente interessante seria o do papel e da importância de associações similares em outros países latino-americanos e uma análise de suas diferenças. Uma vez que os países latino-americanos têm similaridades econômicas, políticas e sociais, e tomando em consideração a instabilidade política, a politização e interferência nas universidades, seria de se esperar que tais associações fossem fundadas e tivessem um papel ativo semelhante ao da SBPC no Brasil. Esta questão permanece para ser investigada e poderia também ajudar a iluminar amplas questões da cooperação latino-americana, tais como os debates sobre a criação e importação de tecnologia e mesmo das liberdades civis no continente.

Desde 1950, os membros da SBPC têm estado interessados em criar uma sociedade latino-americana para o desenvolvimento da ciência, tentado fortalecer seus vínculos com outras sociedades e ajudado na criação de novas no continente. O sonho deles realizou-se parcialmente em 1974, com a criação da Federação de Associações para o Avanço da Ciência das Américas, com Oscar Sala eleito primeiro presidente e posteriormente reeleito. Entretanto, essa associação inclui o Canadá e os EUA, dois países desenvolvidos que não partilham o mesmo tipo de problemas com os demais.

José Reis, um dos fundadores da SBPC e um de seus membros mais ativos, certa vez declarou que gostaria de ver a história da SBPC escrita por um brasileiro ou uma brasileira, e não por um *brazilianist*, refletindo talvez um desejo de que a história da ciência brasileira e de suas instituições

deveria tornar-se um assunto importante no Brasil mesmo. Espera-se que este trabalho tenha realizado em parte estes desejos.

## NOTAS

- (1) Ver S. Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, DIFEL, 1979; L. L. de Oliveira e outros, *Estado Novo: ideologia e poder*; L. Sola, *op. cit.*, e L. Martins, *Pouvoir et développement économique – formation et évolution des structures politiques au Brésil*, Paris, Editions Anthropos, 1976.
- (2) Ver E. A. Guimarães e outros, *op. cit.*, p. 83.
- (3) P. Schmitter, *Interest conflicts and political changes in Brazil*, Stanford University Press, 1971.
- (4) Ver os argumentos de Fernando Henrique Cardoso contra a visão do regime pós-1964 como uma continuidade “da história do Brasil contemporâneo desde 1930, excluindo o intervalo de 1945-64. Ao contrário, ele expressa uma rearticulação baseada em alterações ao modelo socioeconômico de desenvolvimento que prevaleceu anteriormente. Nesse sentido [...] seria correto dizer que o golpe de 1964 acabou tendo conseqüências revolucionárias no plano econômico”, em *O modelo político brasileiro*, São Paulo, DIFEL, 1979, p. 52-3.
- (5) A tese de Sola sobre dois grupos de economistas, técnicos nacionalistas e técnicos cosmopolitas refere-se aos economistas como “um novo tipo de técnico que emergiu desde os anos pós-guerra” e define-os nos anos 50 como “menos elitistas do que os técnicos anteriores (da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro) e engenheiros” e refere-se à escolha deles como “sendo produtores de ideologias”. Ver L. Sola, “The political and ideological constraints to economic management in Brazil, 1945-1963”. D. Phil. Thesis, Oxford, 1982, p. 118 e 125. Ver também L. B. Pereira, *Development and crisis in Brazil, 1930-1983*, Boulder, Westview Press, 1984, p. 27.
- (6) In L. L. de Oliveira e outros, *Estado Novo – ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 9
- (7) Ver a explicação de Sola para o estilo do presidente Kubitschek “para converter objetivos políticos como industrialização e planejamento em mecanismos de legitimação do regime”. In Sola, *op. cit.*, p. 134.
- (8) Martins sublinhou que o regime militar abandonou “o princípio de legitimação política através do voto direto e secreto para o executivo [...] Ao invés disso havia uma busca através do desempenho econômico e da exclusiva atribuição de cargos governamentais à elite burocrática ou àqueles sancionados por ela”. L. Martins, “The ‘liberalization’ of authoritarian rule in Brazil”, in G. O’Donnell e outros (ed.), *Transitions from authoritarian rule – Latin America*. Johns Hopkins University Press, 1986, p. 77. Ver também a mesma discussão nos capítulos 1 e 6 deste livro e em A. Dreifuss, 1964, e em M. de L. M. Covre, *A fala dos homens – análise do pensamento tecnocrático*, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 11, 15, 25-6 e 39.
- (9) Schneider mostrou que em 1969 teve início uma revisão básica do currículo da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) “coerente com a visão de que ‘o inimigo agora é interno’ [...] A ciência social, outrora enterrada no quarto ano de um curso de estudos que enfatizava as engenharias e as ciências físicas combinadas com leves noções de filosofia positivista e de administração pública, foi elevada a uma posição proeminente, senão predominante, nos últimos três anos dos cursos dos cadetes.” In R. M. Schneider, *The political system of Brazil – emergence of a ‘modernizing’ authoritarian regime, 1964-1970*, New York, Columbia University Press, 1971, p. 252.
- (10) Ver E. R. de Oliveira, *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*, Petrópolis, Vozes, 1976, p. 22.
- (11) M. H. M. Alves, *State and opposition in military Brazil*, University of Texas Press, 1985, p. 7. Ver também R. M. Schneider, *op. cit.*, p. 250.



- (12) A. J. J. Botelho, "Les scientifiques et le pouvoir au Brésil: le cas de la Société brésilienne pour le progrès de la science (SBPC), 1948-1980", Centre Science, Technologie et Société, Diplôme d'Etude Approfondie, 1983.
- (13) Crodowaldo Pavan, Entrevista com a autora, São Paulo, julho de 1984.
- (14) Ver P. Evans, "State, capital and the transformation of dependence: the Brazilian computer case", em *World Development*, v. 14, nº 7, 1986, p. 792-5.
- (15) E. A. Guimarães, J. T. de Araújo Jr. e F. Erber, *A política científica e tecnológica*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, p. 83.
- (16) P. M. Boffey, "AAAS (I): Facing the questions of what it should be and do", *Science*, v. 172, 30 apr., p. 453.
- (17) *Idem*, p. 456.
- (18) J. Beckwith, "The radical movement in the United States", *Monthly Review*, July-Aug., 1986, p. 118-28.
- (19) Boffey comentou que S. Kohlsted, que escreveu sua tese sobre a AAAS, baseou seu trabalho em coletâneas de cartas de cientistas e "encontrou alguns dos mais reveladores comentários em cartas que os cientistas presentes às reuniões da AAAS enviaram às esposas [...]". P. M. Boffey, "AAAS (I)", p. 453.
- (20) Sobre esse conceito, ver F. M. Turner, "Public science in Britain, 1880-1919", in *Isis*, v. 71, nº 259, dez. 1980, p. 589-90 e o capítulo 2 do livro.
- (21) José Reis, Entrevista com a autora, São Paulo, julho de 1984, p. 18.
- (22) P. M. Boffey, "AAAS (I)", p. 454.
- (23) *Idem, ibidem*.



## APÊNDICE

### DIRETORIAS DA SBPC

1948-51

Presidente:	Jorge Americano
Vice-Presidente:	M. Rocha e Silva
Secretário Geral:	José Reis
Secretário:	Gastão Rosenfeld
Tesoureiro:	Paulo Sawaya

1951-3

Presidente:	F. José Maffei
Vice-Presidente:	M. Rocha e Silva
Secretário Geral:	A. Martins Penha
Secretário:	J. Leal Prado
Tesoureiro:	Paulo Sawaya

1953-5

Presidente:	H. Rheiboldt
Vice-Presidente:	M. Rocha e Silva
Secretário Geral:	Paulo Sawaya
Secretário:	A. Carvalho da Silva
Tesoureiro:	A. Martins Penha

1955-7

Presidente:	Anisio Teixeira
Vice-Presidente:	M. Rocha e Silva
Secretário Geral:	Paulo Sawaya
Secretário:	Erasmus G. Mendes
Tesoureiro:	A. Martins Penha

1957-9

Presidente:	Anisio Teixeira
Vice-Presidente:	M. Rocha e Silva
Secretário Geral:	Paulo Sawaya
Secretário:	Erasmus G. Mendes
Tesoureiro:	A. Martins Penha

1959-61

Presidente:	J. Baeta Viana
Vice-Presidente:	J. Leite Lopes
Secretário Geral:	Erasmus G. Mendes
Secretário:	L. Gouveia Laboriau
Tesoureiro:	A. Martins Penha

1961-3

Presidente:	J. Baeta Viana
Vice-Presidente:	Haity Moussatché
Secretário Geral:	Gastão Rosenfeld
Secretário:	Olga B. Henriques
Tesoureiro:	Wolfgang Bucherl

1963-5

Presidente:	M. Rocha e Silva
Vice-Presidente:	J. Ribeiro do Vale
Secretário Geral:	Wolfgang Bucherl
Secretário:	A. Carvalho da Silva
Tesoureiro:	J. Lopes de Faria

1965-7

Presidente:	M. Rocha e Silva
Vice-Presidente:	J. Ribeiro do Vale
Secretário Geral:	Wolfgang Bucherl
Secretário:	Warwick E. Kerr
Tesoureiro:	Domingos Valente

1967-9

Presidente:	M. Rocha e Silva
1.º Vice-Presidente:	Warwick E. Kerr
2.º Vice-Presidente:	J. Ribeiro do Vale
Secretário Geral:	Domingos Valente
Secretário:	R. Ribeiro Franco
2.º Secretário:	P. Nogueira Neto
Tesoureiro:	Simão Matias

1969-71

Presidente:	Warwick E. Kerr
1.º Vice-Presidente:	Sérgio Mascarenhas
2.º Vice-Presidente:	Wilson T. Beraldo
Secretário Geral:	Simão Matias
1.º Secretário:	R. Ribeiro Franco
2.º Secretário:	Carlos B. de Lyra
Tesoureiro:	E. Giesbrecht

1971-3

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

Secretário Geral:

1º Secretário:

2º Secretário:

Tesoureiro:

Warwick E. Kerr

Sérgio Mascarenhas

Wilson T. Beraldo

Simão Matias

Gastão Rosenfeld

Willy Beçak

Renato Basile

1973-5

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

Secretário Geral:

1º Secretário:

2º Secretário:

Tesoureiro:

Oscar Sala

C. Alberto Dias

C. Chagas Filho

L. Edmundo de Magalhães

Carolina M. Bori

Eliane E. de Azevedo

Renato Basile

1975-7

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

Secretário Geral:

1º Secretário:

2º Secretário:

Tesoureiro:

Oscar Sala

Newton Freire-Maia

Crodowaldo Pavan

L. Edmundo de Magalhães

Carolina M. Bori

Eliane E. de Azevedo

Renato Basile

1977-9

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

Secretário Geral:

1º Secretário:

2º Secretário:

Tesoureiro:

Oscar Sala

Wilson T. Beraldo

F. Moura Salzano

Carolina M. Bori

Carlos R. Diniz

E. Penna Franca

Renato Basile

1979-81

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Secretário Geral:

Secretário:

Secretário:

Secretário:

1º Tesoureiro:

2º Tesoureiro:

José Goldemberg

A. Barbosa Machado

A. Cândido de Mello e Souza

Carolina M. Bori

D. Fontoura de Almeida

Henrique Krieger

Ernst W. Hamburger

Igor I. G. Pacca

Renato S. B. Cordeiro

1981-3

Presidente:	Crodowaldo Pavan
Vice-Presidente:	Aziz Ab'Saber
Vice-Presidente:	Carolina M. Bori
Secretário Geral:	José A. Rodrigues
Secretário:	Ademar Freire-Maia
Secretário:	Henrique Krieger
Secretário:	Darcy F. de Almeida
Tesoureiro:	Igor I. G. Pacca
Vice-Tesoureiro:	Antônio C. Stort

1983-5

Presidente:	Crodowaldo Pavan
Vice-Presidente:	Aziz Ab'Saber
Vice-Presidente:	Carolina M. Bori
Secretário Geral:	Ademar Freire-Maia
Secretário:	Igor I. G. Pacca
Secretário:	João L. Azevedo
Secretário:	Octávio G. C. Alves Velho
Tesoureiro:	André L. P. Perondini
Vice-Tesoureiro:	Antônio C. Stort

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abramo, P. 205, 209, 214, 215, 237, 238, 246

Abreu, J. de 43

Ab' Saber, A. 253

Alberto, A. 55, 56, 90, 92, 93, 274

Almeida, D. F. de 44

Alves, M. H. M. 45, 278

Americano, J. 64, 138, 180

Anderson, P. 25, 43

Angell, A. 16

Antuniassi, M. H. R. 240, 246

Aragão, M. 111

Arns, P. E. 220, 227, 244, 246

Araújo, F. T. 16

Araújo, I. de 200

Araújo, J. T. de 279

Azevedo, F. de 56, 75

Bagno, M. 17

Bahia, J. 213

Barreira, R. 16

Barros, A. de 31, 47

Barros, G. 16

Bastide, P. A. 80

Bastide, R. 80

Beckwith, J. 279

Berger, M. 43

Berlink, M. T. 45

Boffey, P. M. 279

Bolafi, G. 200

Bonzon, A. 80

Bori, C. 46, 262, 263, 264, 267

Borne, E. 80

Botelho, A. J. J. 35, 45, 211, 270, 279

Braga, N. 225, 244

Brasil, V. 138

Brecht, B. 207, 208, 215

Breslau, E. 80

- Brito, R. de 125  
Brunetti, J. L. A. 91, 213  
Buarque, de Holanda, C. 243  
Buarque de Holanda, S. 181  
Bulhões, O. G. de 270  
Bush, V. 157  
Campos, M. A. P. 138  
Campos, R. de O. 127, 178, 270  
Candotti, E. 201, 214, 262, 266  
Cardoso, F. H. 46, 135, 198, 203, 204, 214, 215, 223, 232, 243, 254, 265, 278  
Cardoso, I. R. 73, 111  
Carone, E. 43  
Carvalho, L. R. de 120  
Carvalhosa, M. 237  
Cassiolato, J. E. 142, 167  
Castelo Branco, H. de A. 29, 30, 32, 33, 44, 61, 125, 127, 136, 137, 160, 178  
Castro, A. de 120  
Cayton, J. A. 141, 142  
Cerqueira Filho, G. 251, 264  
Cerqueira Leite, R. C. 164  
Chagas, C. 107, 125, 255  
Chagas Filho, C. 39, 46, 68, 76, 190, 192  
Chagas, V. 130, 131, 138  
Cintra, A. de B. V. 164, 171  
Coimbra Filho, A. 213  
Comte, A. 180  
Costa e Silva, A. da 33, 117, 127, 135, 145, 149, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 170, 171, 178, 274  
Couceiro, A. M. 111, 141, 143, 147, 166  
Coutinho, C. N. 43  
Couto e Silva, G. do 174  
Covre, M. de L. M. 278  
Cruz, O. 124, 125, 126, 137, 138  
Cruz, V. O. 59, 71, 72, 77, 123, 126, 136, 137, 138  
Cunha, L. A. 88, 110, 111, 112, 131, 136, 138, 167, 168  
Dagnino, R. D. 45  
Dallari, D. 260, 265  
Damy, J. 145  
Danon, J. 195  
Dantas, A. 254  
Deas, M. 16  
Deffontaines, P. 80  
Delfim Neto, A. 179, 270



- Della Cava, R. 237, 238, 246  
Derby, O. 71, 77  
Dewey, J. 28  
Dias, J. C. 260  
Dobzhansky, K. 80, 110, 138  
Dreifuss, R. A. 112, 167, 278  
Dreyfus, A. 81, 110  
Duarte, P. 170  
Dutra, E. G. 90  
Dutra, T. 144  
Dutra, W. 46  
Einstein, A. 214, 255  
Erber, F. 279  
Escobar R. 228  
Evans, P. B. 40, 46, 111, 170, 171, 196, 213, 279  
Façanha, A. M. 163  
Falcão, A. 181  
Fantappie, L. 80  
Fausto, B. 43  
Fernandes, F. 198, 204, 232, 245, 254  
Ferreira, J. P. 163  
Fig. D. 45, 210  
Figueiredo, F. 80  
Figueiredo, J. B. 178, 179, 243, 255, 256, 270  
Figueiredo, M. 45, 135  
Figueiredo, V. 16  
Flemming, A. 81  
Fonseca Filho, O. da 138  
Fonseca, O. 81  
Ford, E. M. 166  
Franco, I. 204  
Freire-Maia, N. 150, 151, 155, 168, 169  
Furtado, C. 192, 193, 198  
Galilei, G. 220, 239  
Garric, R. 80  
Geisel, E. 36, 45, 174, 176, 177, 178, 181, 213, 239, 243, 255, 270, 271, 276  
Giannotti, J. A. 111, 193, 212  
Goertzel, T. 131, 138  
Goés, P. de 45, 111  
Goldemberg, J. 59, 75, 111, 191, 192, 193, 194, 204, 214, 223, 224, 225, 241, 247, 252, 259, 260, 261, 262, 264, 266  
Gomes, P. E. S. 181  
Gonçalves, F. R. 80  
Goulart, J. 33, 107, 142, 178

- Gramsci, A. 20, 21, 25, 26, 27, 36, 43, 174, 175, 176  
Guimarães, E. A. de A. 166, 274, 278, 279  
Guimarães, O. 247  
Hamburger, E. W. 184  
Hemptine, Y. de 187  
Hoare, Q. 43,  
Houaiss, A. 236  
Houcarde, P. 80  
Houssay, B. A. 108, 110, 113  
Ianni, O. 187  
Jaques, L. B. 126, 137  
Joll, J. 25, 43  
Jungk, R. 94, 111  
Kadt, E. de 204  
Kalmus, H. 81  
Keller, F. S. 118, 135  
Kerr, W. 45, 46, 151, 152, 156, 159, 160, 163, 164, 168  
169, 170, 182, 184, 185, 188, 190, 207  
Kertzmann, M. 167  
Kohlsted, S. 279  
Kubitscheck de Oliveira, J. 33, 53, 278  
Lacerda, C. 74  
Lacerda, F. S. de 120  
Lagoa, R. 125  
Lamounier, B. 211  
Lattes, C. 92, 111, 188, 191, 192  
Leal, P. e J. F. 46  
Leão, A. P. 28, 29, 39  
Lent, H. 123, 136, 137  
Lent, R. 257  
Lessa, C. 32, 33, 45, 46  
Lévi-Strauss, C. 80  
Lima, A. de A. 137  
Lima, J. M. de 246  
Lima, L. de O. 71, 204  
Lopes, J. B. 237, 246  
Lopes, J. L. 46, 74, 83, 84, 85, 87, 93, 105, 107, 110,  
111, 113, 123, 124, 137, 154, 160, 254, 256, 265  
Ludwig, D. 259  
Machado Neto, A. L. 136  
Maffei, F. J. 64  
Magalhães, L. E. de 190, 199, 213  
Mannheim, K. 133, 135, 139  
Marcus, E. 80  
Marques, L. 87

- Martins, C. E. 45, 173, 210  
Martins, H. 16  
Martins, L. 40, 46, 168, 178, 210, 278  
Matias, S. 46, 150, 157, 159, 160, 168, 182, 184, 256  
Maugue, J. 80  
Mc Neil, R. 16  
Médici, E. G. 36, 128  
Mello e Souza, A. C. 181  
Mendes, E. G. 58, 75, 76, 101, 136  
Mendonça, A. A. C. 44, 170  
Mesquita, J. de 56  
Mesquita, P. F. 191, 192  
Miceli, S. 278  
Monbeig, P. 80  
Monteiro, D. 200  
Montoro, F. A. 204, 214  
Moraes, P. de 188  
Morel, R. L. de M. 44, 45, 46, 74, 90, 111, 135, 166  
Morise, H. 29  
Moses, A. 29  
Moussatché, H. 54, 105, 254  
Müller, F. 192  
Myrdal, G. 158  
Nagle, A. 211  
Nagle, J. 43  
Nogueira, O. 180  
Nussenzveig, H. M. 38, 45, 46, 170  
O'Donnell, G. 46, 210, 278  
Oliveira, E. R. de 278  
Oliveira, F. de 232  
Oliveira, L. L. de 278  
Oliveira, S. M. M. 154, 165  
Orange, A. D. 49, 73, 74  
Passarinho, J. 214  
Paula Filho, W. de P. 241  
Paula, M. C. de S. 213  
Paulinyi, E. I. 28, 43, 44  
Pavan, C. 167, 203, 230, 236, 237, 241, 262, 263, 264  
267, 272, 273, 279  
Penha, A. M. 76  
Peixoto, A. 107  
Peixoto, M. M. 46  
Pereira, L. B. 46, 278  
Perón, J. 108  
Pignatari, F. 62

- Pimenta, A. 138, 153  
Pinheiro, P. S. 205, 215  
Pinto, C. S. M. 191  
Pinto, J. de M. 127, 143  
Pinto, J. N. 266  
Poerner, A. J. 138, 152, 168  
Pompéia, P. 111  
Pontes, H. 137  
Porter, G. 190, 212  
Quadros, J. 59, 103, 142  
Queirós, M. I. P. de 236, 237, 246  
Raw, J. 153, 169  
Rawitscher, F. 80  
Reis, J. 44, 63, 64, 65, 71, 74, 76, 77, 132, 133, 138, 139,  
158, 159, 169, 179, 180, 183, 202, 203, 204, 205,  
210, 211, 214, 227, 252, 253, 256, 259, 262, 263,  
264, 266, 277, 279  
Reis Veloso, J. P. dos 192, 196, 213, 243, 257  
Rheinboldt, H. 68, 76, 80  
Ribeiro, D. 119, 120, 136, 198  
Ribeiro, J. C. 92  
Rocha e Silva, M. 49, 53, 57, 58, 60, 64, 65, 74, 75, 76, 94, 99, 105, 106,  
107, 112, 118, 122, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 143, 144, 145,  
148, 150, 153, 160, 161, 162, 167, 168, 170, 180, 181, 189, 211,  
219, 225, 226, 227, 230, 235, 240, 246, 253, 254, 255  
Rocha Lima, H. da 71, 72, 77  
Rochezal, V. S. C. 211  
Rodrigues, J. A. 52, 180, 198, 210, 213, 262, 263, 267  
Roitman, C. 16  
Roitman, I. 196, 213  
Romanelli, O. de O. 43  
Rosenblith, W. A. 189  
Rosenfeld, G. 65, 75, 76, 138  
Rowe, J. W. 33, 45  
Sabin, A. B. 190, 212  
Sala, O. 37, 46, 63, 76, 83, 110, 133, 193, 194, 198, 202,  
207, 214, 227, 230, 232, 235, 236, 237, 240, 243,  
246, 251, 252, 254, 255, 257, 258, 264, 265, 266,  
277  
Sales, A. 73  
Salgado, C. 53, 98  
Salmeron, R. 44, 46, 118, 121, 136  
Salzano, M. 157  
Sant'Anna, V. M. 45  
Santiago, T. 16

- Santos, M. D. de S. 44, 46, 240  
Sassoon, A. S. 43  
Sawaya, P. 55, 64, 65, 74, 75, 76  
Schemberg, M. 92, 93, 169, 254, 257, 265  
Schmitter, P. C. 210, 278  
Schneider, R. 135, 278  
Schwartzman, S. 16, 43, 44, 77, 82, 110  
Shaw, P. V. 80  
Shozo, M. 112  
Silva, A. C. da 155  
Silva, H. L. da 254  
Silva, L. H. P. da 254  
Silvert, K. H. 45  
Simonsen, M. H. 270  
Singer, P. 187  
Skeff, A. M. F. 112, 137, 169  
Skidmore, T. E. 176, 177, 178, 210  
Smith, G. N. 43  
Snow, C. P. 181  
Sola, L. 278  
Soler, S. 17  
Stepan, A. 42, 46, 167, 173, 175, 176, 177, 178, 181,  
210, 243, 264  
Stepan, N. 137  
Sucupira, N. 130, 131  
Tavares, M. da C. 111  
Távora, V. 259, 266  
Teixeira, Anísio de S. 43, 56, 86, 119, 120, 136, 180  
Teixeira Jr., A. de S. 111  
Tiomno, J. 86, 87, 110, 111, 121, 122, 124, 136, 137,  
150, 167, 168, 169, 254  
Turner, F. M. 49, 73, 279  
Uriburu, J. E. 108  
Urquide, V. 189  
Utzeri, F. 190, 212  
Vale, J. R. do 64  
Vanzolini, P. 44  
Vargas, G. 33, 74, 90  
Vargas, J. 214  
Vaz, Z. 56, 75, 120, 136, 154, 169  
Viana, J. B. 60, 138  
Viola, E. 17  
Wataghin, G. 80  
Weber, M. 173  
Whitehead, L. 16, 210

Wilheim, J. 226  
Wilhems, E. 139  
Yamamoto, Y. 213  
Yrigoyen, H. 108  
Yunes, J. 211  
Zatz, J. 201











blemas da ciência e dos cientistas no Brasil, dadas as características do país e a exclusão dos cientistas do processo de tomada de decisão...

Em suma, o trabalho da professora Fernandes constitui preciosa contribuição à compreensão da ciência no Brasil e ao papel que a SBPC tem desempenhado. O capítulo final, de conclusões, é visão abrangente e ponderada dessa realidade, refletindo com precisão as crises que a sociedade enfrentou em sua luta pelo progresso da ciência e pela democratização do país.

Cabe-nos acrescentar que, nessa trajetória, muito se conquistou no que se refere à mobilização dos cientistas e a sua influência em muitas decisões políticas. Sua voz tem hoje muito maior ressonância nas classes dirigentes e no público.

José Reis

Artigo publicado originalmente na *Folha de S. Paulo*



ANA MARIA FERNANDES é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, onde cursou graduação e mestrado.

Recebeu da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais o prêmio de "melhor tese de doutorado em Ciências Sociais", em 1988, pelo trabalho realizado na Universidade de Oxford.

“Acabei de ler sua tese. Achei-a magistral e bem reflete a realidade da SBPC e sua atuação.”

*José Reis*

“Você deu versos a nossas histórias! O que estava apenas registrado em jornais, documentos, ou na memória dos próprios protagonistas ganhou formas, revelou sua coerência. Aproximam-se tempos de nova resistência. Seu livro, se não existisse, teria que ser escrito. Precisamos reler nossa história. Chega em momento oportuno. Parabéns.”

*Ennio Candotti*

“Utilizando os conceitos gramscianos de sociedade civil, hegemonia e intelectuais, apoiando-se numa extensa bibliografia sobre estado, sociedade e regimes políticos no Brasil e baseando-se em dados à disposição da autora ou por ela criados, a tese de Ana Maria constitui, sem dúvida alguma, um documento fundamental para todos aqueles que, direta ou indiretamente, se envolvem com ciência e tecnologia no país. Além disso, ao tomar a SBPC como foco e mostrar a centralidade da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento da sociedade e do estado brasileiros, a tese sobre a comunidade científica e o estado no Brasil contribui, também, para elucidar a natureza deste estado e desta sociedade.”

*Vilma Figueiredo*